

Relatório de Gestão FNDE 2007

Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário-Executivo do Ministério da Educação
José Henrique Paim Fernandes

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Daniel Silva Balaban - Presidente

Chefe de Gabinete
Fernanda Zortéa

Diretor Financeiro
Antônio Corrêa Neto

Diretor de Ações Educacionais
Rafael Pereira Torino

Diretor de Administração e Tecnologia
José Carlos Wanderley Dias de Freitas

Diretora de Programas Especiais
Ivone Maria Elias Moreyra

Diretor de Programas e Projetos Educacionais
Leopoldo Jorge Alves Júnior

Procuradora Federal
Marly Librelon Pires

Auditor Interno
Gil Pinto Loja Neto

Assessora de Comunicação Social
Suzana Helena Carneiro Verissimo

Elaboração do Relatório de Gestão - FNDE 2007

Adalberto Domingos da Paz

Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento

Sebastião Jader Leite de Souza

Coordenação de Planejamento

Equipe Técnica

Almir Pereira de Souza

Francisco Stelio Soares

Simone Cardoso dos Santos

Equipe de Apoio

André Nunes Ferreira

Antonio de Faria Dutra

Elimario Freire da Fonseca

Enedina Leite Maroclo Antunes

Hilda Souza Pereira

Lonita Ziani Gonçalves

Luciane Franco

Lucimeiry Lima Cardoso

Marcos Maia Antunes

Mônica Jamal Gotti

Patricia Carneiro Costa

Renalva Barreto Coelho

Rogério de Jesus Costa Sousa

Wesley Washington Lourenço Figueredo

Cinara Dias Custodio

Revisão

Elizabeth Maria Speller Trajano

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Paulo Sergio Cabral da Costa

F981r **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**
(Brasil) (FNDE)

Relatório de gestão do FNDE : exercício de 2007 /
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. –
Brasília : FNDE, 2008.
285p. : il. color.

1. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –
Relatório. I. Título.

CDU 37.014.543(047)

Sumário

1. Palavra do Presidente	8
2. FNDE em grandes números – 2007	9
3. Mapa estratégico	11
CAPÍTULO I – Aspectos Institucionais	12
4. Conhecendo o FNDE	13
4.1 Competências	13
4.1.1 Estrutura Organizacional	14
4.2 Conselho Deliberativo do FNDE	15
5. Comunicação Social	19
5.1 Atendimento Institucional e Serviço de Atendimento ao Cidadão	21
6. Procuradoria Federal	24
6.1 Aspectos gerais	24
6.2 Atuação da Procuradoria Federal - PROFE	25
6.2.1 Atividade consultiva	25
6.2.2 Atividade judicial	27
7. Auditoria Interna	29
7.1 Ouvidoria do FNDE	30
8. Administração	33
8.1 Pessoas e organização	34
8.1.1 Quadro funcional do FNDE	34
8.1.2 Cargos Comissionados: Função Gratificada (FG), Direção de Assessoramento Superior (DAS) e Função Comissionada Técnica (FCT)	39
8.2 Concurso Público	40
8.3 Recursos financeiros para pessoal	41
8.4 Diárias e passagens	41
8.5 Programa de Estágio	44
8.6 Programa Qualidade de Vida	45
8.6.1 Rede de Pessoas	45
8.6.2 Valorização de servidores	45
8.6.3 Promoção da Saúde do Servidor	46
8.7 Compras e contratos governamentais	46
8.8 Recursos logísticos e patrimônio	47
8.9 Recursos tecnológicos	49
9. Planejamento	53
Capítulo II – Aspectos Orçamentário e Financeiro	55
1. Orçamento	56
2. Contribuição Social do Salário-Educação	65
2.1 Aspectos gerais	65
2.2 Transferência dos Processos Fiscais para a Secretaria da Receita Federal do Brasil	66
2.3 Desempenho da arrecadação da contribuição social do salário-educação	66
2.4 Distribuição da contribuição social do salário-educação	70
2.5 Superávit do salário-educação	74
2.6 Cobrança Administrativa e Representação Administrativa	74
2.7 Parcelamento de débitos	75
3 Execução Orçamentária da Receita e da Despesa	76
3.1 Execução orçamentária	81
3.2 Execução financeira	85
3.3 Análise da execução orçamentária e financeira sob os aspectos da classificação da despesa	87
3.4 Restos a pagar	90
3.5 Aplicação financeira	93
4. Contas correntes	94
5. Publicidade dos Pagamentos	95

6. Registros Contábeis e Prestação de Contas	95
CAPÍTULO III - Desempenho dos Programas e Ações Governamentais	97
1. 1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	101
1.1 1060.0081 - Apoio à ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental a jovens e adultos	103
1.2 1060.0507 - apoio a iniciativas para a melhoria da qualidade da educação de jovens adultos	106
1.3 1060.0920 – Concessão de bolsa ao alfabetizador	110
1.4 1060.09BT Apoio à capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos.....	112
2. 1061 - Brasil Escolarizado	114
2.1 1061.0509– Apoio ao desenvolvimento da educação básica	115
2.2 1061.0513 - Apoio à alimentação escolar na educação básica	121
2.3 1061.09CW - Apoio à reestruturação da rede física pública	126
2.4 1061.09EV – Apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública	128
2.5 1061.2A74 –Funcionamento da TV Escola.....	130
2.6 1061.4042 – Promoção e desenvolvimento da saúde do escolar na educação básica	133
2.7 1061.4045- Distribuição de acervos bibliográficos	135
2.8 1061.4389 - Capacitação para o exercício do controle social.....	141
2.9 1061.6372 – Integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na educação pública – ProInfo	146
2.10 1061.6375 Distribuição de material de apoio à educação a distância e ao uso de tecnologias de informação e comunicação na educação	149
3. 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	153
3.1 1062.0A13 - Concessão de bolsa-auxílio para pré-formação profissional...154	
3.2 1062.3676 – Capacitação dos profissionais da educação profissional - Proep	156
3.3 1062.3685 – Implementação da expansão profissional de educação profissional –	158
3.4 1062.7109 – Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – Proep.....	160
4. 1065 - Desenvolvimento da Educação Infantil	165
4.1 1065.09HI – Apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil	166
4.2 1065.09HJ – Apoio à reestruturação da rede física pública da educação infantil	169
5. 1067 – Gestão da Política de Educação	173
6. 1072 - Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	177
6.1 1072.0304 - Complementação da união ao fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério (FUNDEF)	178
6.2 1072.0A30: Concessão de bolsa de incentivo à formação de professores para a educação básica	180
6.3 1072.0E36 – Complementação da união ao fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais do magistério (Fundeb)	184
6.4 1072.2C62 – Formação em serviço e certificação em nível superior de professores não-titulados do ensino fundamental e médio - Pró-Licenciatura	190
7. 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial	196
7.1 1374.0977 – Apoio à formação de professores e profissionais para a educação	197
7.2 1374.09DK – Complementação ao atendimento especializado às pessoas com deficiência - Paed	200
7.3 1374.09GL – Formação de gestores para a educação especial	203

7.4	1374.6310 – Distribuição de equipamento para a educação especial	206
8.	1376 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental	209
8.1	1376.0515 – Dinheiro direto na escola para o ensino fundamental	210
8.2	1376.0969 - Apoio ao transporte escolar no ensino fundamental	222
8.3	1376.4046 - Distribuição de materiais e livros didáticos para o ensino fundamental	227
8.4.	1376.5079 - Fortalecimento da escola - Fundescola III	233
9.	1378 – Desenvolvimento do ensino médio	239
9.1.	1378.6322 – Distribuição de livros didáticos para o ensino médio	240
10.	8034 – Nacional de inclusão de jovens - ProJovem	246
10.1	8034.2A95 – Elevação da escolaridade de beneficiários do ProJovem	248
10.2	8034.86AC – Qualificação de jovens.....	253
10.3	8034.86AD – Capacitação de profissionais do ProJovem.....	258

1. Palavra do Presidente

O Relatório de Gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é um documento que reputo de fundamental importância. Por um lado, a sua elaboração vem atender determinação legal do processo de prestação de contas da Autarquia junto aos órgãos do sistema de controle e, por outro lado, ele é o instrumento no qual a instituição reúne as informações sobre suas realizações, no decorrer do ano, tornando-as públicas para os mais diversificados segmentos da sociedade, tanto das áreas de estudos e pesquisa quanto para os cidadãos, com o fito de propiciar-lhes as condições de realização do controle social e do exercício da cidadania.

Em especial, o relatório de 2007 traz dois aspectos que merecem ser ressaltados. Inicialmente o destaque é para o fato de que se está encerrando o primeiro Plano Plurianual do Governo Lula¹, cujos resultados, especialmente na área social, apresentam avanços importantes aferidos por diferentes indicadores, que demonstram que a sociedade brasileira vem alcançando avanços consideráveis na implementação de políticas públicas que contribuem, sobretudo, para o resgate da dívida social.

Em segundo lugar, e particularmente no campo educacional, finda o PPA Brasil de Todos, consolidando o início do arrojado programa desenhado para reverter a trajetória dos resultados educacionais, dando concretude às metas físico-qualitativas que desejamos para o ensino público nacional. Trata-se, portanto, do começo de uma nova e arrojada política que irá propiciar a todos os brasileiros educação de qualidade, consubstanciada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Os resultados apresentados no relatório do FNDE demonstram a preocupação do poder público de ver a educação a partir de uma concepção sistêmica, que perpassa todos os níveis e modalidades educacionais, como forma de promovê-la, reconhecendo que “a educação de qualidade representa um objetivo estratégico sem o qual o projeto de desenvolvimento nacional em curso não se viabiliza²”.

Finalmente, quero parabenizar as nossas equipes que não têm medido esforços para que a Autarquia alcance os objetivos alinhados à sua missão de “prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação”, bem como os entes federados e demais organizações parceiras que muito contribuíram para o sucesso das nossas realizações, em 2007, relatadas nesse documento.

Daniel Balaban
Presidente do FNDE

¹ O primeiro Plano do Governo Lula (2004 -2007) – aprovado pela Lei n.º 10.933, de 11 de agosto de 2004 – foi denominação de Plano Brasil de Todos.

² Mensagem Presidencial 650, de 30 de agosto de 2007, submetendo o Projeto de Lei do PPA 2008-2011 ao Congresso Nacional.

2. FNDE em grandes números – 2007

Os principais resultados do desempenho do FNDE, focados na população estudantil da educação básica, no exercício de 2007, estão apresentados a seguir.

Número de atendimento institucional ao público externo (via 0800, presencial e WEB) → 207,8 mil.

Número de contas correntes ativas / transferências automáticas, voluntárias e bolsas → 155,2 mil.

R\$ 529,6 milhões para manutenção e pequenos investimentos nas 126 mil escolas, beneficiando 28,5 milhões de alunos do ensino fundamental.

R\$ 292,0 milhões para transporte escolar da zona rural, beneficiando 3,5 milhões de alunos.

R\$ 1,52 bilhão para o programa da alimentação escolar atendendo 35,4 milhões de alunos.

R\$ 948,23 milhões para aquisição e distribuição de livros didáticos e acervos para biblioteca - 137,1 milhões de exemplares para a educação básica.

R\$ 2,01 bilhões de repasse aos entes federados a título de complementação da União ao Fundeb.

R\$ 4,7 bilhões de repasse da cota do salário-educação aos estados, Distrito Federal e municípios.

R\$ 78,1 milhões em compras governamentais utilizando a modalidade pregão eletrônico.

R\$ 415,8 milhões de registro de preços a serem utilizados pelos entes federados, no âmbito do Programa Caminho da Escola.

R\$ 337,5 milhões destinados à construção e equipamento para a educação infantil (Proinfância).

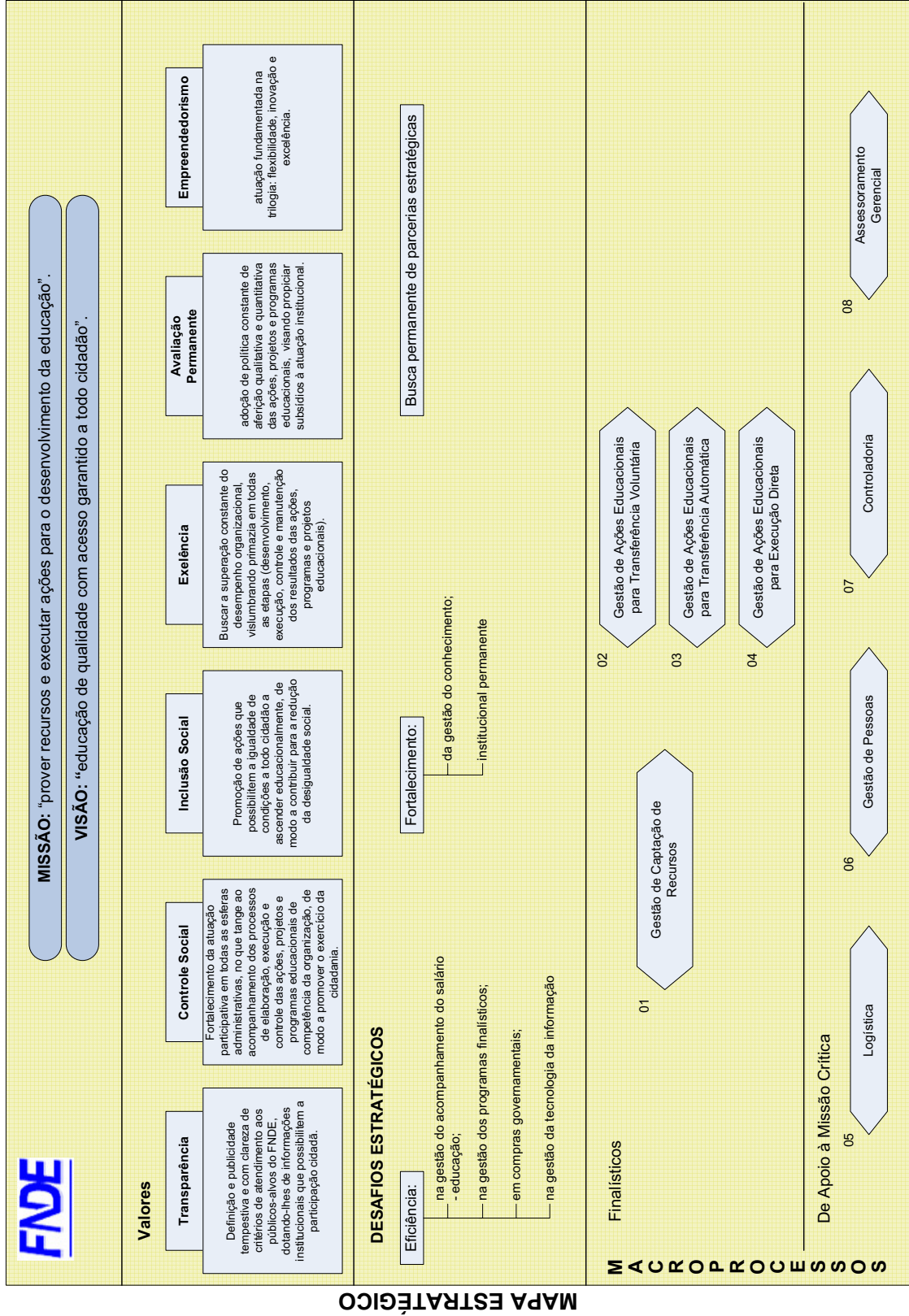
R\$ 12,4 bilhões destinados à educação básica em atividades finalísticas.

A gestão atualmente adotada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) leva em consideração que, para ser efetiva e proficiente, a Autarquia deve estar balizada num conjunto de atividades que direcionem os seus esforços, disciplinando-os para produzir decisões e ações fundamentais que moldem e guiem o que é uma organização, o que ela faz, e por que faz”.

É nesse contexto que o FNDE desenvolveu e emprega os seus referenciais estratégicos, cujo resumo dos principais direcionadores encontra-se a seguir apresentado.

3. Mapa estratégico

Figura 1: Direcionadores estratégicos do FNDE



CAPÍTULO I

Aspectos Institucionais

4. Conhecendo o FNDE

4.1 Competências

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), criado pela Lei n.º 5.537, de 21 de novembro de 1968, modificada pelo Decreto-Lei n.º 872, de 15 de setembro de 1969, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tendo como finalidade precípua original captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos educacionais, notadamente nas áreas de ensino, pesquisa, alimentação, material escolar e bolsas de estudo, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

A Instituição tem seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), sob o n.º 00.378.257/0001-81, e no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), sob o código da Unidade Orçamentária n.º 26.298 e, por força de sua diversidade de atribuições assumidas ao longo dos últimos anos, conta com as três seguintes unidades gestoras:

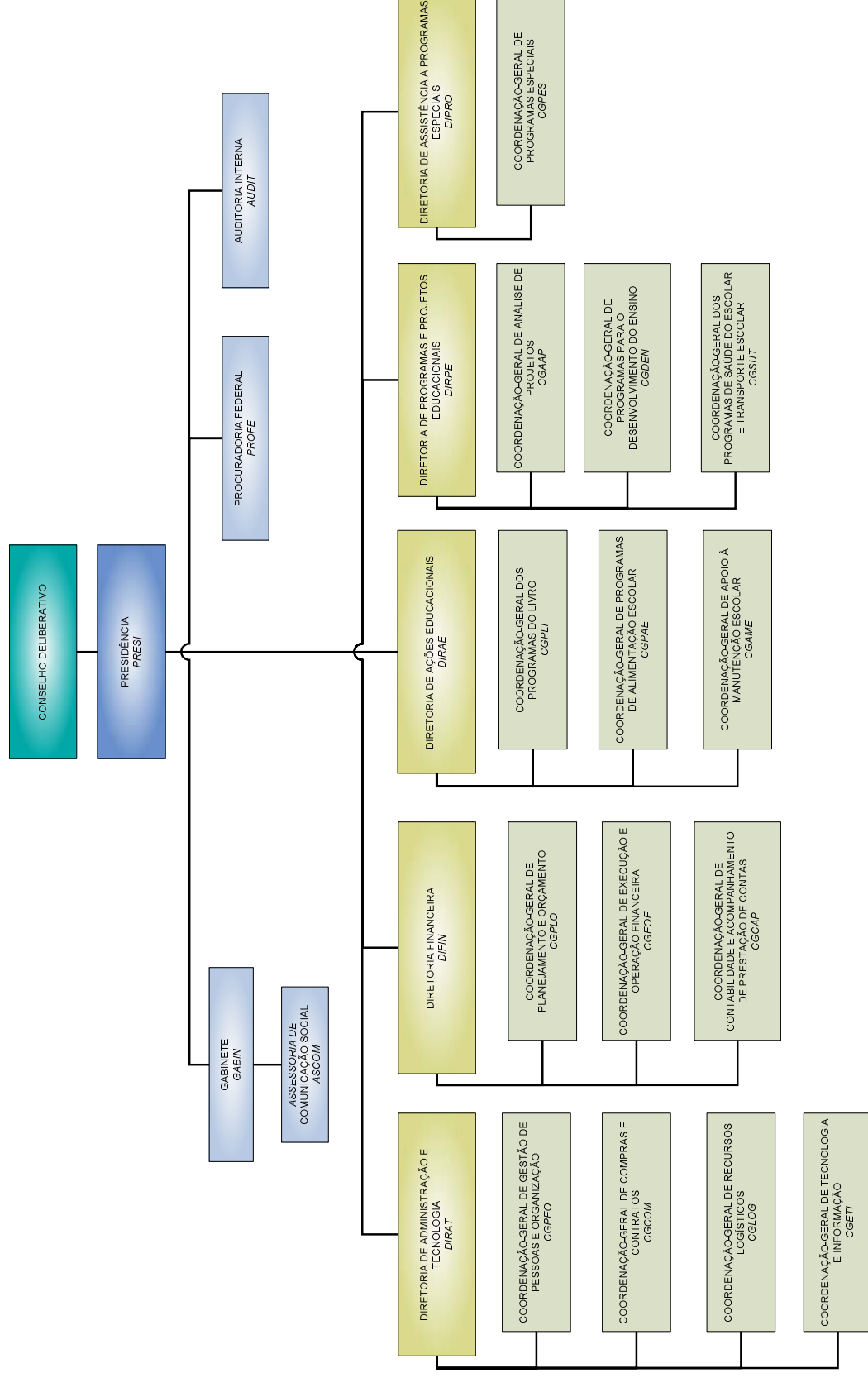
- ☐ **153173:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- ☐ **159173:** FNDE/ Fundescola III - Fonte 0148001464; e
- ☐ **152174:** FNDE/Proep.

As principais formas de atendimento são:

- ☐ o repasse das quotas-partes da contribuição social do salário-educação dos entes federados;
- ☐ a complementação da parcela federal relativa ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);
- ☐ a transferência automática de recursos voltados, entre outros aspectos, à alimentação escolar, transporte escolar, educação de jovens e adultos e manutenção de escolas;
- ☐ a transferência voluntária para financiamento de projetos educacionais; e
- ☐ a aquisição direta e distribuição de livros.

4.1.1 Estrutura organizacional

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO FNDE



4.2 Conselho Deliberativo do FNDE

O FNDE tem sede em Brasília (DF), no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício Áurea, CEP 70.070-929, e os contatos podem ser feitos pelo telefone 0800-616161, pelo fax (61) 3212-4812 e, ainda, pelo sítio eletrônico <http://www.fnde.gov.br>.

O FNDE é administrado por um Conselho Deliberativo, constituído por nove membros e tem a seguinte composição:

- I - o Ministro de Estado da Educação;
- II - o Presidente do FNDE;
- III - o Procurador-Chefe do FNDE;
- IV - o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação;
- V - o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação;
- VI - o Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação;
- VII - o Secretário de Educação Especial do Ministério da Educação;
- VIII - o Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação; e
- IX - o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

A Presidência do Conselho Deliberativo do FNDE é exercida pelo Ministro de Estado da Educação, substituído, em suas ausências ou impedimentos legais, pelo Secretário-Executivo do MEC, e os demais membros, por seus representantes legais.

As principais atribuições do colegiado são de deliberar sobre:

- a assistência financeira a estados, ao Distrito Federal, a municípios e entidades não governamentais para ações e projetos educacionais;
- concessão de bolsas de estudo ou de auxílio relativo a programas voltados para o desenvolvimento da educação;
- a nomeação e a exoneração do titular da Auditoria Interna; e
- a aprovação das contas do Presidente do FNDE.

Durante o exercício de 2007, foram baixadas 73 resoluções pelo Conselho, as quais estão relacionadas no Quadro 4.1.3.1

Quadro 4.2.1: Resoluções baixadas pelo Conselho Deliberativo do FNDE em 2007

Ord.	Data de Publicação	Localização D.O.U. Seção 1	Resumo do assunto
1	17/1/2007	N.º 12	Prover as escolas do ensino médio regular das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, de forma progressiva, com livros didáticos de língua portuguesa e matemática.
2	4/4/2007	N.º 65	Altera o anexo I da Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE n.º 01.
3	4/4/2007	N.º 65	Aprova as diretrizes e orientações para que os municípios e estados se habilitem ao Programa Caminho da Escola e possam buscar financiamento junto ao BNDES.
4	4/4/2007	N.º 65	Determina a distribuição anual de obras e demais materiais de apoio à prática educativa junto às instituições de educação infantil e às escolas públicas da educação básica no âmbito do PNBE.
5	4/4/2007	N.º 65	Institui o Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio - Pnbem 2008, no âmbito das escolas de ensino médio que integram os sistemas públicos de educação federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.
6	26/4/2007	N.º 80	Estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar ao Proinfância.
7	25/4/2007	N.º 79	Estabelece os documentos necessários à comprovação de regularidade para transferências de recursos e para habilitação de entidades estaduais, municipais, do Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos, bem como das entidades mantenedoras das escolas de educação especial, beneficiárias do PDDE e do Paed.
8	27/4/2007	N.º 81	Aprova o Manual de Assistência Financeira para a operacionalização suplementar a projetos educacionais.
9	25/4/2007	N.º 79	Estabelece os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao PDDE.
10	25/4/2007	N.º 79	Aprova os critérios e as normas de transferência de recursos financeiros visando executar ações à conta do Pnate.
11	25/4/2007	N.º 79	Estabelece os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Paed.
12	25/4/2007	N.º 79	Estabelece os critérios e os procedimentos para a apresentação e seleção de Planos de Trabalho destinados à execução do Programa Brasil Alfabetizado.
13	25/4/2007	N.º 79	Cancelada no D.O.U. n.º 130 de 09 de julho de 2007, pág. 11.
14	25/4/2007	N.º 79	Altera a composição de acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio - Pnbem 2008.
15	CANCELADA		Cancelada.
16	CANCELADA		Cancelada.
17	25/4/2007	N.º 79	Aprova a assistência financeira para a Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul.
18	26/4/2007	N.º 80	Regulamenta a execução do PNLA 2008, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.
19	21/4/2007	N.º 96	Aprova a assistência financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios que atuaram no Programa Brasil Alfabetizado, cadastrados em 2006.
20	21/5/2007	N.º 96	Estabelece critérios para participação do Fundescola.
21	4/6/2007	N.º 106	Altera os Artigos 6.º, 7.º e 9.º e inclui os artigos 12 e 13 da Resolução CD/FNDE/N.º 27, de 05 de julho de 2005, que dispõe sobre as competências na gestão de contratos firmados pelo FNDE.
22	29/6/2007	N.º 102	Aprova a assistência financeira para o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – Masp.
23	30/5/2007	N.º 103	Autoriza a celebração de convênios para assistência financeira às Unidades da Federação das Regiões Norte e Nordeste, no âmbito do Promed.
24	13/6/2007	N.º 112	Aprova a assistência financeira à Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada/RJ.
25	15/6/2007	N.º 114	Altera o inciso IV do art. 25 da Resolução n.º 32 de 10 de agosto de 2006.
26	16/6/2007	N.º 116	Autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira no âmbito da educação especial - Retificada no D.O.U. n.º 123, de 28 de junho de 2007, pág. 26.
27	19/6/2007	N.º 116	Autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira no âmbito do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, da Secretaria de Educação Especial.
28	25/6/2007	N.º 120	Autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira ao FNDE, relativos à expansão nos municípios capitais do ProJovem.
29	21/6/2007	N.º 118	Estabelece os critérios e procedimentos para assistência técnica e financeira aos programas e ações educacionais, no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Retificada no D.O.U. n.º 124, de 29 de junho de 2007, pág. 18.
30	26/6/2007	N.º 121	Aprova os critérios e as normas para a execução do Programa Escola de Fábrica.
31	25/6/2007	N.º 120	Aprova a assistência financeira para a Secretaria de Educação do Estado do Piauí.
32	3/7/2007	N.º 126	Aprova os critérios e as normas para concessão de bolsas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado. – Republicada no D.O.U. n.º 127, de 04 de julho de 2007.
33	4/7/2007	N.º 127	Estabelece os critérios e procedimentos para a transferência automática dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.
34	6/7/2007	N.º 129	Aprova a assistência financeira para a Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul/RS.
35	11/7/2007	N.º 132	Altera a Resolução CD/FNDE n.º 03/2007- Caminho da Escola.

36	25/7/2007	N.º 142	Autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira no âmbito do ensino médio, objetivando a realização de eventos técnico-científicos no âmbito do Fenaceb.
37	31/7/2007	N.º 146	Aprova os critérios e as normas para concessão de bolsas de incentivo à formação no âmbito do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica.
38	3/8/2007	N.º 149	Aprova as diretrizes e orientações para que os municípios, os estados e o Distrito Federal se habilitem ao Programa Caminho da Escola.
39	9/8/2007	N.º 153	Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do ensino infantil, ensino fundamental e educação especial, decorrentes de emendas parlamentares.
40	15/8/2007	N.º 157	Estabelece os critérios para a assistência financeira aos projetos educacionais, no âmbito do ensino médio integrado à educação profissional técnica.
41	16/8/2007	N.º 158	Revoga o art. 11 e altera os parágrafos 2.º, 3.º do art. 8.º, bem como o art.10 da Resolução CD/FNDE n.º 42, de 26 de outubro de 2005.
42	30/8/2007	N.º 169	Aprova as normas e os procedimentos para aplicação do saldo de recursos financeiros repassados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em 2006, à conta do Programa Fazendo Escola.
43	12/9/2007	N.º 176	Aprova os critérios e as normas de transferência de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, visando executar ações à conta do Pnate.
44	18/9/2007	N.º 180	Altera a redação do Manual de Assistência Financeira, aprovado pela Resolução CD/FNDE n.º 008, de 24 de abril de 2007, altera a redação dos §§ 3.º e 4.º e acrescenta o § 5.º ao artigo 4.º da Resolução CD/FNDE n.º 39, de 8 de agosto de 2007, e inclui o inciso XIII e a alínea a) no parágrafo 6.º da Resolução CD/FNDE n.º 007, de 24 de abril de 2007.
45	19/9/2007	N.º 181	Revoga as Resoluções CD/FNDE n.º 12 e 13, e as Resoluções CD/FNDE n.º 32 e 33/2007, e estabelece os critérios e os procedimentos para a transferência automática dos recursos, bem como para o pagamento de bolsas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.
46	19/9/2007	N.º 181	Autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira no âmbito da educação especial.
47	21/9/2007	N.º 183	Altera a Resolução CD/FNDE n.º 29, de 20 de julho de 2007.
48	24/9/2007	N.º 184	Altera a Resolução CD/FNDE n.º 18, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre o PNLA 2008.
49	28/9/2007	N.º 28	Aprova a assistência financeira suplementar ao Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec/SP.
50	31/10/2007	N.º 210	Dispõe sobre a acessibilidade de obras de orientação pedagógica aos docentes do ensino comum e do atendimento educacional especializado e de obras de literatura infantil e juvenil, voltadas aos alunos com deficiência sensorial da educação básica.
51	1/11/2007	N.º 211	Altera o prazo do caput do art. 4.º da Resolução/FNDE/CD N.º 26, de 15 de junho de 2007.
52	6/11/2007	N.º 213	Altera a Resolução FNDE/CD n.º 03 – Programa Caminho da Escola.
53	13/11/2007	N.º 218	Altera a Resolução/FNDE/CD n.º 26, de 15 de junho de 2007.
54	29/11/2007	N.º 229	Autoriza a apresentação de pleitos pelos estados e pelo Distrito Federal e estabelece os critérios, parâmetros e procedimentos com vistas ao apoio técnico e financeiro destinado a ações voltadas para a educação ambiental.
55	5/12/2007	N.º 233	Incrementa os repasses destinados ao desenvolvimento, nos finais de semana, de atividades educativas e recreativas que vão além da carga horária prevista para a educação formal em escolas públicas do ensino fundamental das redes de ensino municipais, estaduais e do Distrito Federal, de que trata o art. 10 da Resolução/CD/FNDE n.º 9, de 24 de abril de 2007.
56	5/12/2007	N.º 233	Aprova a assistência financeira para a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, destinada no âmbito do programa Proforti.
57	5/12/2007	N.º 233	Revalida os projetos pedagógicos avaliados e aprovados pela Setec/MEC, no âmbito do Programa Escola de Fábrica 2006.
58	5/12/2007	N.º 233	Altera a redação do item 1.4 do Manual de Assistência Financeira, aprovado pela Resolução CD/FNDE n.º 008, de 24 de abril de 2007.
59	5/12/2007	N.º 233	Aprova a assistência financeira para a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime/DF.
60	10/12/2007	N.º 236	Altera a Resolução/FNDE/CD/n.º 03, de 28 de março de 2007, do Programa Caminho da Escola.
61	12/12/2007	N.º 238	Dá nova redação ao disposto nos itens 2 e 5 da alínea "g" do inciso III do Art. 4.º; no parágrafo 5.º do Art. 6.º; no Artigo 16; no parágrafo 7.º do Art. 17; no inciso I e no parágrafo 2.º do Art. 18; no parágrafo 6.º do Art. 28; no inciso IV, alíneas "b" e "c" e no inciso VI, alínea "b" do parágrafo 3.º do Art. 52 da Resolução CD/FNDE n.º 45, de 18 de setembro de 2007, bem como ao disposto no parágrafo 6.º do Art. 19 da Resolução CD/FNDE 22, de 20 de abril de 2006, ambas as resoluções relativas ao Programa Brasil Alfabetizado.
62	13/12/2007	N.º 239	Estabelece as diretrizes para a assistência financeira a estados, Distrito Federal e municípios no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado.
63	14/12/2007	N.º 240	Aprova os critérios e parâmetros para o apoio financeiro suplementar a projetos educacionais pelo FNDE, visando a aquisição de veículos automotores, de transporte coletivo, zero quilômetro, destinados ao transporte diário de alunos da educação especial, decorrentes de emendas parlamentares.
64	17/12/2007	N.º 241	Estabelece os critérios e os procedimentos para a participação de instituições públicas de ensino superior na implementação do Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, Seed/MEC.
65	17/12/2007	N.º 241	Inclui os parágrafos 3.º, 4.º e 5.º no Art. 18 da Resolução CD/FNDE n.º 45, de 18 de setembro de 2007.
66	17/12/2007	N.º 241	Estabelece orientações e autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira, objetivando a realização de cursos de formação continuada de profissionais da educação básica voltados para a promoção, no contexto escolar, da igualdade de gênero, da diversidade sexual, para o enfrentamento ao sexismo e à homofobia e para a defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos de jovens e adolescentes.

67	17/12/2007	N.º 241	Autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira no âmbito do ensino médio, objetivando selecionar projetos para apoio financeiro que envolvam a produção de conteúdos educacionais digitais multímídia.
68	19/12/2007	N.º 243	Inclui artigo e renombra os demais da Resolução CD/FNDE n.º 007, de 24 de abril de 2007.
69	21/12/2007	N.º 245	Altera a ementa, o artigo 1.º e o parágrafo 2.º do artigo 1.º da Resolução FNDE/CD n.º 67, de 14 de dezembro de 2007.
70	27/12/2007	N.º 248	Aprova os critérios e parâmetros para o apoio financeiro suplementar do FNDE a projeto educacional decorrente de emenda, visando a universalização do ensino fundamental no Distrito Federal por meio de ações especificamente voltadas à alfabetização de jovens, adultos e idosos.
71	31/12/2007	N.º 250	Altera o disposto no artigo 5.º, parágrafos 1.º e 2.º do artigo 8.º da Resolução CD/FNDE n.º 42, de 30 de agosto de 2007, Programa Fazendo Escola.
72	8/1/2008	N.º 05	Dispõe sobre a análise e prestação de contas referentes aos repasses do Pnate, do Paed e do Peja, no exercício de 2006.
73	9/1/2008	N.º 06	Altera a definição de atendimento da rede pública com acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio - Pnbem 2008.
Fonte: Presi/FNDE			

5. Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação do FNDE (Ascom) tem pautado suas atividades em sintonia com a presidência da Autarquia, cujo objetivo é manter sua imagem como órgão eficiente e transparente, imagem essa conquistada ao longo dos anos. Ano passado, as atividades da Ascom obedeceram às diretrizes da política de educação elaborada pelo MEC, focada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

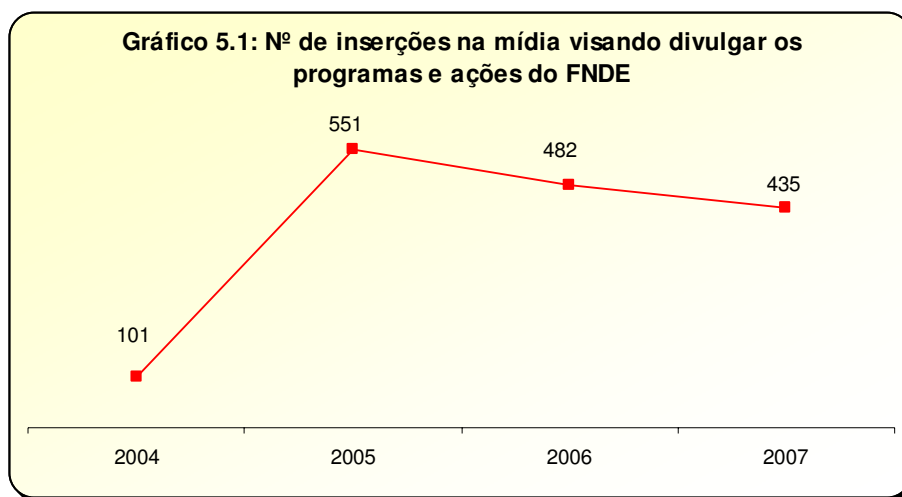
O PDE foi lançado em abril e, nos oito meses seguintes, foram amplamente divulgadas na página eletrônica do FNDE, bem como nos canais de comunicação pública, matérias sobre os procedimentos e orientações para adesão dos municípios, estados e outros órgãos interessados em receber recursos do FNDE. Como resultado desse trabalho, até o final de 2007 foi possível computar mais de 90% de adesão ao PDE.

A Assessoria de Comunicação do FNDE registrou que, dos 1.242 municípios considerados prioritários (baixo Ideb) para receber recursos e apoio técnico do MEC, 1.127 já haviam assinado o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Desse total, 1.000 já estão no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (Simec) e 861 já foram aprovados. Ao se considerar todos os municípios brasileiros, 4.203 municípios já aderiram ao Plano de Metas, dos 561 que já possuem o Plano de Ações Articuladas (PAR). Um êxito considerável em se tratando de divulgação.

Dois outros programas lançados no pacote do PDE e administrados pelo FNDE ganharam destaque na mídia: o Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e o Caminho da Escola. Ambos foram amplamente divulgados no sítio do FNDE e repercutiram tanto na mídia nacional quanto na mídia regional.

O trabalho de divulgação das atividades do FNDE ocorre em articulação com a Assessoria de Comunicação Social do MEC. No entanto, os órgãos da imprensa nacional e regional já se reportam diretamente à nossa assessoria para entrevistar fontes e alimentar as informações sobre a educação, ampliando ainda mais o acesso e a interação da sociedade com as dificuldades e as políticas educacionais voltadas para solucionar tais problemas.

A Assessoria de Comunicação do FNDE vem correspondendo às demandas de dar publicidade às questões da educação pública do país, promovendo cada vez mais a imagem positiva do FNDE junto aos públicos externo e interno. Como resultado, registrou-se a iniciativa por parte dos profissionais da imprensa de consultar a página eletrônica da Autarquia para verificar a lista de municípios inadimplentes com a prestação de contas ou irregulares com o mandato do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), além de conferir os valores transferidos de outros programas para os diversos municípios, estados, entidades filantrópicas e Distrito Federal. O gráfico 5.1 apresenta uma série histórica de inserções na mídia dos programas e ações sob a responsabilidade orçamentária do FNDE.



Quadro 5.1: matérias na imprensa escrita, por assunto e mês – em 2007

PROGRAMA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Brasil Alfabetizado	6	-	-	8	3	-	4	2	2	3	-	-	28
Capacitação	4	-	-	3	3	2	-	-	-	-	-	-	12
Denúncia	4	-	5	-	-	1	4	11	10	3	3	-	41
Educação Básica	-	-	-	1	1	-	2	1	-	-	-	-	5
EJA	1	-	-	3	3	-	-	-	2	-	-	-	9
Ensino Fundamental	2	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	6
Escola Aberta	1	-	-	1	-	-	1	-	2	-	-	-	5
FNDE	3	-	-	2	3	-	2	3	5	5	3	2	28
Fundescola	1	-	-	-	2	-	-	2	2	-	1	-	8
PDDE	-	-	3	2	2	-	-	3	-	-	2	-	12
PDE	-	-	-	-	1	-	5	-	1	-	-	3	10
Pnae	13	-	-	14	8	2	2	12	13	2	-	4	70
Pnbe	-	-	-	5	1	-	-	-	-	1	-	-	7
Prestação de Contas	-	1	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	6
Proep	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Projetos Educacionais	2	-	-	3	2	-	5	2	-	-	-	3	17
Repasse de Recursos	-	-	-	9	-	-	3	5	3	-	-	2	22
Salário-educação	-	-	1	2	4	-	-	-	-	-	-	-	7
Pnate	2	-	-	9	11	1	3	4	3	-	2	7	42
PNLD	6	2	1	8	5	2	8	3	29	21	10	4	99
TOTAL	45	3	10	72	51	8	40	49	76	35	21	25	435

Fonte: Ascom/FNDE

A Ascom começou a registrar as estatísticas com o número de solicitações de jornalistas a partir de 2006. Naquele ano, 289 jornalistas ligaram e solicitaram informações e/ou entrevistas com o presidente, diretores ou coordenadores do FNDE. Em 2007, esse número saltou para 536, conforme apresentado no Quadro 5.1. Esta estatística é nova e revela que o FNDE conseguiu, em menos de três anos, construir um conceito positivo na mídia e, principalmente, tornar a Autarquia mais conhecida junto à opinião pública. Ela informa o aumento significativo de jornalistas de TV, jornais, rádios, sítios eletrônicos e revistas que procuraram fonte de informação segura e transparente.

Quadro 5.2: atendimento à imprensa – em 2007													
PROGRAMA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Pnae	5	2	20	32	10	7	2	41	93	13	7	9	241
PNLD	11	6	5	4	6	5	4	8	15	6	13	3	86
Pnate	8	5	2	1	2	2	1	5	2	2	8	7	45
Projetos Educ.	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	15
Escola Aberta	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Salário-educação	1	-	2	1	-	-	-	-	3	1	-	-	8
PNBE	2	5	2	4	1	-	-	-	1	2	1	-	18
PNSE	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3
Prestação de Contas	3	10	4	-	1	-	2	4	-	-	2	-	26
PDDE	1	1	-	-	1	1	-	2	1	2	1	1	11
Fundescola	1	-	-	-	1	-	-	-	3	-	-	-	5
Sefet	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Denúncia	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	2	1	6
Proep	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Caminho da Escola	-	-	-	2	-	-	-	-	3	1	4	1	11
Concurso	-	-	-	2	-	-	1	3	1	2	1	-	10
Rep. Verbas	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	3
PDE	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	1	4
Brasil Alfabetizado	-	-	-	-	-	-	1	2	3	4	2	-	12
Peja	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Proinfância	-	-	-	-	-	-	6	3	2	-	5	-	16
FundeB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9	-	10
TOTAL	34	35	36	46	25	17	20	70	127	34	69	23	536
Fonte: Ascom/FNDE													

Além disso, em 2007, o FNDE, por meio da sua Assessoria de Comunicação, elaborou e divulgou na Internet 167 matérias, além de reformular e reescrever páginas antigas em função do PDE e elaborar páginas dos novos programas (Caminho da Escola, Proinfância, Formação pela Escola, Fundeb) para o sítio eletrônico do FNDE. Na área de relações públicas, ajudou na elaboração e divulgação do 11.º Encontro Nacional dos Programas do Livro e do estande do FNDE na Bial do Livro do Rio de Janeiro.

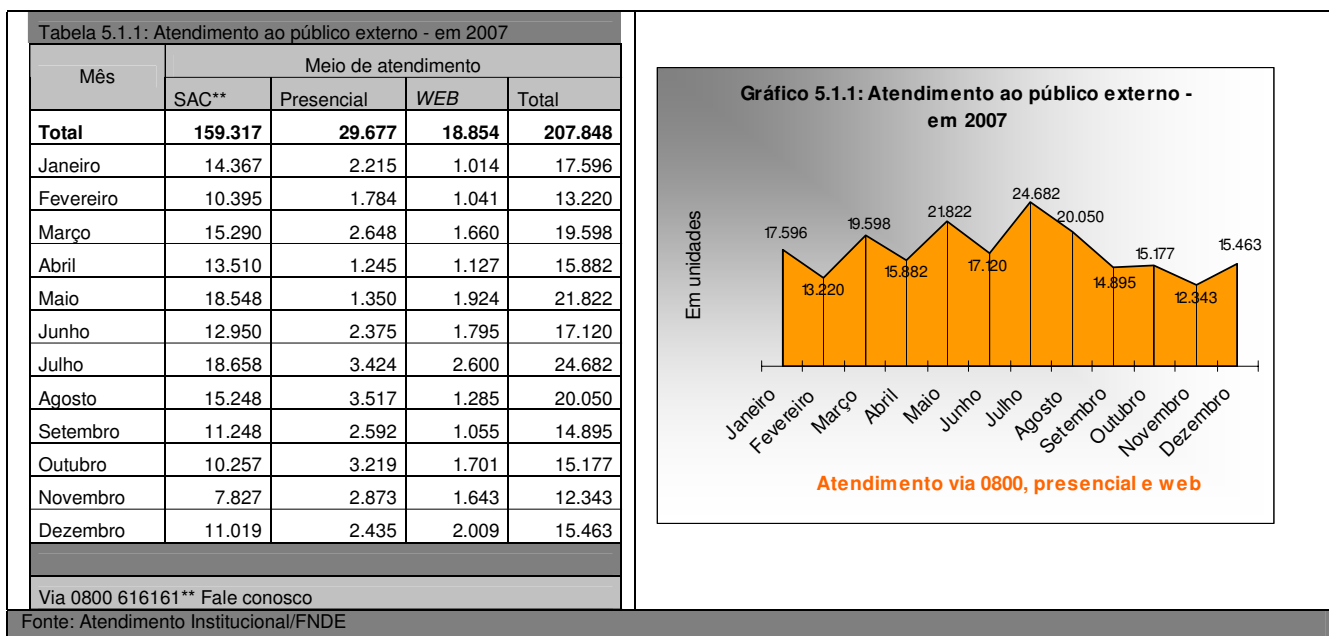
5.1 Atendimento Institucional e Serviço de Atendimento ao Cidadão

O Atendimento Institucional é um serviço personalizado dirigido aos prefeitos, parlamentares, assessores, servidores públicos e comunidade em geral, no âmbito nacional, objetivando estabelecer uma comunicação eficaz e dinâmica entre a recepção e a transmissão das informações do FNDE ao público, por telefone, correio eletrônico, Internet e por meio de atendimento presencial.

A atribuição primordial do Atendimento Institucional é orientar os usuários do serviço em relação a todos os programas e ações educacionais que estão sob a responsabilidade orçamentária e gerencial do FNDE. Os trabalhos consistem em receber, processar, registrar solicitações, direcionando-as às áreas competentes para as deliberações pertinentes aos assuntos demandados.

Atualmente, com o aumento das demandas destinadas ao FNDE, especialmente com as novas diretrizes do Ministério da Educação, principalmente no tocante ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Atendimento Institucional tem sido muito importante, tanto para a Autarquia quanto para a sociedade de todo país.

A Tabela 5.1.1 apresenta o atendimento ao público externo e interno, no exercício de 2007, por demanda mensal. Tais informações ilustradas no Gráfico 5.1.1, considerando-se os meios de atendimento (0800, presencial e *WEB*) registram as maiores elevações nos meses de janeiro, março, maio, julho e agosto. Esses períodos coincidem com as publicações das resoluções que definem as regras de atendimento dos diversos programas e ações executados pela Autarquia.



Quanto ao atendimento por assunto, a Tabela 5.1.2 apresenta as demandas de informações por programa, registrando-se os maiores percentuais de procura pelos temas relacionados diretamente ao MEC (16,63%), seguidos pelo PNLD (16,51%), os projetos executados pelo FNDE (13,36%), o PDDE (11,03%) e o Pnae (10,60%). Esses dados são ilustrados no Gráfico 5.1.2

Assuntos	Meio de atendimento				
	SAC**	Presencial	WEB	Total	%
Total	118.359	29.676	15.875	163.910	100,00
BRASIL ALFABETIZADO	3.006	757	129	3.892	2,37
FNDE	323	73	763	1.159	0,71
FUNDEB	421	17	25	463	0,28
FUNDESCOLA	176	141	62	379	0,23
PAED	731	657	47	1.435	0,88
PDDE	11.624	6.065	383	18.072	11,03
PDDEE	25	21	383	429	0,26
EJA	136	35	74	245	0,15
PEJA	3.381	1.569	74	5.024	3,06
PNAC - PNAE Creche	300	182	246	728	0,44
PNAE	10.477	6.649	246	17.372	10,60
PNAI - PENAE Indígena	13	3	246	262	0,16
PNATE	4.383	3.208	339	7.930	4,84
PNBE	359	37	4.050	4.446	2,71
PNLD	22.803	214	4.050	27.067	16,51
PNLEM	1.374	17	4.050	5.441	3,32
PNSE	51	47	31	129	0,08
PNTE	128	73	1	202	0,12
PROMED	15	5	1	21	0,01
PTA	12.240	9.664	1	21.905	13,36
SME	640	242	206	1.088	0,66
MEC	26.785	0	470	27.255	16,63
Perdidas	18.968	0	0	18.968	11,57

Fonte: Atendimento Institucional/FNDE

Via 0800 616161** Fale conosco

Gráfico 5.1.2: Demandas de informações por programa - em 2007

Programa	Percentual de atendimento
BRASIL ALFABETIZADO	2,5
BRASIL ALFABETIZADO - F	1,0
FUNESCU	0,5
PAET	0,5
PDI	10,5
PDI	0,5
PND	3,0
PND-IBR	10,5
PND-PA	0,5
PND-PA	5,0
PND-PA	3,0
PND-PA	16,5
PND-PA	3,0
PND-PA	0,5
PRONEX	0,5
PTA	13,5
SME	0,5
MEC	16,5

Fonte: Atendimento institucional/FNDE

6. Procuradoria Federal

6.1 Aspectos gerais

A Procuradoria Federal do FNDE (Profe), órgão jurídico, vinculado à Advocacia-Geral da União, nos termos do artigo 131 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei n.º 10.480, de 2 de julho de 2002, da Lei Complementar n.º 73, de 10 de fevereiro de 1993, do Decreto n.º 6.319, de 20 de dezembro de 2007, e da Portaria³ n.º 1.133, de 27 de novembro de 2007, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal (PGF), tem competência para exercer:

- atribuições de representação judicial e extrajudicial, na forma estabelecida pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), da Autarquia;
- atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos da Estrutura Regimental do FNDE, objetivando subsidiar as decisões das respectivas diretorias e no controle interno da legalidade de seus atos;
- apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do FNDE, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, à exceção dos créditos tributários, a partir de 01.04.2007, disciplinados na Lei n.º 11.457, de 16 de março de 2007;
- acompanhamento dos feitos em que o FNDE for parte, assim como aqueles cujo deslinde seja de interesse da Autarquia, independente de ser esta parte ou não;
- zelo pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União; e
- encaminhamento à Procuradoria-Geral Federal ou à Advocacia-Geral da União, conforme o caso, de pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, por seus respectivos membros.

A direção da Procuradoria Federal é exercida por um Procurador-Geral, cuja nomeação é precedida de anuência do Advogado-Geral da União. De acordo com o Decreto n.º 6.319, de 20 de dezembro de 2007, o ordenamento interno da Procuradoria Federal do FNDE foi definido da seguinte forma: uma Subprocuradoria (SUBPC) e uma Coordenação (Codat), composta pela Divisão de Contencioso (Dicon), pelo Serviço de Dívida Ativa (Sedat), pela Divisão de Consultoria Administrativa (Dicad) e pela Divisão Jurídico-Administrativa da Procuradoria Federal (Dijap).

O FNDE por meio da sua Procuradoria Federal vem atuando, no decorrer dos últimos anos, com um novo perfil em sua estrutura interna, razão pela qual buscou adequar suas áreas visando à implementação da nova estrutura organizacional, que se concretizou somente em novembro de 2007.

Cabe registrar as seguintes atividades desenvolvidas no exercício de 2007:

- participação no processo de transferência do salário-educação para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB);
- transferência definitiva da representação judicial às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, por meio da Portaria 593/2007;⁴

³ A Portaria N.º 1.133, de 27 de novembro de 2007, aprova o Regimento Interno do FNDE, tendo em vista a nova estrutura organizacional da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 5.973/2006.

⁴ Portaria N.º 593/2007 – Atribui a representação judicial do FNDE às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação. Publicada no D.O.U. n.º 153 – Seção 1 – pág. 25, de 09 de agosto de 2007.

- posicionamento em relação aos direitos autorais, reclamados por servidores, relativos a elaboração de manuais de orientação, sistemáticas e similares, obtendo, com a colaboração da PRF – 1ª Região, medida liminar prolatada pelo TRF – 1ª Região que, adotando a tese esposada por esta Procuradoria, inovou quanto ao tema e reconheceu a prioridade das ações de educação em relação aos interesses particulares;
- participação no processo de construção da “Compromisso Todos pela Educação” lançado pelo MEC, bem como na elaboração do Projeto de Lei que visa a nova regulamentação da oferta de alimentação escolar e, ainda, posicionamento quanto ao texto do Decreto n.º 6.170/07 e proposta de alterações ao texto da IN/STN N.º 01/97, no sentido de aprimorar a forma de comprovação da dominialidade de imóveis que receberão edificações;
- consultoria jurídica exercida nos processos administrativos relacionados às compras realizadas pelo MEC, visando ao equipamento de todas as escolas do país, cabendo destacar o registro de preços para aquisição de ônibus escolares para o Programa Caminho da Escola, bem como a participação na Comissão de Supervisão do Concurso Público promovido pelo FNDE e na Comissão Especial para estudo das orientações estabelecidas pela Portaria n.º 1.983/MPOG referente à assistência à saúde suplementar dos servidores do FNDE.

6.2 Atuação da Procuradoria Federal - Profe

6.2.1 Atividade consultiva

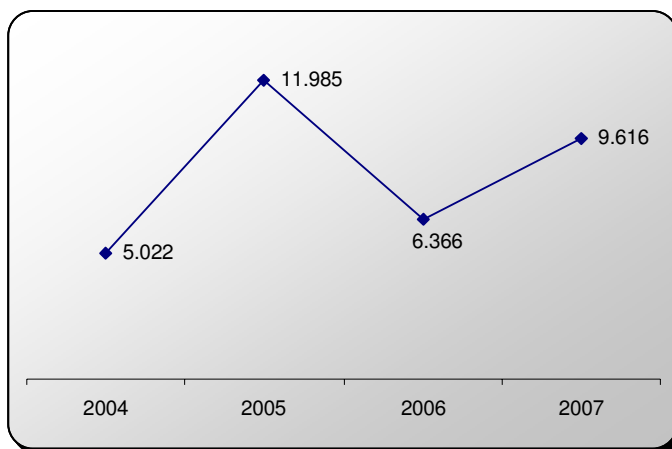
Em 2007, em sua atividade de assessoria, a Procuradoria Federal foi consultada para examinar e fornecer pareceres jurídicos versando sobre diversas matérias jurídicas, tais como:

- exame prévio e conclusivo dos textos de editais de licitação e seus respectivos contratos ou convênios, acordos ou instrumentos congêneres a serem publicados e celebrados pela Autarquia e suas eventuais rescisões e termos aditivos, bem como hipóteses de dispensa ou ineligibilidade de licitação, encaminhados pelas unidades regimentais do FNDE;
- interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida em sua área de atuação e coordenação, quando não há orientação normativa do Advogado-Geral da União;
- exame dos aspectos legais e formais da elaboração de atos normativos do FNDE;
- consultas sobre diversos temas, em especial: direito administrativo, trabalhista, processual, constitucional e tributário;
- manifestação jurídica do procedimento administrativo-fiscal da contribuição social do salário-educação;
- análise técnica de processos administrativos para cobrança de débitos do salário-educação, bem como aqueles oriundos do Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas à inscrição em dívida ativa;
- instrução dos procedimentos administrativos abrangendo: cópia e autenticação de diversos processos administrativos de débito com vistas à elaboração de dossiê, confecção das respectivas Certidões de Dívida Ativa (CDA), atualização dos cálculos, por meio de demonstrativos de débito e encaminhamento dos processos devidamente instruídos à Dicon para ajuizamento do Executivo Fiscal;
- acompanhamento de 526 parcelamentos formalizados neste exercício e nos anteriores, com a expedição mensal das guias de recolhimento e o controle das quitações das parcelas;
- fornecimento de subsídios e informações ao Ministério Público, aos juízes estaduais e federais, à Polícia Federal e aos demais órgãos da AGU sobre a execução dos programas educacionais financiados pelo FNDE, com vista à defesa dos interesses da Autarquia;

Essas atividades foram responsáveis pela lavratura de 9.616 despachos, pareceres e informações, os quais são exercidos em decorrência a atendimento aos dispositivos legais, tais

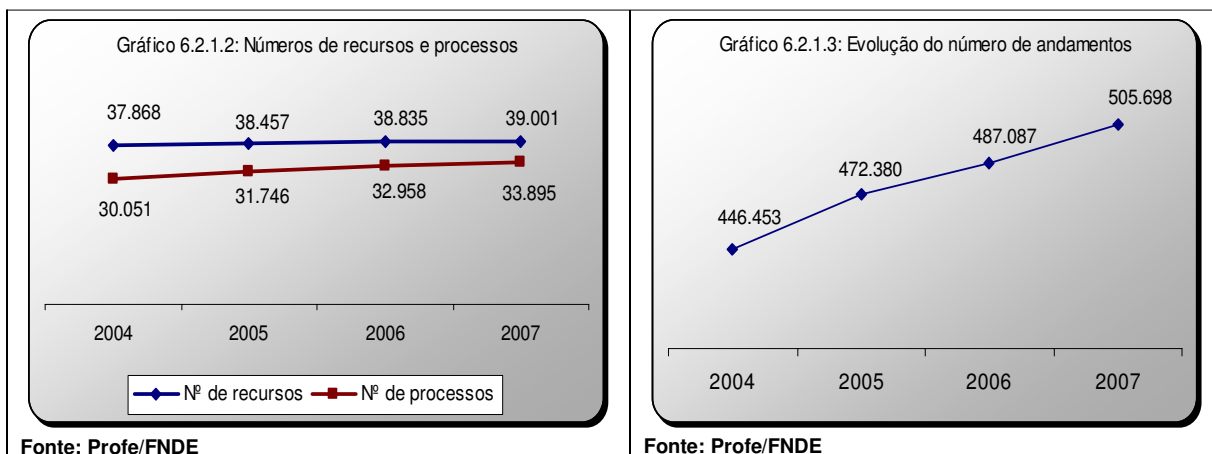
como: Lei n.º 8.666/93 e IN STN N.º 01/97. Em relação ao exercício anterior, houve um incremento de 3.250, correspondendo a 51%, conforme pode ser visto no Gráfico 6.2.1.1.

Gráfico 6.2.1.1: Despachos, pareceres e informações lavrados pela Profe – de 2004 a 2007



Fonte: Profe/FNDE

Como forma de estabelecer eficiência no acompanhamento dos processos, recursos e andamentos das ações jurídicas em que o FNDE é integrante da lide, foi implantado o Sistema de Controle de Processos Jurídicos (SCPJ), cujos resultados contribuíram para o controle em relação ao acompanhamento destas ações, conforme pode ser visto nos gráficos 6.2.1.2 e 6.2.1.3.



A Procuradoria realizou o acompanhamento de mais de oito mil processos judiciais no Distrito Federal, com atuação forense, sustentação oral nos Tribunais do Distrito Federal nas ações mais relevantes para o FNDE, alcançando resultados positivos em todas as intervenções, convertendo-se numa melhoria nas análises e estudos desenvolvidos pelos procuradores federais, no tocante às providências cabíveis ante as questões judiciais, arrecadando recursos financeiros, que são canalizados para o financiamento de projetos educacionais.

6.2.2 Atividade judicial

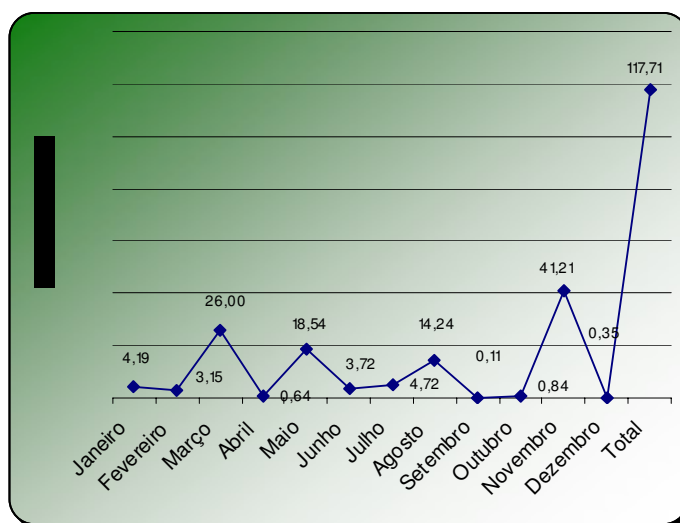
A quantidade de ações judiciais movidas em desfavor e a favor do FNDE, somada à necessidade de cálculos de precatórios, à análise de processos judiciais, ao acompanhamento de 526 parcelamentos formalizados neste exercício e em anteriores, à expedição mensal das guias de recolhimento, e ao controle das quitações das parcelas, demonstram a demanda judicial da Profe no âmbito do FNDE.

Merecem destaque, ainda, as conversões em renda e a transformação de depósitos em pagamento definitivo, que no ano de 2007 atingiram a cifra de R\$ 117.708.285,96, conforme Tabela 6.2.2.1

Tabela 6.2.2.1: Renda mensal de ações – em 2007

Mês	Valores Contabilizados Em R\$
Janeiro	4.191.123,52
Fevereiro	3.150.061,89
Março	25.998.706,77
Abril	642.709,83
Maio	18.537.881,07
Junho	3.715.225,14
Julho	4.715.992,21
Agosto	14.239.653,41
Setembro	112.175,42
Outubro	841.101,56
Novembro	41.214.592,51
Dezembro	349.062,63
Total	117.708.285,96
Fonte Corac / CGCAP / Difin	

Gráfico 6.2.2.1: Renda mensal de ações – em 2007



Quanto às cobranças inscritas em Dívida Ativa, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2007, chegaram a um total de inscrições correspondentes a 274 débitos, sendo: débitos tributários relativos a 14 inscrições, as quais perfizeram um valor total de R\$ 4.060.716,34, e débitos não tributários que corresponderam ao número de 260 inscrições, chegando ao valor total de R\$ 57.120.741,67. Os débitos atingiram o montante de R\$ 61.181.458,01 milhões, conforme demonstra o Gráfico 6.2.2.2.

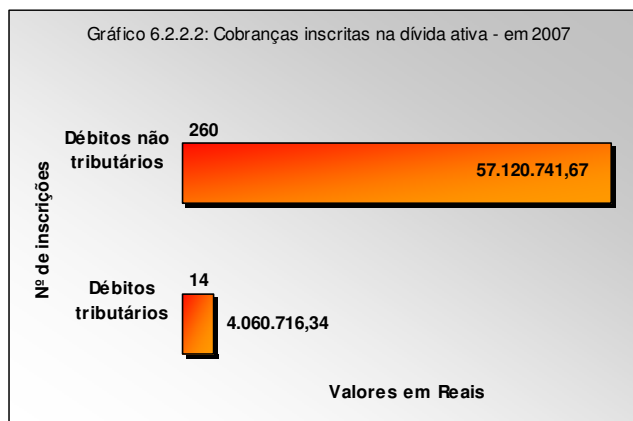
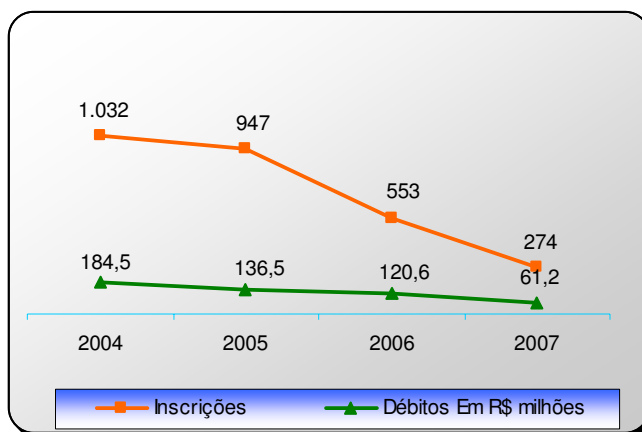


Tabela 6.2.2.2: Inscrições na dívida ativa e valor dos débitos – de 1999 a 2007

Ano	Inscrições		Débitos	
	Quant	Var anual (%)	R\$ milhões	Var anual (%)
2004	1.032	47,64	184,50	67,88
2005	947	-8,24	136,50	-26,02
2006	553	-0,42	120,6	-0,12
2007	274	-0,49	61,2	-0,50

Gráfico 6.2.2.3: Evolução de inscrições na dívida ativa – de 1999 a 2007



Fonte: Profe/FNDE

Podemos observar, na Tabela 6.2.2.2 e no Gráfico 6.2.2.3, que, no decorrer dos últimos anos, as cobranças inscritas em dívida ativa, a partir de 2004, vêm diminuindo gradativamente, principalmente com a transferência definitiva da representação judicial às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação.

No que tange à arrecadação efetuada pela Procuradoria, também em 2007, a soma alcançou o total de R\$ 17.569.370,52 milhões, dos quais R\$ 1.082.986,86 à vista e R\$ 16.486.383,66 em parcelamentos judiciais de caráter especial.

Do exposto, em que pese o grande volume de trabalho e o reduzido quadro de recursos humanos, verifica-se que o FNDE, por intermédio da sua Procuradoria Federal, seguindo a Constituição Federal e o ordenamento jurídico pátrio, tem exercido as atividades que lhe são inerentes, com o necessário perfil jurídico de órgão incumbido da missão de defender a Administração Federal perante os tribunais e de prestar-lhe consultoria.

7. Auditoria Interna

O setor de Auditoria Interna do FNDE desenvolveu, em 2007, suas atividades em conformidade com a IN CGU n.º 07, de 29/12/06, alterada pela IN CGU n.º 09, de 14/11/07, que estabeleceu normas de elaboração e acompanhamento da execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) das entidades da administração indireta do Poder Executivo Federal.

Com a finalidade de cumprir suas competências regimentais, a Auditoria Interna equilibrou o foco de sua atuação entre as ações de controle externas no âmbito do FNDE (auditorias *in loco*) e os atos de gestão interna. A seleção das entidades para a inclusão no PAINT, para o exercício de 2007, priorizou as demandas advindas dos Ministérios Públicos, do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. Foram acrescidas verificações nas execuções de outros convênios/repasses existentes no âmbito dos municípios fiscalizados, abrangendo os recursos repassados nos exercícios de 2005 e 2006. Os critérios técnicos, como materialidade, criticidade e relevância, foram adotados de forma suplementar na realização desses trabalhos.

Para o exercício de 2007 foram programadas 50 entidades a serem auditadas. Foram acrescidas 69 entidades (Extra Paint) sendo que, desse total (119), 9 entidades foram excluídas por motivos diversos (instauração de TCE, convênio em vigência, objeto de fiscalização da CGU) e 12 entidades **reprogramadas** para o exercício de 2008, totalizando 98 entidades auditadas, abrangendo 530. Efetuaram-se, ainda, 67 auditorias extra plano, que somadas com as programadas, totalizaram 98 entidades auditadas, abrangendo 530 repasses/convênios auditados *in loco*, conforme demonstrado na Tabela 7.1, cuja evolução dessa atividade está apresentada no Gráfico 7.1.

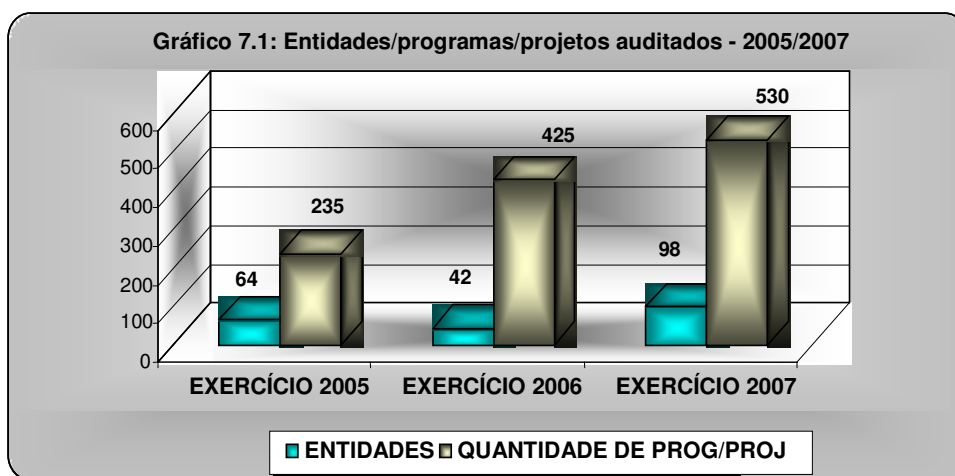


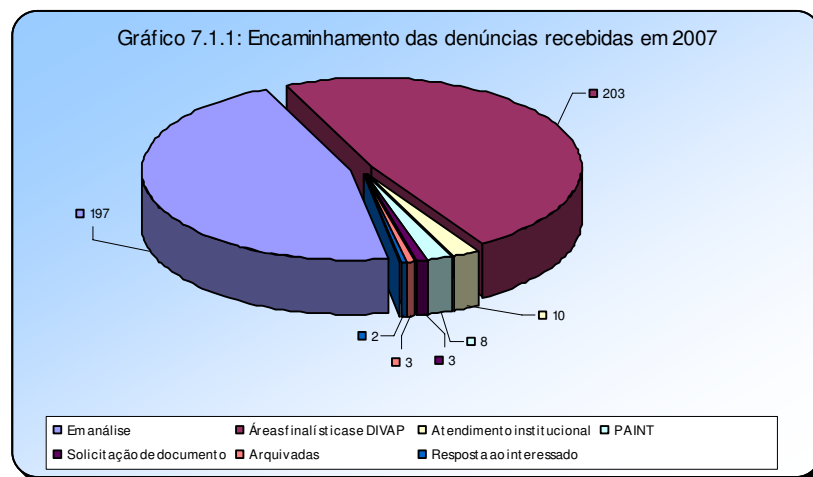
Tabela 1: Quantidade de inspeções mensais de auditorias realizadas – em 2007		
Mês	Entidades	Repasses / convênios
Total	98	530
Janeiro	-	-
Fevereiro	-	-
Março	10	109
Abril	2	2
Maio	7	72
Junho	7	65
Julho	60	196
Agosto	6	77
Setembro	3	6
Outubro	-	-
Novembro	3	3
Dezembro	-	-
Fonte: Audit/FNDE		

7.1 Ouvidoria do FNDE

A atividade de Ouvidoria começou a ser exercida, cumulativamente, pela Auditoria Interna, com a finalidade de otimizar os procedimentos referentes ao recebimento, análise inicial e encaminhamento das denúncias recebidas. Foi desenvolvido, no exercício de 2007, o Sistema de Ouvidoria (Sisouvidor), em fase experimental. Registrou-se o recebimento de 477 denúncias, deliberadas conforme a seguir:

- 51 encaminhadas aos Ministérios Públicos Estaduais, para apuração, por força do Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o FNDE e os referidos órgãos;
- 160, após prévia análise, foram encaminhadas às áreas finalísticas com vistas à adoção de medidas afetas à execução dos programas/projetos;
- 43 foram enviadas à Divisão de Auditoria de Programas – Divap/Audit para análise técnica;
- 197 se encontram em fase de levantamentos preliminares no setor responsável pela triagem, no âmbito da Auditoria Interna, com vistas às providências a serem adotadas;
- 8 estão incluídas na programação de fiscalização para o exercício de 2008 (PAINT);
- 10 foram encaminhadas ao Atendimento Institucional para resposta diretamente ao interessado;
- 3 foram arquivadas;
- em 3, os responsáveis foram diligenciados a apresentarem documentação comprobatória de despesas; e
- em 2, foram emitidas correspondências diretamente ao interessado.

O Gráfico 7.1.1 ilustra as providências adotadas em relação às denúncias recebidas, no exercício de 2007.



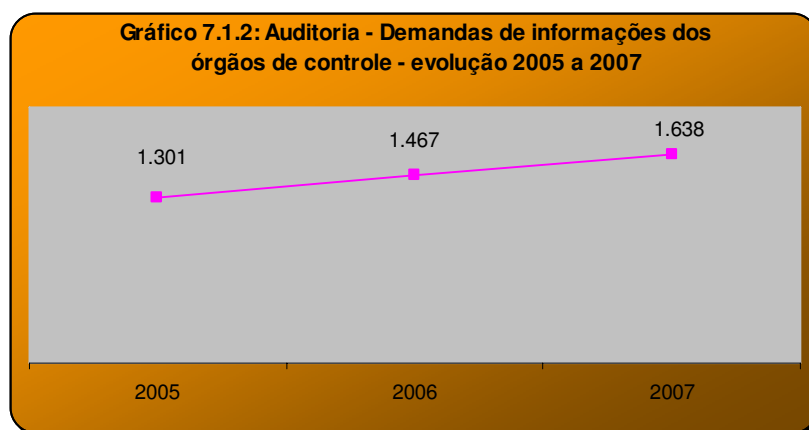
No âmbito interno da Autarquia, cumprindo suas atribuições legais e, ao mesmo tempo contribuindo para o fortalecimento da gestão e o aperfeiçoamento dos controles administrativos da Autarquia, foram realizadas 04 auditorias operacionais, contemplando as Diretorias de Administração e Tecnologia (Dirat), de Programas e Projetos Educacionais (Dirpe) e a Diretoria de Ações e Assistência Educacional (Dirae), acrescidos os trabalhos internos de análises de processos licitatórios.

Foram realizadas, ainda, as seguintes atividades:

- análise e encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/CGU) de 194 processos de Tomada de Contas Especial;
- processamento e solicitação de atendimento aos gestores do FNDE, por meio do Sistema de Cadastro de Diligências (Sicad), de 1.368 ofícios de demandas de informações e documentos procedentes dos órgãos de controle internos e externos, conforme discriminado na Tabela 7.1.1, acima;
- acompanhamento das medidas implementadas junto às Diretorias do FNDE em atendimento às determinações/recomendações do Tribunal de Contas da União e às recomendações formuladas pela Auditoria Interna relativamente às fiscalizações efetuadas na execução dos programas/projetos educacionais;
- análise de 96 processos de justificativas dos gestores estaduais, municipais e outros, em face das auditorias realizadas;
- análise dos relatórios referentes às 180 fiscalizações realizadas pela Controladoria Geral da União, por meio do Projeto de Fiscalização de Municípios, mediante sorteio público, correspondentes aos 20.º, 21.º e 22.º sorteios municipais e 3.º sorteio de estados.

Tabela 7.1.1: Ofícios de demandas de informações de órgãos de controle – em 2007	
Órgãos de Controle	Quantidade
Total	1.368
Controladoria Geral da União	217
Departamento de Polícia Federal	11
Poder Judiciário	4
Ministério da Educação	174
Ministério Público Federal	176
Tribunal de Contas da União	786
Fonte: Audit/FNDE	

Nos últimos anos, vêm sendo registrados aumentos significativos de demanda correspondentes a solicitações de informações dos órgãos de controle, cuja tendência crescente relativa ao período de 2005 a 2007 (25,9%) está demonstrada no Gráfico 7.1.2.



Ações de Fortalecimento do Setor de Auditoria Interna:

Iniciou-se, em 2007, a reestruturação do setor de Auditoria Interna face às demandas do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE). Dentre estas ações, destacam-se:

- elaboração de resolução específica; e
- elaboração de manual de procedimentos de ação de controle do FNDE.

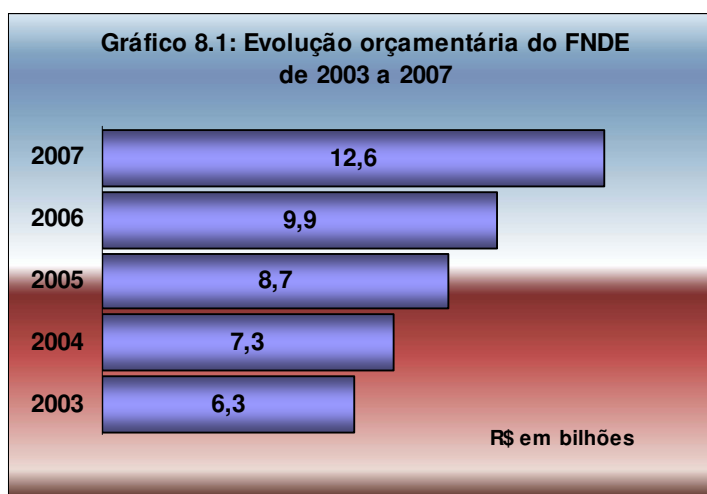
Ressalta-se que, embora a Autarquia tenha assumido novas competências, podendo-se destacar, no exercício de 2007, a transferência da Gestão do Fundeb da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) para o FNDE, conforme Portaria n.º 952, de 8/10/07, bem como a gestão do Projeto Alvorada, não houve alteração significativa na força de trabalho em relação ao quadro de pessoal do exercício de 2006.

8. Administração

A atuação do FNDE no campo da provisão de recursos e da execução de ações para o desenvolvimento da educação tem sido progressivamente ampliada, nos últimos anos, por força, de modo geral, da prioridade que o governo vem atribuindo a este segmento de política pública social e, em especial, pela expertise e capacidade que a Autarquia vem acumulando.

Uma instituição do porte do FNDE, com a imensa responsabilidade de desempenhar a função de braço operacional dos programas e ações voltados para a educação pública do país, necessita de uma estrutura física-operacional e de capital humano preparados para dar o suporte condizente com a realização da sua missão.

Conforme ilustra o Gráfico 8.1, o crescente volume orçamentário confirma a deliberada preocupação do poder público para com a educação e persevera a tendência crescente de ampliação da atuação do FNDE como órgão de implementação de políticas educacionais, com vistas a efetivar a proposta de democratização do acesso e da permanência do aluno na escola, e ainda concorrer para a elevação da qualidade do ensino público.



Fonte: Difin/FNDE

Em contrapartida a esse crescimento de competência, a Autarquia continua se deparando com insuficiência quantitativa de recursos humanos, para cumprir as responsabilidades que lhe são atribuídas, o que será substancialmente amenizado com a absorção dos classificados no concurso que está sendo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, para provimento de 78 cargos vagos na Carreira de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais e 113 cargos vagos na Carreira de Suporte Técnico ao Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, totalizando 191 cargos.

O compromisso e a determinação da administração do FNDE, para levar a bom termo os objetivos estratégicos, conduziu a organização a desenvolver processos de implementação de soluções que proporcionam melhorias de performance dos recursos, tornando-os mais eficientes e eficazes.

Entre as várias soluções, cabe destacar as seguintes:

- continuidade da valorização da gestão do conhecimento;
- elaboração do Plano Anual de Capacitação;
- implementação de projetos voltados para o desenvolvimento de competências básicas, gerenciais e específicas;
- incentivo educacional;

- consolidação do processo de implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens–SCDP;
- ampliação dos meios tecnológicos e de informações para elevar a performance da Autarquia, no que tange à utilização da modalidade pregão eletrônico;
- atualização e aumento do parque computacional;
- elaboração do termo de referência e licitação do projeto de adequação e reforma do edifício sede do FNDE;
- ampliação da capacidade dos servidores de Internet e de sistemas, melhoria na conexão com a Internet e ampliação da segurança lógica na rede do FNDE;
- implantação do processo de desenvolvimento de sistemas;
- implantação das metodologias de gestão de atendimento de serviços de tecnologia da informação (ITIL);
- consolidação do processo de instalação de Sala Cofre Modular para o Centro de Processamento de Dados do FNDE.

Estas ações e as demais atividades desenvolvidas no transcorrer de 2007, voltadas a oferecer suporte à realização dos objetivos finalísticos do FNDE, serão apresentadas a seguir.

8.1 Pessoas e organização

8.1.1 Quadro funcional do FNDE

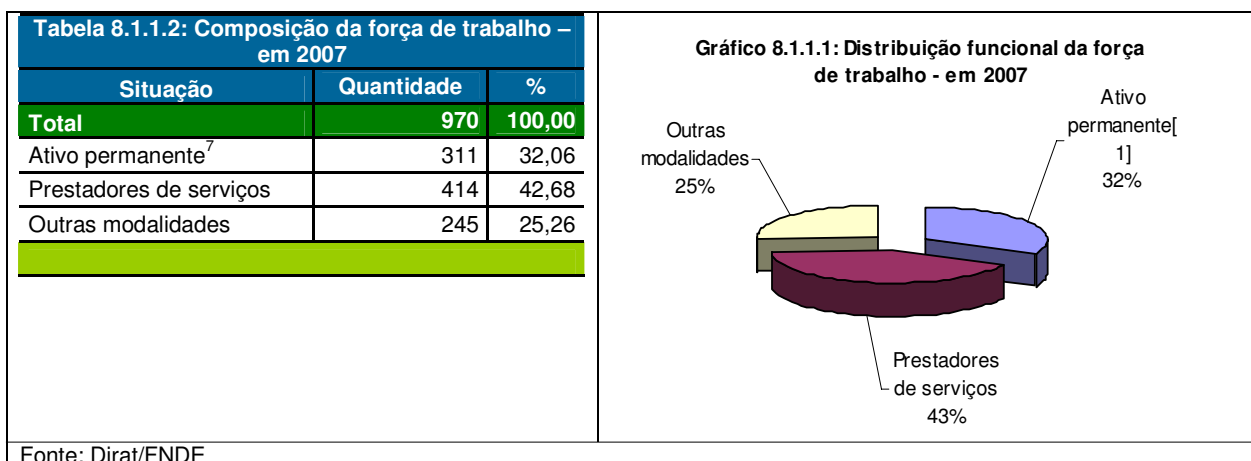
O quadro funcional do FNDE é constituído por 1.430 pessoas. Deste total, 970 compõem a força de trabalho (subtotal A – 80 cedidos), entendida como a quantidade de pessoas de que dispõe, efetivamente, a instituição para realizar as atividades diárias⁵, conforme Tabela 8.1.1.1.

Tabela 8.1.1.1 : Quadro de pessoal por situação funcional – em 2007		
Situação Funcional	Quantidade	%
Total (A+B)	1.430	100,00
Ativo permanente ⁶	391	37,24
Contrato temporário da União	201	19,14
Nomeado para cargo em comissão (sem vínculo)	20	1,90
Exercício descentralizado – carreiras (AGU e MP)	15	1,43
Requisitado	09	0,86
Prestador de serviços (Apoio administrativo e Informática)	414	39,43
Servidores cedidos	80	7,62
Subtotal (A)	1.050	73,43
Aposentado	322	84,74
Aposentado / TCU	3	0,79
Instituidor de pensão	55	14,47
Subtotal (B)	380	26,57
Fonte: Dirat/FNDE – Siape 2007		

⁵ No conceito de força de trabalho, não se consideram as atividades relativas à segurança, manutenção, transporte, limpeza, serviço de copa.

⁶ Inclui o quantitativo de oitenta servidores cedidos e sete tabelistas.

Quanto à composição proporcional da força de trabalho, segundo se observa na Tabela 8.1.1.2 e no Gráfico 8.1.1.1, trata-se de 42,68% de prestadores de serviços, 32,06% de servidores com situação funcional de ativo permanente em atuação no FNDE e 25,26% de outras modalidades, como Contrato Temporário da União e demais situações.



Fonte: Dirat/FNDE

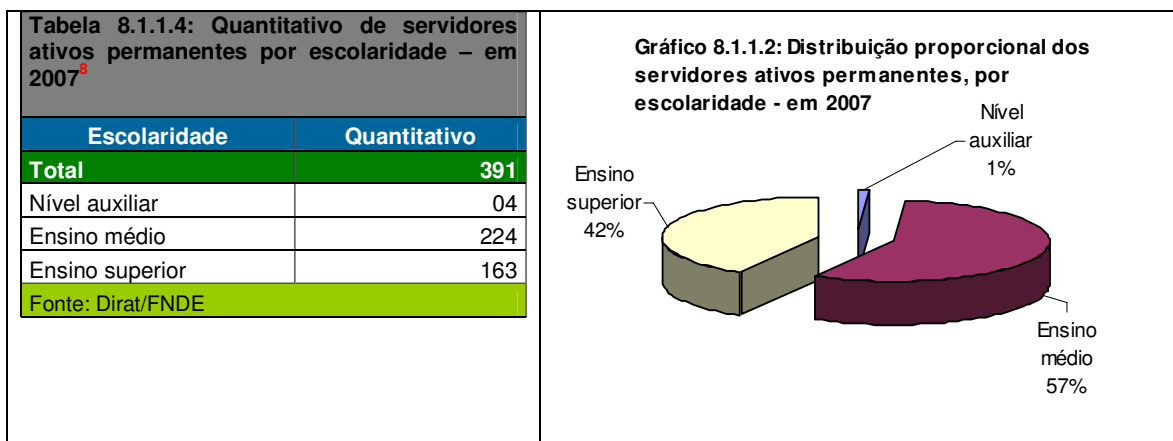
Tabela 8.1.1.3: Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)		
Atos	Quantidade	Registrados no Sisac Quantidade
Admissão	01	01
Desligamento	02/ATIVO + 44/cactos = 46	02/ATIVO + 44/cactos = 46
Aposentadoria	05	05
Pensão	02	02

Fonte: Dirat/FNDE

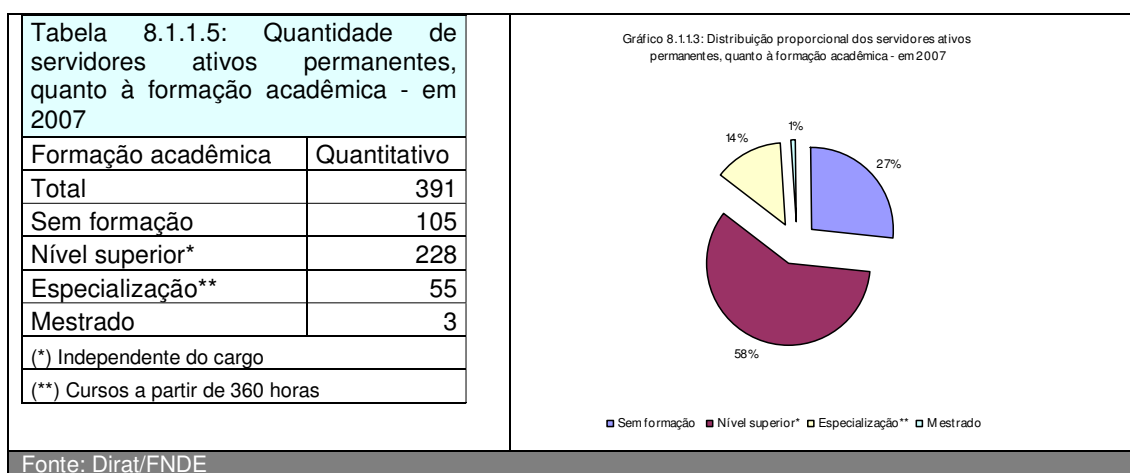
Servidor Ativo

O quadro de servidores “ativo permanente” do FNDE é constituído por 391 pessoas, sendo: quatro servidores de nível auxiliar (1,0%), 224 de nível intermediário (57%) e 163 de nível superior (42%), incluindo titulações acadêmicas de especialização e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, conforme Tabelas 8.1.1.4 e 8.1.1.5 e Gráfico 8.1.1.2. Os Gráficos 8.1.1.3 e 8.1.1.4 demonstram a diversidade quanto ao gênero, masculino e feminino, e a distribuição da faixa etária, respectivamente.

⁷ Não inclui oitenta cedidos. Inclui sete tabelistas.



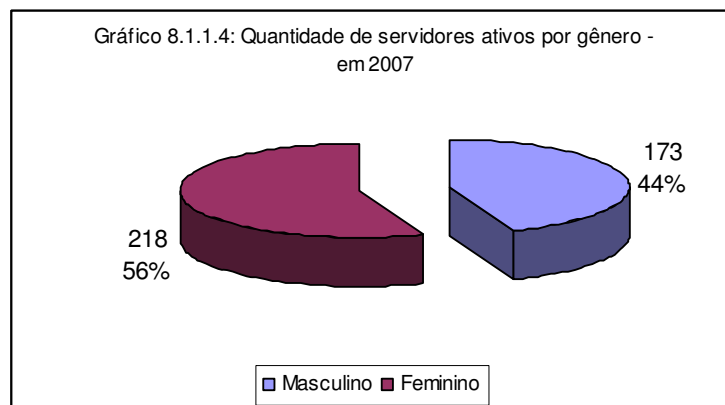
Analisando pelo âmbito da formação acadêmica, equivalente aos dados da Tabela 8.1.1.5, 58% dos servidores ativos permanentes possuem formação superior. Este percentual, comparado à proporção de cargos de nível superior (42%), permite concluir que boa parte dos que ocupam cargos de nível intermediário e auxiliar têm formação acadêmica. Do total dos que possuem nível superior, 24% têm especialização ou pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*.



Quanto ao gênero, a maior parte dos servidores ativos permanentes é constituída de mulheres (218), correspondendo a 56%, conforme se observa no Gráfico 8.1.1.4.

Gráfico 8.1.1.4: Quantidade de servidores ativos por gênero – em 2007

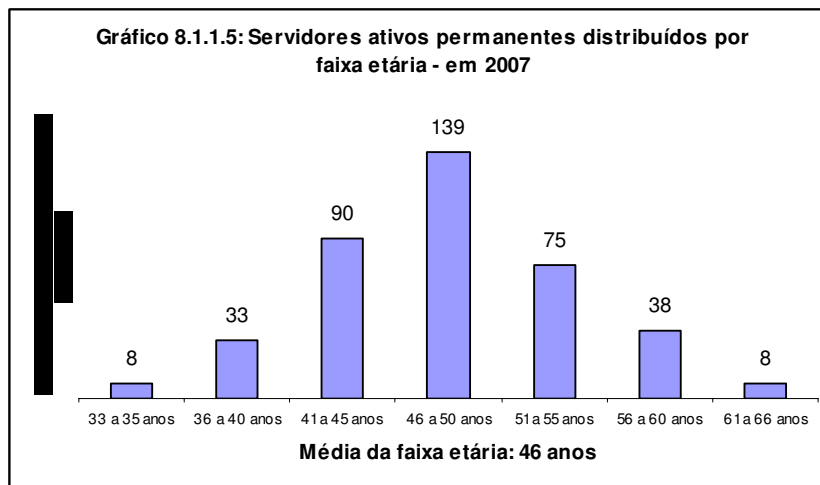
⁸ Registra-se que sete servidores pertencem à situação funcional de tabelistas e que oitenta são cedidos.



Fonte: Dirat / FNDE

No que se refere à faixa etária dos servidores no quadro ativo permanente, percebe-se pelo Gráfico 8.1.1.5 que a grande maioria tem idade acima dos 41 anos, alcançando cerca de 89,51%. Este foi um dos indicadores que provocou a realização do concurso público que irá minimizar os problemas de carência de pessoal, bem como viabilizar a transferência da expertise acumulada dos servidores atuais para a consecução das finalidades institucionais e do desempenho organizacional.

Gráfico 8.1.1.5: Servidores ativos permanentes distribuídos por faixa etária – em 2007



Fonte: Dirat/FNDE

A distribuição dos servidores ativos permanentes, por unidade regimental do FNDE, segundo o nível do cargo, encontra-se na Tabela 8.1.1.6.

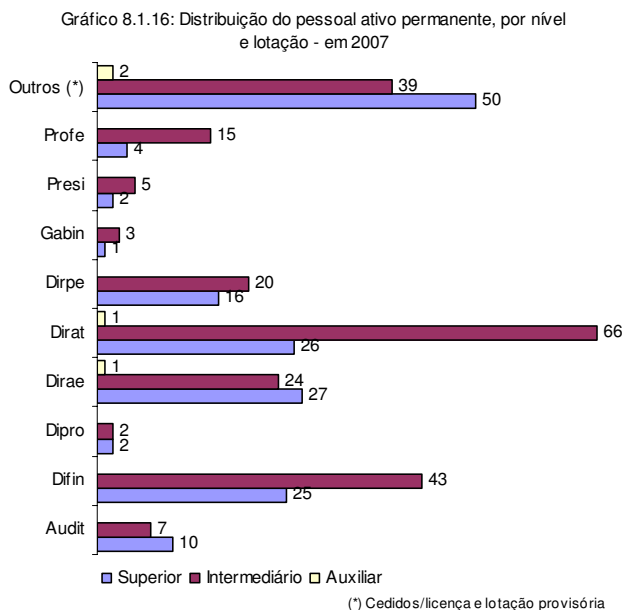
Tabela n.º 8.1.1.6: Pessoal ativo permanente do FNDE, por nível e lotação – em 2007

Unidades Regimentais	Superior	Intermediário	Auxiliar	Total	%
Total	163	224	4	391	100,00
AUDIT	10	7		17	4,35
DIFIN	25	43		68	17,39
DIPRO	2	2		4	1,02
DIRAE	27	24	1	52	13,30
DIRAT	26	66	1	93	23,79
DIRPE	16	20		36	9,21
GABIN	1	3		4	1,02
PRESI	2	5		7	1,79

PROFE	4	15		19	4,86
Subtotal	113	185	2	300	76,73
Cedidos / licença e lot. provisório	50	39	2	91	23,27
Fonte: Dirat/FNDE					

Com base no Gráfico 8.1.1.6, que foi construído com os dados da tabela 8.1.1.6, quanto à lotação dos servidores ativos permanentes, observa-se que 23,79% estão na Diretoria de Administração e Tecnologia (Dirat); 17,39% na Diretoria Financeira (Difin); 13,30% servem na Diretoria de Ações Educacionais (Dirae); 22,25% estão distribuídos pelas outras unidades regimentais da Autarquia; e os demais 23,27% estão cedidos a outras instituições públicas.

Gráfico 8.1.1.6: Distribuição proporcional de pessoal ativo permanente do FNDE, por nível e lotação – em 2007



Fonte: Dirat/ FNDE

8.1.2 Cargos Comissionados: Função Gratificada (FG), Direção de Assessoramento Superior (DAS) e Função Comissionada Técnica (FCT)

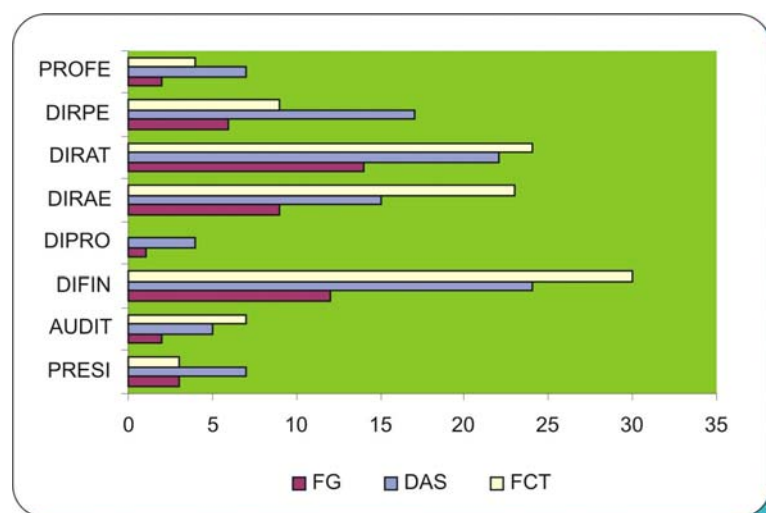
Com a edição do Decreto n.º 5.973, de 29 de novembro de 2006, publicado no DOU de 30 de novembro de 2006, o FNDE passou a contar com 150 cargos comissionados, dos quais 101 são DAS e 49 FG, que foram apostilados conforme Portaria n.º 373, de 19 de dezembro de 2006, republicada no Boletim de Serviço (BSE) n.º 01/07, de 08 de janeiro de 2007, homologados pela Portaria n.º 2.028, de 29 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 16 de janeiro de 2007, conforme demonstrado na Tabela 8.1.2.1. A Autarquia ainda dispõe, até o presente momento, de 100 FCT, totalizando 250 cargos em comissão e funções.

Com a aprovação do Regimento Interno, decorrente da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto n.º 5.973, de 29 de novembro de 2006, publicado no DOU de 30 de novembro de 2006, conforme Portaria FNDE n.º 1.133, de 27 de novembro de 2007, publicada no DOU de 28 de novembro de 2007, os atos de nomeação dos ocupantes de cargo em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) foram apostilados pela Portaria n.º 290, de 21 de dezembro de 2007, e publicados no Boletim de Serviço Extra n.º 39/2007.

A distribuição proporcional dos cargos, se comparada com a também distribuição proporcional dos servidores entre as diversas unidades regimentais da Autarquia, pode ser observada no Gráfico 8.1.2.1. De acordo com o referido gráfico, coube à Difin a maior proporção das funções FCT e DAS, seguida da Dirat.

Tabela 8.1.2.1: Cargos comissionados (FG, DAS) e FCT por unidade regimental – em 2007															
Unidade Regimental	Cargo													Total	%
	FG		DAS							FCT					
	Código	Subtotal	Código						Subtotal	Código			Subtotal		
	1		1	2	3	4	5	6		1 a 5	6 a 10	11 a 15			
Total	49	49	10	31	33	20	6	1	101	17	56	27	100	250	100,0
PRESI	3	3	0	1	1	4	0	1	7	1	1	1	3	13	5,2
AUDIT	2	2	0	3	1	1	0	0	5	1	6	0	7	14	5,6
DIFIN	12	12	4	6	10	3	1	0	24	3	20	7	30	66	26,4
DIPRO	1	1	1	0	1	1	1	0	4	0	0	0	0	5	2,0
DIRAE	9	9	2	1	8	3	1	0	15	5	14	4	23	47	18,8
DIRAT	14	14	0	12	5	4	1	0	22	3	8	13	24	60	24,0
DIRPE	6	6	2	5	6	3	1	0	17	3	5	1	9	32	12,8
PROFE	2	2	1	3	1	1	1	0	7	1	2	1	4	13	5,2
Fonte: Dirat/FNDE															

Gráfico 8.1.2.1: Distribuição de funções por unidade regimental - em 2007



8.2 Concurso Público

A realização de concurso público para o FNDE representa o início da implantação da Carreira de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, composta dos cargos de Especialista e de Suporte Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais, para os níveis superior e intermediário, respectivamente, imprescindíveis à consolidação, ao desenvolvimento, e, especialmente, à estruturação das atividades para o desenvolvimento das competências básicas da Autarquia.

A autorização para a realização do concurso público para o FNDE veio da Portaria MPOG n.º 122, de 24 de abril de 2007, publicada no DOU de 25 de abril de 2007, e o processo de seleção pública obedece ao disposto na Portaria MPOG n.º 450, de 06 de novembro de 2002, que estabelece normas gerais para realização de concurso público.

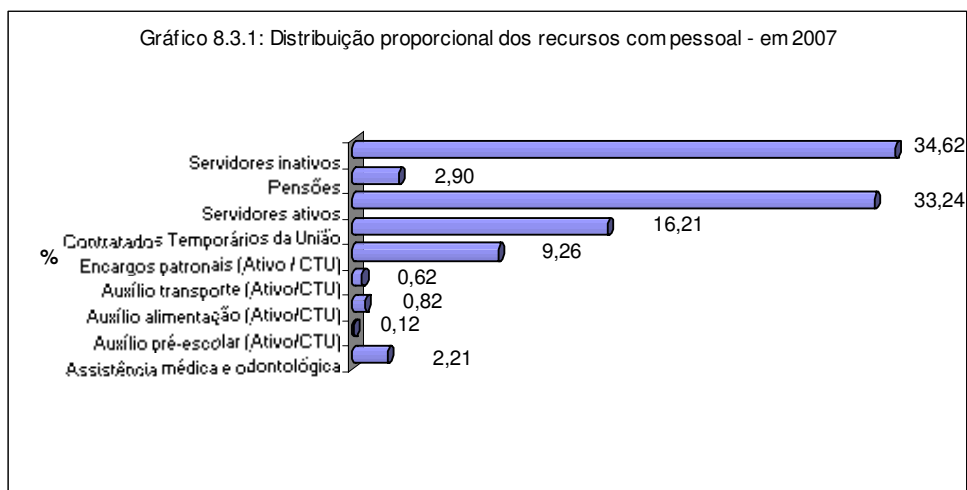
A realização do concurso foi atribuída à Fundação Getúlio Vargas, cujas provas para provimento de 78 cargos de Especialista e 113 cargos de Suporte Técnico, totalizando 191 cargos, ocorreram, respectivamente, nos dias 25/11 e 02/12 de 2007.

8.3 Recursos financeiros para pessoal

Em 2007, conforme a Tabela 8.3.1 e o Gráfico 8.3.1, o FNDE despendeu R\$ 74,5 milhões com pessoal, sendo R\$ 25,2 milhões para o pagamento de servidores ativos, R\$ 11,0 milhões com contratos temporários da União (CTU), 7,8 milhões com encargos patronais, R\$ 23,9 milhões para o pagamento de servidores inativos, R\$ 1,9 milhão com auxílio alimentação, pré-escolar, transporte e assistência médica e odontológica e R\$ 2,3 milhões com o pagamento de exercícios anteriores referentes aos 3,17%⁹, abono permanência, incorporação de quintos, gratificação de produção suplementar e exercício de substituição.

Ainda no contexto dos recursos financeiros para pessoal, no exercício de 2007, foi registrada a ocorrência de 41 rescisões de contratados temporários da União.

Tabela 8.3.1: Distribuição dos recursos financeiros executados em R\$ com pessoal, por ação – em 2007	
Ações executadas	Total
Total	73.000.022,93
Servidores inativos	25.271.936,16
Pensões	2.119.788,98
Servidores ativos	24.264.393,02
Contratados Temporários da União	11.830.458,25
Encargos patronais (Ativo / CTU)	6.757.427,76
Auxílio transporte (Ativo/CTU)	450.000,00
Auxílio alimentação (Ativo/CTU)	600.000,00
Auxílio pré-escolar (Ativo/CTU)	91.200,00
Assistência médica e odontológica	1.614.818,76
Fonte: Dirat/FNDE	



Fonte: Dirat / FNDE – Siape 2007

8.4 Diárias e passagens

Em 2007, foram despendidos recursos no montante de R\$ 2.654.636,73 com passagens e diárias para servidores em missão oficial, com vistas à realização de atividades relacionadas ao acompanhamento e à avaliação de programas, projetos e ações educacionais, bem como para treinamentos, palestras, capacitações e outros eventos.

⁹ Pagamento dos 3,17%. Os servidores que se encontravam no Poder Executivo no ano de 1995 e que receberam o reajuste salarial de 22,07% ao invés de 25,94%, fazem jus ao percentual de 3,17%. Em 2001, foi decidido conceder a diferença de 1995 a 2001, via administrativa, de forma parcelada, num período de sete anos, por meio de duas parcelas anuais. Em agosto e dezembro de 2007, foram pagas a 12.ª e a 13.ª parcelas, respectivamente.

Pagamento: abono permanência, incorporação de quintos, Gratificação de Produção Suplementar – GPS, exercício de substituição

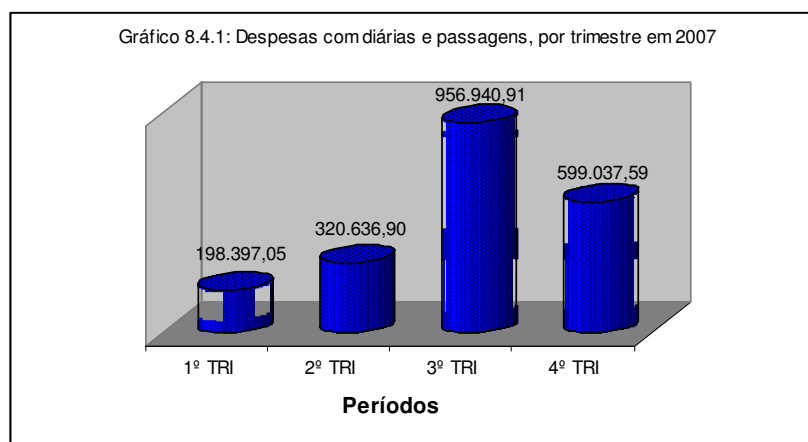
Considerando que, em 2006, foram despendidos R\$ 2.420.486,52, constata-se um acréscimo de 9,6% destacando-se que, segundo o Quadro 8.4.1 e a Tabela 8.4.1, as despesas foram maiores, na ordem decrescente, II, III, IV e I trimestres, 41%, 30%, 18% e 11% respectivamente, conforme se observa no Gráfico 8.4.1, cujas razões foram as apresentadas no Quadro 8.4.1.

Quadro 8.4.1: principais eventos realizados em 2007			
Evento	Unidade responsável	Município	Mês de Realização
Seminário Nacional de Rede Kôdya "Celebrando o Direito Humano à Alimentação Escolar" .	Dirae	Salvador/BA	Fevereiro
Encontro Intermunicipal de Agentes de Controle Social do Pnae, PDDE, Pnate, Peja e Fundeb.	Dirae	Ariquemes/RO	Março
Seminário Nacional "Educando com a Horta Escolar".	Dirae	Brasília/DF	Maio
Encontro de Capacitação dos Monitores do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar.	Dirae	Brasília/DF	Junho
11.º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.	Dirae	São Luís	Junho
1.º Encontro Regional de Nutricionistas de Alimentação Escolar.	Dirae	Pirenópolis/GO	Agosto
Trabalho de Campo nos municípios participantes do Programa Compromisso Todos pela Educação.	Dirpe	Natal/RN São Luís/MA Salvador/BA Maceió/AL Recife/PE João Pessoa/PB	Agosto
Encontro Intermunicipal do Pnae com Agricultores Familiares.	Dirae	Cascavel/PR	Outubro
Fonte: Dirat/FNDE			

Tabela 8.4.1: Despesas com diárias e passagens – em 2007					
Trimestre	Mês	Diárias	Passagens	Diárias e Passagens	%
		R\$	R\$	R\$	
	Total Geral	582.246,41	1.492.766,04	2.075.012,45	
Subtotal		92.747,06	105.649,99	198.397,05	
I	Janeiro	12.399,29	0,00	12.399,29	1
	Fevereiro	30.021,20	50.867,27	80.888,47	5

	Março	50.326,57	54.782,72	105.109,29	4
Subtotal		161.485,07	159.151,83	320.636,90	
II	Abril	28.496,98	20.285,22	48.782,20	3
	Maio	78.069,32	120.152,30	198.221,62	17
	Junho	54.918,77	18.714,31	73.633,08	23
Subtotal		221.935,48	735.005,43	956.940,91	
III	Julho	97.784,97	497.847,49	595.632,46	9
	Agosto	59.387,46	175.062,48	234.449,94	12
	Setembro	64.763,05	62.095,46	126.858,51	8
Subtotal		106.078,80	492.958,79	599.037,59	
IV	Outubro	52.173,07	190.097,74	242.270,81	9
	Novembro	35.185,02	146.074,03	181.259,05	6
	Dezembro	18.720,71	156.787,02	175.507,73	3

A partir de 1/10/2007, foi implantado no FNDE o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), desenvolvido pelo MPOG, seguindo as orientações da CGU. Desta forma, os gastos com passagens e diárias encontram-se, doravante, disponibilizados para os órgãos de controle e outros segmentos interessados.



Fonte: Dirat/FNDE

Diversas atividades, por terem início no começo da semana ou por ocorrerem em datas próximas a feriados, motivaram deslocamentos em finais de semana. As viagens, os eventos, a quantidade de servidores e o local encontram-se destacados no Quadro 8.4.2.

Quadro 8.4.2: viagens iniciadas nas sextas-feiras e aos sábados – em 2007		
Qtde. de Servidores	Local	Evento
52	TOTAL	
1	Roma/Itália	34ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU
2	Maceió/AL	Encontro Executivo do Fundescola
1	Salvador/BA	I Seminário Estadual de Implementação do Decreto n.º 59.406
2	Cascavel/PR	Parceria
4	Rio de Janeiro/RJ	Inmetro – Programa Caminho da Escola
3	Luanda/Angola	Alimentação Escolar
1	Belém/PA	Reunião Anual da SBPC
1	Candói e Mangueirinha/PR	Alimentação Escolar
1	Candói e Mangueirinha/PR	Parceria
1	San Salvador/El Salvador e Manágua/Nicarágua	Palestra em Conferência
3	Brasília/DF e Natal/RN	Parceria

1	Brasília/DF e São Luís/MA	Parceria
3	Brasília/DF e Salvador/BA	Parceria
1	Brasília/DF e Maceió/AL	Parceria
1	Brasília/DF e Recife/PE	Parceria
2	Brasília/DF e João Pessoa/PB	Parceria
1	Campo Bonito, Lindoeste/PR e Sorriso/MT	Alimentação Escolar
1	Paulo Afonso/BA	Alimentação Escolar
1	São Paulo/SP	Alimentação Escolar
1	Ibema/PR e Santa Maria/RS	Parceria
1	Lindoeste/PR	Parceria
1	Paulo Afonso/BA	Parceria
1	Santa Maria/RS	Parceria
1	Capanema e Hororio Serpa/PR	Alimentação Escolar
1	Porto Alegre/RS	Bienal de Artes Visuais do Mercosul
10	Recife/PE	III Congresso Internacional de Alimentação Escolar
1	Nova Laranjeiras/PR	Parceria
2	Recife/PE	Parceria
1	Porto Alegre/RS	53ª Feira do Livro
1	João Pessoa/PB e Maceió/AL	Parceria

8.5 Programa de Estágio

O FNDE, mediante convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), propicia atividade conjunta para operacionalização do Programa de Estágio a Estudantes regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, ensino médio, educação profissional de nível médio ou educação especial, vinculados à estrutura do ensino público e privado do país, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento dos discentes ao longo de sua formação, permitindo-lhes receber treinamento prático com vistas à formação profissional.

Durante o exercício de 2007, a Autarquia ofereceu a totalidade de 181 vagas, sendo que em dezembro a folha de pagamento espelhou um quantitativo de 49 estagiários de nível médio e 120 estagiários de nível superior, com cargas horárias de 4, 6 e 8 horas de atividade na Autarquia, cuja distribuição por unidade regimental está apresentada na Tabela 8.5.1.

Tabela 8.5.1: Total de vagas de estagiários ocupadas por unidade em 2007			
Unidade Regimental	Nível Médio	Nível Superior	Subtotal*
Gabin	2	10	12
Difin	12	40	52
Dirpe	6	13	19
Dirae	6	9	15
Dirat	18	20	38
Audit	2	3	5
Profe	3	17	20
Dipro	0	8	8
Total de Estagiários	49	120	169
* Posição dezembro de 2007			
Fonte: Folha de Pagamento 12/2007/SRH/FNDE			

8.6 Programa Qualidade de Vida

O Programa Qualidade de Vida, voltado à valorização dos servidores do FNDE, sintetiza ações interligadas que abrangem iniciativas, melhorias estruturais no ambiente do trabalho e inovações gerenciais, visando ao alcance das condições plenas de desenvolvimento humano em suas três dimensões: biológica, psicológica e sócio-funcional.

A meta do Programa é ampliar as ações a todas as unidades do FNDE, tendo como proposta a busca e o resgate da imagem, a motivação e a auto-estima do servidor para um trabalho dinâmico, no sentido de procurar compreender e valorizar suas necessidades, baseado nos eixos estratégicos: melhoria na interconectividade da rede de pessoas; fortalecimento da imagem da instituição e do servidor; reconhecimento e valorização dos talentos; e preservação da saúde e da segurança no ambiente de trabalho.

A adoção de políticas de qualidade de vida busca como benefícios diretos, entre outros, a redução do absenteísmo, o desenvolvimento da capacidade e da sensibilidade humana, a integração social no trabalho, a redução da rotatividade, a melhoria de atitudes e a motivação para o trabalho, além da saúde e do bem-estar do servidor, com o conseqüente aumento da produtividade.

8.6.1 Rede de Pessoas

O Programa Qualidade de Vida no FNDE possui ações voltadas à melhoria dos relacionamentos e valorização dos talentos da Autarquia, por intermédio da execução de diversas atividades como ginástica laboral, grupos de oração, oficinas de dança (salão, forró, ventre), de ioga, oficinas de arte, exposição de trabalhos artesanais e troca-troca de livros etc.

Quadro 8.6.1.1: quantidade de participantes, segundo as ações oferecidas pelo Programa Qualidade de Vida - em 2007	
Ações	Participantes
Ioga	23
Dança do Ventre	25
Dança de Salão	20
Forró	50
Ginástica Laboral	375
Grupo de Oração	50
Dia do Servidor Público aposentado	25
Dia Internacional da Mulher	66
Fonte: Programa Qualidade de Vida/Didav/CGPEO	

8.6.2 Valorização de servidores

No ano de 2007, a Autarquia apoiou-se nas ações que buscaram a valorização dos servidores e o desenvolvimento de suas habilidades e competências, oferecendo oportunidades de crescimento pessoal e dando suporte ao desenvolvimento humano.

A promoção da satisfação e da motivação dos servidores como forma de contribuir para o bem-estar físico, mental e social, com a perspectiva de obter maior qualidade e produtividade no trabalho, levou à implementação e continuação das ações de valorização dos servidores, mediante:

- Incentivo Educacional
- Curso de Idioma Estrangeiro
- Rede de Parcerias

- Banco de Talentos
- VI Feira de Qualidade de Vida – VIVA TERRA VIVA!
- I Encontro de Arte e Cultura
- Campanha Solidária de Natal

8.6.3 Promoção da Saúde do Servidor

Em seu eixo Saúde, a política de qualidade de vida busca trabalhar o ser humano em todas as suas dimensões, além de desenvolver atividades de caráter holístico e terapêutico.

Para casos que requerem tratamento mais especializado, incentiva-se primeiramente a adesão do servidor ao Plano de Saúde como forma de conscientizá-lo sobre a importância e os benefícios do plano. Paralelamente, buscam-se parcerias com hospitais, clínicas e centros de tratamento, para auxiliar os servidores que necessitam de cuidados médicos.

Quadro 8.6.3.1: ações voltadas para a promoção da saúde dos servidores e dependentes - em 2007	
Ação	Clientela
Ambulatório de Tabagismo ¹⁰	8
Hanseníase	600
Prevenção às Doenças Sexualmente Transmitidas	1 500
De Olho no Olho	149
Luta e Combate Contra o Câncer	18
Dia do Diabético	66
Dia Nacional de Combate ao Fumo	40
Dia Nacional de Combate às Drogas	358
Dia Nacional de Saúde Bucal	126
Dia Nacional do Doador de Sangue	21
Medicina Natural	119
Dia Mundial sem Tabaco	70
Banco de Doadores de Sangue	63
Campanha de Vacinação Antigripal	413
Dia Internacional de Luta contra a Aids	1.500
Fonte: Programa Qualidade de Vida /Didav/ e Diben/CGPEO	

8.7 Compras e contratos governamentais

As aquisições de bens e serviços, seja por processo licitatório, seja por dispensa de licitação, são realizadas a partir das solicitações oriundas das diversas unidades do FNDE, como sempre ocorreu nos anos anteriores.

Com a edição do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamentou a utilização do pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, consolidaram-se as medidas para a execução desta modalidade. O FNDE estabeleceu rotinas para a elaboração de termos de referência, documentos que devem contemplar todos os elementos que permitam propiciar uma boa compra e, conseqüentemente, uma bem alicerçada contratação.

¹⁰ Implantado em 2005, nos moldes implantados pelas secretarias estaduais e municipais de saúde, seguindo as metas do Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), instituído pelo MS, por meio do Instituto Nacional do Câncer (Inca), com a supervisão da Coordenação do Controle de Tabagismo no DF e a participação de técnicos do FNDE, devidamente capacitados no assunto.

O FNDE continua realizando, além das licitações do interesse da própria Instituição, procedimentos licitatórios para atendimento a quase todas as Secretarias do Ministério da Educação e, ainda, para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, gerenciado diretamente pela Presidência da República.

Licitações

No exercício de 2007, conforme demonstrado no Anexo I, foram realizados 67 pregões eletrônicos, registrando-se êxito em quase 90% dos certames, com os quais se utilizaram R\$ 78.098.645,07, reflexo da intensa atividade de compras desenvolvida pelo FNDE, conforme explicitado, também, pelos Anexos II, III e IV, que apresentam respectivamente os relatórios de contratos assinados do FNDE, contratos do MEC e as aquisições realizadas por dispensa de licitação e inexigibilidade.

Além dessas atividades, o FNDE realizou no exercício de 2007, com absoluto sucesso, o pregão eletrônico para registro de preços n.º 53/2007, que trata de ônibus escolares para atendimento à área rural, fulcro do Programa Caminho da Escola, inovando mais uma vez o conceito em compras governamentais, pois permitirá aos entes federados, por meio de financiamento do BNDES ou ainda utilizando recursos próprios, adquirirem os ônibus licitados, mediante simples adesão ao registro de preços do FNDE, beneficiando-se da isenção de impostos prevista no Programa, do excepcional preço conseguido, e evitando o desgaste de um processo licitatório. O montante de recursos registrado na Ata do pregão n.º 53/2007 foi de R\$ 415.752.500,00.

Com a efetivação da compra do Edifício Áurea, em 2006, a Autarquia realizou, no exercício de 2007, o pregão eletrônico n.º 60/2007 visando a elaboração, o desenvolvimento e detalhamento de projetos executivos de arquitetura, *layout*, mobiliário, instalações, detalhamentos, especificações, sinalização interna e externa, planilhas orçamentárias e normas de execução para adequação e modernização das áreas de trabalho do edifício sede do FNDE.

8.8 Recursos logísticos e patrimônio

Renovação de frota de veículos terceirizados

O FNDE, em dezembro de 2007, renovou parte da frota dos veículos terceirizados, composta de 07 Fiat Unos, estando prevista a renovação do restante da frota para o exercício de 2008.

Reforma e redimensionamento físico do depósito de Brasília

Foi realizada, durante o ano de 2007, a reforma do 2.º Salão do Depósito Brasília (Debra/FNDE), sendo executada a remoção do piso, construindo um piso de alta resistência e com o devido nivelamento para o recebimento de estrutura metálica – porta paletes, sendo este serviço acompanhado de pintura das paredes.

Devido ao processo de modernização e face à expectativa de instalação desta estrutura, foi adquirida nova empilhadeira e paletes padronizados em conformidade com o novo *layout*. Ainda foi dado início ao processo de descarte de materiais inservíveis, possibilitando uma redução considerável na quantidade de materiais armazenados.

Variação patrimonial

O ativo permanente do FNDE contabilizou, em 2007, R\$ 27.030.102,97, tendo em vista a incorporação de diversos mobiliários doados pelo MEC.

Ressalta-se que no exercício de 2007 foi adquirido um caminhão baú, no valor de R\$ 159.900,00, o que torna o FNDE independente dos serviços de transporte do MEC no que diz

respeito a cargas e materiais de grande porte, bem como um automóvel marca Toyota, no valor R\$ 59.999,00, para substituir o veículo utilizado pela Presidência da Autarquia.

Protocolo e arquivo

No exercício de 2007, foram concluídos os estudos e elaborado o projeto básico para tratamento e a organização da massa documental que será objeto de procedimento licitatório previsto para o exercício de 2008, com o fito de promover a limpeza, classificação, codificação, elaboração de tabela de temporalidade, culminando na eliminação ou no arquivamento dos documentos / processos, de acordo com as fases corrente, intermediária ou permanente.

Almoxarifado

Ressalta-se a continuidade de ações de planejamento destinadas à programação de compras e reposição de estoques de materiais do almoxarifado, o que possibilitou o suprimento das unidades do FNDE, sem solução de continuidade ou falta de material, durante todo o exercício de 2007.

Gestão da biblioteca

Em 2007, a Biblioteca desenvolveu várias atividades voltadas para o crescimento da efetividade de suas ações junto aos usuários, sejam eles servidores do FNDE, sejam eles os demais usuários de seus serviços.

Entre as ações desenvolvidas, vale ressaltar, pelo alcance e pela importância, as comunicações aos usuários contendo sugestões de leitura, considerando as últimas publicações e os temas de maior interesse em cada momento, inclusive aqueles de grande interesse para o FNDE. Essa medida certamente irá estimular a leitura entre os servidores da instituição, proporcionando benefícios de longo prazo para o FNDE, na medida em que um maior nível de leitura irá influir positivamente na qualificação dos servidores e no seu desempenho profissional e funcional. Isso certamente se reverterá numa melhor prestação de serviços à sociedade brasileira.

A biblioteca conta, hoje, com um razoável acervo, composto por várias publicações, entre elas: livros, jornais, artigos e revistas, abordando uma diversidade de temas muito interessantes. Entre esses, merecem ser destacados os livros infanto-juvenis, os clássicos da literatura brasileira e os periódicos, conforme resumo constante das tabelas, anexas, que contemplam as demandas mais frequentes formuladas à Biblioteca. É importante esclarecer que as tabelas foram elaboradas a partir do acervo consultado, dos materiais lidos no recinto da biblioteca e das obras emprestadas em 2007. Entre os temas mais consultados, vale destacar também os documentos que tratam da história do FNDE, do seu desenvolvimento e da evolução de seus programas finalísticos.

Quadro 8.8.1: resumo das demandas do acervo – em 2007	
Itens	Total
Livros emprestados	2.408
Usuários que fizeram empréstimo	1.132
Usuários que solicitaram pesquisa	705
Pesquisas bibliográficas	315
Pesquisas legislativas	346
Pesquisas na Internet	338
Pesquisas em periódicos	143
Frequência de usuários	7.927
Fonte: Cedoc/Dirat	

8.9 Recursos tecnológicos

Acompanhando o ritmo acelerado da evolução educacional brasileira, impulsionada pela atuação do governo federal, iniciou-se uma melhoria nos processos internos com o intuito de atender com maior eficiência as crescentes demandas oriundas das unidades do FNDE e do MEC.

Com a continuação da implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o setor de Tecnologia e Informação da instituição ganhou ainda mais importância nas discussões de planejamento integrado, fortalecendo as ações da equipe técnica para as reestruturações dos processos internos. Com isso, algumas ações tidas como processos de ordem interna da unidade ganharam mais visibilidade e força, tais como: instalação da Sala Cofre modular para o centro de processamento de dados do FNDE, implantação do processo de desenvolvimento de sistemas, implantação das metodologias de gestão de atendimento de serviços de tecnologia da informação (ITIL), ampliação da capacidade dos servidores de Internet e de sistemas, melhoria na conexão com a Internet, ampliação da segurança lógica na rede do FNDE, entre outras. Neste contexto, a TI do FNDE fecha o ano de 2007 alinhada com as diretrizes apontadas no PDTI e preparando-se para atender melhor às demandas internas e externas.

Ainda com a perspectiva de preparação e ampliação do seu *modus operandi*, a unidade de TI atuou de forma muito ativa e responsável no atendimento às necessidades apontadas pelas áreas fins e meio do FNDE e MEC: implementação e manutenção de sistemas informatizados vitais para o desenvolvimento da educação, em parceria com as unidades de informática das autarquias vinculadas ao Ministério da Educação (Capes, Inep e o próprio MEC); atendimentos prestados aos servidores do FNDE; gestão das impressões realizadas dentro do órgão, além de outras realizações.

a) infra-estrutura tecnológica:

- distribuição de 100 (cem) microcomputadores completos em janeiro, aquisição de 80 (oitenta) *notebooks*, em setembro, para atendimento às equipes do projeto Compromisso Todos com a Educação, e substituição de equipamentos obsoletos;
- conclusão, em junho, da consultoria para a definição e implantação da metodologia de desenvolvimento de sistemas de informações do FNDE. O projeto Sigap (Sistema de Gestão e Acompanhamento da Prestação de Contas) está sendo desenvolvido totalmente dentro da nova metodologia;
- relacionada às linhas de comunicação de dados, destaca-se a utilização da Infovia (Rede Metropolitana de Alta Velocidade de Brasília) para a interligação do FNDE com a RNP (Rede Nacional de Pesquisas), com o Pavilhão de Metas, o MEC e o Serpro, numa velocidade de 2 *Gigabits* por segundo. Além disso, foram iniciados trâmites contratuais para aumentar o *link* de comunicação com o depósito do FNDE no Saan, passando de 64 *Kilobits* por segundo para 1 *Gigabit* por segundo. Também, em fase final de assinatura de contrato, está prevista a inclusão do FNDE na Redecomep (Rede Comunitária de Educação e Pesquisa);
- foi licenciado para o FNDE o uso do antivírus Symantec, na forma de licença corporativa, para o uso nas estações de trabalho de servidores de rede, por um período de três anos;
- conclusão, em junho, das obras de instalação de 1 (uma) Sala Cofre Modular para o Centro de Processamento de Dados do FNDE, compreendendo: projeto executivo de instalação e montagem, fornecimento de infra-estrutura necessária, instalação e montagem, transferência de tecnologia, manutenção e suporte técnico;

- conclusão, em setembro, do projeto de solução de Gerenciamento de Serviços de TI, contemplando a execução de serviços de planejamento, o levantamento e a modelagem dos processos de suporte a serviços de TI frente às melhores práticas do ITIL, a instalação, configuração e integração de um conjunto de ferramentas de *software* que automatizem os processos que foram modelados, bem como a homologação dos produtos e serviços, a transferência de tecnologia e a manutenção e suporte técnico aos produtos;
- foram adquiridas licenças definitivas para realização de cópias de segurança no serviço de correio eletrônico. Dessa forma, todo o parque computacional do FNDE está assistido por essa medida de segurança, ou seja, salva-guarda dos dados.

b) Sistemas

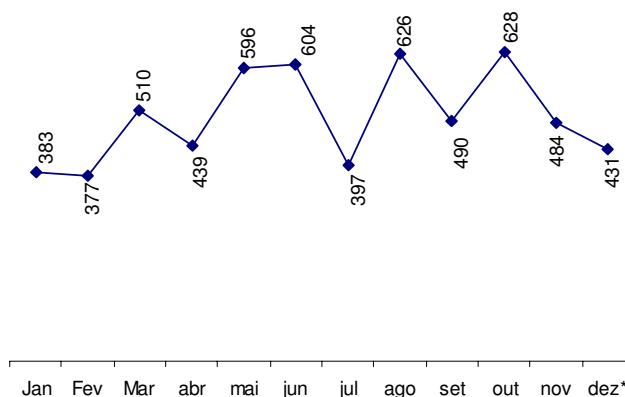
Além da atuação da TI acima destacada, diversas outras atividades foram desenvolvidas no âmbito da manutenção e do desenvolvimento de sistemas corporativos, bem como no que concerne à modernização do sítio eletrônico do FNDE:

c) Impressão e expedição:

Em 2007, foram impressas aproximadamente 6 milhões de páginas, conforme demonstrado na tabela 8.9.1. Na média, são cerca de 496 mil cópias/mês. A maior parte das impressões realizadas ocorreu para o atendimento de confecção de cartas e etiquetas, contendo informações sobre as ações, os projetos e os programas educacionais. Tal comunicação é um dos instrumentos de visibilidade da atuação do FNDE e de transparência do emprego dos recursos públicos a cargo da Autarquia.

Tabela 8.9.1: Quantidade de impressões por mês – em 2007	
Mês	Quantidade
Total	5.963.649
jan	382.532
fev	376.669
mar	510.070
abr	439.440
mai	595.556
jun	603.532
jul	396.823
ago	625.953
set	489.990
out	628.095
nov	484.362
dez*	430.627
*Contagem até o dia 20/12	
Fonte: Dirat/FNDE	

Gráfico 8.9.1: Quantidade de impressão mensal - em 2007

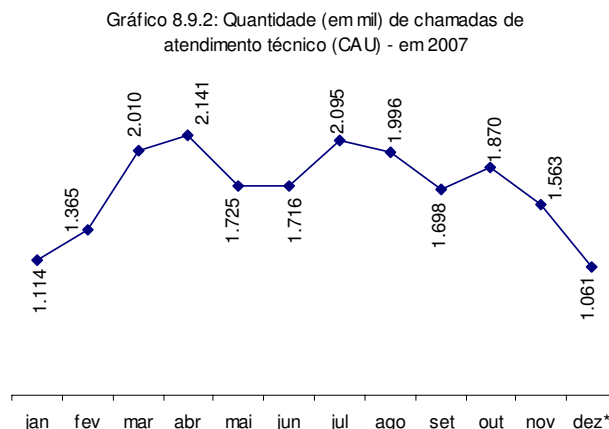


Historicamente, o mês de dezembro apresenta o pico de impressão centralizada – aquela realizada no centro de operação e produção da CEGTI. Pelo corte de contagem realizado no dia 20/12, figuram apenas quatrocentos e trinta mil impressões realizadas. Contudo, já estava em curso a impressão de 140 mil cartas do PNLD. O gráfico n.º 10 representa a evolução de impressão no exercício de 2007.

d) Atendimento ao usuário:

Em 2007, conforme consta na Tabela 8.9.2, a Central de Atendimento ao Usuário (CAU), no FNDE, atendeu às demandas da Autarquia, as quais somaram cerca de 20 mil chamadas de suas mais diversas unidades regimentais, perfazendo uma média mensal de aproximadamente 1.696.

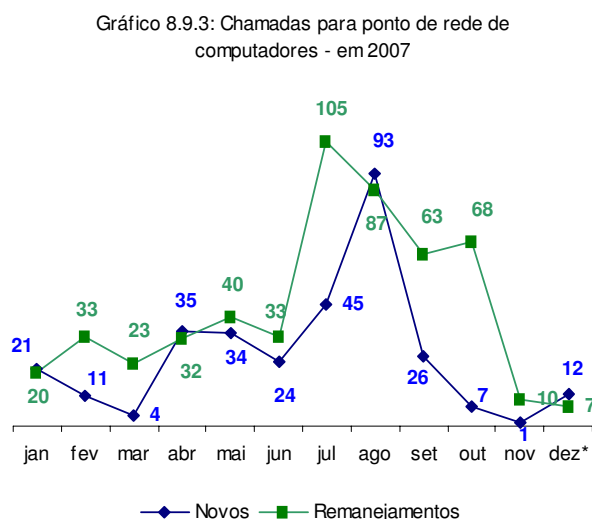
Tabela 8.9.2: Quantidade de chamadas mensais atendidas pela CAU — em 2007	
Mês	Quantidade
Total	20.354
jan	1.114
fev	1.365
mar	2.010
abr	2.141
mai	1.725
jun	1.716
jul	2.095
ago	1.996
set	1.698
out	1.870
nov	1.563
dez*	1.061
*Contagem até o dia 23/12. Fonte: Dirat/FNDE	



A distribuição das chamadas mensais pode ser vista, também, no Gráfico 8.9.2. Nele percebe-se que, no primeiro semestre, abril e março foram, em ordem crescente, o meses com maior número de demandas e que, no segundo semestre, o maior número de chamadas se deu nos meses de agosto e julho.

Ainda sobre os atendimentos aos chamados direcionados à CAU, destacam-se aqueles relacionados a ligações de pontos de rede para o uso de computadores, classificados como novos ou remanejamentos, conforme demonstram a Tabela 8.9.3 e o Gráfico 8.9.3. Observa-se nos meses de julho e agosto uma elevação desta categoria de chamados em virtude da transferência de diversos funcionários do Pavilhão de Metas para o edifício sede do FNDE.

Tabela 8.9.3: Chamadas para pontos de rede de computadores – em 2007			
Mês	Novos	Remanejamentos	Total
Total	313	521	834
jan	21	20	41
fev	11	33	44
mar	4	23	27
abr	35	32	67
mai	34	40	74
jun	24	33	57
jul	45	105	150
ago	93	87	180
set	26	63	89
out	7	68	75
nov	1	10	11
dez*	12	7	19
*Contagem até o dia 23/12. Fonte: Dirat/FNDE			



As informações descritas na Tabela 8.9.4 são oriundas do Sistema de Gestão de Demandas (SGD). Essa ferramenta está disponível para todos os usuários do FNDE com o objetivo de proporcionar um maior controle e interatividade no que tange às demandas solicitadas à unidade regimental de TI. Outro benefício desse sistema é

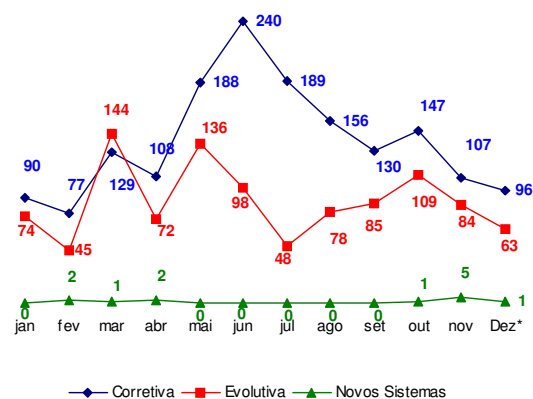
tornar transparente para os gestores dos sistemas o andamento referente à execução de entrega dos trabalhos demandados.

A referida Tabela e o Gráfico 8.9.4 traduzem o total dos atendimentos registrados segundo a classificação da demanda: corretiva (necessidades de intervenção para a eliminação de erros no funcionamento); evolutiva (adequação do sistema às novas necessidades dos programas, principalmente por conta de alterações em normas ou legislação); e novo sistema (levantamento, análise e construção de sistemas novos).

Tabela 8.9.4: Volume de demanda por tipo de atendimento, por mês – em 2007				
Mês	Corretiva	Evolutiva	Novos Sistemas	Subtotal
Total	1.657	1036	12	2705
jan	90	74	-	164
fev	77	45	2	124
mar	129	144	1	274
abr	108	72	2	182
mai	188	136	-	324
jun	240	98	-	338
jul	189	48	-	237
ago	156	78	-	234
set	130	85	-	215
out	147	109	1	257
nov	107	84	5	196
Dez*	96	63	1	160

* Contagem até o dia 27/12
Fonte: Dirat/FNDE

Gráfico 8.9.4: Quantidade de atendimento por tipo de demanda - em 2007



9. Planejamento

Em 2007, o FNDE deu continuidade ao processo de realização de reforma ampla, iniciado em 2004, focada no fortalecimento institucional e na modernização gerencial, com redesenho de processos e planejamento estratégico. Dentre as diversas atividades previstas, destaca-se a elaboração de estudos de mapeamento macro e detalhado dos processos do FNDE, incorporações de melhorias de curto, médio e longo prazos.

O mapeamento dos processos de trabalho é uma ferramenta gerencial capaz de traduzir a forma de ação da organização. Assim, configura-se em importante recurso para possibilitar que se conheça a Instituição como um todo, proporcionando informações para dinamizá-la e modernizá-la.

Para a realização das atividades relativas à modelagem dos processos, foi indispensável a utilização de ferramenta eletrônica adequada, tanto para o desenho dos fluxos quanto para o armazenamento de dados e informações e sua preservação e socialização. Assim, os trabalhos foram desenvolvidos, empregando-se o *software* denominado Aris. Este processo foi concretizado mediante celebração do contrato n.º 166/2006, entre o FNDE e a Memora Processos Inovadores Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços e o oferecimento de solução tecnológica, possibilitando dar tratamento eletrônico às atividades de modelagem e simulação de processos de negócios institucionais, compreendendo o fornecimento de *software* (mídia e *software*), sua instalação, configuração e integração ao ambiente computacional da Autarquia.

Fez parte do contrato, também, transferência de tecnologia e apoio pós-implantação, bem como manutenção e suporte técnico. A vigência do citado contrato foi fixada em 12 meses, contados a partir de 29 de dezembro de 2006, porém, durante a execução do projeto, houve a necessidade de ampliar as atividades de consultoria, originalmente previstas, prorrogando o prazo por mais 12 meses, conforme Aditivo ao Contrato n.º 166/2006, de 23 de dezembro de 2007, cujo encerramento estende-se até o dia 29 de dezembro de 2008.

O projeto está sendo implantado em duas etapas. As fases da primeira etapa podem ser observadas no Quadro 9.1 e dizem respeito às atividades de instalação do *software* e à capacitação de servidores.

Quadro 9.1: descrição dos serviços efetuados na 1ª fase do projeto de atualização de processos – em 2007	
Item	Descrição
1	Entrega dos serviços e instalação dos produtos.
2	Configuração e integração dos Serviços e Produtos.
3	Homologação dos Serviços e Produtos.
4	Transferência de Tecnologia.

Na segunda etapa, conforme apresentado no Quadro 9.2, as principais atividades do projeto voltaram-se aos procedimentos de atualização de processos, priorizando-se prestação de contas, compras e contratos e convênios.

Quadro 9.2: descrição dos serviços efetuados na 2ª fase do projeto de atualização de processos – em 2007	
Ordem de Serviço n.º	Descrição dos serviços
01	Migração e configuração do servidor de aplicação Aris; instruções sobre o gerenciamento e a manutenção; usuários, privilégios e perfis; esquemas e bases (histórica, desenvolvimento e produção) e <i>WEB Publisher</i> .
02	Conceituação dos processos; visão geral da ferramenta ARIS; validação da cadeia de valor do FNDE; metodologia de mapeamento de processos; filtro metodológico e definição de filtro metodológico.
03 - Prestação de Contas, Compras e Convênios	Análise da cadeia de valor do macroprocesso a ser atualizado; análise crítica dos processos (semântica e lógica); discussão sobre técnicas <i>Joint Application Design</i> (JAD) e forma de abordagem durante a reunião; apresentação da cadeia de valor e notação Aris e mapeamento dos macroprocessos e seus respectivos processos: ✓ macroprocesso gestão de ações educacionais por transferência voluntária (convênios); ✓ macroprocesso controladoria (prestação de contas); ✓ macroprocesso logística (compras); e ✓ macroprocesso gestão orçamentária financeira.
04 - Prestação de Contas, Orçamento, Compras e Transferência Voluntária	Continuação do mapeamento e detalhamento dos processos: ✓ macroprocesso e processos da controladoria (prestação de contas e tomada de contas especial); ✓ macroprocesso e processos orçamentários (créditos e contingenciamento) ✓ macroprocesso e processos de compras e contratos; ✓ macroprocesso e processos de transferência voluntária (pagamento de bolsas, elaboração e difusão de normas, habilitação de entidades e realização de PAR nos municípios).

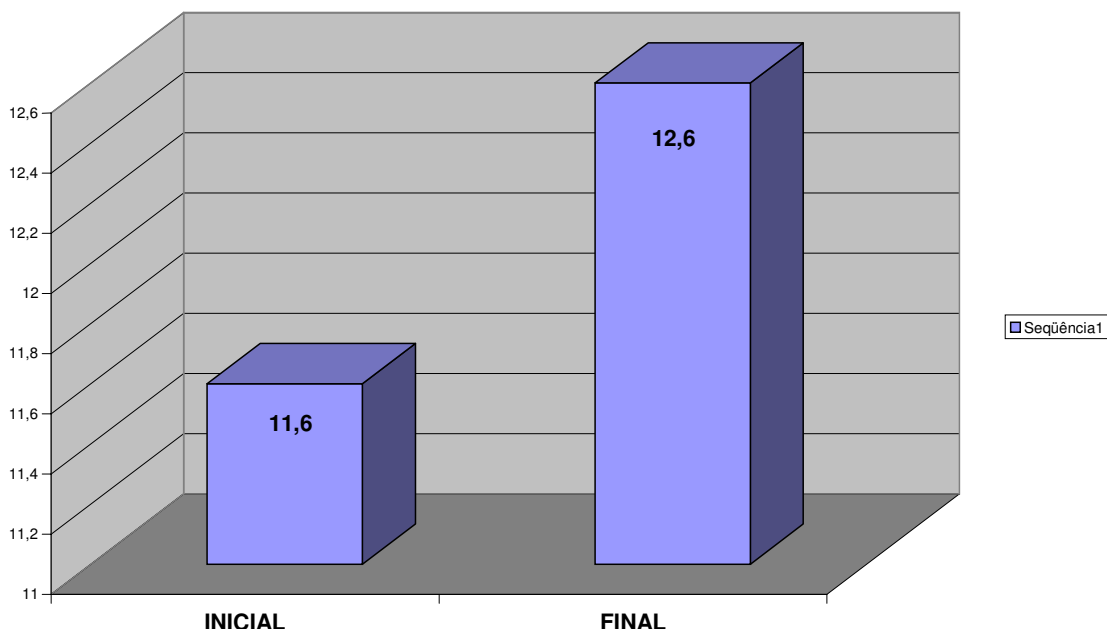
Fonte: Dirat/FNDE

Capítulo II - Aspectos Orçamentário e Financeiro

1. Orçamento

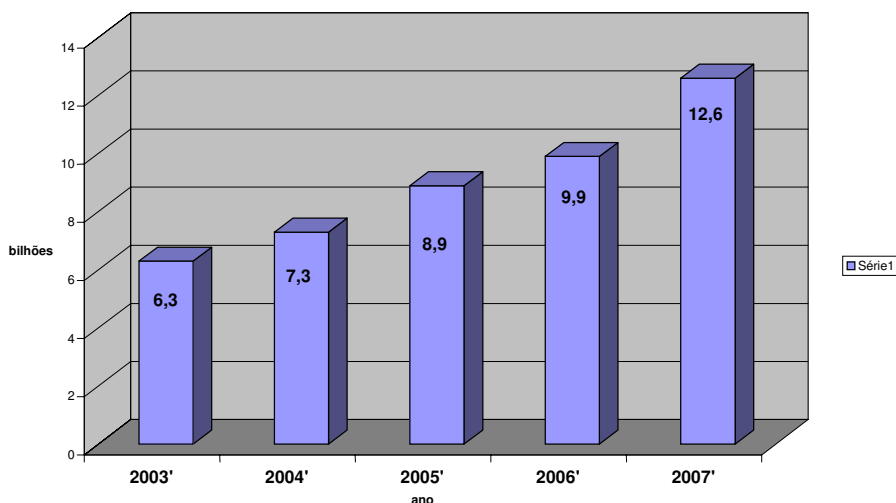
O Orçamento Geral da União para o exercício foi aprovado por intermédio da Lei n.º 11.451, de 07 de fevereiro de 2007 (LOA/2007). No tocante ao FNDE, a lei fixou despesas relativas ao orçamento fiscal e da seguridade social no valor total de R\$ 11.648.334.865,00. Entretanto, a Autarquia encerrou o exercício com uma dotação de R\$ 12.660.998.792,77, incluídos os créditos suplementares e destaques orçamentários recebidos, conforme demonstra o Gráfico 1.1, o que representa um aumento aproximado de 8,69% da dotação inicialmente aprovada na LOA/07.

Gráfico 1.1: Dotação inicial e final FNDE/2007 - em bilhões R\$



O Gráfico 1.2 apresenta a evolução orçamentária do FNDE, no período do PPA Brasil de Todos. Conforme se observa, há uma tendência crescente, cuja taxa de crescimento de 2003 a 2007 é de 68,5%.

Gráfico 1.2: Evolução da dotação final do orçamento do FNDE - 2003 a 2007



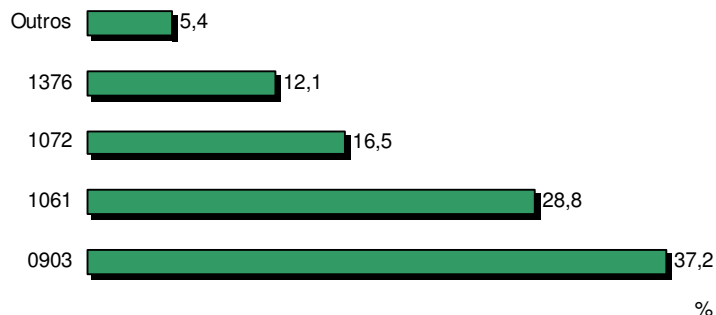
O Quadro 1.1 demonstra, em valores absolutos e relativos, a dotação final de cada programa alocado no orçamento do FNDE em 2007.

De sua avaliação, pode-se observar que do total dos recursos, 37,18% foram destinados ao programa (0903) Operações Especiais – Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica –, que contempla a repartição de receitas da Contribuição Social do Salário-Educação, em quotas-partes aos entes federados (estadual, distrital e municipal).

Os outros programas que apresentaram montantes expressivos dentro da peça orçamentária da Autarquia foram o (1061) Brasil Escolarizado, com 28,89%, (1072) Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação, com 16,50%, e (1376) Desenvolvimento do Ensino Fundamental, com 12,12%.

Quadro 1.1: programas de governo que integram o orçamento do FNDE – em 2007			
Programa - Projeto/Atividade/Operações Especiais		Dotação Autorizada *	% da dotação autorizada
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	27.408.494,00	0,22%
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	4.100.000,00	0,03%
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.708.460,12	0,03%
0750	Apoio Administrativo	81.075.081,00	0,64%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	3.840.084,00	0,03%
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	4.707.640.799,00	37,18%
0999	Reserva de Contingência	719.764,00	0,01%
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	163.100.000,00	1,29%
1061	Brasil Escolarizado	3.657.431.526,00	28,89%
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	72.740.000,00	0,57%
1065	Educação na Primeira Infância	82.270.000,00	0,65%
1067	Gestão da Política de Educação	1.641.450,00	0,01%
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	2.089.233.962,67	16,50%
1122	Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima	3.353.100,00	0,03%
1336	Brasil Quilombola	197.200,00	0,00%
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	42.639.328,82	0,34%
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.534.796.671,00	12,12%
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	3.588.000,00	0,03%
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	117.008.311,00	0,92%
1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	2.872.899,98	0,02%
8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	61.633.661,18	0,49%
Total		12.660.998.792,77	100,00%
Dotação autorizada = valores aprovados na LOA/2007 + créditos adicionais + destaques recebidos			
Fonte: Siasi Gerencial			

Gráfico 1.3: Percentual da dotação final dos principais programas, em termos de materialidade - em 2007



O Ministério da Educação (MEC) desenvolveu e implementou, no decorrer do exercício de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo como princípio norteador atuar de forma coordenada e focalizada, como parte de um compromisso coletivo, envolvendo a União, os entes federados e as escolas, visando contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais diagnosticados nas redes de ensino.

O PDE foi lançado em abril de 2007, posteriormente à elaboração e aprovação do orçamento vigente. As ações orçamentárias de competência do FNDE, braço operacional do MEC, foram estruturadas sem a disponibilização das informações do cenário norteador do desenho deste Plano, que prevê o financiamento, mediante transferência voluntária, de atividades, bem como de projetos específicos e focalizados, oriundos de demandas dos sistemas de ensino daqueles municípios que apresentam os menores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O diagnóstico da situação educacional local ofereceu informações que propiciaram a elaboração dos Planos de Ação Articulada (PAR), convênios desenhados de maneira articulada entre as várias vertentes da educação básica de forma a contemplar num único instrumento as diversas necessidades educacionais dos entes federados.

Desta maneira, após o lançamento oficial do PDE, surgiu a real necessidade de se adequar a peça orçamentária da Autarquia às demandas evidenciadas pelo Plano, notadamente aquelas contempladas na primeira fase do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Nesse contexto, as ações orçamentárias alocadas no FNDE, passaram por uma avaliação de caráter técnico visando evidenciar aquelas que não se mostravam adequadamente estruturadas para atender às diversas demandas oriundas do Plano. Portanto, aquelas ações que não guardavam compatibilidade com a estratégia do PDE, foram alcançadas pelas decisões de remanejamento, via procedimentos de créditos suplementares, visando reforçar as ações orçamentárias melhor coadunadas com as diversas necessidades educacionais dos entes federados, em consonância com o novo plano, cujos arranjos estão apresentados no Quadro 1.2, com os respectivos atos legais autorizadores.

Quadro 1.2: detalhamento dos créditos orçamentários - em 2007						
Ação de governo						
	Código / descrição da ação de governo	Valor		Ato legal		
		Suplementação	Cancelamento	Tipo	Número	Data
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)		31.514,00	DECRETO		19/09/2007
		1,00		DECRETO	-	14/12/2007
0081	0081 Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos - Fazendo Escola		7.800.000,00	MEDIDA PROVISÓRIA	405	18/12/2007
00A3	00A3 Cumprimento de Sentença Judicial em favor dos Municípios de Paraupébas e Cumaru do Norte no Estado do Pará	3.200.488,00		MEDIDA PROVISÓRIA	395	28/09/2007
0181	0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis		347.000,00	DECRETO	-	24/10/2007
		500.000,00		DECRETO	-	14/12/2007
0304	0304 Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)	6.899.257,00		MEDIDA PROVISÓRIA	364	18/04/2007
0369	0369 Quota-Parte dos Estados e do DF do Salário-Educação	66.639.325,00		DECRETO	-	30/07/2007
0507	0507 Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	1.500.000,00		LEI	11.576	22/11/2007
			11.000.000,00	MEDIDA PROVISÓRIA	405	18/12/2007
		200.000,00		DECRETO	-	04/07/2007
		6.992.000,00		DECRETO	-	14/12/2007
0509	0509 Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	42.914.064,00		LEI	11.608	11/12/2007
		50.000.000,00		MEDIDA PROVISÓRIA	344	08/01/2007
		529.000.000,00		MEDIDA PROVISÓRIA	364	18/04/2007
		400.000.000,00		MEDIDA PROVISÓRIA	395	27/09/2007
		685.692.299,00		MEDIDA PROVISÓRIA	405	18/12/2007
		52.000.000,00		MEDIDA PROVISÓRIA	408	26/12/2007
		50.000.000,00		MEDIDA PROVISÓRIA	409	28/12/2007
0513	0513 Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica		12.816.359,00	DECRETO	-	19/11/2007
			9.183.641,00	LEI	11.608	11/12/2007
			49.081.444,00	MEDIDA PROVISÓRIA	405	18/12/2007
0515	0515 Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental	4.704.877,00		LEI	11.576	22/11/2007
		136.699.764,00		LEI	11.608	11/12/2007
0920	0920 Concessão de Bolsa ao Alfabetizador		135.725.862,00	LEI	11.608	11/12/2007
			12.869.829,00	LEI	11.602	03/12/2007
			4.904.309,00	LEI	11.616	19/12/2007

0923		Apio à Implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica		20.800.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
				2.000.000,00	LEI	11.576	22/11/2007
0946		Apio à Educação no Campo		6.500.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
0966	0966	Apio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental		9.000.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
0968	0968	Apio à Capacitação de Recursos Humanos no Ensino Médio - Promed		8.040.000,00	LEI	11.576	22/11/2007
0969	0969	Apio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental	22.000.000,00		LEI	11.608	11/12/2007
0973	0973	Apio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil		3.500.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
0974		Apio à Formação de Professores da Educação Básica para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	197.200,00		LEI	11.576	22/11/2007
				960.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
			160.000,00		DECRETO	-	04/07/2007
09CG	09CG	Apio à Distribuição de Material Didático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos		800.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
09CJ	09CJ	Apio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Pública nas Comunidades Remanescentes de Quilombos		3.214.800,00	LEI	11.608	11/12/2007
				197.200,00	LEI	11.576	22/11/2007
				160.000,00	DECRETO	-	04/07/2007
09CK		Apio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos		3.000.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
				3.000.000,00	MEDIDA PROVISÓRIA	405	18/12/2007
09DK		Complementação ao Atendimento Especializado às Pessoas com Deficiência - Paed			LEI	11.576	22/11/2007
09DX		Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena		4.704.877,00	LEI	11.608	11/12/2007
09EB		Apio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação		1.500.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
				3.500.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
09EL	09EL	Apio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar		19.300.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
09EM	09EM	Apio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana		1.000.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
09EP	09EP	Apio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos		1.500.000,00	LEI	11.576	22/11/2007
				200.000,00	DECRETO	-	04/07/2007
09GL		Formação de Gestores para a Educação Especial	1.142.666,00	1.142.666,00	LEI	11.576	22/11/2007
			310.000,00		DECRETO	-	24/07/2007
09HB	09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.381.000,00		DECRETO	-	24/10/2007
			650.000,00		DECRETO	-	16/12/2007
09HS		Apio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania		3.412.000,00	LEI	11.608	11/12/2007

0A24	0A24	Apelo ao Atendimento Educacional de Crianças de até Seis Anos de Idade		50.000.000,00	LEI	11.576	22/11/2007
0A30	0A30	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica		6.900.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
				84.585.984,00	MEDIDA PROVISÓRIA	405	18/12/2007
				6.414.016,00	DECRETO	-	14/12/2007
0E36	0E36	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb	12.400.000,00		DECRETO	-	14/12/2007
2000	2000	Administração da Unidade		1.000.000,00	LEI	11.576	22/11/2007
				2.000.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
			600.000,00		DECRETO	-	04/12/2007
2010		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados		12.996,00	DECRETO	-	14/12/2007
2011	2011	Auxílio- Transporte aos Servidores e Empregados		9.639,00	DECRETO	-	14/12/2007
				270.000,00	DECRETO	-	21/11/2007
				142.925,00	DECRETO	-	14/12/2007
2012	2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados		400.000,00	DECRETO	-	21/11/2007
2272	2272	Gestão e Administração do Programa (1061,1376 e 1378)		12.521.689,00	LEI	11.576	22/11/2007
2B08	2B08	Realização de Olimpíadas em Ciências		10.000.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
2C62	2C62	Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulados do Ensino Fundamental e Médio - Pró-Licenciatura		2.600.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
				1.689.333,00	MEDIDA PROVISÓRIA	405	18/12/2007
				50.000,00	DECRETO	-	14/12/2007
2C95		Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio-Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica – Pró-Funcionário		1.000.000,00	LEI	11.576	22/11/2007
				20.200.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
				101.000,00	MEDIDA PROVISÓRIA	405	18/12/2007
2C96		Fomento à Implantação de Centros de Leitura Multimídia		1.700.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
3680	3680	Estudos e Pesquisas para a Implantação das Políticas para o Ensino Médio - Promed		970.000,00	LEI	11.576	22/11/2007
				30.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
	3682	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - Promed		26.400.000,00	LEI	11.576	22/11/2007
3685		Implementação da Expansão da Educação Profissional		1.200.000,00	DECRETO	-	14/12/2007
3686	3686	Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Promed		970.000,00	LEI	11.576	22/11/2007
4029		Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação e sua Regular Aplicação		200.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
4042		Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica		13.900.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
4046	4046	Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental		40.000.000,00	LEI	11.576	22/11/2007
4641	4641	Publicidade de Utilidade Pública		5.000.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
5079	5079	Fortalecimento da Escola - Fundescola III		27.700.000,00	LEI	11.608	11/12/2007

6322	6322	Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio	40.000.000,00		LEI	11.576	22/11/2007
6332	6332	Formação e Certificação de Professores em Exercício nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental - Proformação		4.000.000,00	LEI	11.608	11/12/2007
7109	7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - Proep	1.200.000,00		DECRETO	-	14/12/2007
			13.100.000,00		LEI	11.608	11/12/2007
Total:			2.130.082.941,00	664.933.946,00			

Fonte: Dfín/FNDE

Finalmente, o Quadro 1.3 apresenta a série histórica dos programas relativos aos quatro anos do Plano Brasil de Todos que tiveram dotações alocadas no orçamento do FNDE, voltados ao financiamento de atividades e projetos educacionais ao longo de período, destacando a dotação final (Lei + créditos) e os valores liquidados, com vistas à preservação da série histórica.

PROGRAMA		73	150	172	1060	1061	1062	1065	1066	1067	1070	1072	1073	1075	1336	1374	1376	1377	1378	8034
Quadro 1.3: demonstrativo anual dos programas do PPA Brasil de Todos, com recursos alocados no orçamento do FNDE - 2004 a 2007 R\$ mil																				
PPA/ Global	Loa + crédito	37.837	215.740	18.640	197.997	4.160.522	2.167.134	4.240	46.865	66.118	12.485	89.300	0	390.860	0	0	0	0	0	0
	Empenhado	36.176	201.835	8.987	189.408	3.804.445	1.909.749	1.248	19.407	59.691	8.137	69.780	0	231.142	0	0	0	0	0	0
PPA/ MEC	Liquidado	36.176	201.835	8.987	189.408	3.804.445	1.909.749	1.248	19.407	59.691	8.137	69.780	0	231.142	0	0	0	0	0	0
	Loa + crédito	4.800	0	0	167.427	264.417	1.322.426	0	2.056	63.868	1.713	46.160	0	307.343	0	0	0	0	0	0
PPA/ FNDE	Liquidado	4.680	0	0	163.039	245.308	1.242.095	0	731	58.909	1.308	40.720	0	202.639	0	0	0	0	0	0
	Loa + crédito	3.628	1.908	1.410	159.385	3.935.808	900	4.240	44.808	3.687	10.772	47.453	0	83.467	0	0	0	0	0	0
PPA/ Global	Liquidado	3.628	1.908	855	159.385	3.599.113	686	1.248	18.676	2.219	6.830	33.446	0	28.453	0	0	0	0	0	0
	Loa + crédito	40.986	255.497	0	685.407	1.733.282	1.235.392	16.630	0	492.943	0	820.887	0	0	28.619	74.514	1.043.720	57.151	300.693	311.312
PPA/ MEC	Empenhado	40.217	247.033	0	673.240	1.653.068	1.024.704	8.595	0	463.651	0	807.837	0	0	9.852	68.030	989.045	54.872	279.603	261.687
	Liquidado	40.217	247.033	0	673.240	1.653.068	1.024.704	8.595	0	463.651	0	807.837	0	0	9.852	68.030	989.045	54.872	279.603	261.687
PPA/ MEC	Loa + crédito	2.400	0	0	10.258	162.545	1.088.959	0	0	474.243	0	29.247	0	0	0	37.161	3.326	11.670	86.066	0
	Liquidado	2.371	0	0	4.268	142.173	888.566	0	0	462.161	0	29.099	0	0	0	32.520	3.294	11.635	72.230	0
PPA/ FNDE	Loa + crédito	1.200	3.318	0	675.149	1.570.737	146.433	16.630	0	418.301	0	791.640	0	0	2275	40.328	1.040.394	45.481	214.627	224.050
	Liquidado	1.185	2.843	0	668.972	1.510.895	136.138	8.595	0	401.691	0	778.738	0	0	2039	38.438	985.751	43.237	207.373	213.390
PPA/ Global	Loa + crédito	0	330.762	0	621.030	2.749.891	1.302.668	27.941	0	106.806	0	543.384	11.938.324	0	0	87.923	1.428.656	59.738	82.367	335.560
	Empenhado	0	323.969	0	604.822	2.705.511	1.242.847	18.667	0	98.554	0	521.921	11.476.871	0	0	78.117	1.364.785	59.104	75.754	246.549
PPA/ MEC	Liquidado	0	323.969	0	604.822	2.705.511	1.242.847	18.667	0	98.554	0	521.921	11.476.871	0	0	78.117	1.364.785	59.104	75.754	246.549
	Loa + crédito	0	0	0	15.869	123.281	1.148.617	0	0	82.506	0	31.419	11.936.324	0	0	42.007	86.553	13.268	23.461	0
PPA/ MEC	Liquidado	0	0	0	9.888	112.667	1.104.962	0	0	74.340	0	30.572	11.476.367	0	0	39.176	83.637	13.078	23.210	0
PPA/ Global	Loa + crédito	0	5.600	0	605.161	2.626.610	154.051	27.941	0	24.300	0	511.965	2.000	0	5.172	47.415	1.342.103	46.470	58.906	119.475
	Liquidado	0	5.437	0	594.934	2.592.844	137.885	18.667	0	24.214	0	491.349	504	0	2.942	40.441	1.281.148	46.026	52.544	118.883
PPA/ Global	Loa + crédito	0	374.502	0	174.685	3.801.890	1.530.697	82.270	0	89.118	0	2.123.179	0	0	0	87.036	1.627.033	29.324	146.075	208.844
	Empenhado	0	354.284	0	143.041	3.693.055	1.471.599	54.170	0	78.750	0	2.094.550	0	0	0	79.103	1.579.459	23.823	141.654	148.179
PPA/ MEC	Liquidado	0	354.281	0	143.041	3.693.055	1.471.584	54.170	0	78.750	0	2.094.550	0	0	0	79.103	1.579.459	23.817	141.654	148.179
	Loa + crédito	0	0	0	11.585	217.913	1.460.957	0	0	87.618	0	133.681	0	0	0	53.783	92.686	25.736	29.067	0
PPA/ FNDE	Liquidado	0	0	0	10.293	208.028	1.412.574	0	0	77.423	0	132.486	0	0	0	48.981	91.448	20.559	29.146	0
	Loa + crédito	0	4.100	0	163.100	3.583.977	69.740	82.270	0	1.500	0	1.989.498	0	0	0	33.253	1.534.347	3.588	117.008	61.634
PPA/ GLOBAL	Liquidado	0	4.087	0	132.748	3.485.027	59.010	54.170	0	1.327	0	1.962.064	0	0	0	30.122	1.488.011	3.258	112.508	61.634
	Loa + crédito	78.823	1.176.501	18.640	1.679.119	12.445.585	6.235.891	131.081	46.865	754.985	12.485	3.576.750	11.938.324	390.860	28.619	249.473	4.099.409	146.213	529.135	855.716
PPA/ MEC	Empenhado	76.393	1.127.121	8.987	1.610.511	11.856.079	5.648.999	82.680	19.407	700.846	8.137	3.494.088	11.476.871	231.142	9.852	225.250	3.933.289	137.799	497.011	656.415
	Liquidado	76.393	1.127.118	8.987	1.610.511	11.856.079	5.648.884	82.680	19.407	700.846	8.137	3.494.088	11.476.871	231.142	9.852	225.250	3.933.289	137.793	497.011	656.415
PPA/ MEC	Loa + crédito	7.200	0	0	205.139	768.156	5.020.959	0	2.056	708.235	1.713	240.507	11.936.324	307.343	0	132.951	182.565	50.674	138.594	0
	Liquidado	7.051	0	0	187.488	708.176	4.648.197	0	731	672.833	1.308	232.877	11.476.367	202.639	0	120.677	178.379	45.272	124.586	0
FNDE/FNDE	Loa + crédito	4.828	14.926	1.410	1.602.795	11.717.132	371.124	131.081	44.808	448.388	10.772	3.340.556	2.000	83.467	7.447	120.996	3.916.844	95.540	390.541	405.159
	Liquidado	4.813	14.275	855	1.556.039	11.187.879	333.719	82.680	18.676	429.451	6.830	3.265.597	504	28.453	4.981	109.001	3.754.910	92.523	372.425	393.907

Legislação:

Lei nº 10.933 de 11/08/2004 (criação do PPA 2004/2007); Lei nº 11.044 de 24/12/2004 Revisão-vigência exercício 2005; Lei nº 11.318 de 05/07/2006 Revisão-vigência exercício 2006; Lei nº 11.450 de 07/02/2007 Revisão-vigência exercício 2007 (0073) Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes (0150) Identidade étnica e patrimônio cultural dos povos indígenas (0172) Cultura afro-brasileira (1060) Brasil alfabetizado (1061) Brasil escolarizado (1062) Democratizando o acesso à educação profissional e (1075) Escola moderna (1336) Brasil quilombola (1374) Desenvolvimento da educação especial (1316) Desenvolvimento do ensino fundamental (1377) Educação para a diversidade e cidadania (1378) Desenvolvimento do ensino médio (8034) Nacional de inclusão de jovens - ProJovem

Fonte dos dados: SIGplan (Módulo Monitoramento e Validação de Programas). Nota: o recebimento pelo FNDE de descentralização de crédito a execução foi baseado no empenho (relatórios) e não no liquidado do SIGplan.

2. Contribuição Social do Salário-Educação

2.1 Aspectos gerais

A contribuição social do salário-educação que encontra-se prevista no § 5.º do art. 212 da Constituição Federal de 1988, é calculada com base na alíquota de 2,5% incidente sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais, e distribuída, proporcionalmente, em quotas aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e à União, segundo critérios estabelecidos em lei.

Nos últimos anos ocorreram significativas mudanças nos diplomas legais que regem a contribuição social, mas foi com a edição do Decreto n.º 6.003, de 28/12/2006, que iniciou-se um novo modelo de gestão do salário-educação pelo FNDE, sustentado na transferência integral da arrecadação, fiscalização e cobrança do salário-educação para a então Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) carreada pelas seguintes motivações:

- inexistência de uma estrutura de fiscalização capaz de atuar com eficiência no conjunto dos contribuintes do salário-educação, por não dispor a Autarquia de um quadro de pessoal, em quantidade e especialização, suficiente para controlar a arrecadação, fiscalizar e cobrar um significativo número de contribuintes;
- inexistência de suporte tecnológico adequado e de estruturas descentralizadas nos estados capazes de garantir uma ação fiscalizadora abrangente e eficaz, a exemplo do que dispõe a receita previdenciária;
- sujeição aos contribuintes aos mesmos prazos e às mesmas sanções administrativas, penais e demais normas relativas às contribuições destinadas à Seguridade Social;
- busca de uma melhor racionalização dos recursos de que dispõe a administração pública federal, uma vez que se embasa no aproveitamento da estrutura de arrecadação existente no âmbito da SRP, o que segue o mesmo propósito governamental de unificação das receitas federal e previdenciária;
- intensificação das fiscalizações, passando a contar com um elevado número de auditores fiscais experientes distribuídos por todas as unidades da federação;
- utilização da prova de regularidade fiscal aplicável aos tributos e contribuições administrados pela SRP (CND) para todos os contribuintes do salário-educação, a partir da transferência da arrecadação direta do FNDE para o novo órgão arrecadador;
- aumento da transparência e da eficiência que vem sendo demonstrada pela SRP nas ações concernentes ao salário-educação sob sua responsabilidade, inclusive com a adoção de uma nova metodologia para a apropriação da arrecadação efetuada por meio da Guia da Previdência Social (GPS) que, desde o mês de janeiro de 2005, passou a ser transferida ao FNDE pelos valores efetivamente arrecadados, a partir da implementação de uma sistemática de batimento entre os dados da GPS e da GFIP;
- padronização dos ritos aplicáveis à contribuição social do salário-educação no que diz respeito à arrecadação, fiscalização, cobranças, análise e julgamento de defesas e recursos administrativos-fiscais;
- com o advento da Lei n.º 11.457, de 16/03/2007, conforme o art. 2.º c/c o art. 3.º, as competências de planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades de arrecadação, fiscalização e cobrança do salário-educação foram transferidas para a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), bem como, conforme estabelecido no art. 4.º, realizou-se a transferência para aquela Secretaria dos processos administrativos-fiscais de créditos já constituídos ou em fase de constituição, inscritos ou não em parcelamento.

O art. 9.º da referida Lei, que deu nova redação ao art. 6.º da Lei n.º 10.593, de 06/12/2002, prevê que é atribuição do ocupante do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, em caráter privativo, entre outras atividades, elaborar e proferir decisões ou delas participar em processo administrativo-fiscal, bem como em processos de consulta, restituição ou compensação de tributos, cessando, desta forma, a continuidade das análises que resultavam nos atos decisórios dos processos fiscais tais como: Notificações para Recolhimentos de Débitos, Análises de Defesas, Informação de Débitos e Concessão de Parcelamento de Débito, até então levados a efeito pelo FNDE.

2.2 Transferência dos Processos Fiscais para a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

As reuniões entre os órgãos que estudaram a viabilidade das medidas para a transferência dos processos foram iniciadas ainda na vigência da SRP, pelo Grupo de Trabalho constituído por meio da Portaria Conjunta SRP/INSS/Dataprev/FNDE n.º 589, de 19 de setembro de 2006, cujos trabalhos foram temporariamente interrompidos quando da criação da RFB.

Com a publicação da Lei n.º 11.457/2007, foram retomados os estudos relacionados à transferência, do FNDE para a RFB, dos processos administrativos-fiscais, inclusive os relativos aos créditos já constituídos ou em fase de constituição, referentes à contribuição social do salário-educação.

Em 21 de agosto de 2007, por meio da Portaria Conjunta RFB/PGFN/PGF/INSS/FNDE n.º 10.895, foi constituído novo Grupo de Trabalho composto por representantes da Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Procuradoria Geral da Fazenda, Instituto Nacional do Seguro Social e do FNDE, com o objetivo de viabilizar a transferência dos citados processos à RFB.

O Grupo de Trabalho verificou que a migração dos processos envolvia não só o encaminhamento físico dos processos à unidade onde os mesmos serão cobrados, mas também de todas as informações relacionadas aos pagamentos realizados por meio do Comprovante de Arrecadação Direta (CAD), requisito indispensável para a continuidade da cobrança, e que esta providência envolveria também procedimentos relacionados aos sistemas informatizados do FNDE, da RFB e da Procuradoria.

Inicialmente constatou-se, além de outras dificuldades, incompatibilidades entre as rotinas, normas e conteúdo (ausência de informações) dos procedimentos e sistemas utilizados pelos órgãos envolvidos. O enfrentamento de tais dificuldades se processou durante todo o exercício 2007, ocasião em que importantes medidas foram sugeridas para o saneamento dos problemas, entre os quais destacamos a criação de uma unidade virtual da RFB vinculada ao FNDE para recepção de todas as informações necessárias à migração.

O Relatório Final do Grupo de Trabalho estabeleceu que a transferência se realize mediante a migração dos dados do Sistema do FNDE para a RFB, na sua fase inicial, com posterior complementação das informações necessárias à continuidade da cobrança por aquela entidade, e, também, apresentou recomendação quanto a procedimentos e rotinas que viabilizem operacionalizar essa transferência, disciplinando responsabilidades e atribuições a cada instituição envolvida nesse processo.

2.3 Desempenho da arrecadação da contribuição social do salário-educação

A Tabela 2.3.1 e o Gráfico 2.3.1 demonstram o desempenho da arrecadação da contribuição social do salário-educação, discriminando mês a mês os valores arrecadados pelo FNDE e INSS. Conforme se observa na tabela e no gráfico referidos, foram arrecadados R\$ 7,16 bilhões, dos quais 6% são oriundos do FNDE e 94% do INSS.

É necessário registrar que há uma diferença da ordem de R\$ 256.933,68 entre os valores registrados no Siafi e os contabilizados nos sistemas internos utilizados pelo FNDE para repasse da quota federal (R\$ 102.773,47), estadual, distrital e municipal (R\$ 154.160,21) do

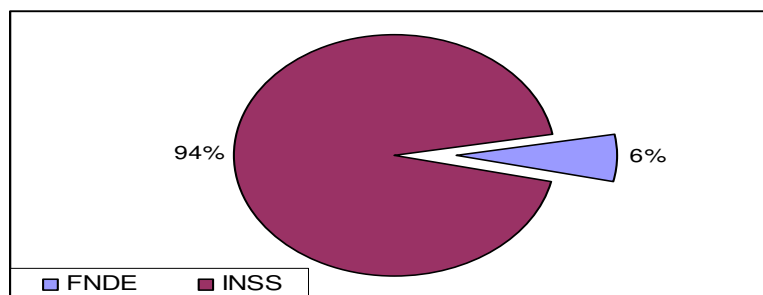
salário-educação. Esta diferença é oriunda de descontos efetuados pelo INSS, quando da transferência da receita do salário-educação ao Tesouro Nacional, porém, não informada nos demonstrativos recebidos do Instituto para registro desta receita.

Tabela 2.3.1: Arrecadação em R\$ correntes, do salário-educação via FNDE e INSS – em 2007

MÊS	FNDE (A)	INSS(B)	TOTAL (A+B)
Total	454.275.713,11	6.702.073.018,22	7.156.348.731,33
JAN (*)	238.680.180,72	583.163.033,13	821.843.213,85
FEV	11.574.099,09	334.038.653,03	345.612.752,12
MAR	32.143.797,77	529.647.593,25	561.791.391,02
ABR	44.082.095,37	531.500.326,95	575.582.422,32
MAI	24.551.971,93	549.058.707,30	573.610.679,23
JUN	9.461.649,27	561.215.195,22	570.676.844,49
JUL	10.136.804,77	572.227.127,45	582.363.932,22
AGO	19.730.860,69	590.183.656,80	609.914.517,49
SET	5.626.863,03	598.115.766,57	603.742.629,60
OUT	6.188.349,70	611.194.047,95	617.382.397,65
NOV	46.559.261,06	608.355.427,08	654.914.688,14
DEZ	5.539.779,71	633.373.483,49	638.913.263,20

Fonte: Sistema Sigef - Difin / FNDE

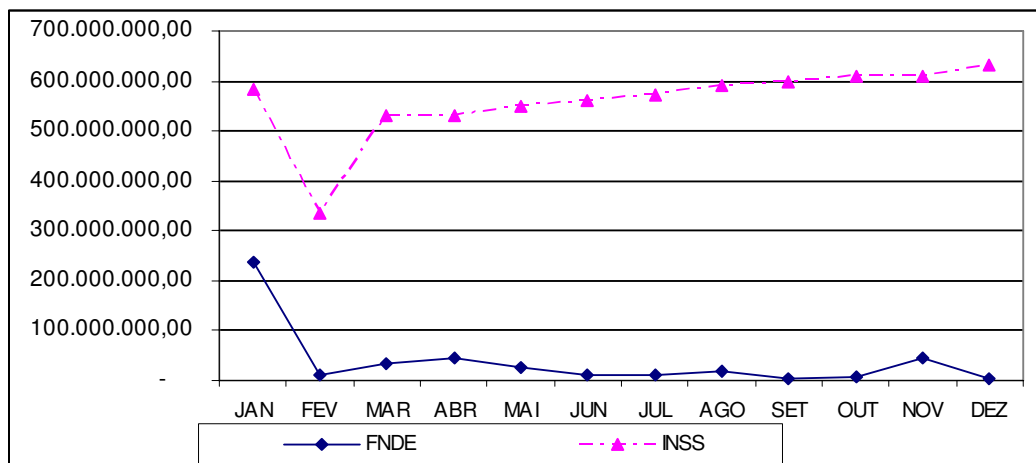
Gráfico 2.3.1: Percentual da arrecadação do salário-educação via INSS E FNDE – em 2007



O expressivo volume dos recursos arrecadados pelo INSS é oriundo da sistemática de arrecadação definida pelo Decreto n.º 6.003, de 28 de dezembro de 2006, e pela Lei n.º 11.457, de 16 de março de 2007, que outorgaram à então Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), atual Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), a partir de 2007, competências sobre a arrecadação, fiscalização e cobrança da contribuição social do salário-educação, ficando a cargo do FNDE apenas o recolhimento das receitas dos débitos por ele constituídos até dezembro de 2006.

É importante salientar que no mês de janeiro de 2007, devido a dificuldades operacionais para implementação desta nova sistemática de arrecadação pela rede bancária, as receitas do salário-educação foram contabilizadas pela mesma sistemática utilizada em exercícios anteriores. Por esta razão é que se observa no Gráfico n.º 2 que naquele mês o FNDE ainda contabilizou as receitas do salário-educação.

Gráfico 2.3.2: Arrecadação mensal do salário-educação via FNDE e INSS – em 2007



A Tabela 2.3.2 apresenta a comparação da arrecadação bruta da contribuição social do salário-educação, de 2004 a 2007, comparando-se o ano posterior com o anterior. Neste sentido, avaliando-se 2007 com o exercício de 2006, constata-se o crescimento nominal de 2,7, %. No entanto, utilizando-se a série de valores reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, constata-se uma perda real de arrecadação da ordem de 0,85%, resultados vistos, também, no Gráfico 2.3.3.

Gráfico 2.3.3: Evolução nominal e real da arrecadação do salário educação - 2004 a 2007

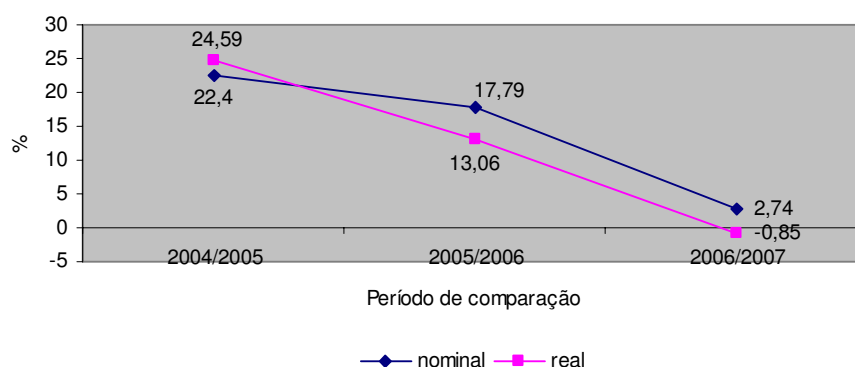


Tabela 2.3.2: Demonstrativo da arrecadação salário-educação 2004/2007 (nominal x real)

Mês	2004		2005		2005/2004		2006		2006/2005		2007		2007/2006	
	nominal	real	nominal	real	a	b	nominal	real	a	b	nominal	real	a	b
Janeiro	506.193.233,13	615.522.210,57	519.429.645,31	588.058.175,55	2,61	-4,46	734.447.519,24	786.646.407,76	41,39	33,77	821.843.213,85	854.716.191,45	11,90	8,65
Fevereiro	326.366.056,14	394.449.897,25	576.286.590,38	648.599.330,06	76,58	64,43	507.172.067,25	540.999.118,38	-11,99	-16,59	345.612.752,12	357.855.144,27	-31,85	-33,85
Março	373.633.642,98	449.466.093,51	459.349.545,60	513.855.531,11	22,94	14,33	519.806.169,87	552.102.172,28	13,16	7,44	561.791.391,02	579.558.212,43	8,08	4,97
Abril	368.760.127,88	441.968.514,81	388.635.972,04	431.002.185,83	5,39	-2,48	498.945.266,73	528.834.783,67	28,38	22,70	575.582.422,32	592.304.560,73	15,36	12,00
Mai	345.571.051,54	412.074.890,02	413.761.514,50	456.629.105,05	19,73	10,81	506.850.142,45	536.464.182,29	22,45	17,48	573.610.679,23	588.627.951,75	13,22	9,72
Junho	362.408.997,03	429.107.408,43	344.201.314,62	379.938.899,19	-5,02	11,46	543.836.563,33	577.051.197,81	58,00	51,88	570.676.844,49	583.982.903,13	4,94	1,20
Julho	370.346.667,65	434.552.265,14	582.632.209,72	641.520.836,12	57,32	47,63	530.466.602,36	561.797.548,28	-8,95	-12,43	582.363.932,22	594.514.877,67	9,78	5,82
Agosto	376.139.320,48	438.325.351,78	452.458.921,93	497.344.498,72	20,29	13,46	578.294.504,45	612.144.151,97	27,81	23,08	609.914.517,49	619.726.709,59	5,47	1,24
Setembro	378.208.607,01	439.286.252,81	483.743.363,13	529.877.433,78	27,90	20,62	543.138.530,50	573.725.371,21	12,28	8,28	603.742.629,60	612.353.081,22	11,16	6,73
Outubro	462.359.424,02	534.673.732,14	500.528.015,18	544.182.200,46	8,26	1,78	562.268.405,01	591.979.873,15	12,34	8,78	617.382.397,65	624.316.659,16	9,80	5,46
Novembro	379.233.327,13	435.541.058,35	492.965.767,15	533.028.467,95	29,99	22,38	562.933.276,04	590.848.931,63	14,19	10,85	654.914.688,14	659.762.150,95	16,34	11,66
Dezembro	582.041.699,06	662.763.554,43	699.635.435,13	753.781.709,91	20,20	13,73	877.448.774,02	916.562.444,35	25,42	21,60	638.913.263,20	638.913.263,20	-27,19	-30,29
TOTAL	4.831.262.154,05	5.687.731.229,22	5.913.628.294,69	6.517.818.373,74	22,40	14,59	6.965.407.821,25	7.369.156.182,78	17,79	13,06	7.156.348.731,33	7.306.631.705,56	2,74	-0,85

Deflacionado a preços de dezembro/2007 pelo IPCA NÚMERO ÍNDICE (DEZ 93=100)

A= comparações em valores nominais; b= comparações em valores reais

Fonte: Difin/FNDE

2.4 Distribuição da contribuição social do salário-educação

O valor recolhido ao INSS e diretamente ao FNDE constitui, por definição, a arrecadação bruta. Após dedução de 1%, a título de taxa de administração, em favor do INSS sobre o valor por ele arrecadado, chega-se à arrecadação líquida. Do valor líquido arrecadado, 10% dos recursos são desvinculados, objetivando ampliar a execução de ações e programas educacionais geridos pelo FNDE, em benefício direto das redes públicas de ensino da educação básica estadual, distrital e municipal.

Os outros 90% da arrecadação líquida são destinados à quota federal, na proporção de 1/3, e à quota estadual, distrital e municipal, correspondentes a 2/3.

Os recursos da quota federal, acrescidos dos 10% desvinculados, como também da quota devida aos demais entes federados, se destinam a financiar programas, projetos e ações educacionais.

Desde 2004, de acordo com a Lei n.º 10.832/03, a quota estadual, distrital e municipal são repassadas diretamente pelo FNDE aos entes federados de forma proporcional ao valor arrecadado em cada unidade da federação e ao número de alunos matriculados no ensino fundamental, nas respectivas redes de ensino, registrados no Censo Escolar realizado pelo MEC. Em 2007, por disposição da Emenda Constitucional n.º 53/06, tal metodologia abrangeu também os alunos matriculados na educação básica das respectivas redes públicas de ensino.

Os coeficientes de distribuição da quota estadual, distrital e municipal do salário-educação, em 2007, foram publicados mediante Portaria FNDE n.º 042, de 19 de março de 2007.

A receita do salário-educação alcançou em 2007 R\$ 7,01 bilhões, sendo R\$ 454 milhões da arrecadação direta do FNDE e R\$ 6,7 bilhões da arrecadação do INSS, conforme demonstrado na Tabela 2.4.1.

Tabela 2.4.1: Distribuição da arrecadação bruta do salário-educação – em 2007 (R\$)			
DESCRIÇÃO	FNDE	INSS	TOTAL
Arrecadação Bruta	454.275.713,11	6.702.073.018,22	7.156.348.731,33
(-) Taxa de Administração (INSS)	0,00	67.020.730,18	67.020.730,18
(=) Sub-Total da Arrecadação	454.275.713,11	6.635.052.288,04	7.089.328.001,15
Desvinculação de 10%	45.427.571,31	663.505.228,80	708.932.800,11
(=) Arrecadação Líquida	408.848.141,80	5.971.547.059,23	6.380.395.201,03
Quota Federal	136.282.713,93	1.990.515.686,41	2.126.798.400,34
Quota Estadual, Distrital e Municipal	272.565.427,87	3.981.031.372,82	4.253.596.800,68
Fonte: Sistema Sigef – Difin / FNDE			

Devido à sistemática de distribuição dos recursos do salário-educação, a arrecadação observada no mês de dezembro de cada ano tem a sua distribuição efetuada para os estados, o Distrito Federal e os municípios somente em janeiro do ano seguinte.

Os restritos prazos estabelecidos para o encerramento da execução orçamentária e financeira do exercício de 2006 ocasionaram a apuração da quota devida ao Distrito Federal naquele exercício da ordem de R\$ 1.066.151,28, não tendo o respectivo valor sido empenhado à conta daquela dotação. No entanto, o citado valor foi repassado ao DF à conta da dotação de 2007 na rubrica “reconhecimento de dívida”.

A Tabela 2.4.2 demonstra a distribuição da quota estadual, distrital e municipal por UF, bem como o valor a ser repassado em janeiro de 2008, como Restos a Pagar (RAP), à conta do orçamento de 2007.

Tabela 2.4.2: Distribuição das quotas estaduais, distrital e municipais do salário-educação por unidade federativa – em 2007

UF	TOTAL REPASSADO EM 2007			TOTAL A SER REPASSADO EM 2008			TOTAL GERAL		
	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	TOTAL
BRASIL	2.051.693.877,32	1.822.342.349,77	3.874.036.227,09	2.015.319.010,00	178.028.672,63	379.560.573,63	2.253.225.778,32	2.000.371.022,40	4.253.596.800,72
AC	2.718.524,73	1.406.229,75	4.124.754,48	271.495,83	140.438,47	411.934,30	2.990.020,56	1.546.668,22	4.536.688,78
AM	20.700.999,72	23.928.527,69	44.629.527,41	2.156.645,43	2.492.891,72	4.649.537,15	22.857.645,15	26.421.419,41	49.279.064,56
AP	3.149.151,49	1.068.016,39	4.217.167,88	390.775,69	132.529,30	523.304,99	3.539.927,18	1.200.545,69	4.740.472,87
PA	16.298.186,54	33.416.749,56	49.714.936,10	1.682.136,01	3.448.943,07	5.131.079,08	17.980.322,55	36.865.692,63	54.846.015,18
RO	6.613.805,07	5.012.311,06	11.626.116,13	675.504,05	511.934,79	1.187.438,84	7.289.309,12	5.524.245,85	12.813.554,97
RR	2.296.133,82	678.688,85	2.974.822,67	188.363,08	55.676,15	244.039,23	2.484.496,90	734.365,00	3.218.861,90
TO	4.879.766,61	3.556.049,76	8.435.816,37	536.587,94	391.029,66	927.617,60	5.416.354,55	3.947.079,42	9.363.433,97
NORTE	56.656.567,98	69.066.573,06	125.723.141,04	5.901.508,03	7.173.443,16	13.074.951,19	62.558.076,01	76.240.016,22	138.798.092,23
AL	6.722.467,32	14.926.422,92	21.648.890,24	689.279,77	1.530.461,95	2.219.741,72	7.411.747,09	16.456.884,87	23.868.631,96
BA	43.041.954,90	80.521.276,04	123.563.230,94	4.182.670,36	7.824.782,84	12.007.453,20	47.224.625,26	88.346.058,88	135.570.684,14
CE	16.054.893,55	43.435.272,75	59.490.166,30	1.578.764,69	4.271.225,94	5.849.990,63	17.633.658,24	47.706.498,69	65.340.156,93
MA	6.419.546,86	18.615.512,57	25.035.059,43	682.005,69	1.977.692,03	2.659.697,72	7.101.552,55	20.593.204,60	27.694.757,15
PB	8.547.719,39	11.682.482,90	20.230.202,29	800.853,74	1.094.556,35	1.895.410,09	9.348.573,13	12.777.039,25	22.125.612,38
PE	32.913.181,26	48.648.119,33	81.561.300,59	3.168.177,19	4.682.800,64	7.850.977,83	36.081.358,45	53.330.919,97	89.412.278,42
PI	5.541.644,30	10.059.768,02	15.601.412,32	482.854,18	876.526,88	1.359.381,06	6.024.498,48	10.936.294,90	16.960.793,38
RN	12.103.080,89	15.565.115,73	27.668.196,62	1.199.404,80	1.542.489,56	2.741.894,36	13.302.485,69	17.107.605,29	30.410.090,98
SE	8.207.066,57	11.280.681,44	19.487.748,01	809.550,34	1.112.733,50	1.922.283,84	9.016.616,91	12.393.414,94	21.410.031,85
NORDESTE	139.551.555,04	254.734.651,70	394.286.206,74	13.593.560,76	24.913.269,69	38.506.830,45	153.145.115,80	279.647.921,39	432.793.037,19
ES	26.978.858,62	40.720.365,05	67.699.223,67	2.597.471,70	3.920.476,95	6.517.948,65	29.576.330,32	44.640.842,00	74.217.172,32
MG	197.876.743,33	150.290.733,86	348.167.477,19	18.149.284,70	13.784.688,72	31.933.973,42	216.026.028,03	164.075.422,58	380.101.450,61
RJ	185.988.577,18	263.824.218,93	449.812.796,11	17.585.339,13	24.944.748,85	42.530.087,98	203.573.916,31	288.768.967,78	492.342.884,09
SP	923.600.750,74	709.341.626,60	1.632.942.377,34	91.421.140,01	70.213.044,23	161.634.184,24	1.015.021.890,75	779.554.670,83	1.794.576.561,58
SUDESTE	1.334.444.929,87	1.164.176.944,44	2.498.621.874,31	129.753.235,54	112.862.958,75	242.616.194,29	1.464.198.165,41	1.277.039.903,19	2.741.238.068,60
PR	119.746.880,25	96.637.682,23	216.384.562,48	11.833.589,38	9.564.026,51	21.397.615,89	131.580.469,63	106.201.708,74	237.782.178,37
RS	138.543.303,18	98.857.859,88	237.401.163,06	13.486.379,81	9.623.233,87	23.109.613,68	152.029.682,99	108.481.093,75	260.510.776,74
SC	88.380.183,11	70.818.635,20	159.198.818,31	8.788.609,89	7.042.272,74	15.830.882,63	97.168.793,00	77.860.907,94	175.029.700,94
SUL	346.670.366,54	266.314.177,31	612.984.543,85	34.108.579,08	26.229.533,12	60.338.112,20	380.778.945,62	292.543.710,43	673.322.656,05
DF	93.853.800,61	0,00	93.853.800,61	10.085.161,34	0,00	10.085.161,34	103.938.961,95	0,00	103.938.961,95
GO	42.133.092,26	35.418.090,59	77.551.182,85	4.206.075,80	3.535.728,29	7.741.804,09	46.339.168,06	38.953.818,88	85.292.986,94
MS	15.637.566,25	14.775.103,28	30.412.669,53	1.656.927,32	1.565.542,40	3.222.469,72	17.294.493,57	16.340.645,68	33.635.139,25

MT	22.745.998,77	17.856.809,39	40.602.808,16	2.226.853,13	1.748.197,22	3.975.050,35	24.972.851,90	19.605.006,61	44.577.858,51
C. OESTE	174.370.457,89	68.050.003,26	242.420.461,15	18.175.017,59	6.849.467,91	25.024.485,50	192.545.475,48	74.899.471,17	267.444.946,65
93.853.800,61	Valor referente à receita arrecadada no exercício de 2007. No entanto foi pago a título de reconhecimento de dívida o valor de R\$ 1.066.151,28 para o Distrito Federal.								
260.510.776,74	totalizando, portanto, para esta UF o valor de R\$ 94.919.951,90.								
	Em 2008 deverá ser descontado dos pagamentos para o RS o valor de R\$ 154.160,21, tendo em vista descontos efetuados pelo INSS no Siafi e não informado ao FNDE,								
	o que ocasionou uma distribuição maior das quotas.								

2.5 Superávit do salário-educação

Dado o caráter tributário do salário-educação, anualmente esses recursos têm a sua receita e despesa consignadas na LOA, sendo que a quota-parte destinada aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é integralmente distribuída pelo FNDE, tomando-se por base a receita efetivamente observada em cada exercício.

A quota-parte federal (fonte 13), que fica em poder da União para utilização exclusiva em educação, vem acumulando superávits financeiros ao longo dos últimos anos, os quais, historicamente, são motivados por excessos de arrecadação, frustração e contingenciamentos de despesas.

Além desse superávit, existe aquele formado a partir do produto da aplicação financeira da arrecadação do salário-educação (fonte 93), também destinado ao financiamento exclusivo da educação.

Ao final de 2007, como pode ser visto na Tabela 2.5.1, os superávits financeiros destas duas importantes fontes de financiamento da educação, correspondentes ao exercício em apreço, atingiram a cifra de R\$ 221,22 milhões, os quais, acumulados desde 1999, perfazem R\$ 3,28 bilhões.

Tabela 2.5.1: Superávit do salário-educação – de 1999 a 2007				
CÓD.	FONTE DE RECURSOS	1999 a 2006	2007	SUPERÁVIT (*)
13	Contribuição do Salário-Educação	2.587.491.492,96	100.923.036,02	2.688.414.528,98
93	Produto das Aplicações dos Recursos à Conta do Salário-Educação	468.803.802,27	120.298.432,06	589.102.234,33
TOTAL GERAL		3.056.295.295,23	221.221.468,08	3.277.516.763,31
(*) Não foram considerados os restos a pagar cancelados em exercícios seguintes àquele da apuração e os créditos orçamentários, na sua totalidade, autorizados ao longo dos anos à conta do superávit do FNDE, como também os superávits da fonte 93 auferidos pela STN a título de aplicação financeira do salário-educação nos exercícios de 2004 a 2007.				
Fonte: Difin/FNDE				

A partir do advento do Decreto n.º 4.950/04, que dispõe sobre a arrecadação das receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, o superávit financeiro da arrecadação do salário-educação, assim como o produto da sua aplicação no mercado, passou a integrar as disponibilidades do Tesouro Nacional.

2.6 Cobrança Administrativa e Representação Administrativa

Em cumprimento ao art. 9.º da lei n.º 11.457/2007, não foram emitidas novas notificações para recolhimento de débito, haja vista ser esta uma atribuição privativa de ocupante de cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB).

Com base nas suas atribuições previstas no *caput* do art. 5.º, da Lei n.º 9.766/1999, o FNDE verificou irregularidades no recolhimento do salário-educação, referente ao benefício instituído pelo Sistema de Manutenção do Ensino Fundamental (SME), programa pelo qual a empresa propiciava o ensino fundamental a seus empregados e dependentes.

Neste sentido, por intermédio do Sistema de Gestão de Arrecadação (SIGA), foram identificadas deduções realizadas indevidamente na modalidade “indenização de dependentes”, resultando desta forma na emissão de 2.919 Representações Administrativas enviadas à Receita Federal do Brasil, para que dentro de sua competência procedesse à cobrança dos débitos.

2.7. Parcelamento de débitos

O FNDE realizou o acompanhamento e encaminhou as guias dos parcelamentos aos contribuintes enquanto não se efetiva a migração dos processos para a RFB, recebendo apenas os pagamentos realizados por meio de CAD.

Em 2007, foram recebidos 20 pedidos de parcelamento de débitos espontâneos e outros 33 pedidos provenientes de notificações. Para os referidos pedidos estão sendo ultimadas as providências com vistas à sua instrução visando o encaminhamento à Receita Federal do Brasil - RFB, em cumprimento à Lei n.º 11.457, de 16/03/2007.

Os parcelamentos de débitos, concedidos sob a égide da Medida Provisória n.º 38/02, Medida Provisória n.º 303/2006, da Lei 8.212/91, Lei n.º 10.684/03, foram acompanhados no decorrer do exercício de 2007, bem como emitidas guias para recolhimentos, o que resultou na arrecadação do montante de R\$ 95.107.194,45, conforme demonstrado no Quadro a seguir:

Quadro 2.7.1: arrecadação de processos de parcelamentos – em 2007			
Mês	Arrecadação no Mês	Arrecadação até o Mês	Guias Emitidas
Jan	6.115.339,91	6.115.339,91	657
Fev	5.802.022,83	11.917.362,74	632
Mar	5.036.902,01	16.954.264,75	640
Abr	42.024.447,49	58.978.712,24	580
Mai	4.564.239,45	63.542.951,69	605
Jun	4.576.196,78	68.119.148,47	588
Jul	4.492.019,05	72.611.167,52	557
Ago	4.597.674,36	77.208.841,88	579
Set	4.619.692,57	81.828.534,45	562
Out	4.439.977,62	86.268.512,07	539
Nov	4.462.662,71	90.731.174,78	550
Dez	4.376.019,67	95.107.194,45	511
Fonte: Sistema SIGA – Difin/Siga – Difin/FNDE			

3. Execução Orçamentária da Receita e da Despesa

Este capítulo examina a execução orçamentária e financeira havida no exercício de 2007. Neste sentido, foi elaborada a Tabela 3.1, agrupando os programas e as ações de governo que tiveram recursos alocados no orçamento da Autarquia, com a finalidade de possibilitar que se faça uma visualização do desempenho dessa execução.

Tabela 3.1: Execução orçamentária e financeira por programa e ação de governo									
CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO / AÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA	%	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%	VALORES PAGOS		%
		A	B	B/A	C	C/B	D	D	D/C
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	27.408.494,00	27.391.725,14	99,94%	27.366.725,14	99,91%	27.366.725,14	27.366.725,14	100,00%
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis	27.408.494,00	27.391.725,14	99,94%	27.366.725,14	99,91%	27.366.725,14	27.366.725,14	100,00%
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	4.100.000,00	4.087.440,00	99,69%	4.087.440,00	100,00%	1.260.000,00	1.260.000,00	30,83%
0948	Apoio ao Ensino Fundamental Escolar Indígena	4.100.000,00	4.087.440,00	99,69%	4.087.440,00	100,00%	1.260.000,00	1.260.000,00	30,83%
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.708.460,12	3.708.460,12	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
2095	Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infra-Estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)	3.708.460,12	3.708.460,12	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
0750	Apoio Administrativo	81.075.081,00	69.307.918,18	85,49%	56.850.561,42	82,03%	56.828.801,35	56.828.801,35	99,96%
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6.803.369,00	6.757.427,76	99,32%	6.651.764,94	98,44%	6.650.528,32	6.650.528,32	99,98%
2000	Administração da Unidade	69.518.900,00	59.794.471,66	86,01%	47.669.080,81	79,72%	47.648.557,36	47.648.557,36	99,96%
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	2.689.848,00	1.614.818,76	60,03%	1.388.515,67	85,99%	1.388.515,67	1.388.515,67	100,00%
2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	143.645,00	91.200,00	63,49%	91.200,00	100,00%	91.200,00	91.200,00	100,00%
2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	652.492,00	450.000,00	68,97%	450.000,00	100,00%	450.000,00	450.000,00	100,00%
2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	1.266.827,00	600.000,00	47,36%	600.000,00	100,00%	600.000,00	600.000,00	100,00%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	3.840.084,00	3.840.081,85	100,00%	3.824.188,74	99,59%	3.824.188,74	3.824.188,74	100,00%
0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	639.596,00	639.593,85	100,00%	623.701,70	97,52%	623.701,70	623.701,70	100,00%
00A3	Cumprimento de Sentença Judicial referente às Ações Ordinárias n.º 2006.39.01.000393-5 e n.º 2006.39.01.000629-3, em favor dos Municípios de Parauapebas e Cumaru do Norte no Estado do Pará - PA	3.200.488,00	3.200.488,00	100,00%	3.200.487,04	100,00%	3.200.487,04	3.200.487,04	100,00%
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	4.707.640.799,00	4.707.612.896,90	100,00%	4.706.516.750,62	99,98%	3.875.102.378,37	3.875.102.378,37	82,33%
0369	Quota-Parte dos Estados e do DF do Salário-Educação	4.707.640.799,00	4.707.612.896,90	100,00%	4.706.516.750,62	99,98%	3.875.102.378,37	3.875.102.378,37	82,33%
0999	Reserva de Contingência	719.764,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
0998	Reserva de Contingência	719.764,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	163.100.000,00	132.747.861,80	81,39%	126.818.797,24	95,53%	126.108.468,72	126.108.468,72	99,44%
0081	Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos - Fazendo Escola	92.200.000,00	90.846.653,10	98,53%	90.184.547,43	99,27%	89.578.665,97	89.578.665,97	99,33%
0507	Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos	4.600.000,00	3.637.185,99	79,07%	733.073,11	20,15%	710.323,11	710.323,11	96,90%
0920	Concessão de Bolsa ao Alfabetizador	52.625.000,00	26.961.878,89	51,23%	24.643.829,80	91,40%	24.638.828,74	24.638.828,74	99,98%
09BT	Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos	12.375.000,00	11.302.101,00	91,33%	11.257.346,90	99,60%	11.180.650,90	11.180.650,90	99,32%
09EP	Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos	300.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
2E12	Brasil Alfabetizado	1.000.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
1061	Brasil Escolarizado	3.657.431.526,00	3.556.798.330,41	97,25%	2.843.191.733,34	79,94%	2.163.740.763,93	2.163.740.763,93	76,10%

0509	Apelo ao Desenvolvimento da Educação Básica	1.886.522.964,00	1.810.838.267,77	95,99%	1.281.566.842,80	70,77%	605.430.978,67	47,24%
0513	Apelo à Alimentação Escolar na Educação Básica	1.528.918.556,00	1.520.679.672,23	99,46%	1.520.238.812,86	99,97%	1.519.658.784,64	99,96%
0915	Poupança-Escola	2.900.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
09CW	Apelo à Restituição da Rede Física Pública	4.209.800,00	4.032.687,34	95,79%	3.812.687,34	94,54%	3.044.120,58	79,84%
09EV	Apelo à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública	4.400.000,00	1.363.076,92	30,98%	1.363.076,92	100,00%	1.363.076,92	100,00%
2272	Gestão e Administração do Programa	22.000.000,00	18.490.993,16	84,05%	15.260.651,38	82,53%	14.819.759,38	97,11%
2A74	Funcionamento da TV Escola	35.250.000,00	34.452.498,26	97,74%	16.213.260,50	47,06%	16.210.375,63	99,98%
2C96	Fomento à Implantação de Centros de Leitura Multimídia	21.526,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4042	Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica	1.693.680,00	1.693.680,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4045	Distribuição de Acervos Bibliográficos	54.000.000,00	52.561.073,29	97,34%	2.054.379,87	3,91%	1.541.428,02	75,03%
4389	Capacitação para o Exercício do Controle Social	3.100.000,00	3.099.093,17	99,97%	1.033.928,18	33,36%	732.536,60	70,85%
6372	Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública - ProInfo	109.415.000,00	105.953.802,20	96,84%	926.010,00	0,87%	466.010,00	50,32%
6375	Distribuição de Material de Apoio à Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação	5.000.000,00	3.633.484,07	72,67%	722.083,49	19,87%	473.693,49	65,60%
1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica								
0A13	Concessão de Bolsa-Auxílio para Pré-Formação Profissional - Escola de Fábrica	72.740.000,00	59.277.284,13	81,49%	14.391.265,18	24,28%	11.237.354,60	78,08%
3676	Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional - Proep	8.400.000,00	7.728.000,00	92,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3681	Desenvolvimento de Modelos de Gestão Escolar para a Educação Profissional - Proep	13.000.000,00	9.751.190,53	75,01%	3.253.254,80	33,36%	3.000.000,00	92,22%
3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional - Proep	290.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3687	Implementação do Sistema de Informações da Educação Profissional - Proep	18.950.000,00	18.140.311,41	95,73%	6.876.264,65	37,91%	6.876.264,65	100,00%
7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional - Proep	3.000.000,00	266.850,00	8,90%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
7365	Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Tecnológico - Proep	26.900.000,00	22.190.932,19	82,49%	3.061.745,73	13,80%	161.089,95	5,26%
7742	Implantação do Sistema Nacional de Certificação Profissional - Proep	2.000.000,00	1.000.000,00	50,00%	1.000.000,00	100,00%	1.000.000,00	100,00%
1065	Desenvolvimento da Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	100,00%	200.000,00	100,00%	200.000,00	100,00%
09HI	Apelo à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil	82.270.000,00	54.170.424,20	65,84%	46.926.457,46	86,63%	421.286,94	0,90%
09HJ	Apelo à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil	3.000.000,00	2.800.000,00	93,33%	2.800.000,00	100,00%	0,00	0,00%
0E04	Apelo ao Desenvolvimento da Educação Infantil	78.070.000,00	51.171.397,46	65,55%	44.126.457,46	86,23%	421.286,94	0,95%
6351	Distribuição de Periódicos para a Educação Infantil	200.000,00	199.026,74	99,51%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1067	Gestão da Política de Educação	1.000.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.641.450,00	1.468.417,84	89,46%	665.102,06	45,29%	563.117,06	84,67%
8241	Gerenciamento das Políticas de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade	1.500.000,00	1.326.967,84	88,46%	665.102,06	50,12%	563.117,06	84,67%
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	141.450,00	141.450,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0304	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef	2.089.233.962,67	2.061.537.078,41	98,67%	2.046.224.451,38	99,26%	2.038.800.635,88	99,64%
0914	Apelo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio	6.899.257,00	6.899.257,00	100,00%	6.899.257,00	100,00%	2.168.280,94	31,43%
0966	Apelo à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental	2.651.010,67	2.415.078,26	91,10%	857.319,24	35,50%	637.457,97	74,35%
0A30	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica	260.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0E36	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb	46.763.000,00	19.965.200,00	42,69%	19.952.600,00	99,94%	18.125.500,00	90,84%
2C62	Formação em Serviço e Certificação em Nível Superior de Professores Não-Titulos do Ensino Fundamental e Médio - Pró-Licenciatura	2.012.400.000,00	2.012.400.000,00	100,00%	2.012.400.000,00	100,00%	2.012.400.000,00	100,00%
		13.260.667,00	13.015.249,37	98,15%	4.549.955,05	34,96%	4.262.205,59	93,68%

2095	Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio-Técnico Profissional de Funcionários da Educação Básica - Pró-Funcionário	28,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
6369	Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias na Educação Pública - ProInfo	4.500.000,00	4.369.446,55	97,10%	1.293.610,35	29,61%	940.393,14	72,70%
6377	Capacitação de Recursos Humanos para a Educação a Distância e para o Programa TV Escola	2.500.000,00	2.472.847,23	98,91%	271.709,74	10,99%	266.798,24	98,19%
1122	Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima	3.353.100,00	3.353.100,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2223	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)	3.353.100,00	3.353.100,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1336	Brasil Quilombola	197.200,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0974	Apoio à Formação de Professores da Educação Básica para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	197.200,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	42.639.328,82	37.801.210,52	88,65%	25.860.472,71	68,41%	9.894.997,11	38,26%
0511	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial	3.590.000,00	1.251.272,22	34,85%	213.383,84	17,05%	0,00	0,00%
0959	Apoio à Adequação de Prédios Escolares para a Educação Especial	1.839.855,00	1.838.775,20	99,94%	1.838.775,20	100,00%	239.413,76	13,02%
0977	Apoio à Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial	8.200.000,00	8.039.475,74	98,04%	5.852.579,31	72,80%	1.073.558,59	18,34%
09DK	Complementação ao Atendimento Especializado às Pessoas com Deficiência - Paed	8.145.123,00	6.668.017,00	81,87%	6.663.887,00	99,94%	6.472.669,00	97,13%
09EJ	Qualificação para o Trabalho da Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais	1.600.000,00	1.488.694,74	93,04%	618.436,29	41,54%	341.163,90	55,17%
09GL	Formação de Gestores para a Educação Especial	5.452.666,00	4.834.650,82	88,67%	4.254.920,09	88,01%	942.020,67	22,14%
6113	Distribuição de Material Didático para a Educação Especial	2.000.000,00	1.928.373,42	96,42%	373.823,28	19,39%	146.355,72	39,15%
6310	Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial	10.800.000,00	10.740.266,56	99,45%	5.221.686,98	48,62%	589.131,52	11,28%
8371	Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar	1.011.684,82	1.011.684,82	100,00%	822.980,72	81,35%	90.683,95	11,02%
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.534.796.671,00	1.488.462.161,78	96,98%	1.322.763.600,88	88,87%	1.174.074.259,79	88,76%
0515	Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental	529.629.778,00	498.391.850,93	94,10%	496.427.916,28	99,61%	485.801.164,24	97,86%
0969	Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental	292.000.000,00	291.999.984,60	100,00%	291.994.969,03	100,00%	291.994.969,03	100,00%
0E01	Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental	11.368.088,00	5.100.094,51	44,86%	2.451.624,51	48,07%	0,00	0,00%
2272	Gestão e Administração do Programa	15.425.000,00	15.026.711,94	97,42%	7.862.613,94	52,32%	7.862.613,94	100,00%
4046	Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental	639.948.005,00	639.862.219,96	99,99%	486.388.263,28	76,01%	350.777.298,74	72,12%
5079	Fortalecimento da Escola - Fundescola III	46.425.800,00	38.081.299,84	82,03%	37.638.213,84	98,84%	37.638.213,84	100,00%
1377	Educação para Diversidade e Cidadania	3.588.000,00	3.257.609,52	90,79%	947.616,72	29,09%	855.509,46	90,28%
09EM	Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana	1.000.000,00	972.109,80	97,21%	671.299,00	69,06%	603.191,74	89,85%
09HS	Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania	2.588.000,00	2.285.499,72	88,31%	276.317,72	12,09%	252.317,72	91,31%
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	117.008.311,00	114.507.691,86	97,86%	92.136.254,18	80,46%	64.147.456,26	69,62%
2272	Gestão e Administração do Programa	6.978.311,00	5.839.114,04	83,68%	3.439.114,08	58,90%	3.439.114,08	100,00%
3686	Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Promed	30.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
6322	Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio	110.000.000,00	108.668.577,82	98,79%	88.697.140,10	81,62%	60.708.342,18	68,44%
1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	2.872.899,98	2.872.899,98	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2119	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)	1.281.100,00	1.281.100,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2997	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saude)	399.399,98	399.399,98	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

4043	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio (CT-Agronegócio)	492.400,00	492.400,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
4185	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)	700.000,00	700.000,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	61.633.661,18	61.633.661,18	100,00%	53.793.665,26	87,28%	49.811.639,64	92,60%
2272	Gestão e Administração do Programa	10.974.661,22	10.974.661,22	100,00%	8.906.544,13	81,16%	8.813.853,20	98,96%
2A95	Elevação da Escolaridade de Beneficiários do ProJovem	37.951.109,19	37.951.109,19	100,00%	34.376.776,15	90,58%	31.190.346,50	90,73%
86AB	Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico para a Escolarização de Jovens	512.148,35	512.148,35	100,00%	17.037,35	3,33%	17.037,35	100,00%
86AC	Qualificação de Jovens	9.349.569,91	9.349.569,91	100,00%	8.137.280,96	87,03%	7.454.835,68	91,61%
86AD	Capacitação de Profissionais do ProJovem	2.846.172,51	2.846.172,51	100,00%	2.356.026,67	82,78%	2.335.566,91	99,13%
TOTAL GERAL		12.660.998.792,77	12.393.836.211,00	97,89%	11.372.365.082,33	91,76%	9.604.037.582,99	84,45%

3.1 Execução orçamentária

Desempenho da execução orçamentária

O orçamento disponibilizado para o FNDE, no exercício de 2007, considerando as suplementações, os cancelamentos e as descentralizações recebidas, alcançou a cifra de R\$ 12,66 bilhões.

A dotação utilizada, no montante de R\$ 12,40 bilhões, foi calculada pelo somatório da execução ocorrida diretamente no FNDE e por aquela havida nas Unidades Gestoras (UGs) para as quais o FNDE efetuou descentralizações de créditos, permitindo uma execução da ordem de 97,90% da dotação final do exercício.

Da dotação utilizada foram liquidados R\$ 11,37 bilhões, ou seja, o equivalente a 91,75%. O saldo orçamentário não utilizado, no valor de R\$ 265,38 milhões, correspondeu a 2,10% da dotação final e se evidenciou, sobretudo, em face dos limites de movimentação e empenho impostos pelo Decreto n.º 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, e pela não utilização, pelas UGs receptoras, da totalidade dos créditos descentralizados pelo FNDE.

A Tabela 3.1.1 e o Gráfico 3.1.1 demonstram a execução orçamentária em 2007.

Tabela 3.1.1: Execução orçamentária por programa de governo – em 2007									
CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO	DOTAÇÃO FINAL		DOTAÇÃO UTILIZADA		%	SALDO		%
		A		B		B/A	C	C/A	
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	27.408.494,00		27.391.725,14		99,94%	16.768,86	0,06%	
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	4.100.000,00		4.087.440,00		99,69%	12.560,00	0,31%	
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.708.460,12		3.708.460,12		100,00%	0,00	0,00%	
0750	Apoio Administrativo	81.075.081,00		69.307.918,18		85,49%	11.767.162,82	14,51%	
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	3.840.084,00		3.840.081,85		100,00%	2,15	0,00%	
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	4.707.640.799,00		4.707.612.896,90		100,00%	27.902,10	0,00%	
0999	Reserva de Contingência	719.764,00		0,00		0,00%	719.764,00	100,00%	
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	163.100.000,00		132.747.818,98		81,39%	30.352.181,02	18,61%	
1061	Brasil Escolarizado	3.657.431.526,00		3.556.798.330,41		97,25%	100.633.195,59	2,75%	
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	72.740.000,00		59.277.284,13		81,49%	13.462.715,87	18,51%	
1065	Desenvolvimento da Educação Infantil	82.270.000,00		54.170.424,20		65,84%	28.099.575,80	34,16%	
1067	Gestão da Política de Educação	1.641.450,00		1.468.417,84		89,46%	173.032,16	10,54%	
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	2.089.233.962,67		2.061.537.078,41		98,67%	27.696.884,26	1,33%	
1122	Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima	3.353.100,00		3.353.100,00		100,00%	0,00	0,00%	
1336	Brasil Quilombola	197.200,00		0,00		0,00%	197.200,00	100,00%	
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	42.639.328,82		37.801.210,52		88,65%	4.838.118,30	11,35%	
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.534.796.671,00		1.488.462.161,78		96,98%	46.334.509,22	3,02%	
1377	Educação para Diversidade e Cidadania	3.588.000,00		3.257.609,52		90,79%	330.390,48	9,21%	
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	117.008.311,00		114.507.691,86		97,86%	2.500.619,14	2,14%	
1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	2.872.899,98		2.872.899,98		100,00%	0,00	0,00%	
8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	61.633.661,18		61.633.661,18		100,00%	0,00	0,00%	
TOTAL GERAL		12.660.998.792,77		12.393.836.211,00		97,89%	267.162.581,77	2,11%	
Fonte: Difin/FNDE									

Gráfico 3.1.1: Proporção da execução orçamentária, em relação à dotação final – em 2007



Vale destacar a dotação orçamentária autorizada para a Ação (0369) (quota-parte dos estados e do DF do salário-educação), componente do Programa (0903) Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica, que resulta de estimativas da arrecadação da receita do salário-educação apuradas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Isto posto, considerando que as receitas do mês de dezembro são apuradas e creditadas em favor do FNDE após o encerramento do período da execução orçamentária e, ainda, que toda a dotação é empenhada antes da apuração destas receitas, é previsível que haja divergências entre a dotação final autorizada e o valor a ser repassado a estados, ao DF e aos municípios. Tal afirmativa pode ser comprovada observando-se que, do total da dotação autorizada, apenas R\$ 4,25 bilhões compuseram a receita desta ação, devendo, portanto, ser cancelados cerca de R\$ 453,0 milhões no exercício de 2008.

Ressalte-se, ainda, que a proporção dos saldos orçamentários vêm diminuindo seguidamente, nos últimos períodos. Ao utilizar a execução orçamentária como indicador de eficácia do FNDE, na implementação dos programas, projetos e ações educacionais sob sua responsabilidade, constata-se, na observação da Tabela 3.1.2, que a Autarquia vem melhorando consideravelmente sua performance, fato demonstrado pela queda do hiato do orçamento¹¹, de 0,0866 para 0,0210.

Tabela 3.1.2: Evolução da taxa de avaliação do desempenho de execução orçamentária em valores nominais - de 2001 a 2007					
ANO	DOTAÇÃO FINAL	%	DOTAÇÃO UTILIZADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	D = C/A
	A		B	C	
2001	5.473.130.311,69	-	4.999.223.838,04	473.906.473,65	0,0866
2002	5.553.477.435,85	1,47%	5.066.771.874,44	486.705.561,41	0,0876
2003	6.333.021.446,00	14,04%	5.831.590.780,55	501.430.665,45	0,0792
2004	7.296.328.933,87	15,21%	6.847.260.496,93	449.068.436,94	0,0615
2005	8.922.055.840,35	22,28%	8.676.038.672,19	246.017.168,16	0,0276
2006	9.975.379.967,90	11,81%	9.795.901.210,20	179.478.757,70	0,0180
2007	12.660.998.792,77	26,92%	12.395.623.476,77	265.375.316,00	0,0210
Fonte: Dfin/FNDE					

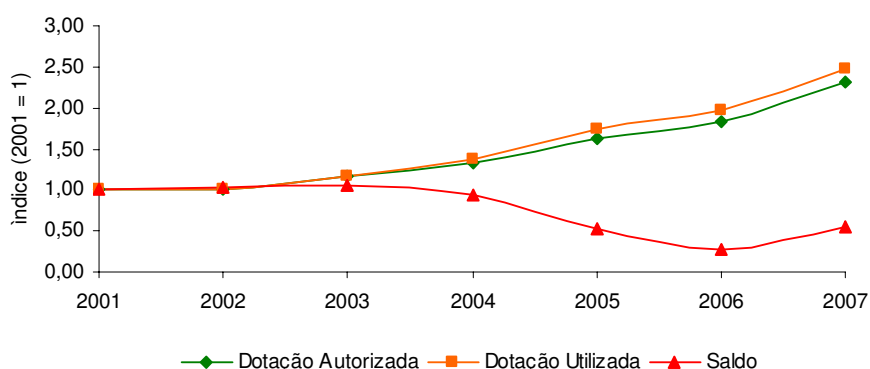
Essa constatação de melhor desempenho do FNDE pode ser vista, também, no Gráfico 3.1.2. Tomando-se por referência o orçamento de 2001, em termos nominais, os valores do eixo

⁽¹¹⁾ Hiato do orçamento é o índice obtido da razão entre o saldo orçamentário e a dotação autorizada. Quanto mais próximo de zero, menor é o custo social – neste caso, compreendido como as oportunidades perdidas, em razão de não terem sido empregadas as dotações orçamentárias consignadas ao FNDE e alocadas nos programas e ações educacionais.

vertical foram obtidos calculando-se a evolução percentual das dotações do período, da execução e dos saldos. De 2001 a 2007, cresceram as variáveis orçamento e a sua execução, destacando-se que, a partir de 2003, a proporção incremental da execução passou a ter aumentos maiores em relação às dotações. Esta afirmação pode ser vista, também, pela ótica do saldo, cujas taxas passaram a apresentar tendências decrescentes, a partir de 2003.

O saldo não utilizado em 2007, apesar de apresentar uma redução maior que o observado em 2006, deve ser considerado na proporção em que houve um aumento nominal da dotação final de quase 27% em relação à do exercício anterior, como demonstrado pela inflexão da função apresentada graficamente.

Gráfico 3.1.2: Evolução percentual da dotação autorizada, execução e saldo orçamentários - de 2001 a 2007



Fonte: Difin/FNDE

Para demonstrar com maior detalhe o desempenho da execução orçamentária da Autarquia, é importante dividi-lo em dois grupos:

a) o primeiro grupo reúne as ações que não se submeteram aos limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – Decreto n.º 6.046, de 22 de fevereiro de 2007. Neste grupo estão a quota estadual, distrital e municipal do salário-educação, a Complementação da União ao Fundef, despesas com pessoal e precatórios, bem como créditos extraordinários abertos no exercício. O orçamento total para este grupo, somado aos R\$ 75,37 milhões relativos aos créditos orçamentários recebidos de outras entidades, totalizou R\$ 8,63 bilhões, e sua execução orçamentária alcançou 99,09% da dotação final;

b) o segundo grupo inclui as ações submetidas às limitações de empenho em decorrência do referido Decreto, ainda que houvesse orçamento disponível. A dotação alocada neste grupo totalizou R\$ 4,03 bilhões, em 2007. Entretanto, somente foi disponibilizado limite de empenho no montante de R\$ 3,88 bilhões, dos quais R\$ 3,84 bilhões foram utilizados pelo FNDE. A execução orçamentária no âmbito das ações que integram este grupo alcançaram 99,01% dos limites disponibilizados.

É importante ressaltar que o saldo de limite orçamentário não executado, R\$ 38,45 milhões, é oriundo de anulações de empenho feitas no período destinado aos ajustes, visando ao encerramento do exercício de 2007 e da não utilização da totalidade das dotações pelas UGs, para as quais o FNDE efetuou descentralizações, pois independentemente de essa execução ocorrer na UG recebedora do crédito, o reflexo ocorre na conta contábil de limite de empenho da UO detentora da dotação orçamentária, como foi o caso do FNDE.

Considerados esses fatores e tomando-se por base o limite orçamentário disponibilizado para a emissão de empenho em 2007, a execução orçamentária do FNDE atingiu a expressiva cifra de 99,01%, conforme demonstrado na Tabela 3.1.3.

Tabela 3.1.3: Demonstrativo da execução das despesas – em 2007							
CÓD.	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA	LIMITES RECEBIDOS	LIMITE NÃO UTILIZADO	%	
		A	B	C	D = C - B	B/C	D/C
NCA	Despesas Correntes Discricionárias - Grupo A (Fontes Tesouro)	1.244.425.812,00	1.141.772.470,10	1.149.212.863,53	7.440.393,43	99,35%	0,65%
NCB	Despesas Correntes Discricionárias - Grupo B (Fontes Próprias)	2.551.782,00	664.290,00	664.290,00	0,00	100,00%	0,00%
NCC	Despesas Correntes Discricionárias - Grupo C (Devoluções)	173.119,00	131.289,00	173.119,00	41.830,00	75,84%	24,16%
NIA	Despesas de Capital Discricionárias - Grupo A (Fontes Tesouro)	335.385.194,00	284.543.160,82	285.303.160,82	760.000,00	99,73%	0,27%
NOA	Despesas Obrigatórias	2.444.667.653,00	2.413.496.925,56	2.443.707.149,53	30.210.223,97	98,76%	1,24%
TOTAL GERAL		4.027.203.560,00	3.840.608.135,48	3.879.060.582,88	38.452.447,40	99,01%	0,99%
Fonte: Difi/FNDE							

3.2 Execução financeira

Desempenho da execução financeira

Tomando-se por base a mesma sistemática de cálculo adotada em 2007 para apurar a dotação orçamentária utilizada, que considerou o somatório da execução ocorrida diretamente no FNDE e nas demais UGs para as quais foram efetuadas descentralizações de créditos, nesse exercício o FNDE realizou pagamentos da ordem de R\$ 9,60 bilhões, conforme demonstrado na Tabela 3.2.1, representando 84,45% da dotação liquidada, qual seja, R\$ 11,37 bilhões. Considerando que a dotação utilizada em 2007 alcançou a cifra de R\$ 12,40 bilhões, o total liquidado atingiu 91,75% desta dotação, levando-se em conta, além dos valores pagos, o total a ser inscrito em restos a pagar processados em 2008 no montante de R\$ 1,77 bilhão.

Do valor pago, R\$ 102,97 milhões correspondem aos repasses aos órgãos federais, decorrentes das descentralizações de créditos orçamentários efetuadas pelo FNDE, e R\$ 9,50 bilhões referem-se aos pagamentos realizados aos demais órgãos e entidades.

Desconsiderando-se os Programas de Previdência de Inativos e Pensionistas da União (0089), Apoio Administrativo (0750) e Cumprimento de Sentenças Judiciais (0901), o programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica (1072) apresentou melhor desempenho financeiro, qual seja, 99,64% do total da dotação liquidada e 99,25% da dotação utilizada, com destaque para a Complementação da União ao Fundeb (0E36), na qual repassaram-se aos estados e municípios mais de R\$ 2,01 bilhões, ou seja, 100% da dotação autorizada para esta ação.

Em seguida, tem-se o denominado Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (1060), com uma execução financeira de 99,44% da dotação liquidada e 95,53% da dotação utilizada, com destaque para as ações destinadas à capacitação e ao pagamento de bolsas a alfabetizadores.

Ademais, é importante ressaltar que devido à legislação que rege o repasse da quota estadual, distrital e municipal do salário-educação, ação integrante do programa denominado Operações Especiais (0903), não foi possível efetuar, na sua totalidade, em 2007, a execução financeira dos valores efetivamente arrecadados, pois, devido às determinações legais, somente no mês seguinte ao da arrecadação é que as quotas são transferidas aos respectivos entes da federação.

Tabela 3.2.1: Execução financeira por programa de governo - em 2007						
CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO	DOTAÇÃO UTILIZADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%	VALORES PAGOS	%
		A	B	B/A	C	C/B
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	27.391.725,14	27.366.725,14	99,91%	27.366.725,14	100,00%
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	4.087.440,00	4.087.440,00	100,00%	1.260.000,00	30,83%
0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.708.460,12	0,00	0,00%	0,00	0,00%
0750	Apoio Administrativo	69.307.918,18	56.850.561,42	82,03%	56.828.801,35	99,96%
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	3.840.081,85	3.824.188,74	99,59%	3.824.188,74	99,59%
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	4.707.612.896,90	4.706.516.750,62	99,98%	3.875.102.378,37	82,33%
0999	Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	132.747.818,98	126.818.797,24	95,53%	126.108.468,72	99,44%
1061	Brasil Escolarizado	3.556.798.330,41	2.843.191.733,34	79,94%	2.163.740.763,93	76,10%
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	59.277.284,13	14.391.265,18	24,28%	11.237.354,60	78,08%
1065	Desenvolvimento da Educação Infantil	54.170.424,20	46.926.457,46	86,63%	421.286,94	0,90%
1067	Gestão da Política de Educação	1.468.417,84	665.102,06	45,29%	563.117,06	84,67%
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	2.061.537.078,41	2.046.224.451,38	99,26%	2.038.800.635,88	99,64%
1122	Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima	3.353.100,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1336	Brasil Quilombola	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	37.801.210,52	25.880.472,71	68,41%	9.894.997,11	38,26%
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.488.462.161,78	1.322.763.600,88	88,87%	1.174.074.259,79	88,76%
1377	Educação para Diversidade e Cidadania	3.257.609,52	947.616,72	29,09%	855.509,46	90,28%
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	114.507.691,86	92.136.254,18	80,46%	64.147.456,26	69,62%
1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	2.872.899,98	0,00	0,00%	0,00	0,00%
8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	61.633.661,18	53.793.665,26	87,28%	49.811.639,64	92,60%
TOTAL GERAL		12.393.836.211,00	11.372.365.082,33	91,75%	9.604.037.582,99	84,45%
Fonte: Dfín/FNDE						

Os programas que apresentaram execução financeira mais baixa foram aqueles cujas ações estão enquadradas na modalidade de transferências voluntárias, executadas mediante a formalização de convênios, devido ao regramento de limite financeiro destinado a este tipo de transferência.

Não se pode deixar de examinar, também, outras ações integrantes dos Programas Brasil Alfabetizado (1060), Brasil Escolarizado (1061) e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (1376), que constituem obrigações legais ou constitucionais da União e, portanto, não estão sujeitos a limitação de empenho e pagamento, quais sejam:

- Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos – Fazendo Escola (cód. 0081);
- Apoio à Alimentação do Escolar na Educação Básica (cód. 0513);
- Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental (cód. 0515); e
- Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental (cód. 0969).

Apesar de não estarem adstritas a limitações, a execução parcial dessas ações decorre de omissão dos entes beneficiados quanto à apresentação da prestação de contas dos recursos recebidos em exercícios anteriores e à constituição e/ou atualização dos conselhos responsáveis pelo controle social dos programas, como também de deduções financeiras ocorridas em função do saldo apurado na conta corrente do programa em 31 de dezembro de cada ano, quando superiores a 30% do montante previsto para repasse no exercício corrente.

3.3 Análise da execução orçamentária e financeira sob os aspectos da classificação da despesa

O sistema orçamentário brasileiro está fundado em diversos conceitos que têm por objetivo promover o acompanhamento da destinação dada aos recursos do governo federal. Entre as diversas classificações, destaca-se neste relatório a natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recursos, a seguir analisadas.

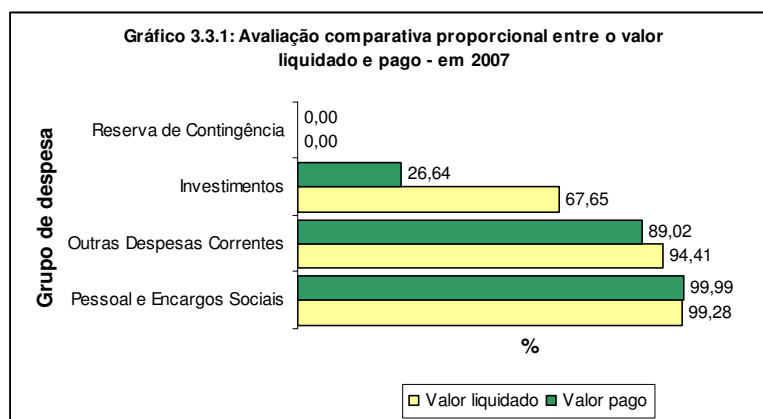
Natureza da despesa

Da análise sob a ótica da natureza das despesas realizadas no exercício de 2007, depreende-se, a partir da observação da Tabela 3.3.1, que 89,19% do orçamento do FNDE estavam alocados em despesas correntes, 10,33% em despesas de capital e o restante foi destinado a pessoal e a reserva de contingência.

Tabela 3.3.1: Demonstrativo resumido da execução orçamentária e financeira por grupo de natureza de despesa – em 2007									
CÓDIGO	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO FINAL	%	DOTAÇÃO UTILIZADA	%	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%	VALORES PAGOS	%
		A		B	B/A	C	C/B	D	D/C
1	Pessoal e Encargos Sociais	60.662.830	0,48%	60.600.119	99,90%	60.164.375	99,28%	60.160.334	99,99%
3	Outras Despesas Correntes	11.292.131.381	89,19%	11.086.497.502	98,19%	10.468.764.895	94,41%	9.319.204.300	89,02%
4	Investimentos	1.307.484.817	10,33%	1.246.738.590	95,36%	843.435.811	67,65%	224.672.948	26,64%
9	Reserva de Contingência	719.764	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
TOTAL GERAL		12.660.998.792	100,00%	12.393.836.211	97,90%	11.372.365.082	91,75%	9.604.037.582	84,45%
Fonte: Difin/FNDE									

Conforme demonstrado na citada Tabela 3.3.1 e no Gráfico 3.3.1, do orçamento destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais foram empenhados 99,90% da dotação autorizada. A execução orçamentária das despesas correntes também foi bastante elevada, alcançando 98,19% da dotação deste grupo. Em seguida, tem-se o grupo de despesas de capital com a utilização de 95,36% da dotação final.

Devido à sua natureza orçamentária, a dotação do grupo destinado à Reserva de Contingência não foi executada.



Fonte: Difin/FNDE

Com relação ao financeiro, ainda de acordo com o Gráfico 3.3.1 e a Tabela 3.3.1 citados, e, considerando a despesa liquidada em cada grupo, observa-se uma execução de 99,99% no grupo de pessoal, 89,02% em despesas correntes e 26,64% em capital. A execução financeira do grupo de capital foi mais baixa, por força de sua concentração nas ações executadas mediante transferências voluntárias, pois, conforme já mencionado, em razão dos limites impostos pelo Ministério da Fazenda, os pagamentos dos programas de transferências legais são priorizados.

Modalidade de aplicação

Considerada a modalidade de aplicação, verifica-se na Tabela 3.3.2 que a maior parte dos recursos do FNDE foi destinada aos municípios brasileiros, os quais foram beneficiados com 48,01% da dotação utilizada, ou seja, R\$ 5,95 bilhões. Deste valor, R\$ 5,08 bilhões, correspondendo a 85,33%, foram transferidos no próprio exercício e a diferença inscrita em restos a pagar.

Em seguida, têm-se as transferências a estados e ao Distrito Federal, que comprometeram 37,38% da dotação executada pelo FNDE. Este percentual representa um valor total de R\$ 4,63 bilhões, dos quais R\$ 3,72 bilhões, equivalentes a 80,40%, já foram efetivamente transferidos, e a diferença inscrita, também, em restos a pagar.

Tabela 3.3.2: Demonstrativo resumido por modalidade de aplicação – em 2007

CÓDIGO	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA	%	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%	VALORES PAGOS	%
		A	B	B/A	C	C/B	D	D/C
30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	4.647.552.516,10	4.632.905.083,13	99,68%	4.484.780.055,42	96,80%	3.724.905.923,72	83,06%
40	Transferências a Municípios	6.028.595.551,97	5.950.686.828,50	98,71%	5.876.166.672,94	98,75%	5.077.924.451,31	86,42%
50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	100.796.418,96	92.999.106,56	92,26%	57.175.327,91	64,22%	49.941.657,68	0,00%
80	Transferências ao Exterior	52.205.470,47	50.655.797,34	97,10%	21.877.312,92	43,16%	21.877.312,92	100,00%
90	Aplicações Diretas	1.796.225.256,37	1.632.990.404,17	90,91%	901.922.730,60	55,05%	698.992.538,92	77,50%
91	Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias	34.274.647,36	33.598.991,30	98,03%	30.442.982,54	89,35%	30.395.698,44	99,84%
99	Reserva de Contingência	1.348.931,54	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL GERAL		12.660.998.792,77	12.393.836.211,00	97,90%	11.372.365.082,33	91,75%	9.604.037.582,99	84,45%

Fonte: Difin/FNDE

O FNDE executou diretamente R\$ 1,67 bilhão, correspondente a 13,49% do orçamento. As transferências a instituições privadas sem fins lucrativos alcançaram R\$ 89,03 milhões (0,72%) e as transferências a organismos internacionais, encarregados da execução de Projetos de Cooperação Técnica (Prodocs), atingiram R\$ 50,69 milhões (0,41%).

Fonte de recursos

O orçamento do FNDE para o exercício de 2007 contou com as fontes de recursos demonstradas no Gráfico 3.3.2 e na Tabela 3.3.3, merecendo destaque aquela oriunda da contribuição social do salário-educação, as relativas aos recursos ordinários e aquelas destinadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, que representaram, respectivamente, 59,69%, 29,40% e 4,88% da dotação autorizada na peça orçamentária da Autarquia.

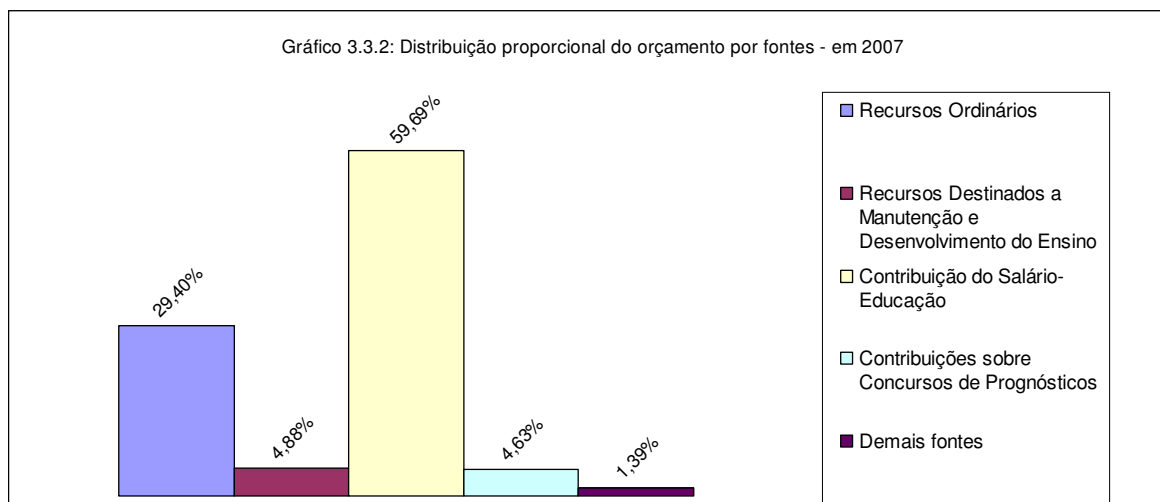


Tabela 3.3.3: Demonstrativo da execução orçamentária e financeira, por fonte de recursos - em 2007									
CÓDIGO	FONTE DE RECURSOS	DOTAÇÃO FINAL		DOTAÇÃO UTILIZADA	%	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%	VALORES PAGOS	
		A	B					C	D
100	Recursos Ordinários	2.742.031.178,08	21,66	2.712.675.772,86	98,93	2.659.823.681,44	98,05	2.601.561.502,69	97,81%
112	Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	476.562.614,14	3,76	461.421.657,60	96,82	423.095.342,11	91,69	419.549.442,37	99,16%
113	Contribuição do Salário-Educação	7.274.610.955,00	57,46	7.182.572.358,33	98,73	6.597.221.699,89	91,85	5.093.609.853,70	0,00%
118	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	586.741.579,00	4,63	578.502.729,33	98,6	578.061.869,96	99,92	577.481.841,74	99,90%
134	Compensações Financeiras para Utilização de Recursos Hídricos	3.492.700,00	0,03	3.492.700,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
135	Cota-Parte Adicional Frete Renovação Marinha Mercante	934.460,12	0,01	934.460,12	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
141	Compensações Financeiras - Recursos Minerais - FNDCT - CT - Mineral	1.281.100,00	0,01	1.281.100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Operações de Crédito Externas - Em Moeda	22.472.810,00	0,18	20.655.804,07	91,91	20.111.474,07	97,36	20.111.474,07	100,00
153	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	16.452.379,00	0,13	16.435.610,14	99,9	16.435.610,14	100,00	16.435.610,14	100,00
156	Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	4.437.135,00	0,04	4.437.135,00	100,00	4.412.135,00	99,44	4.412.135,00	100,00
169	Contribuição Patronal para o Plano Seguridade Social Servidor	6.518.980,00	0,05	6.518.980,00	100,00	6.518.980,00	100,00	6.518.980,00	100,00
172	Outras Contribuições Econômicas	4.226.199,98	0,03	4.226.199,98	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

182	Restituições de Recursos de Convênios e Congêneres	26.898,45	0,00	26.898,45	100,00	26.898,45	100,00	26.898,45	100,00
250	Recurso Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	2.551.782,00	0,02	664.290,00	26,03	664.290,00	100,00	664.290,00	0,00
282	Restituições de Recursos de Convênios e Congêneres	98.173.119,00	0,78	98.131.289,00	99,96	98.000.000,00	0,00	98.000.000,00	0,00
293	Produto das Aplicações dos Recursos a Conta do Salário-Educação	15.411.819,00	0,12	14.863.468,84	96,44	12.391.684,23	83,37	7.824.110,98	63,14
300	Recursos Ordinários	964.957.474,00	7,62	871.827.963,26	90,35	553.017.221,79	63,43	364.674.612,22	65,94
312	Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	140.952.626,00	1,11	140.952.626,00	100,00	140.952.626,00	100,00	140.952.625,54	100,00
313	Contribuição do Salário-Educação	9.570.000,00	0,08	4.051.404,65	42,33	2.606.464,65	64,33	0,00	0,00
1113	Contribuição do Salário-Educação	273.767.984,00	2,16	254.737.051,47	93,05	252.618.160,66	99,17	245.807.262,15	97,3
1300	Recursos Ordinários	13.425.000,00	0,11	13.026.711,94	97,03	6.406.943,94	49,18	6.406.943,94	0,00
2100	Recursos Ordinários	2.400.000,00	0,02	2.399.999,96	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		12.660.998.792,77	100	12.393.836.211,00	97,89	11.372.365.082,33	91,76	9.604.037.582,99	84,45

3.4 Restos a pagar

Do exercício de 2007

Conforme demonstrado no Quadro 3.4.1, foram inscritos em 31 de dezembro de 2007 R\$ 2,79 bilhões em restos a pagar (RAP), sendo R\$ 2,51 inscritos pelo próprio FNDE, dos quais R\$ 1,75 processados e R\$ 765,53 milhões não processados.

No que tange às inscrições relativas às descentralizações de créditos orçamentários efetuados pelo FNDE ao longo do ano para outros órgãos da administração pública federal, estas somaram R\$ 277,47 milhões, sendo R\$ 21,75 milhões processados e R\$ 255,72 não processados, conforme também demonstrado no Quadro 3.4.1.

Quadro 3.4.1: restos a pagar inscritos em 2007				
CÓDIGO	FONTE DE RECURSOS	PROCESSADO	NÃO PROCESSADO	TOTAL INSCRITO
		A	B	C = A + B
0100	Recursos Ordinários	57.957.158,75	40.782.374,12	98.739.532,87
0112	Recursos Destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino	2.960.828,85	21.080.204,57	24.041.033,42
0113	Contribuição do Salário-Educação	1.497.893.992,27	527.236.784,13	2.025.130.776,40
0118	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	438.996,80	294.980,19	733.976,99
0134	Compensações Financeiras para Utilização de Recursos Hídricos	0,00	3.492.700,00	3.492.700,00
0135	Quota-Parte Adicional Frete Renovação Marinha Mercante	0,00	934.460,12	934.460,12
0141	Compensações Financeiras - Recursos Minerais - FNDCT - CT - Mineral	0,00	1.281.100,00	1.281.100,00
0148	Operações de Crédito Externas - Em Moeda	0,00	544.330,00	544.330,00
0156	Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0,00	25.000,00	25.000,00
0172	Outras Contribuições Econômicas	0,00	4.226.199,98	4.226.199,98
0293	Produto das Aplicações dos Recursos à Conta do Salário-Educação	4.567.573,25	2.471.784,61	7.039.357,86
0300	Recursos Ordinários	173.338.947,92	150.578.363,47	323.917.311,39
0312	Recursos Destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino	0,46	0,00	0,46
0313	Contribuição do Salário-Educação	2.606.464,65	1.444.940,00	4.051.404,65
1113	Contribuição do Salário-Educação	6.810.898,51	2.118.890,81	8.929.789,32
1300	Recursos Ordinários	0,00	6.619.768,00	6.619.768,00
2100	Recursos Ordinários	0,00	2.399.999,96	2.399.999,96
TOTAL FNDE		1.746.574.861,46	765.531.879,96	2.512.106.741,42
DEMAIS UGs				
0100	Recursos Ordinários	305.020,00	12.069.717,30	12.374.737,30
0112	Recursos Destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino	585.070,89	17.246.110,92	17.831.181,81
0113	Contribuição do Salário-Educação	5.717.853,92	58.085.972,21	63.803.826,13
0118	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	141.031,42	145.879,18	286.910,60
0282	Restituições de Recursos de Convênios e Congêneres	0,00	131.289,00	131.289,00
0300	Recursos Ordinários	15.003.661,65	168.041.746,00	183.045.407,65
TOTAL DEMAIS UGs		21.752.637,88	255.720.714,61	277.473.352,49
TOTAL INSCRITO		1.768.327.499,34	1.021.252.594,57	2.789.580.093,91
Fonte: Dfín/FNDE				

É importante ressaltar que, do total dos restos a pagar de 2007, R\$ 832,48 milhões referem-se à quota estadual, distrital e municipal do salário-educação. Deste total, serão efetivados R\$ 379,56 milhões. Esse valor corresponde à parcela relativa à quota do salário-educação dos entes federados correspondente a dezembro de 2007, que não foi repassada, tendo em vista que os recursos somente são transferidos no mês subsequente ao do ingresso da arrecadação.

Neste sentido, dos R\$ 832,48 milhões inscritos em restos a pagar deverão ser cancelados, aproximadamente, R\$ 453,00 milhões em 2008.

À conta dos Programas de Distribuição de Livros Didáticos e Acervos Bibliográficos para o Ensino Fundamental e Médio foram inscritos outros R\$ 472,48 milhões. Essa situação deve-se à natureza da execução dos programas, que requer prazos para a realização dos processos de seleção, negociação, contratação e entrega das obras que compõem os acervos dos programas, e por isso a quase totalidade da realização financeira ocorre, via de regra, nos meses iniciais do exercício seguinte.

Outro programa que merece destaque quanto ao montante dos valores inscritos em restos a pagar, em 2007, é o Proinfância, que alcançou a cifra de R\$ 341,74 milhões, relativos a convênios firmados.

Quanto aos demais valores inscritos, estes são decorrentes de saldos de notas de empenho, cuja liquidação e/ou pagamento não foi possível realizar até o dia 31.12.2007, por razões mencionadas neste relatório.

Do exercício de 2006

Em 31 de dezembro de 2006, conforme demonstrado na Tabela 3.4.1, foram inscritos R\$ 2,02 bilhões em restos a pagar (RAP), sendo R\$ 1,95 bilhão inscrito pelo próprio FNDE e R\$ 79,13 milhões referentes a créditos descentralizados a entidades federais. Do total inscrito, R\$ 9,10 milhões foram cancelados e R\$ 1,62 bilhão foram pagos no exercício de 2007, representando uma execução financeira de 80,54%.

Com o advento do Decreto n.º 6.331, de 28/12/07, o prazo para pagamento do saldo dos restos a pagar do exercício de 2006 foi prorrogado para 30/06/08.

Tabela 3.4.1: Execução dos restos a pagar de 2006 por fonte de recursos – situação em 2007						
FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	PROCESSADO A PAGAR	NÃO PROCESSADO A PAGAR	TOTAL A PAGAR
	A	B	C	D	E	F = D + E
0100	212.888.809,06	198.030.948,88	3.519.226,00	1.486.241,62	9.852.392,56	11.338.634,18
0112	155.149.886,97	50.871.059,50	6.667,80	96.986.054,50	7.286.105,17	104.272.159,67
0113	1.358.261.977,34	1.157.656.183,41	1.354.454,52	29.759.067,72	169.492.271,69	199.251.339,41
0148	61.874.209,05	42.525.794,89	60.000,00	1.140.217,50	18.148.196,66	19.288.414,16
0250	643.180,69	638.136,80	0,00	0,00	5.043,89	5.043,89
0293	4.364.321,00	4.277.512,45	0,00	3.859,88	82.948,67	86.808,55
0300	58.221,00	58.221,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0312	127.499.091,81	82.626.410,00	90.000,00	13.831.993,49	30.950.688,32	44.782.681,81
1113	871.788,90	572.529,80	0,00	2.616,96	296.642,14	299.259,10
1312	378.963,02	102.264,22	0,00	0,00	276.698,80	276.698,80
2112	23.732.338,77	18.842.049,43	8.494,00	2.219.557,07	2.662.238,27	4.881.795,34
TOTAL FNDE	1.945.722.787,61	1.556.201.110,38	5.038.842,32	145.429.608,74	239.053.226,17	384.482.834,91

DEMAIS UGs						
0100	22.677.703,64	20.057.072,21	1.182.097,83	191.423,53	1.247.110,07	1.438.533,60
0112	2.994.257,11	2.883.482,60	10.786,69	29.847,67	70.140,15	99.987,82
0113	14.249.804,98	11.508.337,64	748.088,29	275.331,98	1.718.047,07	1.993.379,05
0118	240.755,81	232.381,46	7.289,77	1.070,95	13,63	1.084,58
0148	17.690.589,09	12.513.331,30	1.709.611,87	320.995,01	3.146.650,91	3.467.645,92
0293	572.006,10	570.857,00	0,16	1.072,50	76,44	1.148,94
0312	9.208.145,58	8.879.407,28	48.754,04	19.504,64	260.479,62	279.984,26
1312	2.220.000,00	2.213.128,86	0,00	3.438,00	3.433,14	6.871,14
2112	9.279.072,13	8.398.792,58	357.481,03	2.400,00	520.398,52	522.798,52
TOTAL DEMAIS UGs	79.132.334,44	67.256.790,93	4.064.109,68	845.084,28	6.966.349,55	7.811.433,83
TOTAL GERAL	2.024.855.122,05	1.623.457.901,31	9.102.952,00	146.274.693,02	246.019.575,72	392.294.268,74
Fonte: Difin/FNDE						

Do exercício de 2005

O FNDE iniciou 2007 com R\$ 508,07 milhões de restos a pagar relativos ao exercício de 2005. Ao longo do ano, foram pagos R\$ 73,51 milhões, cancelados R\$ 11,43 milhões e reinscritos para 2008, por força do Decreto n.º 6.331/2007, citado anteriormente, R\$ 423,14 milhões.

Deste montante, R\$ 411,22 milhões, ou seja, 97,18% manter-se-ão inscritos devido à necessidade de garantir recursos para cobrir possíveis ações judiciais impetradas por estados e municípios beneficiários do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), bem como ajustes decorrentes do fechamento da arrecadação das receitas do salário-educação.

A Tabela 3.4.2 apresenta a execução dos restos a pagar relativos a 2005, com reflexo na execução financeira do exercício de 2007.

Tabela 3.4.2: Execução dos restos a pagar de 2005 por fonte de recursos – situação em 2007						
FONTE	INSCRITO	PAGO	CANCELADO	PROCESSADO A PAGAR	NÃO PROCESSADO A PAGAR	TOTAL A PAGAR
	A	B	C	D	E	F = D + E
0100	201.125.512,86	4.196.354,32	1.136.754,97	426.726,09	195.365.677,48	195.792.403,57
0112	84.407.732,07	6.111.503,74	266.779,01	60.750,00	77.968.699,32	78.029.449,32
0113	195.954.023,29	45.075.579,51	3.705.924,86	6.959.779,58	140.212.739,34	147.172.518,92
0118	3.709,06	0,00	3.709,06	0,00	0,00	0,00
0148	11.963.805,86	7.212.879,87	4.419.261,36	288.997,00	42.667,63	331.664,63
0293	942.377,37	0,00	85.696,37	0,00	856.681,00	856.681,00
0300	9.000.000,00	8.998.270,09	0,00	1.063,31	666,60	1.729,91
0312	5.520,56	0,00	5.520,56	0,00	0,00	0,00
0379	220.087,89	0,00	220.053,65	0,00	34,24	34,24
1112	32.100,00	0,00	0,00	0,00	32.100,00	32.100,00
1113	248.830,81	0,00	0,00	76.191,74	172.639,07	248.830,81
2112	4.121.605,03	1.901.316,09	1.546.784,86	673.504,08	0,00	673.504,08
TOTAL FNDE	508.025.304,80	73.495.903,62	11.390.484,70	8.487.011,80	414.651.904,68	423.138.916,48

DEMAIS UGs						
0100	2.504,72	0,00	2.504,72	0,00	0,00	0,00
0112	2.015,85	2.014,80	0,00	0,00	1,05	1,05
0113	43.586,59	9.753,44	33.190,24	0,00	642,91	642,91
TOTAL DEMAIS UGs	48.107,16	11.768,24	35.694,96	0,00	643,96	643,96
TOTAL GERAL	508.073.411,96	73.507.671,86	11.426.179,66	8.487.011,80	414.652.548,64	423.139.560,44
Fonte: Difin/FNDE						

3.5 Aplicação financeira

Até 2003, quando o produto da arrecadação do salário-educação era recolhido diretamente à conta única do FNDE, todos os valores eram aplicados por esta Autarquia e os rendimentos se revertiam em benefício do próprio FNDE. Entretanto, a partir da sistemática de centralização de todas as receitas na conta do órgão central do Sistema de Programação Financeira do Governo Federal (Secretaria do Tesouro Nacional - STN), pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, condicionada por meio do Decreto n.º 4.950, de 09 de janeiro de 2004, a rentabilidade da aplicação do produto da arrecadação do salário-educação dos exercícios de 2004 e seguintes passou a compor a disponibilidade do Tesouro Nacional.

Os valores que já estavam na conta única do FNDE, referentes aos superávits do salário-educação de anos anteriores, permaneceram sob a gestão da Autarquia e são mantidos em Fundo de Aplicação Extramercado Exclusivo do FNDE, junto ao BBTVM/Banco do Brasil, segundo normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução n.º 2.423/97 e alterações) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM n.º 409/2004 e alterações).

Em 01 de janeiro de 2007, o saldo total dos recursos aplicados tanto na conta única do Tesouro Nacional, quanto no Fundo Extramercado do BBTVM, foi de R\$ 1,08 bilhão. Ao longo do ano de 2007, foram sacados para efetuar pagamentos de despesas deste exercício e de exercícios anteriores, inscritas em restos a pagar, à conta da Fonte de Recursos 93 (Produto das Aplicações dos Recursos à Conta do Salário-Educação), R\$ 15,38 milhões.

Em 2007, as aplicações financeiras renderam juros no total de R\$ 135,16 milhões, sendo R\$ 134,60 milhões via Extramercado e R\$ 0,56 milhão via conta única do Tesouro Nacional, valor 4,19% inferior ao de 2006, quando a receita de juros atingiu R\$ 141,07 milhões.

Conforme já explicitado, a partir de 2004, não houve novos investimentos no Fundo Extramercado, e o incremento nos saldo decorre apenas dos rendimentos auferidos que superaram os desembolsos realizados, conforme detalhado na Tabela 3.5.1.

Tabela 3.5.1: Comparativo dos saldos e rendimentos de aplicação financeira – Biênio 2006 e 2007						
Ano	INSTITUIÇÃO	Saldo da aplicação 01/JAN	Saldo da aplicação 31/DEZ	RESGATES / APLICAÇÕES	Rendimento no ano - R\$	Variação do rendimento
2006	CONTA ÚNICA	7.225.840,08	8.307.127,06	0,00	1.081.286,98	-
	BCO BRASIL	943.485.035,87	1.073.746.248,65	(9.729.285,96)	139.990.498,74	-
	TOTAL	950.710.875,95	1.082.053.375,71	(9.729.285,96)	141.071.785,72	-
2007	CONTA ÚNICA	8.307.127,06	493.651,99	(8.377.527,33)	564.052,26	-47,84%
	BCO BRASIL	1.073.746.248,65	1.201.344.097,29	(7.000.000,00)	134.597.848,64	-3,85%
	TOTAL	1.082.053.375,71	1.201.837.749,28	(15.377.527,33)	135.161.900,90	-4,19%
Fonte: Difin/FNDE						

4. Contas correntes

Com o intuito de manter a segurança e a agilidade dos repasses efetuados pelo FNDE e, ainda, facilitar o acompanhamento e a gestão dos gastos desses recursos pelos órgãos e entidades beneficiárias, o FNDE assumiu a incumbência de providenciar a abertura das contas correntes depositárias dos recursos destinados à execução dos programas sob sua responsabilidade, mediante parcerias com instituições financeiras públicas e privadas.

Estas parcerias são formalizadas por meio da assinatura de Acordos de Cooperação Mútua, onde são definidas as atribuições de ambas as partes. O processo de seleção da instituição financeira ocorre por adesão, desde que satisfeitas algumas condições mínimas exigidas, como o caso da isenção de tarifas bancárias e da remessa de comunicados de pagamento aos beneficiários. Após a formalização dos Acordos, a relação dos bancos parceiros é divulgada pelo FNDE, cabendo aos órgãos e entidades beneficiárias indicarem o banco e a agência de sua preferência, em concordância com as determinações da Instrução Normativa STN n.º 1/97, bem como das Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE que regulam a execução dos programas de transferência de recursos.

A ampliação do número de instituições parceiras tem sido uma busca constante do FNDE, de forma a promover a intensificação da livre concorrência e colocar à disposição dos beneficiários um rol de opções cada vez maior, o que contribui positivamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A tabela n.º 54, a seguir, apresenta as instituições financeiras parceiras do FNDE

Relação dos bancos parceiros do FNDE

N.º	Nome do banco	Sigla
1	001 - Banco do Brasil	BB
2	003 - Banco da Amazônia	Basa
3	008 - Banco Santander - Meridional	Meridional
4	021 - Banco do Estado do Espírito Santo	Banestes
5	027 - Banco do Estado de Santa Catarina	BESC
6	033 - Banco do Estado de São Paulo	Banespa
7	035 - Banco do Estado do Ceará	BEC
8	047 - Banco do Estado de Sergipe	Banese
9	104 - Caixa Econômica Federal	CEF
10	151 - Nossa Caixa Nosso Banco	NCNB
11	341 - Banco Itaú	Itaú

Desde 2005, o FNDE vem incrementando os programas destinados ao pagamento de bolsa-auxílio. Inicialmente a jovens carentes na faixa etária de 16 a 24 anos, matriculados nos cursos técnicos oferecidos pelo programa Escola de Fábrica e atualmente a bolsistas matriculados em cursos destinados à formação inicial e continuada de professores da educação básica, visando, dentre outros, elevar o nível da qualidade do ensino no país e estabelecer como meta a qualificação dos professores de todos os níveis e modalidades de ensino, com formação específica em instituições qualificadas.

A tabela a seguir, apresenta o total das contas de pessoas jurídicas e físicas ativas em 31/12/2007, abertas no exercício de 2007 e anteriores.

Relação de contas correntes ativas por instituição financeira e programa

Banco	TRANSFERÊNCIAS AUTOMÁTICAS					BOLSAS	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS			TOTAL
	Bralf	Quota	Merenda	PDDE	PNATE		PNSE	PNTE	PTA	
BB	1.659	5.436	7.615	95.456	5.301	34.509	122	46	5.059	155.203
Basa	0	0	0	97	1	0	0	0	2	100
Banestes	3	0	0	1.338	1	0	0	0	2	1.344
BESC	1	0	56	120	1	0	0	0	2	180
Banespa	3	0	455	267	0	0	0	0	6	731
Banese	3	2	112	1.186	18	0	0	0	15	1.336
CEF	101	143	2.304	15.184	188	1.599	8	5	407	19.939
NCNB	7	0	10	565	0	0	0	0	15	597
Itaú	5	0	113	365	0	0	0	0	13	496
Total	1.782	5.581	10.665	114.578	5.510	36.108	130	51	5.521	179.926

5. Publicidade dos Pagamentos

Em cumprimento ao disposto na Lei n.º 9.452/97 e em Resoluções editadas pelo Conselho Deliberativo do FNDE, todos os pagamentos efetuados aos beneficiários de programas a cargo da Autarquia devem ser comunicados às Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais, Conselhos de Acompanhamento do Fundeb e da Alimentação Escolar, além de outros setores e órgãos envolvidos com a execução dos programas. Esta comunicação ocorre por meio de Avisos de Pagamentos, gerados e expedidos por meio de sistema informatizado próprio.

Em 2007, objetivando a transparência e o controle social dos programas executados pelo FNDE, foram enviadas um total de 342.010 mil cartas, sendo 1.066 para as Assembléias Legislativas, 90.853 para os Conselhos de Alimentação, 28.190 para o Conselho de Acompanhamento do Fundeb, 40 para Câmaras Legislativas, 218.235 para Câmaras Municipais e 3.626 para os Ministérios Públicos Estaduais.

Em face do estabelecido nos Acordos de Cooperação Mútua assinados com as instituições bancárias, a expedição dos Avisos de Pagamento aos beneficiários dos repasses fica a cargo do banco detentor da conta corrente depositária dos correspondentes recursos.

6. Registros Contábeis e Prestação de Contas

A prestação de contas dos recursos transferidos pelo FNDE e o registro de atos e fatos da Administração está a cargo da Coordenação-Geral de Contabilidade e Acompanhamento de Prestação de Contas.

Os atos e fatos administrativos foram escriturados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, em conformidade com arcabouço legal que rege a Contabilidade Pública, de forma que pode ser evidenciada a situação dos aportes das receitas da Autarquia e das despesas realizadas pela Administração.

A prestação de contas dos recursos transferidos aos órgãos e entidades públicas, bem como a organizações não governamentais, são controladas pelos Sistemas SIAPC e SISPCO. O primeiro controla a prestação de contas dos recursos transferidos por meio de convênio e o segundo dos recursos transferidos de forma automática, sem a necessidade de celebração de convênios, acordos ou instrumentos congêneres.

Durante o exercício de 2007 foram apresentadas, aproximadamente, 1.351 prestações de contas relativas a convênios e 22.630 relativas a transferências automáticas, totalizando 23.481 peças de contas apresentadas, as quais estão aguardando análise.

Foram analisadas 2.781 prestações de contas de convênios firmados em 2005 e 2006, cujas prestações de contas foram apresentadas em 2006, das quais 368 foram aprovadas, e 118 foram aprovadas parcialmente. As demais estão nas seguintes situações: aguardando análise; diligenciadas e/ou indicadas para instauração de tomada de contas especial.

Foram analisadas 13.035 prestações de contas de recursos transferidos automaticamente, das quais 7.026 foram aprovadas; 3.706 aguardando análise de atendimento de diligências; 2.246 em diligências e 57 com indicação para instauração de tomada de contas especial. As demais estão aguardando análise.

No exercício foram instauradas, aproximadamente, 465 tomadas de contas especiais, as quais foram enviadas à Secretaria Federal de Controle Interno, com vistas a remessa ao Tribunal de Contas da União para julgamento.

As tomadas de contas especiais que foram elaboradas de forma simplificada, em face do valor do dano inferior ao limite da quantia fixada pelo Tribunal de Contas da União, atualizado monetariamente e acrescido dos encargos legais, serão encaminhadas, por relação, na prestação de contas da Autarquia àquela Corte de Contas para julgamentos. Essas tomadas de contas foram arquivadas nesta Autarquia até que o somatório dos diversos débitos do mesmo responsável, perante o FNDE, exceda o valor fixado para remessa ao TCU.

Como medida de melhoria, foi iniciado o desenvolvimento de sistema informatizado para consolidar as funcionalidades do SIAPC e SISPCO em um único sistema, bem como o desenvolvimento de módulo de controle de tomada de contas especial. Este sistema deverá recepcionar as prestações de contas no exercício de 2008.

CAPÍTULO III

Desempenho dos Programas e Ações Governamentais

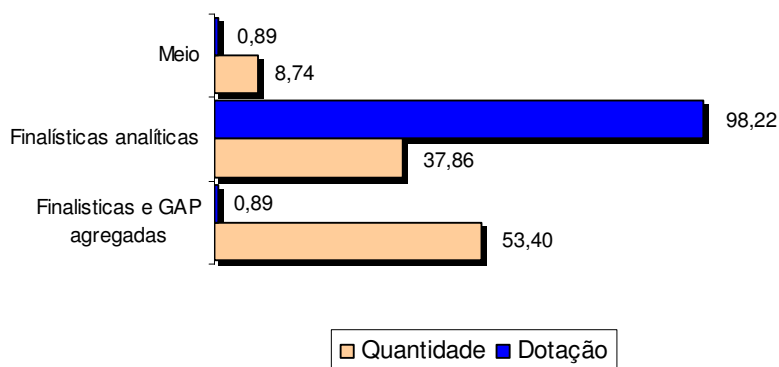
Na parte III deste relatório encontram-se apresentadas as informações relativas à execução das ações¹² e programas orçamentários do FNDE, divididas nas Seções A e B, considerando-se o seguinte:

- no primeiro caso, cada ação da Autarquia foi examinada pormenorizadamente, apresentando-se os seus principais atributos, seu desempenho durante o exercício de 2007, bem como o resumo da trajetória orçamentário-financeira correspondente ao período do PPA 2004 a 2007, denominado Brasil de Todos. Os critérios utilizados para a seleção destas ações foram detalhar todas aquelas cuja gestão é de responsabilidade do FNDE¹³;
- nos casos em que esta atribuição (a gestão) compete às secretarias fins do MEC, a referência adotada foi a materialidade da ação – dotação a partir de 4,5 milhões;
- no segundo caso, o texto avaliativo da execução das ações examina-as sob a forma consolidada, apesar de elas serem apresentadas uma a uma no Quadro-Resumo de desempenho das ações orçamentárias com dotação inferior a R\$ 4,5 milhões; e
- as ações relativas à Gestão de Apoio a Programas (GAP) fazem parte, também, do elenco examinado na Seção B do capítulo III do relatório.

Outro aspecto a ser considerado na metodologia adotada nesta parte do documento diz respeito à avaliação analítica de desempenho aqui empregada. Para cada ação apresenta-se Quadro-síntese com suas metas físico-financeiras, demonstrando-se a execução financeiro-orçamentária nas suas três fases – empenhada, liquidada e paga.

Nesse contexto, ressalte-se que todas as fases da execução estão contempladas. No entanto, para a descrição avaliativa analítica do desempenho desceu-se até o conceito de empenho.

Gráfico 6.1: Proporção da dotação e das ações orçamentárias tratadas analiticamente, em relação às demais ações - em 2007



Nesse contexto, as ações foram divididas e organizadas em: ações finalísticas e ações-meio. As ações finalísticas que receberam tratamento detalhado foram reunidas em ações finalísticas analíticas e as demais em ações finalísticas, agregadas¹⁴. Estas receberam avaliação consolidada.

¹² As ações-meio, de que são exemplo aquelas destinadas a financiar as despesas com pessoal, não são objeto de avaliação nesta parte do relatório. A avaliação deste tipo de ação foi realizada no capítulo II do relatório e recebeu, também, tratamento analítico.

¹³ São os casos em que o FNDE é responsável tanto pelo orçamento quanto pela execução da ação, equivalendo-se aos conceitos trados no PPA, respectivamente, de "unidade orçamentária responsável" e "unidade administrativa responsável".

¹⁴ Consideraram-se nesta categoria as 4 ações padronizadas (GAP).

Pelos critérios adotados, o conjunto de ações orçamentárias do FNDE que receberam avaliação detalhada¹⁵ corresponde a 37,86% (39) do total de ações, mas que sob a ótica da dotação orçamentária coube-lhes 98,22% do orçamento da Autarquia. As ações finalísticas e padronizadas agregadas correspondem a 53,40% do total e a elas foram destinados recursos numa proporção inferior a 1% do orçamento total do FNDE, em 2007. Estas informações podem ser observadas no Gráfico 6.1.

¹⁵ A ação (0369) Quota-parte dos Estados e do DF do Salário-Educação, do programa (0903) Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica foi tratada no capítulo destinado ao salário-educação.

SEÇÃO

“A”

1. 1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

Atributos	Detalhamento
Objetivo	Garantir acesso e permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.
Gestão do Programa	Gerente ✓ André Luiz de Figueiredo Lázaro Gerente executivo ✓ Jarbas Antonio Ferreira
Indicadores / parâmetros utilizados	Percentual da população na faixa etária de 15 anos ou mais com escolaridade entre a 4ª série e a 7ª série, percentual da população na faixa etária de 15 anos ou mais com escolaridade inferior à 4ª série, taxa de analfabetismo da população na faixa etária de 15 a 24 anos, taxa de analfabetismo da população na faixa etária de 15 anos ou mais, taxa de analfabetismo da população na faixa etária de 25 a 34 anos, taxa de analfabetismo da população na faixa etária de 35 anos ou mais.
Unidade administrativa responsável	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC
Público-alvo	Jovens e adultos com 15 anos e mais, não alfabetizados ou com baixa escolaridade e os educadores que atuam nesta modalidade de ensino.

Em pleno século XXI, o Brasil é um país com enormes desafios a serem vencidos. Um deles é a necessidade premente de investir na implementação de políticas públicas que busquem colocar em prática a meta de Educação para Todos: oferecer uma educação de qualidade, que atenda aos interesses e às necessidades de aprendizagem da grande parcela da população brasileira excluída de participação no sistema educacional. Ainda hoje existem mais de 14 milhões de jovens e adultos acima de 15 anos com menos de um ano de escolaridade e 65 milhões que não possuem sequer ensino fundamental completo.

Cabe destacar que um dos objetivos prioritários é ultrapassar o velho distanciamento entre Educação de Jovens e Adultos e alfabetização *stricto sensu*, produto de concepções que não consideram as necessidades básicas de aprendizagem dos diferentes sujeitos em distintos contextos culturais e sociais. Nos últimos anos, vem ganhando força uma nova consciência sobre a importância de se conferir, aos jovens e adultos sem o domínio da leitura e da escrita e com baixa escolaridade, o direito de, como cidadãos, se alfabetizarem no sentido pleno do conceito, o direito a uma educação de qualidade, como processo transformador de si mesmos e da sociedade em que todos vivemos. Trata-se, enfim, de legitimar a Educação de Jovens e Adultos como política pública de Estado, objetivo este que o Ministério da Educação procura concretizar por intermédio de seu Programa 1060 – Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.

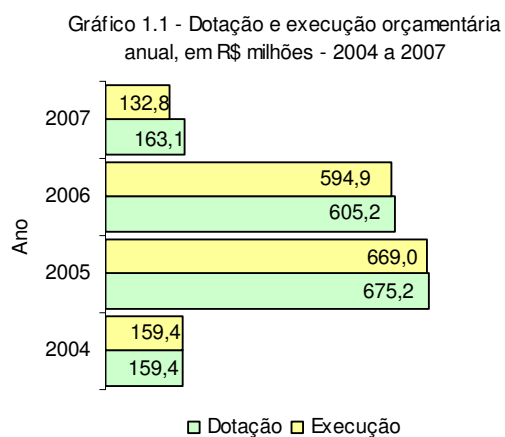
A Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim incorporada às políticas educacionais, pode se tornar um importante instrumento da promoção do desenvolvimento sustentável com igualdade. Para tanto, um conjunto de investimentos torna-se imprescindível, de que são exemplos: um amplo programa de acesso à alfabetização, processos de formação inicial e continuada para os profissionais de ensino, elaboração de materiais didáticos próprios para a diversidade dos sujeitos da EJA, publicação e divulgação de material de leitura adequado às necessidades dos novos leitores, articulação entre escolarização e qualificação profissional, entre outros.

A concretude do objetivo explicitado do Programa vem sendo alcançada mediante a implementação de um conjunto de ações sob a gestão da Secad, desenhadas para materializar as diretrizes estabelecidas pelo MEC, voltadas à política pública de alfabetização e educação de jovens e adultos, cujas principais atividades de operacionalização das dotações alocadas no orçamento do FNDE para financiamento dessas políticas serão descritas a seguir.

O Programa contou com dotação crescente do primeiro para o segundo ano da série, decrescendo ligeiramente de 2005 para 2006, conforme demonstrado na Tabela 1.1, ilustrado no

Gráfico 1.1. Esta tendência se acentuou no exercício de 2007, por força das adequações que foram realizadas, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Tabela 1.1: Dotação e execução orçamentária anual do Programa 1060, em R\$ milhões – 2004 a 2007		
Ano	Dotação	Execução
2004	159,38	159,38
2005	675,15	668,97
2006	605,16	594,93
2007	163,10	132,75
Total	1.602,79	1.556,03
Fonte:Relatórios de Gestão do FNDE		



1.1 1060.0081 - Apoio à ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental a jovens e adultos

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Propiciar o atendimento de alunos jovens e adultos matriculados nas escolas estaduais e municipais de ensino fundamental, na modalidade educação de jovens e adultos, presencial com avaliação no processo, por meio da ampliação da oferta de vagas e do ensino de qualidade, resgatando para a escola essa clientela que foi, involuntariamente, excluída da educação fundamental e assegurando o aprendizado do alunado, por intermédio de ações essenciais como aquisição de livro didático e alimentação, bem como a formação continuada e a remuneração dos docentes, inclusive daqueles que atuam mediante contratação temporária, em decorrência da necessidade de ampliação do quadro de professores para o alcance dos objetivos do programa.
Descrição	Repasse de recursos financeiros por transferência direta aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. O cálculo será efetuado multiplicando-se o valor <i>per capita</i> pelo total de alunos matriculados nos cursos da modalidade educação de jovens e adultos, presencial com avaliação no processo, dos respectivos sistemas de ensino, tendo por base o Censo Escolar do Ministério da Educação do ano anterior ao das transferências e o número de alfabetizados apresentados nos cadastros do Programa Brasil Alfabetizado. Com o valor repassado, os sistemas de ensino poderão realizar: I - a formação continuada de docentes do quadro permanente e dos contratados temporariamente pelo município, pelo Distrito Federal ou pelo estado, que atuam nas classes presenciais de educação de jovens e adultos; II - a aquisição de livro didático e/ou impressão de material adequado à educação de jovens e adultos do ensino fundamental (1ª a 8ª série), e a reprodução de material cujos resultados tenham sido comprovados na prática pedagógica, respeitando a Lei n.º 9.610, de Direitos Autorais; III - a aquisição de kit básico para o aluno/ano; IV - a aquisição de kit básico para o professor/ano; V - a contratação temporária de docentes, na forma do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, para exercer atividades na educação fundamental pública de jovens e adultos, quando se fizer necessária a ampliação do quadro de professores, para alcance dos objetivos do programa; VI - a remuneração, utilizando até 50% (cinquenta por cento) dos recursos financeiros repassados pelo programa, dos profissionais do magistério, do quadro permanente que atuam nas classes presenciais de educação de jovens e adultos; VII - a aquisição, exclusivamente, de gêneros alimentícios para atendimento à necessidade de alimentação escolar dos alunos beneficiados pelo programa.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad/MEC Coordenador da ação ✓ Maria Aparecida Zanetti

Avaliação da execução da ação

Quadro 1.1.1 - Ação 0081: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
400.000	1.028.867	257,00	92.200.000,00	90.846.653,10	98,53	90.184.547,43	99,27	89.578.665,97	99,33
Produto: aluno beneficiado Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi Gerencial / Secad / MEC									

A ação 0081 financia as atividades correspondentes ao programa denominado Fazendo Escola, que anteriormente se conhecia por Recomeço, cujo propósito associava-se à ampliação da oferta de vagas no ensino fundamental público para jovens e adultos, bem como à promoção do atendimento educacional, com qualidade e aproveitamento, aos alunos matriculados nessa modalidade de ensino.

Ao apoio à ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental a jovens e adultos (ação 0081) veio concretizar o disposto na Lei 10.880 de 09/06/2004 que, entre outros aspectos:

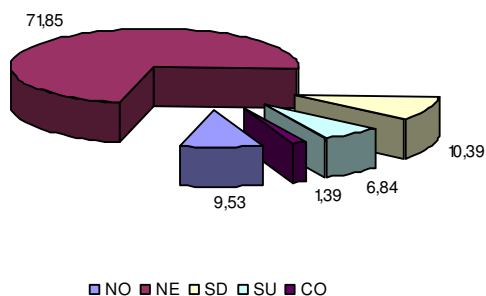
- instituiu o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, tendo por objetivo “ampliar a oferta de vagas na educação fundamental pública de jovens e adultos, em cursos presenciais com avaliação no processo, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos sistemas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal”, e
- dispôs sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado que, de acordo com o Art. 1.º do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, tem por objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais.

Em 2007, a ação dispôs de dotação no valor de R\$ 92,2 milhões. Deste total foram executados 98,53% e com estes recursos foram apoiados 1.143 entes da federação, sendo 1.120 prefeituras e 23 secretarias estaduais de educação a assegurarem a permanência de cerca de 1,3 milhão de alfabetizando nos sistemas de ensino, conforme demonstrado no Quadro 1.1.1 e na Tabela 1.1.1.

Tabela 1.1.1: Quantidade de alfabetizando atendidos e valor repassado por UF, segundo						
a esfera administrativa – em 2007						
UF	Rede estadual		Rede municipal		Total	%
	Alfabetizando	R\$	Alfabetizando	R\$	R\$	
BR	1.114.005	62.233.098,85	588.999	28.322.654,25	90.846.653,10	100
NO	115.744	6.780.540,15	35.148	1.879.713,65	8.660.253,80	9,53
RO	5.814	254.960,00	1.577	92.620,00	347.580,00	0,38
AC	14.020	329.000,00	1.131	60.400,00	389.400,00	0,43
AM	25.050	702.414,00	0	0	702.414,00	0,77
RR	0	0	0	0	0	-
PA	64.000	5.189.316,15	28.227	1.564.696,65	6.754.012,80	7,43
AP	2.575	64.890,00	1.799	57.901,00	122.791,00	0,14
TO	4.285	239.960,00	2.414	104.096,00	344.056,00	0,38
NE	729.458	41.025.610,80	498.834	24.225.008,48	65.273.219,28	71,85
MA	83.850	3.752.520,95	59.328	2.518.402,00	6.270.922,95	6,9
PI	50.250	3.855.085,70	57.398	2.530.667,55	6.385.753,25	7,03
CE	44.170	3.213.214,90	104.360	5.954.837,75	9.168.052,65	10,09
RN	60.300	3.828.799,35	28.307	1.252.049,33	5.080.848,68	5,59
PB	63.923	3.057.131,00	46.021	2.358.190,00	5.437.921,00	5,99
PE	49.721	3.653.558,60	50.975	2.518.419,60	6.171.978,20	6,79
AL	50.000	748.659,70	45.017	2.223.210,05	2.971.869,75	3,27
SE	30.000	2.369.458,40	5.829	257.136,00	2.626.594,40	2,89
BA	297.244	16.547.182,20	101.599	4.612.096,20	21.159.278,40	23,29
SE	124.285	7.658.640,00	38.182	1.508.357,80	9.435.297,80	10,39
MG	100.000	6.400.000,00	11.933	473.280,00	7.141.580,00	7,86
ES	0	0	1.238	67.361,00	67.361,00	0,07
RJ	24.285	1.258.640,00	10.363	412.230,80	1.670.870,80	1,84
SP	0	0	14.648	555.486,00	555.486,00	0,61
SU	116.473	5.773.019,90	10.822	438.435,30	6.211.455,20	6,84
PR	100.000	5.201.387,90	2.545	96.107,30	5.297.495,20	5,83
SC	15.000	528.000,00	2.043	111.533,00	639.533,00	0,7
RS	1.473	43.632,00	6.234	230.795,00	274.427,00	0,3
CO	28.045	995.288,00	6.013	271.139,02	1.266.427,02	1,39
MS	15.055	802.200,00	1.795	91.720,00	893.920,00	0,98
MT	7.310	193.088,00	1.168	45.874,42	238.962,42	0,26
GO	5.680	0	3.050	133.544,60	133.544,60	0,15
DF	0	0	0	0	0	-

O Gráfico 1.1.1. demonstra a distribuição dos recursos de apoio à ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental a jovens e adultos. Conforme se observa, mais de 65% desses recursos foram transferidos somente para a Região Nordeste.

Gráfico 1.1.1: Distribuição relativa (%) dos recursos por região - em 2007



O desempenho da ação no período do Plano Brasil de Todos pode ser visto na Tabela 1.1.2. De 2004 a 2006, a ação apoiou as 27 redes estaduais e distrital de educação e, em 2007, 23 secretarias foram apoiadas. No que se refere aos municípios, nos exercícios de 2005 e 2006, esse apoio ocorreu para todas as unidades da federação. Já em 2007 houve uma inflexão de tendência das variáveis, conforme demonstra a citada tabela.

Tabela 1.1.2: Cobertura da ação 0081 - 2004 a 2007

Ano	UF	Municípios	Alunos	R\$ (Milhões)*
2004	27	2.280	2.743.200	390,21
2005	27	3.361	1.560.852	448,21
2006	27	4.305	1.792.852	412,21
2007	23	1.120	400.000	90,85

Fonte: FNDE

(*) Valores empenhados

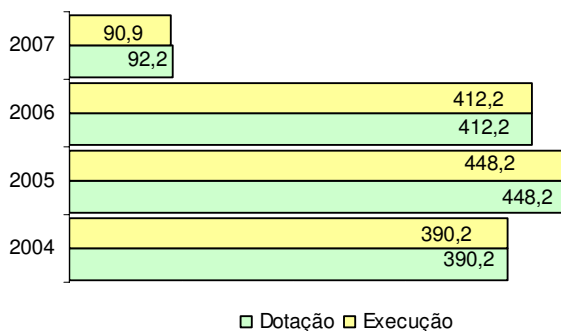
Nos três anos iniciais do PPA 2004-2006, a ação contou com dotações, na média anual, de cerca de R\$ 336 milhões. Em 2007 foram alocados recursos no valor de apenas R\$ 92,2 milhões. A principal razão desta redução está no advento da aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), posto que as matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos entraram no cômputo para a repartição dos recursos do referido Fundo. Portanto, as atividades da ação foram alcançadas pelo Fundeb, visto que ele se destina ao financiamento da educação básica, contemplando, entre outros aspectos, todos os níveis da educação básica (infantil, fundamental e médio) e suas modalidades (regular, especial e de jovens e adultos). Estes dados estão ilustrados na Tabela 1.1.3 e no Gráfico 1.1.2.

Tabela 1.1.3: Dotação e execução orçamentária da ação 0081, em R\$ milhões - 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	390,21	390,21
2005	448,21	448,21
2006	412,21	412,21
2007	92,20	90,85
Total	1.342,85	1.341,49

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 1.1.2: Dotação e execução orçamentária anual, em R\$ milhões - 2004 a 2007



1.2 1060.0507 - apoio a iniciativas para a melhoria da qualidade da educação de jovens adultos

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Apoiar iniciativas que contribuam para promover a qualidade dos processos educativos para jovens e adultos.
Descrição	Apoio à implementação de projetos e assistência técnico-financeira na operacionalização de projetos voltados para a capacitação de professores, gestores e profissionais de educação, produção e distribuição de materiais didáticos impressos e audiovisuais visando intervenções inovadoras nos processos educativos envolvendo jovens e adultos.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC Coordenador da ação ✓ Maria Aparecida Zanetti

Avaliação da execução da ação

Quadro 1.2.1 - Ação 0507: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
55.600	55.569	99,94	4.600.000,00	3.637.185,99	79,07	733.073,11	20,15	710.323,11	96,90
Produto: aluno beneficiado Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi Gerencial / Secad / MEC									

A ação financia as iniciativas: Saberes da Terra, Educação Prisional e Unitrabalho.

Projeto Saberes da Terra – tem como objetivo desenvolver uma política de educação do campo que possibilite a jovens e adultos agricultores familiares excluídos do sistema formal de ensino, a oportunidade de escolarização na modalidade de educação de jovens e adultos, integrando ensino fundamental, qualificação social e profissional e desenvolvendo a identidade cultural, a solidariedade e a cidadania dos participantes, bem como de seus núcleos familiares e comunidade.

É desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), com as Secretarias da Agricultura Familiar (SAF) e de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, ainda, com as Secretarias de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho.

Neste sentido, o projeto apóia a realização de cursos de ensino fundamental no campo, integrados à qualificação social e profissional, visando o desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial, na perspectiva de re-significação do trabalho e da vida no campo, cujo público beneficiário compõe-se, prioritariamente, por jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, atuantes na agricultura familiar, residentes no campo e que não tenham concluído o ensino fundamental ou que tenham freqüentado programas de alfabetização.

O Projeto adota o princípio político-pedagógico integrado, de modo que a organização curricular, em cada localidade, esteja fundamentada no eixo articulador – agricultura familiar e sustentabilidade – que dialogará com os eixos temáticos:

- agricultura familiar (etnia, cultura e identidade);
- desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial;
- sistemas de produção e processos de trabalho no campo;

- economia solidária e cidadania;
- organização social e políticas públicas, que agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas de estudos para a elevação de escolaridade.

Sua implementação é realizada por meio de convênios firmados com órgãos estaduais e municipais de educação e instituições privadas sem fins lucrativos. A meta inicial visava atender 5.060 agricultores familiares (dos 19 aos 29 anos), nos Estados da Bahia, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Rondônia, Tocantins, Pará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Projeto de Educação Prisional – resultou da articulação entre o MEC e Ministério da Justiça (MJ), tendo como objetivo efetivar os preceitos constitucionais de assegurar às pessoas presas o direito à educação, no contexto dos princípios de cidadania e como componente fundamental para contribuir com o processo de reintegração harmônica dessas pessoas à sociedade.

No Projeto adota-se estratégia da realização de seis seminários de grupos de trabalho regionais e um seminário nacional, consolidando os resultados para a construção das diretrizes nacionais da educação no sistema penitenciário, e o estabelecimento de convênios-piloto com estados, a fim de apoiá-los na estruturação de uma política pública de educação para a população prisional.

Cabe ressaltar que a sustentabilidade do movimento de expansão da oferta de educação nesses estados será posteriormente alcançada com a inclusão definitiva dos beneficiários no âmbito dos programas oficiais de EJA. O Plano Executivo da Educação Prisional tem como finalidade promover a ressocialização e diminuir as altas taxas de reincidência.

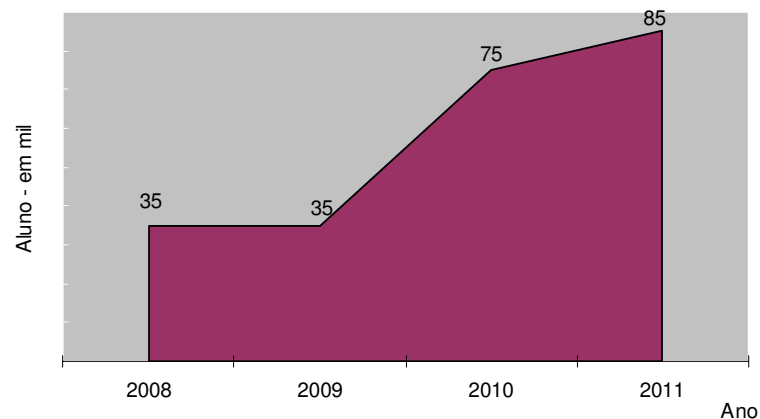
A oferta de educação aos presos possibilita a eles desenvolver a autonomia e ampliar seus conhecimentos básicos. Esta oferta, em tese, deverá proporcionar o acesso a valores e mudanças de atitudes que podem contribuir no processo de ressocialização e, ainda, na formação profissional, promovendo estabilidade e sentido de dignidade aos presos. Em síntese, a população carcerária tem o direito humano à educação e esta deve centrar-se no desenvolvimento dos presos em todos os aspectos: mental, físico, social e espiritual.

Projeto Unitrabalho – tem como objetivo proporcionar, por meio da oferta de material didático e pedagógico, um salto de qualidade no trabalho dos professores e um benefício para os educandos dos 1º e 2º segmentos do ensino fundamental de jovens e adultos, mediante a produção de material didático, desenvolvido pela Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho).

O material didático, denominado Cadernos de EJA, é composto por 27 cadernos, que contemplam as áreas do conhecimento apresentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer 11/2000 e Resolução 1/2000) e os temas sociais do ensino fundamental.

O Saberes da Terra deixou de ser apenas projeto-piloto para se tornar uma ação de Estado, o ProJovem Campo, a ser estendido até 2011, com estimativa crescente de atendimento, conforme apresentado no Gráfico 1.2.1

Gráfico 1.2.1: Evolução da meta de atendimento do Saberes da Terra - 2008 a 2011*



* A partir de 2008 passará a ser o ProJovem Campo

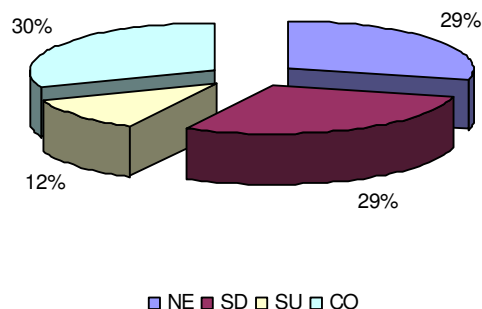
Em 2007, foram alocados R\$ 4,6 milhões na ação, dos quais R\$ 3,6 foram executados, beneficiando 55.569 alunos, cuja distribuição absoluta (por unidade da federação) e proporcional (por região) dos recursos está demonstrada na Tabela 1.2.1 e no Gráfico 1.2.2.

Tabela 1.2.1: Distribuição dos recursos da ação 0507 por UF beneficiada - em 2007

UF / REGIÃO	R\$
BR	3.637.185,99
NE	1.043.700,00
MA	23.700,00
CE	20.000,00
RN	1.000.000,00
SE	1.061.047,00
RJ	60.627,00
SP	1.000.420,00
SU	424.250,00
SC	400.000,00
RS	24.250,00
CO	1.108.188,99
GO	18.957,18
DF	1.089.231,81

Fonte: Siafi Gerencial

Gráfico 1.2.2: Distribuição proporcional dos recursos repassados da ação 0507, segundo a região - em 2007



A ação contou com a dotação média anual de R\$ 9,5 milhões nos primeiros três anos do PPA 2004-2007, mas, em 2007, o apoio a iniciativas para a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos contou apenas com orçamento de R\$ 4,6 milhões. Um ponto a ser destacado e que teve impacto direto na execução financeira da 0507 foi a suspensão, durante este exercício (2007), da realização de convênios com organizações não-governamentais no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.

Uma série de notícias envolvendo a execução de projetos de alfabetização desenvolvidos por ONGs acarretou a adoção de um conjunto de medidas pelo MEC, que incluiu o bloqueio dos recursos já liberados e a instauração de processos de auditoria em todas as entidades conveniadas.

Mesmo após a conclusão da apuração dos fatos, o Ministério julgou pertinente decidir pela não celebração de novos convênios, concentrando toda a execução do Brasil Alfabetizado 2007 nas parcerias com estados e municípios. Aproveitou o momento para repensar o papel das organizações não-governamentais na ação de alfabetização de jovens e adultos e rever os critérios e as estratégias para utilizar, de forma mais efetiva, a experiência que algumas destas entidades já acumularam ao longo dos anos.

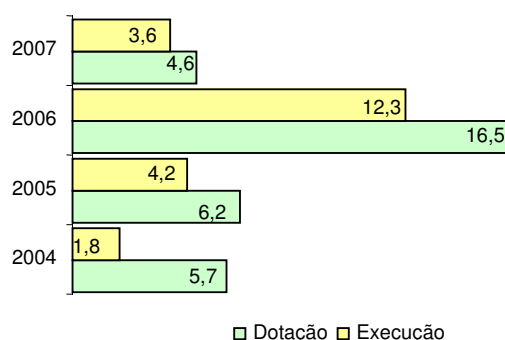
Desta forma, uma vez que parte significativa da Ação 0507 estava comprometida com o custeio das ações de apoio dos projetos de alfabetização desenvolvidos por ONGs, o que acabou não se concretizando, a execução financeira desta Ação ficou muito aquém do que havia sido previsto.

Tabela 1.2.2: Dotação e execução orçamentária anual da ação 0507, em R\$ milhões - 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	5,71	1,77
2005	6,21	4,24
2006	16,45	12,30
2007	4,60	3,64
Total	32,97	21,95

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 1.2.3: Dotação e execução orçamentária anual, em R\$ milhões - 2004 a 2007



1.3 1060.0920 – Concessão de bolsa ao alfabetizador

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Estimular a participação de estudantes e voluntários no processo de alfabetização de jovens e adultos.
Descrição	Concessão de bolsa a estudantes e voluntários para atualização e custeio das despesas realizadas no desempenho de suas atividades no processo de alfabetização.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC Coordenador da ação ✓ Mauro José da Silva

Avaliação da execução da ação

Quadro 1.3.1 - Ação 0920: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
110.459	69.613	63,02	52.625.000,00	26.961.878,89	51,23	24.643.829,80	91,40	24.638.828.74	99,98
Produto: bolsa concedida Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi Gerencial / Secad / MEC									

O propósito da ação está associado à promoção da garantia de acesso e permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação, estimulando a participação de estudantes e voluntários no processo de alfabetização de jovens e adultos.

Nesse contexto, as medidas são conduzidas de forma a que se possam estabelecer parcerias com os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios), instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que desenvolvem e executam projetos de alfabetização de jovens e adultos, as quais se responsabilizam pela execução das ações financiadas pelo Programa.

No exercício de 2007, foram executados R\$ 26,96 milhões da dotação estimada para a ação 0920, correspondendo a 51,23% da dotação estimada, contemplando-se 63,02% da meta física, o que corresponde a mais de 69 mil bolsistas atendidos, conforme demonstrado no Quadro 1.3.1.

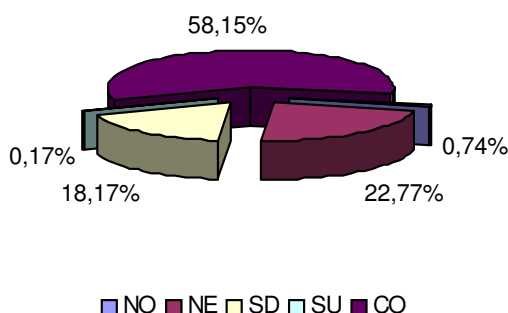
A valor absoluto repassado por unidade da federação está apresentado na Tabela 1.3.1 e a distribuição proporcional dos recursos da ação por região demonstrada no Gráfico 1.3.1.

Tabela 1.3.1: Distribuição dos recursos da ação 0920 por UF - em 2007

UF / Região	R\$
BR	26.961.878,89
NO	200.331,15
RO	28.719,59
PA	170.387,56
TO	1.224,00
NE	6.139.487,59
MA	459.025,51
PI	37.540,78
CE	128.831,52
PB	74.431,40
PE	1.731.941,98
AL	80.273,20
SE	2.863.551,60
BA	763.891,60
SE	4.898.802,44
MG	4.549.414,61
ES	38.092,78
RJ	36.164,80
SP	275.130,25
SU	44.781,60
SC	860,80
RS	43.920,80
CO	15.678.476,11
MT	35.586,24
GO	193.780,80
DF	15.449.109,07

Fonte: Siafi Gerencial

Gráfico 1.3.1: Distribuição proporcional dos recursos da ação 0920 por UF - em 2007



Em 2007, o cronograma de execução do Programa Brasil Alfabetizado sofreu uma considerável alteração em relação ao praticado em anos anteriores. Isto ocorreu principalmente por conta da focalização territorial definida e das decorrentes estratégias de mobilização adotadas, incluindo aí a prestação de assistência técnica pelos consultores nos municípios prioritários, o período de adesão ao Programa e de apresentação dos Planos Plurianuais de Alfabetização que se estenderam até praticamente o final do ano.

Com isso, o início da execução dos projetos e das turmas de alfabetização foi retardado para além do que havia sido

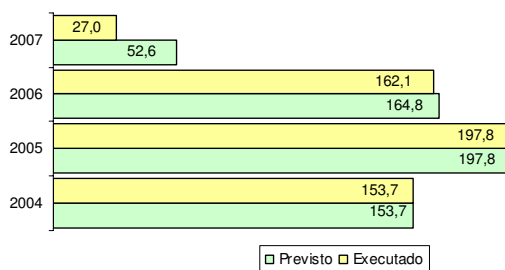
Como principal consequência deste adiamento, somada à nova sistemática de pagamento das bolsas, que passou a ser feito diretamente pelo FNDE ao invés do tradicional repasse do montante de recursos aos entes parceiros, verificou-se uma já esperada baixa execução financeira da Ação 0920 – Concessão de Bolsa aos Alfabetizadores –, em relação à média anual no triênio 2004-2006, que foi de R\$ 172 milhões (conceito empenhado).

Tabela 1.3.2: Dotação e execução orçamentária anual da ação 0920, em R\$ milhões - 2004 a 2007

Ano	Previsto	Executado
2004	153,67	153,67
2005	197,75	197,75
2006	164,82	162,08
2007	52,63	26,96

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 1.3.2: Dotação e execução orçamentária anual, em R\$ milhões - 2004 a 2007



1.4 1060.09BT Apoio à capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Qualificar alfabetizadores garantindo uma formação inicial e continuada específicas para atuar com jovens e adultos.
Descrição	A capacitação dos alfabetizadores dar-se-á pela implementação de cursos, oficinas e seminários de formação inicial contendo as bases históricas da educação de jovens e adultos, seus aportes teóricos e metodológicos que contribuirão para a ação do alfabetizador. A formação continuada deverá se dar ao longo do processo de alfabetização, por meio de oficinas pedagógicas, possibilitando ao alfabetizador refletir e intervir na sua prática pedagógica. Os cursos, oficinas e seminários serão viabilizados pela utilização de material didático, a contratação de consultores, transporte e hospedagem de consultores e alfabetizadores.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC Coordenador da ação ✓ Mauro José da Silva

Avaliação da execução da ação

Quadro 1.4.1 - Ação 09BT: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
109.959	90.363	82,18	12.375.000,00	11.302.101,00	91,33	11.257.346,90	99,60	11.180.650,90	99,32
Produto: alfabetizador capacitado Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi Gerencial / Secad / MEC									

A efetivação da ação transcorre mediante o desenvolvimento de projetos de formação de alfabetizadores, por meio do estabelecimento de parcerias com os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios), instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que desenvolvem e executam projetos de alfabetização de jovens e adultos, as quais se responsabilizam pela execução das atividades financiadas por esta ação.

Segundo se observa no Quadro 1.4.1, foram executados 91,33% da dotação estimada, e com estes recursos, capacitados mais de noventa mil alfabetizadores de jovens e adultos. A distribuição dos recursos em valores absolutos por unidade da federação está representada na Tabela 1.4.1, e a proporção por região brasileira, demonstrada no Gráfico 1.4.1.

Tabela 1.4.1: Distribuição dos recursos da ação 09BT por UF – em 2007

UF / Região	R\$
BR	11.302.101,00
NO	1.268.904,35
AC	611.000,00
AM	468.276,00
PA	74.268,35
AP	115.360,00
NE	8.901.437,30
MA	2.696.654,00
PI	423.919,20
CE	685.760,70
RN	108.997,60
PB	1.591.597,20
PE	82.329,20
AL	2.857.672,40
SE	61.865,60
BA	392.641,40
SE	243.593,35
MG	144.941,15
RJ	46.732,20
SP	51.920,00
SU	440.774,60
PR	25.591,60
SC	352.000,00
RS	63.183,00
CO	447.391,40
MT	151.712,00
GO	295.679,40

Fonte: Siafi Gerencial

Gráfico 1.4.1: Distribuição proporcional dos recursos da ação 09BT por região - em 2007

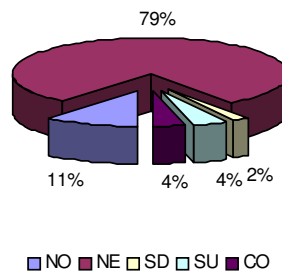


Gráfico 1.4.2: Dotação e execução orçamentária anual, em R\$ milhões - 2004 a 2007

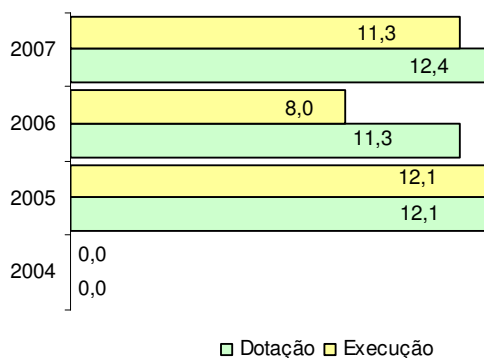


Tabela 1.4.2: Dotação e execução orçamentária anual da ação 09BT, em R\$ milhões – 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	0	0
2005	12,13	12,06
2006	11,27	7,95
2007	12,37	11,3
Total		

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

2. 1061 - Brasil Escolarizado

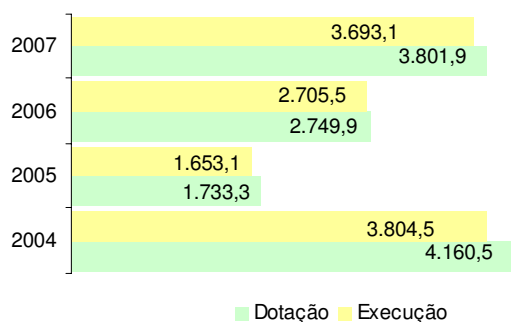
Atributos	Detalhamento
Objetivo	contribuir para a universalização da educação básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.
Gestão do Programa	Gerente ✓ Daniel Silva Balaban Gerente executivo ✓ Adalberto Domingos da Paz
Indicadores / parâmetros utilizados	Índice de adequação de escolaridade da população na faixa etária de 11 a 18 anos, número médio de séries concluídas da população na faixa etária de 10 a 14 anos.
Unidade administrativa responsável	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC
Público-alvo	Crianças e adolescentes matriculados na educação básica.

Tabela 2.1: Dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões – 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	4.160,52	3.804,45
2005	1.733,28	1.653,07
2006	2.749,89	2.705,51
2007	3.801,89	3.693,05
Total	12.445,58	11.856,08

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 2.1: Dotação e execução orçamentária anual, em R\$ milhões - 2004 a 2007



2.1 1061.0509– Apoio ao desenvolvimento da educação básica

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento e a universalização do ensino básico mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento, bem como a melhoria e a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas.
Descrição	Esta ação pretende implementar projetos de forma direta ou por intermédio de transferências voluntárias e, também, via formatura de contratos e acordos com entidades públicas, não-governamentais e organismos internacionais. Serão apoiados projetos em todos os níveis de ensino da educação básica, bem como serão implementadas ações que visem à interface do FNDE e do MEC com as entidades públicas das demais esferas de governo. Assegurar a qualidade no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, por intermédio de projetos com foco na parceria com entidades públicas e não-governamentais e, até, organismos internacionais, bem como a distribuição de material instrucional e orientativo no que se refere a todas as ações de governo de responsabilidade do FNDE, cuja forma de implementação seja por intermédio de transferências voluntárias, fazem parte do rol de pretensões quanto à execução dessa ação. Esta ação apoiará financeiramente, quando couber e quando estabelecidas as prioridades, a execução das demais ações finalísticas do FNDE.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria Financeira / Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento - Difin / CGEPLO / FNDE Coordenador da ação ✓ Weber Gomes de Sousa

Avaliação da execução da ação

Quadro 2.1.1 - Ação 0509: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
30	30	100,00	1.886.522.964,00	1.810.838.269,77	95,99	1.281.566.842,80	70,71	605.430.978,67	47,24
Produto: projeto apoiado Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / FNDE									

O MEC tem por propósito com execução da dotação alocada na ação 0509 – desenvolvimento da educação básica –, amparado nos atributos legalmente imputados à referida ação, contribuir para o desenvolvimento e a universalização da educação básica mediante apoio a projetos que visem priorizar a ampliação físico-qualitativa do atendimento das redes de ensino públicas brasileiras.

Até bem pouco tempo, vinha predominando no Brasil “*uma visão fragmentada da educação, como se níveis, etapas e modalidades não fossem momentos de um processo, cada qual com objetivos particulares, integrados numa unidade geral; como se não fossem elos de uma cadeia que deveriam se reforçar mutuamente*”¹⁶.

Durante o exercício de 2007 (em meados de abril), o governo federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) “*ancorado em uma concepção substantiva de educação que perpassa todos os níveis e modalidades educacionais*” e, ainda, em fundamentos e

¹⁶ O Plano de Desenvolvimento da Educação – razões, princípios e programas. Publicação do Ministério da Educação. P.7.

princípios voltados à consecução “*dos objetivos republicanos presentes na Constituição*”, especialmente no que concerne ao que se designa de “*visão sistêmica da educação e a sua relação com a ordenação territorial e o desenvolvimento econômico e social*”¹⁷.

Portanto, o plano com as diretrizes, política e metas da educação brasileira, referenciado no inovador Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), surge posterior à elaboração e aprovação do orçamento vigente.

Por força das mudanças acima expostas, boa parte das ações orçamentárias de competência do FNDE e que dão concretude à política de educação básica não contemplavam, adequadamente, o novo cenário desenhado pelo PDE, que prevê, entre outros aspectos, financiamento de projetos universalistas, específicos e focalizados, das demandas oriundas dos sistemas públicos dos entes federados, em especial daqueles que apresentam os menores IDEBs.

Desta forma, a ação 0509 mostrou-se melhor coadunada com as diferentes demandas, oriundas de diagnósticos que apresentam as reais necessidades de intervenção do Estado, no sentido de promover a expansão físico-qualitativa da educação básica pública, mediante financiamento, dentre outras medidas:

- da primeira fase do Programa de Metas – Compromisso Todos pela Educação¹⁸ –, no que diz respeito ao atendimento dos Planos de Ação Articulada (PAR) de 20 unidades da federação e 28 de seus principais municípios com mais de 200 mil habitantes;
- da aplicação de tecnologias educacionais propostas pelos ‘PAR’ aos municípios signatários do Compromisso Todos pela Educação. A implementação dessas iniciativas ocorre mediante a instituição de acordos de cooperação técnica entre esses entes e as instituições federais de ensino superior das respectivas unidades federativas;
- do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), que atendeu aproximadamente 409 municípios dentre aqueles considerados prioritários pelo PDE;
- de diversos projetos educacionais de reestruturação física escolar das unidades públicas de educação básica, atendendo a pelo menos 50 municípios;
- da continuidade ao processo de universalização progressiva do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, visando a distribuição de, aproximadamente, 14 milhões de exemplares de livros das disciplinas de história e química para todas as escolas públicas de nível médio nacionais, bem como da reposição gradativa dos exemplares de português, matemática e biologia;
- de procedimentos de viabilização da ampliação do uso pedagógico de tecnologias educacionais em todo o Brasil, com a aquisição de soluções integradas de laboratórios de informática para escolas públicas urbanas em todo o país, no âmbito do Programa de Informática na Escola (ProInfo); e
- do apoio a programas fundamentais, sob a gestão política da Secretaria de Educação Básica - SEB, destacando-se:
 - ✓ **Escola de Gestores** – tem por objetivo contribuir com a formação efetiva de gestores educacionais da escola pública, de modo que disponham de elementos teórico-práticos que viabilizem uma educação escolar básica com qualidade social;
 - ✓ **Desenvolvimento do Currículo do Ensino Fundamental** - visa promover, em âmbito nacional, um processo de discussão nas escolas e secretarias de educação sobre a concepção de currículo e seus desdobramentos. O público-alvo da ação inclui equipes de

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, estados, Distrito Federal e municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. O PAR é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes.

profissionais de educação em exercício em escolas da educação básica¹⁹, instituições de ensino superior (que oferecem cursos na área de Educação), secretarias de educação dos entes federados, bem como conselhos estaduais, distrital e municipais de educação;

- ✓ **Ensino Fundamental de Nove Anos** – pretende ampliar o ensino fundamental para nove anos, com a inclusão das crianças de 6 anos de idade, no intuito de oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização obrigatória e assegurar maior nível de escolaridade;
- ✓ **Pró-Letramento** – programa de formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, em exercício, visa a melhoria da qualidade da aprendizagem da leitura/escrita e matemática das séries iniciais do ensino fundamental. É realizado pelo MEC em parceria com universidades federais, estados e municípios;
- ✓ **Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica** – tem como público-alvo professores da educação básica em exercício, diretores de escolas, equipe gestora e dirigentes dos sistemas públicos de educação, com o objetivo de contribuir com os sistemas de ensino, notadamente com a formação continuada de professores como sujeitos atuantes do processo educativo.

Nesse contexto, a ação recepcionou créditos no âmbito do processo orçamentário de 2007, acumulando dotação final no montante aproximado de R\$ 1,89 bilhão, dos quais obteve uma execução de R\$ 1,81, conforme demonstrado no Quadro 2.1.1 (e, com nível de maior detalhamento, na Tabela 2.1.1), destacando-se que a meta física realizada extrapolou a estimativa, em virtude das vicissitudes relatadas.

Para realizar monitoramento e avaliação de programas satisfatórios, é necessário, muitas vezes, contar com a efetiva participação de outras instituições, especialmente, com caráter de pesquisa e apoio, que possibilitem o desenvolvimento efetivo dos trabalhos.

Para atingir as metas do milênio para educação e saúde, o governo federal, por meio da Portaria Interministerial (Saúde e Educação) 1.010/2006, instituiu as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar, promovendo assim a execução do Programa de forma mais eficiente e efetiva, por meio do estabelecimento de sua meta, objetivos e diretrizes.

Com o objetivo de atender as diretrizes da Estratégia Fome Zero e de acordo com o artigo 8.º da Portaria Interministerial 1.010/2006, o FNDE firmou parcerias, em 2006, com instituições de ensino superior, constituindo os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecane).

Essa parceria se deu por meio de descentralização de crédito, com base na Resolução CD/FNDE N.º 19 de 13 de maio de 2005, que dispõe sobre a descentralização de créditos orçamentários constantes do orçamento do FNDE para outros órgãos e entidades do governo federal.

Entre as atividades gerais a serem desenvolvidas pelos Cecane estão o planejamento e a execução dos projetos de capacitação para o exercício do controle social; a elaboração de materiais didático-pedagógicos para a contribuição do desenvolvimento do Programa; a execução dos projetos de capacitação para os atores envolvidos na execução do Pnae e no Controle Social; o planejamento e a execução das pesquisas nas áreas de nutrição, alimentação e saúde do escolar; desenvolvimento e apoio aos projetos de educação alimentar e nutricional junto ao escolar; o apoio aos projetos de Segurança Alimentar e Nutricional, que envolvam a

¹⁹ Na educação infantil são contempladas também as escolas filantrópicas.

agroecologia e o meio ambiente; construção da rede de alimentação escolar pela WEB; e o estudo sobre a avaliação da execução e o controle social do Pnae.

Para a realização das atividades dos Cecane, em 2007 foram repassados R\$ 15,0 milhões, mediante descentralização orçamentária, recursos esses oriundos da ação 0509.

Em 2007, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) propôs ao FNDE prestar contribuição voluntária ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) vinculado ao Organismo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), para apoiar o desenvolvimento de programas nacionais de alimentação escolar em países em desenvolvimento, nos quais o Brasil e o PMA já vêm atuando conjuntamente para a estruturação desses programas.

O objetivo principal dessa parceria é apoiar o desenho e a implementação de Programas Nacionais de Alimentação Escolar de qualidade (nutricionalmente adequado, seguro e culturalmente aceito, sustentável, eficiente e efetivo, integrado à educação e à saúde dos estudantes) através do desenvolvimento de capacidades (desenvolvimento de capacidades com diversos atores, nacional, local e comunitário, por meio de assistência técnica, advocacia, capacitação, desenvolvimento e intercâmbio de conhecimento, desenvolvimento de alianças) em países selecionados pela iniciativa por meio de cooperação triangular.

Atualmente, estão sendo definidos acordos de cooperação internacional em quatro países africanos: Moçambique, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; e os seguintes americanos: Haiti, Bolívia e Nicarágua. Essa parceria foi possível por meio da ação “apoio ao desenvolvimento da educação básica” e eleva o Programa de Alimentação Escolar brasileiro e o próprio país a um patamar de referência em gestão de alimentação escolar e segurança alimentar, para a Organização das Nações Unidas (ONU) e para os demais países, dando ao Brasil visibilidade internacional e ampliando sua área de influência.

Tabela 2.1.1: Detalhamento da execução da ação 0509 - em 2007

Programa	Execução orçamentário-financeira		
	Empenhado	Destaques	Total
Escola de Gestores - SEB/MEC		9.483.627	9.483.627
Orientações Curriculares do Ensino Fundamental - SEB/MEC	2.369.640	-	2.369.640
Ensino Fundamental de Nove Anos - SEB/MEC	793.000	-	793.000
Prodoc 914 BRA 1109 - Escola Aberta	5.844.086	-	5.844.086
PNLD/Pnelem - Manuais do Professor	6.724.091	391.919	7.116.010
Materiais didáticos do Programa Pró-Letramento - SEB/MEC	4.899.736	-	4.899.736
Material didático 'Ética e Cidadania' - SEB/MEC	1.195.000	-	1.195.000
Programa de Apoio ao Dirigente Municipal de Educação - Pradime SEB/MEC	66.094	-	66.094
Pastoral da Criança	664.290	-	664.290
Programa Formação pela Escola - Seed/MEC	-	1.566.975	1.566.975
Coleção 'Os Educadores' - Fundação Joaquim Nabuco / Fundaj	-	1.100.000	1.100.000
Exposição Darwin - Museu de Arte Moderna de São Paulo - Masp	498.675	-	498.675
Bienal de Artes Visuais do Mercosul	545.322	-	545.322
Encontro Prefeitos - Compromisso Todos pela Educação	-	3.064.264	3.064.264
Bienal Internacional do Livro	404.512	-	404.512
53. ^a Feira do Livro - Porto Alegre / RS	75.000	-	75.000

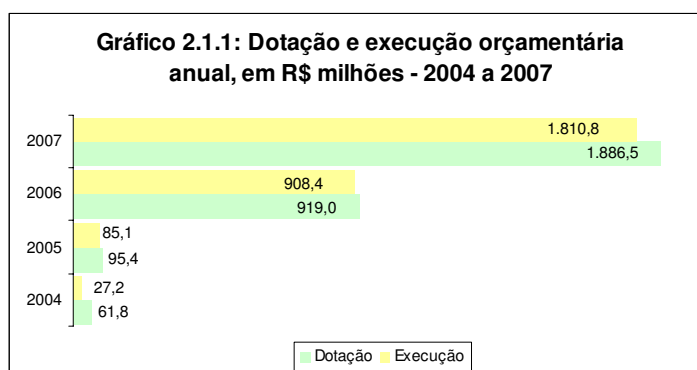
Plano de Ação Articulada - PAR/PDE	867.041.549	35.920.938	902.962.487
Conferência Nacional da Educação Básica - Coneb	-	3.814.441	3.814.441
Formação de Professores em EJA - UnB	-	12.000	12.000
Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica - SEB/MEC	-	1.395.379	1.395.379
Procampo - Licenciatura no Campo - Secad/MEC	336.600	3.771.060	4.107.660
Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio - Pnbem	8.643.025	-	8.643.025
Programa de Formação Inicial de Professores do Ensino Fundamental e Médio – Pró-Licenciatura	9.328	2.508.996	2.518.324
Geração e produção de livros falados	-	680.000	680.000
Escola Aberta e Conexões de Saberes – Secad/MEC	11.000.000	8.030.983	19.030.983
Diversidade Sexual e de Gênero - Secad/MEC	-	1.841.809	1.841.809
Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição do Escolar - Cecane	-	14.309.017	14.309.017
Curso de Gestão Escolar - Seed/MEC	-	1.000.000	1.000.000
Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária - Cenpec/elaboração dos 'PAR' nas Unidades Federadas: Paraíba, Piauí e Bahia	9.485.506	-	9.485.506
PTA/Especial	140.559	-	140.559
Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH	-	233.175	233.175
Associação de Grupos de Trabalho	-	200.000	200.000
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	-	10.000.000	10.000.000
Educação em Direitos Humanos - Secad/MEC	-	1.300.000	1.300.000
Projeto História Geral da África	-	600.000	600.000
Inep/MEC - Prova Brasil	-	50.000.000	50.000.000
Olimpíada Brasileira de Matemática - Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada / INMPAInmpa	14.500.000	-	14.500.000
Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio - Pnlem	131.777.542	512.000	132.289.542
Chamada pública para conteúdos educacionais digitais multimídia - Seed/MEC	13.921.935	2.994.886	16.916.821
Mais Educação - Ministério dos Esportes	-	300.000	300.000
ProInfo/UCA - Seed/MEC - MCT	-	230.000	230.000
Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação do Semi-Árido - Proforti - SEB/MEC	138.292	276.206	414.498
Avaliação do Transporte Escolar Rural - UnB	-	1.938.480	1.938.480
Materiais didáticos Proinfantil - SEB/MEC	308.999	-	308.999
Material gráfico do Programa Saúde do Escolar	505.318	-	505.318
Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - ProInfância	305.901.711	725.208	306.626.919
Colégio Pedro II	-	2.520.000	2.520.000
Arte educação/SEB/MEC			

	-	245.760	245.760
Pró-Conselheiros Municipais - SEB/MEC	-	426.600	426.600
Pesquisa sobre Educação Integral/Integrada - Secad/MEC	-	600.000	600.000
Formação de Profissionais - Secad/MEC	-	90.000	90.000
Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB - Seed/MEC	-	9.000.000	9.000.000
Encceja - Censo 2007	-	3.677.493	3.677.493
Ensino Médio Integrado - Setec/MEC	-	44.962.219	44.962.219
Apoio ao Instituto Benjamin Constant - IBC	-	4.914.504	4.914.504
Programa de Reestruturação Física Escolar do Ensino Fundamental	17.098.007	-	17.098.007
Educação Ambiental	5.642.938	-	5.642.938
Seduc Mato Grosso do Sul	25.000.000	-	25.000.000
Seduc Piauí	24.999.746	-	24.999.746
Aquisição de <i>notebooks</i> - Seesp/MEC	1.522.050	-	1.522.050
Projeto Presença - Aditivo	4.253.204	-	4.253.204
Fundescola	1.741.477	-	1.741.477
Centros Colaboradores do Pnae	-	173.264	173.264
Cham. Pública - Conteúdos Digitais - Seed/MEC	163.857	173.295	337.152
Aditivo ProInfo - Seed/MEC	21.068.831	-	21.068.831
Laboratórios de Infor-ProInfo - Seed/MEC	19.285.946	-	19.285.946
Ensino Médio Integrado - Setec/MEC	-	79.987.727	79.987.727
Subtotal	1.508.565.866	304.972.225	1.813.538.091
Valor residual não empenhado dos destaques concedidos	-	(2.699.821)	(2.699.821)
Total		302.272.404	1.810.838.270

Tabela n.º 2.1.2: Dotação e execução orçamentária da ação 0509 de 2004 a 2007 em milhões

Ano	Dotação	Execução
2004	61,78	27,20
2005	95,44	85,13
2006	919,04	908,37
2007	1.886,52	1.810,84
Total	2.962,78	2.831,54

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE



2.2 1061.0513 - Apoio à alimentação escolar na educação básica

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Atender as necessidades nutricionais dos alunos, durante sua permanência na escola, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento, para a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis.
Descrição	Esta ação é conhecida como Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae e efetuará transferências automáticas de recursos financeiros para atender alunos da educação infantil e do ensino fundamental matriculados em escolas públicas e nas filantrópicas, que tenham registro e certificado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e que ofereçam alimentação escolar e, ainda, as escolas indígenas e escolas localizadas em comunidades quilombolas declaradas no Censo Escolar, de forma direta, sem a celebração de convênios ou qualquer instrumento similar, às secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal, às prefeituras municipais e às creches e escolas federais.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria de Ações Educacionais / Coordenação-Geral dos Programas de Alimentação Escolar - Dirae / FNDE Coordenador da ação ✓ Hélis Sacaé Humeno

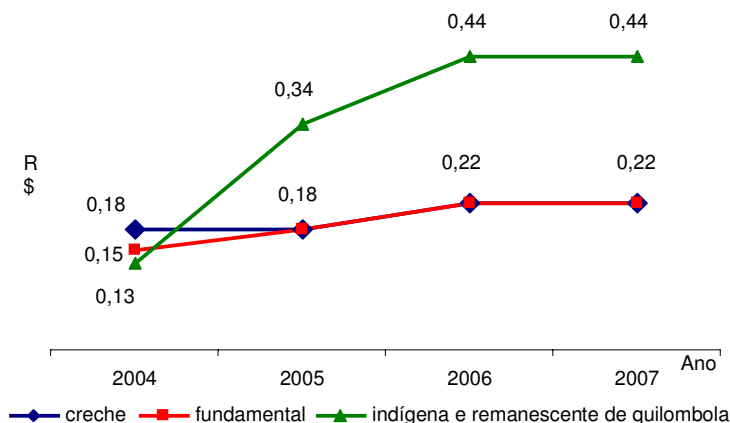
Fonte: Simec.

Ação orçamentária 0513 – “Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica” – financia o denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), objetivando suprir as necessidades alimentares e nutricionais dos alunos, promovendo, conseqüentemente, hábitos alimentares adequados e saudáveis, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento físico e mental, além de concorrer para a aprendizagem e o rendimento escolar bem como, indiretamente, fomentar a economia local.

Seus recursos consignados no orçamento da União visam ao atendimento de: alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental da rede pública e de entidades filantrópicas do ensino regular e especial; alunos matriculados em creches; estudantes de creches, pré-escolas e ensino fundamental da educação indígena; e estudantes de creches, pré-escolas e escolas com os demais níveis de ensino localizadas em áreas remanescentes de quilombos.

O Programa vem sofrendo inovações que se refletem positivamente na sociedade, tais como: mudança de paradigma de assistencialismo para direito humano; extensão do atendimento aos alunos matriculados em creches; atendimento com valores *per capita* diferenciados para alunos de creches, pré-escolas e escolas indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos.

Gráfico nº 2.2.1: Evolução nominal do atendimento *per capita* do Pnae - 2004 a 2007



O Gráfico 2.2.1 traz a evolução dos valores destinados à alimentação escolar, por aluno, entregues aos estados, municípios e escolas federais pelo governo federal, de acordo com a modalidade e/ou níveis de ensino, no período do PPA 2004-2007. Observando-se a inclinação das curvas, constata-se que as etapas e modalidades da educação básica contempladas pelo Programa tiveram reposições consideráveis nos valores repassados por aluno beneficiário.

Ressalte-se que a diferenciação de *per capita* dos dois grupos populacionais, indígenas e quilombolas, se deu em 2005. Entretanto, sempre houve atendimento, seja em escolas regulares ou específicas, porém, antes da diferenciação, a vulnerabilidade da segurança alimentar e nutricional desses grupos não era considerada pelo Pnae.

Avaliação da execução da ação

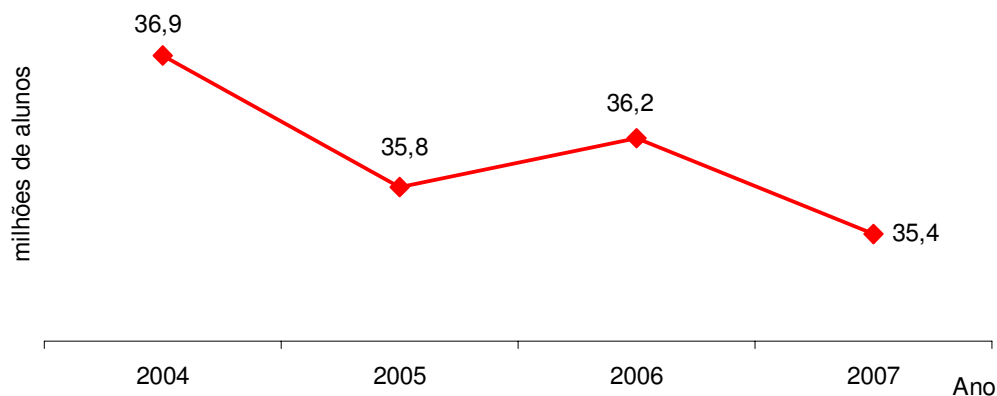
Quadro 2.2.1 - Ação 0513: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
36.269	35.450	97,82	1.528.918.556,00	1.520.679.672,23	99,46	1.520.238.812,86	99,97	1.519.658.784,64	99,96
Produto: aluno beneficiado									
Unidade de medida: milhar									
Fonte: Siafi gerencial / FNDE									

Os dados do Quadro 2.2.1 demonstram que o atendimento da meta física foi inferior ao previsto. Este fato decorreu em virtude do decréscimo de matrícula ocorrido no Censo Escolar de 2006, em especial no que se refere ao ensino fundamental. Em 2007, foi repassado aos estados, municípios e escolas federais o montante de R\$ 1.520.238.812,86, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento da alimentação escolar, o que corresponde a 99% do orçamento estimado.

A evolução da execução das metas físico-financeiras do Pnae durante o PPA 2004-2007 apresenta-se nos Gráficos 2.2.2 e 2.2.3 Da avaliação das figuras constata-se a tendência declinante do alunado atendido no período em análise. Essa diminuição decorreu, especialmente, da queda do número de matrículas do ensino fundamental, por força da correção do fluxo escolar, a taxa de 97,2% de crianças de 7 a 14 anos atendidas na escola e da queda na taxa de natalidade da população²⁰.

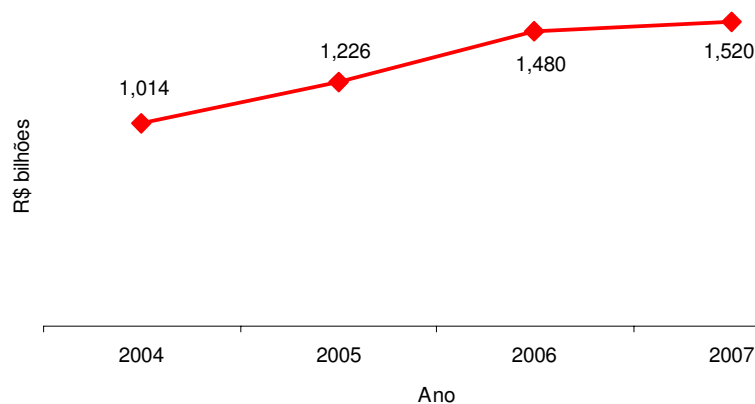
²⁰ Fonte: [HTTP://www.inpe.gov.br/imprensa/noticias/censo/escola/news04_23.htm](http://www.inpe.gov.br/imprensa/noticias/censo/escola/news04_23.htm)

Gráfico nº 2.2.2: Evolução da clientela do Pnae - 2004 a 2007



No que se refere aos recursos financeiros, constata-se pelo Gráfico 2.2.3 que a tendência da curva é ascendente.

Gráfico nº 2.2.3: Evolução dos recursos financeiros investidos, em valores nominais - 2004 a 2007



Dividindo-se o investimento global do Programa pela totalidade de alunos beneficiados, chega-se ao indicador de repasse médio por aluno. Adotando-se este indicador como uma das medidas do desempenho do Programa, constata-se que houve um aumento de 4% de 2006 para 2007. Se considerado o período do PPA, o incremento foi da ordem de 49,9% .

Investimento total do programa = R\$ 1.520.238.812,86	R\$ 42,88
Total de alunos beneficiados = 35.450.000	

A execução da ação, apresentando a quantidade de alunos beneficiados por nível e modalidade, os respectivos valores repassados, segundo a unidade da federação, está demonstrada na Tabela: 2.2.1

Tabela n.º 2.2.1: Quantidade de alunos atendidos pelo Pnae, por nível e modalidade, valores repassados em R\$ segundo a UF – em 2007

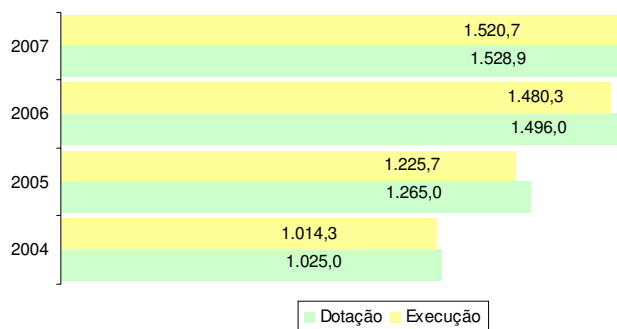
Região e UF		Quantidade de alunos atendidos				Valores repassados (em R\$)					
		Ensino Fundamental	Creche	Educação Indígena	Educação Quilombola	Total	Ensino Fundamental	Creche	Educação Indígena	Educação Quilombola	Total
Brasil		34.321.247	1.121.913	151.316	141.028	35.735.504	1.449.239.440,49	47.285.717,14	12.530.178,80	11.624.335,80	1.520.679.672,23
Norte		3.532.814	61.438	78.141	19.948	3.692.341	147.927.914,18	2.506.245,62	6.256.957,56	1.743.931,20	158.334.296,74
Rondônia		320.300	5.889	2.916	0	329.105	13.683.176,64	236.536,96	255.604,80	-	14.074.566,66
Acre		167.763	2.813	4.879	0	175.455	7.280.504,00	113.519,34	425.823,20	-	7.819.846,54
Amazonas		810.296	10.681	42.553	0	863.530	32.943.018,70	420.085,72	3.448.196,00	-	36.811.300,42
Roraima		84.431	1.748	11.020	0	97.199	2.529.757,34	40.493,20	672.416,80	-	3.242.667,34
Pará		1.716.447	29.672	9.710	19.090	1.774.919	73.281.982,40	1.260.519,48	839.104,20	1.668.427,20	77.050.033,28
Amapá		148.612	1.386	3.076	353	153.427	6.116.198,00	48.576,00	264.956,56	31.064,00	6.460.794,56
Tocantins		284.965	9.249	3.987	505	298.706	12.093.277,10	386.514,92	350.856,00	44.440,00	12.875.087,94
Nordeste		11.287.477	309.066	33.353	91.754	11.701.650	467.693.027,37	12.997.403,98	2.880.800,12	7.434.073,68	490.507.285,33
Maranhão		1.686.902	42.078	11.465	29.762	1.770.207	71.397.480,25	1.786.276,80	1.007.652,80	2.464.088,44	76.599.854,47
Piauí		702.600	19.546	0	1.658	723.804	30.050.793,30	834.358,14	-	145.904,00	31.031.055,44
Ceará		1.728.170	78.223	3.558	977	1.810.928	73.181.849,62	3.380.457,30	297.352,00	85.976,00	76.945.634,92
Rio Grande do Norte		584.379	39.056	0	3.481	626.916	25.187.140,00	1.670.293,24	-	297.237,60	27.152.963,64
Paraíba		796.793	18.401	3.452	1.040	819.686	31.504.091,74	727.054,02	274.797,60	91.520,00	32.597.463,36
Pernambuco		1.625.035	26.470	7.576	4.294	1.663.375	67.810.323,02	1.099.572,10	665.764,00	351.137,60	69.487.799,92
Alagoas		731.349	9.849	1.652	2.216	745.066	29.692.677,74	424.575,80	145.376,00	177.144,00	30.439.773,54
Sergipe		424.790	5.536	97	603	431.026	18.152.478,74	232.052,92	8.536,00	53.064,00	18.446.131,66
Bahia		2.987.459	69.907	5.553	47.723	3.110.642	120.716.192,96	2.842.763,66	481.321,72	3.768.002,04	127.806.608,38
Sudeste		12.678.472	454.298	4.789	20.253	13.157.812	540.301.577,42	19.267.350,40	408.956,24	1.684.990,56	561.718.390,55
Minas Gerais		3.460.698	85.228	2.904	13.715	3.562.545	148.875.121,34	3.557.105,86	255.552,00	1.145.135,20	153.842.652,70
Espírito Santo		590.028	32.570	658	1.766	625.022	25.550.260,34	1.367.344,66	57.904,00	150.877,76	27.126.386,76
Rio de Janeiro		2.235.189	67.110	224	3.392	2.305.915	96.238.832,47	2.901.135,60	19.712,00	296.718,40	99.624.383,60
São Paulo		6.392.557	269.390	1.003	1.380	6.664.330	269.637.363,27	11.441.764,28	75.788,24	92.259,20	281.124.967,49
Sul		4.474.508	217.806	9.506	2.018	4.703.838	192.035.641,20	9.176.516,78	808.671,60	174.820,80	202.193.666,98
Paraná		1.756.823	94.888	2.470	0	1.854.181	75.786.191,10	4.041.889,28	200.276,56	-	80.029.947,76
Santa Catarina		1.028.808	66.682	1.959	72	1.097.521	44.191.389,96	2.804.768,54	171.714,40	3.572,80	47.187.215,88
Rio Grande do Sul		1.688.877	56.236	5.077	1.946	1.752.136	72.058.060,14	2.329.858,96	436.680,64	171.248,00	74.976.503,34
Centro-Oeste		2.367.976	79.305	25.527	7.055	2.479.863	101.281.280,32	3.338.200,36	2.174.793,28	586.519,56	107.407.581,87
Mato Grosso do Sul		434.987	19.503	14.278	565	469.333	18.839.321,60	832.081,58	1.227.564,80	44.593,56	20.943.561,54
Mato Grosso		588.222	25.406	11.196	5.087	629.911	25.228.875,76	1.061.608,68	942.564,48	442.376,00	27.675.424,92
Goiás		981.648	31.087	53	1.403	1.014.191	41.312.010,96	1.298.914,10	4.664,00	99.550,00	42.715.139,06
Distrito Federal		363.119	3.309	0	0	366.428	15.901.072,00	145.596,00	-	-	16.073.456,35

Tabela 2.2.2: Dotação e execução orçamentária da ação 0513 de 2004 a 2007 em milhões

Ano	Dotação	Execução
2004	1.025,00	1.014,31
2005	1.264,99	1.225,71
2006	1.496,03	1.480,31
2007	1.528,91	1.520,68
Total	5.314,93	5.241,01

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico nº 2.2.4: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



2.3 1061.09CW - Apoio à reestruturação da rede física pública

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Dotar a rede pública de escolas da educação básica de condições adequadas de funcionamento no que tange à quantidade e à qualidade da infra-estrutura física dos estabelecimentos.
Descrição	Esta ação apoiará, com recursos financeiros, recuperações (reformas), adaptações e adequações em estabelecimentos de ensino público de educação básica.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria de Programas e Projetos Educacionais / Coordenação-Geral de Análise de Projetos – Dirpe/CGAAP/FNDE/MEC Coordenador da ação ✓ Maria Fernanda Nogueira Bittencourt

Quadro 2.3.1 - Ação 09CW: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007 ²¹									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
49	22	44,90	4.209.800,00	4.032.687,34	95,79	3.812.687,34	94,54	3.044.120,58	79,84
Produto: escola apoiada Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencia/FNDE									

Avaliação da execução da ação

A ação apoio à reestruturação da rede física pública do governo federal surge com o propósito de contribuir para universalização da educação básica, promovendo melhorias na infra-estrutura escolar de modo a garantir as condições adequadas ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino e ao conforto necessário para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. Tal propósito está em consonância com os preceitos constitucionais exarados no Art. 208 e também dispostos na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Conforme demonstrado no Quadro 2.3.1, foram executados 95,79% da dotação estimada e com os recursos 49,90% da meta física programada. Como nos demais exercícios, em 2007 a ação teve como enfoque atender todas as unidades da federação o que não foi possível de se alcançar o intento previsto, devido ao limite orçamentário disponibilizado. Nesse sentido, a execução contemplou parte da demanda, demonstrada na Tabela 2.3.1. Foram beneficiados aqueles projetos apresentados e que tiveram condições de aprovação no menor tempo, no decorrer do ano.

²¹ A ressaltar que as metas física e financeira estimadas da ação 09CW, em 2007, foram constituídas da seguinte forma: 40 escolas apoiadas pela ação nacional e 9 por meio de emendas parlamentares, correspondendo, respectivamente, a R\$ 3,0 milhões e 1,2 milhão. Na execução contemplaram-se 14 escolas da ação nacional e 8 relativas às emendas.

Tabela 2.3.1: Escolas apoiadas, alunos beneficiados e recursos utilizados por região e unidade da federação – em 2007

Região / UF	Beneficiários				R\$
	Escolas			Alunos	
	Construção	Ampliação / reforma	Total		
BR	11	12	23	5.953	4.032.687,34
NO	2	2	4	839	682.202,06
RO	2	2	4	839	682.202,06
NE	2	3	5	1.405	848.331,50
MA	1	0	1	250	161.221,50
PE	1	3	4	1.155	687.110,00
SE	1	1	2	656	478.319,55
MG	1	1	2	656	478.319,55
SU	3	6	9	1.838	1.350.834,23
PR	1	0	1	500	230.568,24
RS	2	6	8	1.338	1.120.265,99
CO	3		3	1.215	673.000,00
MS	1	0	1	500	250.000,00
MT	2	0	2	715	423.000,00

Fonte: Dirpe/FNDE

Fonte: Dirpe/FNDE

Da observação do Gráfico 2.3.1 e da Tabela 2.3.2, verifica-se uma redução gradativa na alocação de dotação na ação 09CW. Esse fato resulta da priorização atribuída ao Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) instituído pelo PDE.

Durante os exercícios de 2005 e 2006, a meta física executada se aproximou, em ambos os anos, da totalidade programada, exceção registrada em 2007, que alcançou próximo de 45%. A explicação a esta baixa performance, apesar de a quase totalidade dos recursos ter sido utilizada, está no fato de que dos projetos atendidos, aproximadamente 50% foram de construção de escolas, conforme a Tabela, o que representa um valor maior no custo por M² de área construída em relação ao M² de área reformada.

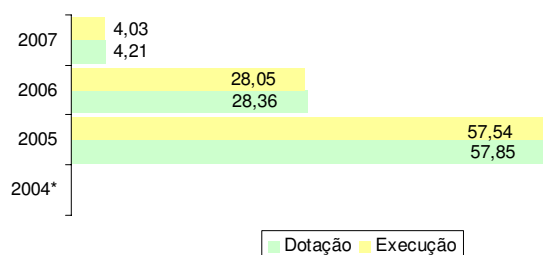
Tabela 2.3.2: Dotação estimada e executada da ação 09CW, em R\$ milhões - 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004*		
2005	57,85	57,54
2006	28,36	28,05
2007	4,21	4,03

(*) A ação teve início em 2005

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 2.3.1: Dotação e execução orçamentária anual, em R\$ milhões - 2004 a 2007



2.4 1061.09EV – Apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal e também entidades não-governamentais que atuem na educação especial, com recursos financeiros para a renovação da rede física de ensino dessas esferas de governo, contemplando a aquisição de equipamentos para novos espaços educacionais ou espaços reformados.
Descrição	Esta ação apoiará com recursos financeiros a aquisição de equipamentos para estabelecimentos de ensino público em qualquer nível e modalidade de ensino.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria de Programas e Projetos Educacionais / Coordenação-Geral de Análise de Projetos – Dirpe / CGAAP/FNDE Coordenador da ação ✓ Maria Fernanda Nogueira Bittencourt

Avaliação da execução da ação

Quadro 2.4.1 - Ação 09EV: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
178	613	344,38	4.400.000,00	1.363.076,92	30,98	1.363.076,92	100,00	1.363.076,92	100,00
Produto: escola equipada Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial/Dirpe/FNDE									

A ação 09EV faz interface com as medidas de reestruturação da rede física pública, uma vez que tem como propósito a aquisição de equipamentos, objetivando dotar a rede escolar de mobiliário, utensílios e recursos tecnológicos adequados e condizentes com as necessidades dos espaços escolares já existentes, construídos ou ampliados, visando oferecer as condições ideais ao ambiente acadêmico para a melhoria do padrão de qualidade do ensino.

Em 2007, a execução da ação foi pouco além de 30% da dotação estimada. Entretanto, com estes recursos financeiros foi possível atender o dobro do número de escolas previstas. O alcance dessa meta foi possível devido à complementação financeira da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Piauí, ao seu projeto no valor total de R\$, 2,18 milhões, beneficiando 600 escolas existentes no estado com aquisição de mobiliários, equipamentos de informática, entre outros, cabendo ao FNDE o financiamento de cerca de R\$ 1,09 milhão, conforme disposto na Tabela 2.4.1.

Tabela 2.4.1: Quantidade de escola e de aluno beneficiado e execução financeira por regiões e estados da federação – em 2007

Região/ UF	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Escolas	
BR	29.242	613	1.363.076,92
NO	405	2	65.089,49
RO	405	2	65.089,49
NE	28.150	604	1.195.301,66
PI	28.080	603	1.088.186,90
PE	70	1	107.114,76
SU	687	7	102.685,77
RS	687	7	102.685,77

Fonte: Dirpe/FNDE

A Tabela 2.4.2 e o Gráfico 2.4.1 apresentam o desempenho da ação no período do PPA Brasil de Todos. De acordo com o constante no Plano Plurianual 2004-2007, no exercício de 2004 não houve disponibilidade financeira para a ação em exame. Entre os exercícios de 2005 a 2007, a alocação de orçamento para a ação 09EV apresentou uma tendência linear sem reduções ou acréscimos significativos. No que concerne à execução, há certa regularidade nos anos de 2005 e 2006, à exceção do exercício de 2007, cuja meta financeira alcançada não superou os 31%. Apesar desta baixa execução, conforme analisado anteriormente, a programação física superou a expectativa, cujas razões foram anteriormente relatadas.

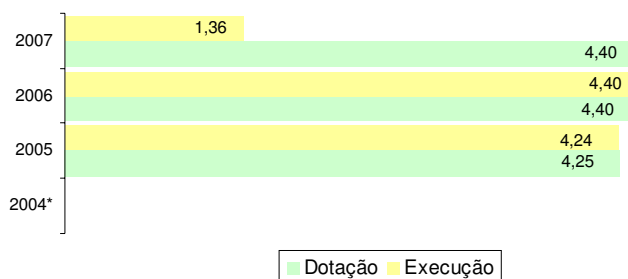
Tabela 2.4.2: Dotação estimada e executada da ação 09EV, em R\$ milhões - 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004*		
2005	4,25	4,24
2006	4,40	4,40
2007	4,40	1,36

(*) A ação teve início em 2005

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico 2.4.1: Dotação e execução orçamentária anual, em R\$ milhões - 2004 a 2007



2.5 1061.2A74 – Funcionamento da TV Escola

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Prover as escolas públicas brasileiras de infra-estrutura tecnológica para receber e utilizar pedagogicamente os conteúdos disponibilizados pelo programa TV Escola, apoiando o processo de ensino-aprendizagem; gerar e transmitir, por satélite ou via terrestre, os sinais necessários ao transporte até as escolas públicas brasileiras dos conteúdos disponibilizados pelo programa TV Escola; promover pesquisas e projetos para oferecer à comunidade educacional um veículo de comunicação integrado, que possibilite a interatividade, a construção do conhecimento, o aprimoramento profissional e a convergência digital.
Descrição	Aquisição e instalação, nas escolas públicas, de equipamentos de recepção e utilização pedagógica dos conteúdos do TV Escola; execução e contratação de serviços de geração e transmissão de sinais necessários ao transporte dos conteúdos do TV Escola como apoio aos sistemas de educação a distância; aquisição e instalação da infra-estrutura digital de transmissão para garantir a qualidade do sinal e possibilitar níveis de interatividade em todos os municípios do país; pesquisas e projetos para aprimoramento das tecnologias usadas pelo programa TV Escola.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação a Distância - Seed/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação a Distância - Seed/MEC Coordenador da ação ✓ José Guilherme Moreira Ribeiro

Avaliação da execução da ação

Quadro 2.5.1 – Ação 2A74 - avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
112.500	58.900	52,36	35.250.000,00	34.452.498,26	97,74	16.213.260,50	47,06	16.210.375,63	99,98
Produto: escola beneficiada Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi gerencial/Seed/FNDE									

Nos últimos anos, o Plano Plurianual (PPA) relativo aos programas e ações do Ministério da Educação passaram por um processo de reestruturação, visando torná-lo mais próximo à realidade da execução orçamentária. A ação 2A74 - Funcionamento da TV Escola é um exemplo do resultado dessas mudanças, uma vez que passou a incorporar três ações relativas a programas distintos, que foram aglutinadas, conforme determinação da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo como beneficiários da nova ação alunos, professores e a comunidade em geral, não obstante constar dos seus atributos escola beneficiada como produto, originando dificuldade na mensuração da meta.

As três ações acima mencionadas tinham os seguintes descritores básicos:

- 869R - Transmissão do sinal via Satélite do TV Escola, que tinha como objetivo a transmissão do sinal dos Programas da TV Escola e o produto “sinais transmitidos”;
- 12CH - Expansão do uso do Sinal do TV Escola, que tinha como objetivo fornecer equipamentos às escolas, visando atender ao Programa TV Escola e tendo como produto “Unidade equipada”;

- 7744 - Modernização da Transmissão do Sinal da TV Escola e do Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação, que tinha como objetivo pesquisas, projetos e estudos visando a modernização da transmissão do sinal do TV Escola e a utilização de tecnologias para a informação e comunicação, apresentando como produto “Projeto apoiado”.

O ponto central de atendimento da ação 2A74 é a TV Escola, que é um canal de televisão do Ministério da Educação que capacita, aperfeiçoa e atualiza educadores da rede pública desde 1996. A proposta da TV Escola é proporcionar ao educador acesso ao canal e estimular a utilização de seus programas, contribuindo para a melhoria da educação construída nas escolas.

A TV Escola pode ser sintonizada via antena parabólica (digital ou analógica e vídeo cassete) em todo o país. Seu sinal está disponível, também, nas TVs por assinatura **Directv (canal 237) e Sky (canal 27)**. Sua programação exhibe, durante 24 horas diárias, séries e documentários estrangeiros, produções da própria TV Escola, e é dividida em faixas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Salto Para o Futuro e Escola Aberta.

Quadro 2.5.2: atividades desenvolvidas na ação 2A74, por instituição, n.º de escolas e valor.

Atividade desenvolvida	Instituição responsável pela execução do projeto	N.º de Escolas atendidas
Segundo Termo Aditivo visando a transmissão do sinal (programas produzidos) do canal da TV Escola das 27 unidades da federação.	Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto	40.000
Aquisição de kits de autoração de mídias de DVD, volume 2, contendo 150 horas de programação dos programas produzidos pela TV Escola, para escolas que não possuem o kit de antena parabólica e que receberam o aparelho de DVD. Os CDs são dirigidos à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores da educação básica e ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem nas escolas, através do aditamento ao Contrato n.º 124/2006.	Empresa Pailazul Multimídias Ltda.	18.900
Repasse de recursos para realização dos projetos de implementação da rede ProInfo/UCA - Um computador por aluno. O público-alvo do projeto são os alunos e professores das escolas públicas. Este Projeto “Um Computador Por Aluno”, da Presidência da República, visa apoiar estudos, pesquisas, a viabilidade de utilização, o desempenho e a análise da repercussão na educação do uso pelos alunos dos equipamentos adquiridos.	Universidade Federal do Ceará.	
Projeto de desenvolvimento de nova plataforma tecnológica de baixo custo.	Universidade Federal de Pernambuco Universidade Federal de Santa Catarina	
Projeto de Desenvolvimento de Banco de Dados para recursos educacionais digitais.	Fundação Universidade de Brasília - UnB	
Projeto Banco Internacional de Recursos Educacionais Digitais,	Fundação Universidade de Brasília – UnB	
Customização de ambientes de aprendizagem a ser realizada com os recursos repassados para a Unesco (94BRA5002). O projeto se refere à adequação dos diferentes ambientes utilizados pelas equipes de capacitação do MEC, em todas as suas ações de capacitação dos agentes educacionais, que somente no ano de 2007/2008 pretende atingir perto de 80.000 professores da rede pública de ensino.	Unesco (94BRA5002)	
TOTAL		58.900
Fonte: Seed/MEC		

Tabela 2.5.1: Dotação e execução orçamentária anual da ação 2A74 - Funcionamento da TV Escola - 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004*	29,02	19,32
2005**	16,60	10,78
2006	14,51	13,62
2007	35,25	34,45
Total	95,38	78,17

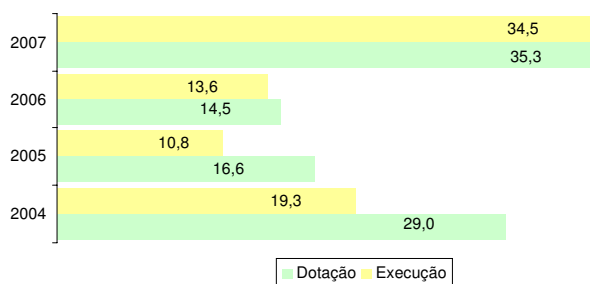
* Fusão das ações 6372, 6375 e 7744

** Resultado da fusão das ações 7744, 12CH e 896R

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 2.5.1: Dotação e execução orçamentária anual em R\$ milhões - 2004 a 2007



2.6 1061.4042 – Promoção e desenvolvimento da saúde do escolar na educação básica

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Implementar políticas públicas suplementares de saúde, voltadas à orientação de alunos da educação básica no que se refere à prevenção de DST/AIDS, orientação sexual, uso de drogas e alimentação adequada e, ainda, contribuir para a identificação e prevenção de problemas ligados à saúde visual e auditiva do alunado, regularmente matriculado nas redes estaduais, municipais e federal de ensino público, visando propiciar-lhes melhor desempenho escolar.
Descrição	A ação pretende fornecer material educativo (cartilhas, vídeos, fitas, cartazes, folderes e outros) às escolas das redes estaduais, municipais e federal do ensino público, bem como capacitar profissionais da área da educação, em exercício nas escolas, sobre a prevenção de DST/Aids, orientação sexual, uso de drogas e alimentação adequada. Pretende, também, realizar estudos para diagnosticar o impacto da implementação do Pnae na saúde do escolar. Haverá a continuidade de campanhas educativas e de assistência à saúde visual e auditiva, para identificação, triagem e atendimento médico aos problemas então detectados e, quando necessário, fornecimento de óculos e aparelhos auditivos.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria de Ações Educacionais / Coordenação-Geral de Programa de Saúde, Transporte e Uniforme Escolar – Dirae / CGSUT / FNDE Coordenador da ação ✓ José Maria Rodrigues de Souza

Avaliação da execução da ação

Quadro 2.6.1- Ação 4042: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
193.563	21.023	10,86	1.693.680,00	1.693.680,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto: aluno beneficiado Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / FNDE									

Em 2007, esta ação passou por uma remodelagem na sua estrutura e forma de execução, por intermédio da qual os Ministérios da Educação e da Saúde passaram a atuar em parceria de forma a se estabelecer a implementação de consultas médicas *'in loco'* nas escolas de todo o país.

Nessa nova estrutura de implementação multissetorial, o Ministério da Saúde deverá participar com a disponibilização de corpo médico especializado para a realização de exames clínicos e o Ministério da Educação custeará as despesas de caráter pedagógico e operacional.

Dentre os componentes definidos como essenciais para o novo desenho desta ação, destacou-se a necessidade de aquisição de kits médicos contendo instrumentos próprios para consultas, entre os quais esfigmomanômetro, balança pediátrica e outros.

Todavia, os atributos da ação em questão não contemplavam a compra de tais materiais, motivo pelo qual a estratégia de implementação do programa foi ajustada de forma que, num primeiro momento, foi iniciado o processo de compra apenas do material instrucional necessário, projetando-se para o exercício de 2008 a aquisição dos kits médicos vislumbrados.

Dentre os materiais didáticos escolhidos destacam-se:

- guia para formação de profissionais da saúde e educação;
- material de diretrizes para a implementação do projeto saúde e prevenção nas escolas;
- guias e folderes sobre o tema educação sexual.

Portanto, em 2007, foram investidos nesta ação recursos financeiros no valor de R\$ 1.693.680,00 empenhados e inscritos em Restos a Pagar, obtendo-se 100,00% de execução da meta prevista. Esta ação beneficiou 21.023 alunos, o que corresponde a 10,86% do valor projetado. As mudanças que ocorreram na ação exerceram impactos na execução da meta física.

Quadro 2.6.2: clientela atendida – 2004 a 2007

ANO	TOTAL FINAL	CLIENTELA ATENDIDA	TOTAL PAGO
2004	4.000.000,00	69.956	3.670.591,32
2005	7.880.000,00	112.934	7.877.746,80
2006	3.791.233,00	59.953	3.763.061,00
2007	1.693.680,00	21.023	

- No exercício de 2003, o programa foi executado somente no Distrito Federal, com atendimento a 4.187 alunos com consultas oftalmológicas no valor de R\$ 148.638,50 e aquisição de 4.000 óculos no valor de 126.720,00.
- Programação e execução, em 2007.

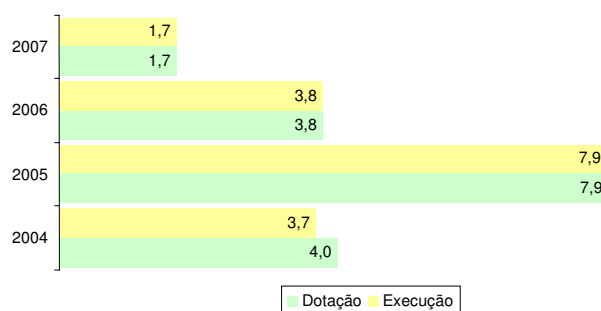
Não houve execução físico/financeira do Programa em 2007.

Tabela 2.6.1: Dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões – 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução	Clientela Atendida
2004	4,00	3,67	69.956
2005	7,88	7,87	112.934
2006	3,79	3,79	59.953
2007	1,69	1,69	21.023
Total	17,36	17,02	242.843

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 2.6.1: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



2.7 1061.4045- Distribuição de acervos bibliográficos

Atributos	Descrição
Finalidade	Prover de acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente as escolas públicas da educação básica das redes, federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, visando promover e estimular a leitura além de propiciar melhores condições para a inserção dos alunos de escolas públicas brasileiras na cultura letrada e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que curse ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, prioritariamente, nos Países do Mercosul. Tal iniciativa pretende garantir a equidade nas condições de acesso e qualidade do ensino público.
Descrição	As obras didático-pedagógicas são adquiridas de duas formas; no primeiro caso, no lançamento de Edital de inscrição e seleção, as obras inscritas pelos detentores de direitos autorais, após triagem, são enviadas à secretaria finalística responsável pelas modalidades e níveis de ensino, para serem submetidas a um processo de avaliação e seleção. Tais obras, avaliadas e selecionadas, são adquiridas pelo FNDE, responsável pelo processo de negociação com os detentores dos direitos autorais; no segundo caso, as obras são escolhidas diretamente por comissão específica, definida por Portaria Ministerial, ou mesmo por determinação da secretaria finalística. Compreende a implementação do Programa a participação do FNDE em feiras e eventos relacionados ao assunto, visando sua melhoria qualitativa. Integra a operacionalização do Programa, entre outras, as etapas de controle de qualidade física, triagem e avaliação de obras, bem como a operacionalização da logística compreendida entre o recebimento e a distribuição que é realizada mediante a contratação de empresa especializada.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria de Ações Educacionais / Coordenação-Geral dos Programas do Livro – Dirae/CGPLI / FNDE Coordenador da ação ✓ Sonia Schwartz Coelho

Esta ação financia acervos para as escolas públicas, voltadas à educação básica, nas múltiplas etapas: educação infantil, ensino fundamental e médio, mediante os programas denominados Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Fundamental (PNBE) e Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio (Pnbem) com a finalidade de assegurar às redes de ensino estaduais, distrital e municipais o acesso à cultura e à informação e o incentivo à formação do hábito da leitura nos alunos, nos professores e na população, com a distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa, de referência e de outros materiais, apoiando, dessa forma, o cidadão no exercício da reflexão, da criatividade e da crítica.

Avaliação da execução da ação

Quadro 2.7.1 – Ação 4045: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
5.930	5.930	100,00	54.000.000,00	52.561.073,29	97,34	2.054.379,87	3,91	1.541.428,02	75,03
Produto: exemplar distribuído Unidade de medida: milhar Fonte: Siafi gerencial / FNDE									

Conforme demonstrado nos Quadros 2.7.1 e 2.7.2, durante o exercício de 2007 foram adquiridos 8,6 milhões de exemplares de livros, 45,76% a mais do que a estimativa, para compor os acervos que irão ser distribuídos às escolas no exercício de 2008.

Avaliando o desempenho da ação, a partir da comparação entre a Tabela 2.7.1 com a Tabela 2.7.2, torna-se importante ressaltar que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) viabilizou a ampliação do atendimento para o ensino médio e a educação infantil, suplantando, dessa forma, a execução física dos programas PNBE e Pnbem em 2,7 milhões de obras adquiridas, em relação à quantidade de livros estimada na ação distribuição de acervos bibliográficos (4045). Esse avanço foi viabilizado pelo FNDE mediante dotação oriunda da ação 0509 – desenvolvimento da educação básica, no valor de R\$ 12,7 milhões, conforme demonstrado na Quadro 2.7.2.

Quadro 2.7.2: valores totais gastos com a ação distribuição de acervos bibliográficos (infantil, fundamental e médio) - em 2007				
Ação - 4045.0001	Aquisição	Distribuição	Outros	Total
Aquisição e Distribuição de Livros - PNBE 2008	46.918.858,54	3.582.970,35		50.501.828,89
Mixagem			985.374,40	985.374,40
Controle de Qualidade			1.073.870,00	1.073.870,00
Total 4045.0001	46.918.858,54	3.582.970,35	2.059.244,40	52.561.073,29

Ação - 0509.0001	Aquisição	Distribuição	Outros	Total
Aquisição e Distribuição de Livros - PNBE 2008	2.413.025,24			2.413.025,24
Total 0509.0001	2.413.025,24			2.413.025,24

Ação - 0509.0105	Aquisição	Distribuição	Outros	Total
Aquisição e Distribuição de Livros - PNBE 2008	6.229.999,88	4.079.661,09		10.309.660,97
Total 0509.0105	6.229.999,88	4.079.661,09		10.309.660,97

Total PNBE 2008	55.561.883,66	7.662.631,44	2.059.244,40	65.283.759,50
Fonte: Dirae/FNDE				

A execução do programa, segundo a quantidade de alunos beneficiados, escolas atendidas e valor dos investimentos, pode ser vista na Tabela.

Tabela 2.7.1: Detalhamento da execução - em 2007

UF	Alunos beneficiados	Escolas[1] atendidas	Físico				Financeiro		
			Acervos Ed. Inf.	Acervos Ensino		Exemplares	Aquisição	Distribuição	Aquisição + Distribuição
				Fund.	Médio				
BR	29.253.824	161.274	97.407	160.830	24.728	8.601.932	55.561.883,66	7.662.631,44	63.224.515,10
NO	3.133.607	23.384	10.409	24.843	2.157	1.004.863	5.989.872,21	826.004,31	6.815.876,52
RO	244.847	1.666	364	1863	218	74.842	491.571,55	67.789,34	559.360,89
AC	151.427	1.643	356	1694	93	53.927	308.070,45	42.479,12	350.549,57
AM	711.834	5.043	2631	5700	467	231.533	1.356.144,37	187.011,87	1.543.156,24
RR	77.643	716	423	715	114	38.606	251.662,67	34.707,34	286.370,01
PA	1.561.977	11.710	5428	12225	861	472.739	2.703.357,48	372.784,23	3.076.141,71
AP	131.961	699	395	778	107	38.333	245.857,57	33.906,01	279.763,58
TO	253.918	1.907	812	1868	297	94.883	633.208,12	87.326,40	720.534,52
NE	9.573.829	71.744	47.941	70.595	7.078	3.354.562	19.742.256,50	2.722.565,82	22.464.822,32
MA	1.419.401	12.630	7943	12406	923	535.277	3.001.728,05	413.939,57	3.415.667,62
PI	646.471	6.720	3371	6325	588	275.652	1.633.973,68	225.329,45	1.859.303,13
CE	1.462.463	9.424	7335	8694	998	459.302	2.713.535,61	374.220,86	3.087.756,47
RN	530.677	3.612	2049	3208	447	167.273	1.054.740,72	145.459,65	1.200.200,37
PB	645.813	5.816	4767	5655	511	279.469	1.579.728,78	217.853,37	1.797.582,15
PE	1.367.373	8.599	5569	9109	1231	464.669	2.924.015,29	403.249,94	3.327.265,23
AL	569.472	3.122	1891	3470	325	152.395	902.945,04	124.518,83	1.027.463,87
SE	358.077	2.203	1626	2179	237	109.043	645.734,34	89.051,52	734.785,86
BA	2.574.082	19.618	13390	19549	1818	911.482	5.285.854,99	728.942,63	6.014.797,62
SE	10.892.809	38.722	22.987	39.267	9.896	2.620.624	18.669.043,55	2.574.812,89	21.243.856,44
MG	2.815.523	13.403	5477	13921	2630	753.530	5.231.363,39	721.476,67	5.952.840,06
ES	514.581	3.297	1513	3045	403	147.177	938.515,73	129.429,23	1.067.944,96
RJ	2.012.495	6.003	4212	7126	1728	466.952	3.300.281,34	455.169,31	3.755.450,65
SP	5.550.210	16.019	11785	15175	5135	1.252.965	9.198.883,09	1.268.737,68	10.467.620,77
SU	3.687.260	20.007	12.123	17.925	3.727	1.119.013	7.592.711,31	1.047.160,42	8.639.871,73
PR	1.439.802	6.387	3914	5514	1529	401.091	2.862.393,18	394.782,66	3.257.175,84
SC	883.808	5.383	3674	4273	812	271.808	1.769.571,08	244.052,36	2.013.623,44
RS	1.363.650	8.237	4535	8138	1386	446.114	2.960.747,05	408.325,40	3.369.072,45
CO	1.966.319	7.417	3.947	8.200	1.870	502.870	3.568.000,09	492.088,00	4.060.088,09
MS	362.970	1.111	780	1287	347	89.573	644.320,13	88.864,51	733.184,64
MT	512.753	2.446	1143	2584	524	147.376	1.028.988,91	141.913,09	1.170.902,00
GO	791.163	3.361	1523	3444	824	213.876	1.539.593,91	212.337,07	1.751.930,98
DF	299.433	499	501	885	175	52.045	355.097,14	48.973,33	404.070,47

Fonte: Dirae / FNDE

[1] Atendimento às escolas públicas da educação infantil; ensino fundamental de 1.º a 5.º ano / de 1ª a 4ª série; e ensino médio.

Tabela 2.7.2: Composição das dotações que financiaram o PNBE e o Pnbem e avaliação de sua execução em 2007

Programa de trabalho	Dotação autorizada / disponível (a)	Execução			
		Empenhado (b)	% (b/a)	Liquidada (c)	% (c/b)
12.392.106.140.450.000	54.000.000,00	52.561.073,29	97,34%	2.054.379,87	3,91%
12.361.106.105.090.000	2.413.025,24	2.413.025,24	100,00%	-	-
12.361.106.105.090.100	10.309.660,97	10.309.660,97	100,00%	-	-
Total	66.722.686,21	65.283.759,50	97,84%	2.054.379,87	3,15%

Fonte: Dirae/FNDE

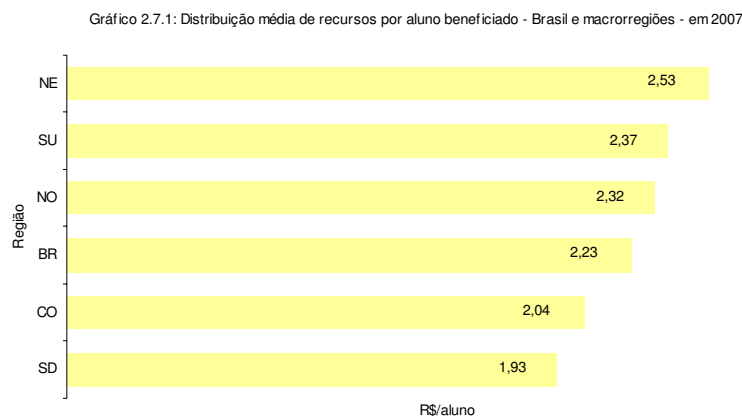
Sob o aspecto da avaliação por indicadores de desempenho da:

a) execução do PNBE e Pnbem pode-se destacar que eles se apresentam:

- eficientes, devido ao ganho de escala e ao aperfeiçoamento contínuo do modelo de gestão dos programas do livro sob a gestão da Autarquia. Cada livro custou em média R\$ 7,59 (considerados todos os custos para a aquisição e distribuição);
- eficazes, haja vista a superação da meta física estimada, suplantando-a em mais de 2,7 milhões de exemplares de livros;
- com forte perspectiva de efetividade, em razão da incontestabilidade da importância da leitura para o processo de desenvolvimento das sociedades, empiricamente confirmado;

b) distribuição dos recursos por beneficiário dos programas por região:

- conforme demonstrado no Gráfico 2.7.1.; a média brasileira por aluno beneficiário é de R\$ 2,23.



- acima da média brasileira, na ordem crescente, estão as regiões Norte, Sul e Nordeste cujos valores médios são, respectivamente, R\$ 2,32, R\$ 2,37, e R\$ 2,53 e, abaixo, na ordem decrescente, vêm o Centro-Oeste e o Sudeste com R\$ 2,04 e R\$ 1,93;
- estes números sinalizam que os programas em apreço estão coadunados com as diretrizes de esforço de equalização das desigualdades educacionais entre as regiões brasileiras.

c) distribuição dos recursos por etapa da educação básica:

- na média, 56,8% dos acervos são para atender o ensino fundamental, 34,4% para a educação infantil e 8,7% para o ensino médio;
- são nas regiões Nordeste e Sul que a educação infantil receberá proporcionalmente maiores quantidades de livros para suas bibliotecas, 38,2% e 35,9%, respectivamente;
- a etapa intermediária, o ensino fundamental, terá proporcionalmente mais livros nas regiões Norte (66,4%) e Centro-Oeste (58,5%) para as bibliotecas de suas escolas, enquanto que no caso do ensino médio, são as Regiões Sudeste (13,7%)

e Centro-Oeste (13,3%) que apresentaram as maiores proporções, em relação às demais;

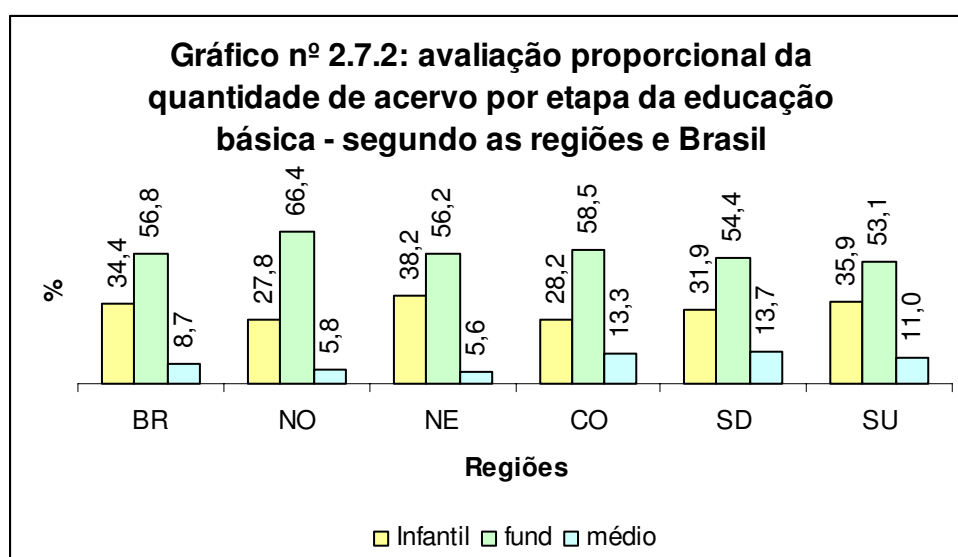
- esses indicadores dão mostra da efetivação da prioridade da política pública de extensão da atenção do Estado brasileiro a todas as etapas da educação básica, evidenciando a deliberada atuação “ancorada na concepção substantiva de educação que perpassa todos os níveis e modalidades educacionais²²”.

Tabela 2.7.3: Avaliação da execução – 2004 a 2007

Ano de aquisição	Alunos beneficiados	Escolas atendidas	Livros	R\$
2003	18.010.401	141.266	49.034.192	110.798.022,00
2004[1]				
2005	16.990.819	136.389	5.918.966	47.268.337,00
2006	13.504.906	46.700	7.233.075	46.509.183,56
2007	29.253.824	161.274	8.601.932	65.283.759,50

Fonte: Dirae/FNDE

¹ Não houve execução do programa no exercício de 2004.



A variação anual da quantidade de escolas beneficiadas observadas no demonstrativo acima se dá em função do critério de atendimento específico para cada ano letivo. Observando-se os critérios, todas as escolas são igualmente beneficiadas.

PNBE/2003 - Foi executado em 5 (cinco) ações específicas:

- Ação - Literatura em Minha Casa - foram distribuídas coleções de obras de literatura e de informação aos alunos matriculados na 4ª e na 8ª série;
- Ação - Palavras da Gente – distribuição de acervos literários aos alunos da última série, termo, módulo ou similar, correspondentes à última etapa do 2.º segmento da educação de jovens e adultos;

²² O Plano de Desenvolvimento da Educação – razões, princípios e programas. Publicação do Ministério da Educação.

- Ação “Casa da Leitura” - distribuído para as secretarias municipais de educação, um acervo literário composto por 114 títulos, para utilização em bibliotecas volantes;
- Ação - Biblioteca do Professor – distribuição de 02 (dois) livros de literatura para os professores de classes de alfabetização e de 1ª a 4ª série;
- Ação - Biblioteca Escolar – distribuído às escolas do Brasil com maior número de matrículas iniciais na 5ª a 8ª série, um acervo composto por 144 títulos.

Essas cinco ações do PNBE/2003 foram incrementadas com o objetivo de suprir as escolas, os professores e a comunidade com obras literárias de qualidade, possibilitando o acesso dos interessados aos acervos distribuídos.

- PNBE/2005 - Foram beneficiadas as escolas públicas de 1ª a 4ª série.
- PNBE/2006 - foram beneficiadas as escolas públicas de 5ª a 8ª série.
- PNBE/2008 - foram contempladas as escolas públicas de educação infantil, de ensino fundamental de 1ª a 4ª série e de ensino médio.

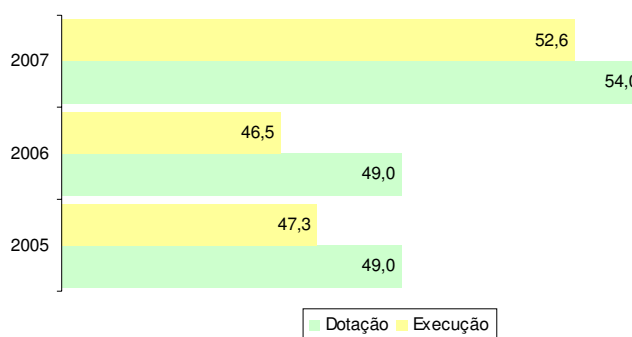
Em 2008, em função da implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o atendimento do PNBE foi estendido às escolas de ensino médio e de educação infantil, ampliando assim a sua abrangência, bem como a quantidade de livros distribuídos.

Tabela 2.7.4: Dotação e execução orçamentária da ação 4045 de 2005 a 2007 em milhões

Ano	Dotação	Execução
2005	49,00	47,26
2006	49,00	46,50
2007	54,00	52,56
Total	152,00	146,32

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 2.7.3: dotação e execução orçamentária - 2005 a 2007



2.8 1061.4389 - Capacitação para o exercício do controle social

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Promover fóruns de instrução e capacitação de membros da sociedade civil para garantir a correta aplicação de recursos públicos nas ações do governo cujo controle social é parte integrante de sua forma de implementação, bem como a produção e distribuição de material de apoio.
Descrição	A ação consiste em treinar os membros dos conselhos de controle social como, por exemplo, aqueles conselhos do Programa Nacional de Alimentação Escolar e das unidades executoras de escolas beneficiárias do Programa Dinheiro Direto na Escola, abrangendo todos os níveis de ensino, bem como os membros dos conselhos do Fundef, com a finalidade de formar junto à comunidade, agentes capazes de fiscalizar e otimizar a execução dos recursos públicos repassados para subsidiar o ensino público, bem como lhes repassar orientações e instruções por meio de material impresso ou de multimídia para o envolvimento da comunidade na implementação dessas ações de governo.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria Financeira / Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento – Dfin / CGPLO / FNDE Coordenador da ação ✓ Weber Gomes de Sousa

Avaliação da execução da ação

Quadro 2.8.1 – Ação 4389: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
3.500	873	24,94	3.100.000,00	3.099.093,17	99,97	1.033.928,18	33,36	732.536,60	70,85
Produto: cidadão capacitado Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi gerencial / FNDE									

As ações de controle do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) vêm sendo ampliadas paulatinamente, tanto no controle direto da aplicação dos recursos quanto na capacitação dos agentes do controle social – membros dos Conselhos de Alimentação Escolar e outros agentes envolvidos na execução do Pnae.

O FNDE busca, desta forma, desempenhar propositivamente o seu papel atendendo aos interesses do povo, consoante às recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), observando o contido no enunciado do Acórdão 158/2003 – TCU.

As atividades de capacitação também encontram base legal no Plano Plurianual, estabelecido pelo governo federal, que, por estabelecimento de diretrizes e previsão orçamentária, disponibiliza recursos para essa atividade, por meio da ação “Capacitação para o exercício do controle social”.

Os principais agentes fiscalizadores do programa em nível municipal/estadual são os Conselheiros de Alimentação Escolar, que, muitas vezes, não reúnem os conhecimentos necessários ao efetivo exercício de acompanhamento e fiscalização das ações dos gestores locais do Programa como: licitação de gêneros alimentícios, composição de cardápio adequado aos escolares, estocagem e prestação de contas ao FNDE. Como observa o próprio TCU, simplesmente atestam a prestação de contas

apresentadas pela administração municipal/estadual do programa, convalidando desvios ou a má aplicação de recursos.

Ainda assim, diversas impropriedades têm sido registradas e uma das formas utilizadas para minimizá-las é a realização e a sistematização da capacitação dos conselheiros, com enfoque em noções nutricionais, procedimentos licitatórios, gestão, execução e prestação de contas, ou seja, transferindo-lhes conhecimento para que exerçam, de fato, o controle social sobre o Programa.

Também participam das capacitações, os gestores do Pnae nos estados e municípios, nutricionistas, merendeiras e demais atores envolvidos na alimentação escolar, cujos quantitativos físicos estão apresentados no Quadro 2.8.2.

Quadro 2.8.2: quantidade de atores capacitados por município, por meio da ação 4039 – em 2007		
Ator Capacitado	Município-pólo/UF	Capacitados (N)
Agricultores familiares	Cascavel/PR	239
Gestores	Juazeiro/BA	101
Gestores	Videira/PR	135
Gestores	Bom Jesus da Lapa/BA	128
Lideranças Quilombolas	Salvador/BA	65
Conselheiros	Ariquemes/RO	91
Nutricionistas	Pirenópolis/GO	114
	Total:	873

As capacitações realizadas em Bom Jesus da Lapa e em Juazeiro/BA foram realizadas em parceria com a Associação de Prefeitos e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Estas capacitações tiveram o objetivo de difundir os conhecimentos sobre as atuais diretrizes estabelecidas para os programas sociais da educação, direcionados aos gestores municipais, levando em consideração as atualizações dos instrumentos normativos, bem como a correta aplicação dos recursos públicos repassados às entidades executoras.

Tal iniciativa busca oferecer instrumentos, subsídios e desenvolver habilidades e conhecimentos na área de gestão educacional para o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas em educação, com vistas à construção da autonomia municipal quanto à qualificação dos processos de gestão.

Além das atividades acima relatadas, no Quadro 2.8.3 estão apresentadas outras iniciativas que tiveram como finalidade divulgar o trabalho dos técnicos do Pnae e, também, a capacitação dos mesmos.

Quadro 2.8.3: atividades de divulgação e capacitação técnica no âmbito do Pnae – em 2007	
Objeto	Objetivo
Apresentação das pesquisas da Coordenação Técnica de Alimentação e Nutrição no III Congresso Internacional de Alimentação Escolar – Recife/PE (outubro/2007): • análise dos testes de aceitabilidade aplicados pelos municípios no âmbito do programa nacional de alimentação escolar; • avaliação da adequação das creches atendidas pelo Pnae quanto ao teor de ferro e vitamina C – 2006; • análise de prevalência das modalidades de gestão do programa nacional de alimentação escolar.	Promover o conhecimento da execução do Pnae para os atores envolvidos por meio de: • indicadores (índice de aceitabilidade, avaliação da oferta de nutrientes, prevalência de formas de gestão) que possam subsidiar a execução do Programa pelas entidades executoras; • análise crítica, sob óticas científica e de gestão, dos resultados encontrados pela área técnica da gestão nacional.
Outras publicações da CGPAE: • I Boletim Informativo do Pnae • Cartaz “Alimentação saudável na escola é um direito humano”, em parceria com MDS, MRE e MS.	Incentivar a educação alimentar e nutricional, conforme previsto na legislação, por meio da promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada no ambiente escolar.
Capacitação de técnicos do Pnae e planejamento estratégico – Brasília/DF (outubro/2007)	Promover o aprimoramento e desenvolvimento pessoal e de competências.
Capacitação de técnicos do Pnae e planejamento estratégico – Brasília/DF (dezembro/2007)	Avaliar as atividades da Coordenação-geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como discutir o planejamento de atividades para 2008.

O FNDE tem se deparado com o grande desafio de monitorar os 5.564 municípios e os 26 estados brasileiros, além do Distrito Federal, mediante a realização de atividades de acompanhamento sistemático e contínuo de comportamentos e fenômenos, eventos e situações específicas, cujas condições se desejam avaliar e/ou comparar, com o intuito de impedir a ocorrência de desvios das finalidades determinadas pelas normas do ordenamento jurídico.

Independentemente da duração da atividade, um dos principais produtos do monitoramento é uma avaliação que permita compreender os resultados qualitativos e quantitativos e a aplicação dos mesmos para vários usos e usuários, motivo pelo qual são sugeridos procedimentos que permitirão, ao longo do tempo, avaliar a conformidade, a eficácia e a tempestividade na execução do Programa, no que se refere à conformidade com a legislação.

O objetivo principal da FNDE é o monitoramento do processo de execução do Pnae pelas Entidades Executoras e a verificação da conformidade com as normas estabelecidas pela legislação pertinente, com vistas ao aprimoramento da operacionalização e dos

normativos do Programa. Dentro do objetivo geral, podem-se observar os seguintes objetivos específicos:

- ✓ verificar a conformidade da execução do Pnae, tendo por base o estabelecido pelas legislações vigentes;
- ✓ orientar entidades executoras, unidades executoras, conselhos de alimentação escolar e demais agentes envolvidos com o Programa quanto aos normativos legais vigentes;
- ✓ coletar dados *in loco* destinados a alimentar indicadores do Programa, tais como, número de alunos atendidos, número de escolas atendidas, número de nutricionistas que compõem o quadro técnico, execução do termo de compromisso, dados sobre o controle de qualidade da produção de alimentos, entre outros dados que contribuem para a avaliação da execução do Programa; e
- ✓ exercer uma função educativa, de caráter dialógico, junto às entidades executoras, às unidades executoras, aos conselhos de alimentação escolar e demais agentes envolvidos, com vistas a aprimorar a execução do Programa.

Em 2007, cumprindo os objetivos e as atribuições de monitoramento, o FNDE executou 33 visitas em todo Brasil (visita = município monitorado), sendo que 9 delas foram executadas em conjunto com a auditoria interna do FNDE. As visitas foram realizadas em municípios de 17 estados, além de 9 secretarias de estado de educação. Dessas visitas, são gerados relatórios que subsidiam o desenvolvimento de indicadores que possam nortear a execução federal do Programa.

No Gráfico 2.8.1, estão apresentados os dados referentes aos municípios que sofreram algum tipo de fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, e que, por isso, receberam do Pnae, especificamente da Coordenação de Avaliação e Monitoramento, as orientações necessárias para a correção da execução do Programa.

Em 2007, foram capacitadas 873 pessoas em cursos realizados pelo FNDE. Isso representa cerca de 25% da meta física estimada. No entanto, é preciso destacar que nas atividades de fiscalização também são realizados eventos voltados ao processo de capacitação, visando dirimir dúvidas sobre os procedimentos de execução de programas e elevar a gestão das ações orçamentárias do FNDE, em especial as que financiam o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Gráfico 2.8.1: Quantidade de municípios fiscalizados por tipo de órgão e/ou controle - em 2007

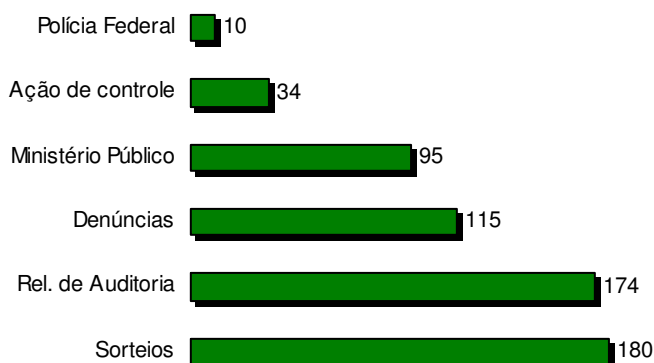
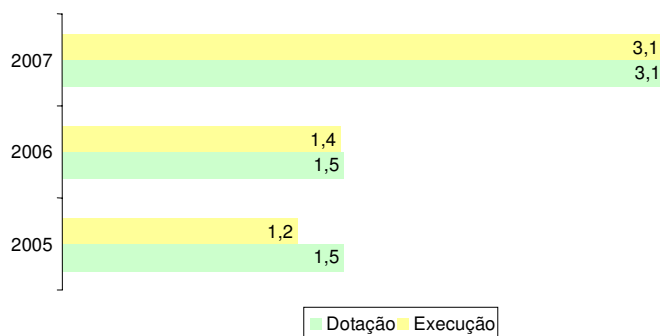


Tabela 2.8.1: Dotação e execução orçamentária da ação 4389 de 2005 a 2007 em milhões

Ano	Dotação	Execução
2005	1,45	1,21
2006	1,45	1,43
2007	3,10	3,09
Total	6,00	5,73

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 2.8.2: dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões - 2005 a 2007



2.9 1061.6372 – Integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na educação pública – ProInfo

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem da escola pública, por intermédio do uso pedagógico da telemática, e educar para a cidadania numa sociedade tecnologicamente desenvolvida.
Descrição	A ação é implementada no âmbito do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), que prevê aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de informática para escolas públicas de ensino fundamental e ensino médio, núcleo de tecnologia educacional (NTE) e centro de experimentação em tecnologia educacional (Cete). Além disso, o ProInfo prevê também a pesquisa, o desenvolvimento e a manutenção de soluções multimídia em módulos aplicáveis à educação a distância, bem como suporte técnico e pedagógico para os cursos de capacitação de recursos humanos, apoio técnico com orientação pedagógica a estudos e pesquisas, viabilização de interfaces com o Inep, organismos nacionais e internacionais e apoio ao processo de adesão das escolas. Contempla, ainda, o acompanhamento e a avaliação dos programas estaduais de introdução de tecnologias na educação, gerando relatórios detalhados por estado e com consolidação nacional.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação a Distância -Seed/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação a Distância - Seed/MEC Coordenador da ação ✓ José Guilherme Moreira Ribeiro

Avaliação da execução da ação

Quadro 2.9.1 – Ação 6372: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
47.500	12.750	26,84	109.415.000,00	105.953.802,20	96,84	926.010,00	0,87	466.010,00	50,32
Produto: unidade equipada Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / Seed / FNDE									

A ação orçamentária 6372 – integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na educação pública – financia as atividades do Programa de Informática na Educação (ProInfo). As aquisições do ProInfo vêm sendo realizadas mediante pregões eletrônicos conduzidos pelo FNDE.

Esses Pregões normalmente são finalizados no encerramento do exercício corrente e a entrega e instalação dos equipamentos pelas empresas vencedoras começam com o início do ano letivo, e têm entre 120 a 190 dias para entrega nas inúmeras escolas de ensino fundamental e médio, nas 27 unidades da federação, contemplando quase todos os 5.564 municípios.

Conforme demonstrado no Quadro 2.9.1, foi estimado que, em 2007, cerca de 47,5 mil unidades foram equipadas com a execução das atividades desenvolvidas pelo ProInfo, com investimentos da ordem de R\$ 109,4 milhões, dos quais foram executados cerca de R\$ 106 milhões para equipar 12.750 unidades, perfazendo por volta de 97% e 26,84% das metas financeira e física estimadas, no âmbito da ação 6372.

Além da dotação alocada na ação integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na educação pública, o ProInfo contou, também, com mais R\$ 40,38 milhões de recursos da ação de apoio ao desenvolvimento da educação básica (0509), conforme demonstrado no Quadro 2.9.2, para financiar:

- aditivo de 25% ao Contrato 105/2006, com o qual adquiriram-se 18.950 soluções de informática para atendimento a 1.895 escolas²⁵, no valor de R\$ 21,07 milhões;
- complementação, no valor de R\$ 19,31 milhões, para a aquisição de cerca de 17 mil soluções de um total de 90 mil, no âmbito do ProInfo Urbano, ocorrida por meio do Contrato 089/2007²⁶;

Quadro 2.9.2: detalhamento das iniciativas do ProInfo Rural e Urbano, segundo a ação orçamentária financiadora – em 2007				
Detalhamento	Quart.	ProInfo Urbano		
		R\$		Total
		6372	0509	
Aditivo ao Contrato 105/06				
- Solução de informática	18.950	0,00	21.068.838,60	21.068.838,60
Contrato 089/07				
- Solução de informática	90.000	84.677.586,56	19.315.551,56	103.993.138,12
Subtotal (1)	108.950	84.677.586,56	40.384.390,16	125.061.976,72
Detalhamento	Quant	ProInfo Rural		
		R\$		Total
		6372	0509	
Contrato 126/07				
- Solução de informática	15.000	12.700.000,00	0,00	12.700.000,00
- Solução de informática (aditivo)	3.750	3.175.000,00	0,00	3.175.000,00
Contrato 205/07				
- Mobiliário para laboratório	3.000	3.405.870,00	0,00	3.405.870,00
Subtotal (2)	18.750	19.280.870,00	0,00	19.280.870,00
Descentralização				
- UnB		150.000,00	0,00	150.000,00
- UFPR		33.990,00	0,00	33.990,00
- UFRS		196.320,00	0,00	196.320,00
- MPOG		1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
- Unesco		269.690,00	0,00	269.690,00
Subtotal (3)		2.150.000,00	0,00	2.150.000,00
Total (1 + 2 + 3)		106.108.456,56	40.384.390,16	146.492.846,72
Fonte: Seed/MEC				

Ainda fez parte da execução da ação 6372, um conjunto de iniciativas de realização de organizações parceiras, e para tal foram efetivadas descentralizações, num total de R\$ 2,15 milhões, associado às seguintes finalidades:

- Projeto Banco Internacional de Recursos Educacionais Digitais – UnB;
- Projeto Xadrez na Escola – Fase III – UFPR;

²⁵ Com o Contrato 105/2006 foram adquiridas 94.750 soluções de informática (75.800 com o contrato e 18.950 mediante o termo aditivo).

²⁶ O valor total do contrato é de cerca de R\$ 104,0 milhões, dos quais 84,68 milhões oriundos da ação 6372 e R\$ 19,31 da ação 0509. A quantidade adquirida com os recursos do apoio à educação básica e informada foi calculada, guardando-se a proporção dos recursos utilizados desta ação 0509 no total do investimento.

- Projeto visando ao desenvolvimento de estudos para atendimento às demandas do Projeto Um Computador por Aluno (UCA) – UFRS;
- Projeto Computadores para Inclusão Digital (MPOG); e
- Construção de projeto funcional de dispositivo de integração sala de aula / laboratório – Unesco.

No total, o ProInfo contou com recursos da ordem de R\$ 146,5 milhões e com eles financiou iniciativas, equipando em torno de 15.305²⁷ unidades, bem como promoveu as condições de realização de projetos de efeito multiplicador de seus resultados, junto às comunidades escolares rurais e urbanas das redes de ensino públicas da educação básica.

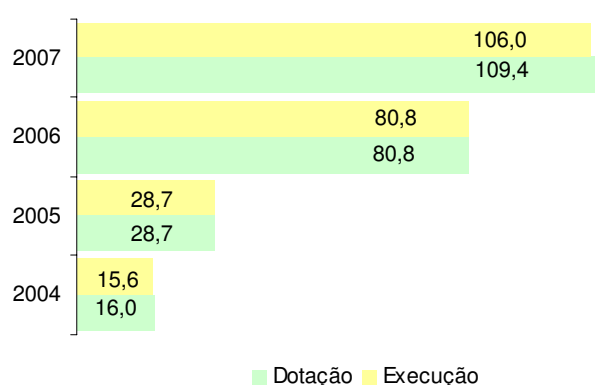
Avaliação do período do PPA

Tabela 2.9.1: Dotação e execução orçamentária anual da ação 6372 - ProInfo - 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	15,98	15,61
2005	28,65	28,65
2006	80,84	80,84
2007	109,42	105,95
Total	234,89	231,05

Fonte: Seed

Gráfico 2.9.1: Dotação e execução orçamentária anual, em R\$ milhões - 2004 a 2007



²⁷ Este valor é obtido dividindo-se a quantidade total de soluções, no caso da área urbana, por 10 e, no caso da área rural, por cinco. Ressalte-se que na meta só estão computados os resultados das soluções adquiridas com recursos da ação 6372. As 2.600 unidades equipadas a mais foram financiadas com os recursos da ação 0509.

2.10 1061.6375 Distribuição de material de apoio à educação a distância e ao uso de tecnologias de informação e comunicação na educação

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Apoiar a inserção crítica e criativa das tecnologias no projeto político-pedagógico da escola; divulgar experiências; apresentar conteúdos pedagógicos para estudos, sugerir atividades, mostrando o potencial da educação a distância na melhoria da qualidade do ensino público; informar a grade de veiculação dos programas da TV Escola, orientando e incentivando a utilização dos vídeos educativos em atividades de integração escola/comunidade, promovendo a cidadania, a gestão democrática da escola e a inclusão digital.
Descrição	Produção e distribuição da Revista TV Escola; produção e distribuição da grade de programação da TV Escola em forma de encartes soltos e cartazes e da grade de programação de férias; produção e distribuição de materiais impressos de apoio à educação a distância e ao uso das tecnologias da informação e comunicação.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação a Distância - Seed/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação a Distância - Seed/MEC Coordenador da ação ✓ Maria Suely Carvalho Berto

Avaliação da execução da ação

Desempenho

Quadro 2.10.1 – Ação 6375 : avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
1.800.000	700.000	38,89	5.000.000,00	3.633.484,07	72,67	722.083,49	19,87	473.693,49	65,60
Produto: exemplar distribuído Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / Seed / FNDE									

A dotação inicial aprovada para a ação foi de R\$ 5,0 milhões, para atender uma meta física estimada de 1,8 milhão de exemplares. Durante o exercício de 2007 foram executados R\$ 3,63 milhões da dotação estimada, para a produção de 1,75 milhão dos exemplares programados visando a sua distribuição durante os semestres dos cursos oferecidos no âmbito da UAB. Nesse sentido, a ação apresentou desempenho financeiro e físico de 39% e 73%, respectivamente, em relação à programação.

Deve ser destacado que a meta física da ação é totalizada com base na produção de materiais impressos. Ocorre que o recurso destinado à produção de materiais didáticos envolve também a produção digital, e esta não pode ser quantificada devido à sua acessibilidade, concluindo-se, portanto, que a meta física real da ação ultrapassa a estimativa devido a esta especificidade.

Tabela 2.10.2. Demonstrativo da meta física por região

<i>Região</i>	<i>Meta Física</i>	<i>Valor</i>
	<i>Estimativa</i>	<i>Descentralizado</i>
Norte	304.978	R\$ 630.074,00
Nordeste	349.255	R\$ 722.762,98
Sudeste	325.819	R\$ 673.009,79
Sul	518.582	R\$ 1.077.235,00
Centro - Oeste	251.366	R\$ 530.402,30
	1.750.000	R\$ 3.633.484,07
Fonte: Universidade Aberta do Brasil – UAB		

A [Universidade Aberta do Brasil](#) (UAB) é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, e tem como objetivo oferecer formação inicial e continuada de professores, o que significa atender a demanda de milhares de professores, formar novos docentes e propiciar formação continuada a quase dois milhões de profissionais. Hoje há poucos livros produzidos em benefício da educação a distância. Desta forma, a UAB se utiliza dos recursos da ação para produzir e distribuir materiais de apoio à educação a distância que serão utilizados principalmente para cursos oferecidos no âmbito do Sistema UAB. Com o financiamento da produção de materiais didáticos, a UAB oferece cursos gratuitos e de qualidade, promovendo a educação no país e aprimorando a educação básica.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB - é um programa do Ministério da Educação, criado em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação e possui como prioridade a capacitação de professores da educação básica. Seu objetivo é estimular a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior. Este sistema é formado por instituições públicas de ensino superior, as quais se comprometem a levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros.

Tendo como base o aprimoramento da educação a distância, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) visa expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. Para isso, o sistema tem como base fortes parcerias entre as esferas federal, estaduais e municipais do governo.

O PDE promoveu investimentos que asseguraram maior acesso ao ensino superior público e gratuito no país por meio de uma maior oferta de vagas em cursos de nível superior a distância, voltados, preferencialmente, para a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Com isso foi possível produzir materiais didático-pedagógicos para os cursos do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB com o uso dos recursos referentes à Ação – 6375.

As instituições que foram contempladas com os recursos da ação são responsáveis pela produção do material didático e pelo envio para os pólos de apoio presencial nos quais a instituição ofertara o curso. O pólo de apoio presencial é o local em que os alunos matriculados nos cursos recebem apoio de tutores, utilizam-se da infra-estrutura do pólo e têm aulas presenciais com professores da Universidade. Os materiais didáticos serão produzidos, em forma impressa e digital, sendo que os digitais serão disponibilizados na plataforma de cada instituição, oferecendo maior acessibilidade para alunos, professores e tutores, a forma impressa será distribuída para compor as bibliotecas dos pólos e das instituições parceiras da UAB e aos alunos matriculados nos cursos. Estes materiais beneficiarão não só o Sistema Universidade Aberta do Brasil como também a educação a distância e presencial no país, pois os mesmos podem ser reproduzidos e utilizados em outros cursos das instituições.

Quadro 2.10.2: instituições parceiras, forma de descentralização dos recursos da ação 6375, objetivo e valor descentralizado – em 2007

UF	Instituição de Ensino Superior - CEFET/ Universidade/ Fundação	Valor
SC	CEFET/UFSC	R\$ 690.660,00
CE	CEFET	R\$ 101.089,98
ES	CEFET	R\$ 109.740,00
MT	CEFET/UFMT	R\$ 303.120,00
PA	CEFET/UFPA	R\$ 242.202,00
RS	FURG/ UFPel/ UFRGS	R\$ 311.655,00
SE	UFS	R\$ 513.748,00
DF	UnB	R\$ 169.475,00
AL	UFAL	R\$ 107.925,00
GO	UFG	R\$ 57.807,30
MG	UNIFEI/UFOR/UFESJ/UFJF	R\$ 525.949,79
RR	UFRR	R\$ 113.492,00
SP	UNIFESP	R\$ 37.320,00
AM	UFAM	R\$ 224.244,00
PR	UFPR/UTFPR	R\$ 74.920,00
TO	UFT	R\$ 50.136,00
Total		R\$ 3.633.484,07

A baixa execução da Ação é referente ao período em que os recursos são empenhados. O valor referente a cada instituição é obtido através da análise de planilha orçamentária dos cursos que cada uma irá oferecer, juntamente com a quantidade de alunos e pólos atendidos. As universidades são responsáveis pelo encaminhamento destas informações para a UAB, que avalia e define o valor a ser descentralizado para cada uma. Esse processo é demorado, pois demanda das instituições e dos técnicos da UAB.

Em 2007, a maior parte dos recursos foram empenhados na segunda quinzena de dezembro ocasionando a devolução do recurso pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, que foi contemplada com o valor de R\$ 406.117,00, que justificou a devolução por falta de tempo para executá-lo, pois só empenhou no dia 28/12/2007. Também foi previsto nesta Ação o repasse para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, no valor de R\$ 785.425,00, sendo que, por motivos operacionais, o FNDE optou por fazer o repasse na Ação 0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica. Assim, a baixa execução da Ação 6375 se deu por estas especificidades.

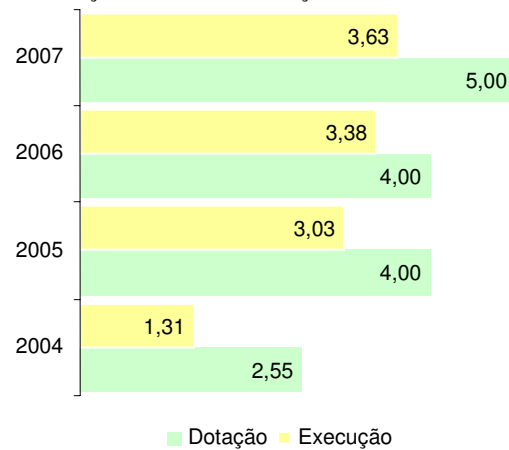
A Tabela 2.10.2 indica a meta física e os valores contemplados na Ação durante os anos de 2005 a 2007. Os recursos descentralizados em 2005 e 2006, em sua maioria, financiaram a construção e implementação da plataforma *on-line*, onde serão disponibilizados os materiais dos cursos. Assim, a meta física estimada para estes dois anos foi menor que a de 2007. Como mencionado anteriormente, os materiais digitais não podem ser quantificados devido a sua acessibilidade.

Tabela 2.10.2: Dotação e execução orçamentária anual da Ação 6375 - 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	2,55	1,31
2005	4,00	3,03
2006	4,00	3,38
2007	5,00	3,63
Total	15,55	11,35

Fonte: Relatório de Gestão FNDE

Gráfico 2.10.1 : Dotação e execução orçamentária anual da ação 6375 - 2004 a 2007



Fonte: Seed

Em 2005, a dotação inicial para Ação foi de R\$ 4.000.000,00. Parte deste recurso foi destinado ao Fundebinho, no valor de R\$ 500.000,00.

3. 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

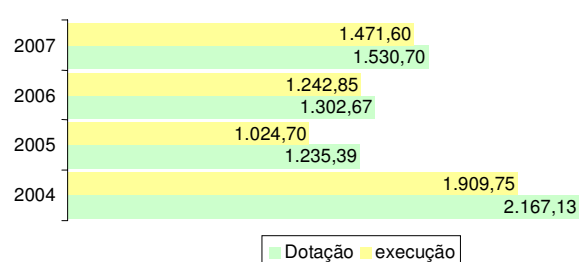
Atributos	Detalhamento
Objetivo	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.
Gestão do Programa	Gerente ✓ Eliezer Moreira Pacheco Gerente executivo ✓ Getulio Marques Ferreira
Indicadores / parâmetros utilizados	Número-índice de matrículas iniciais na educação profissional de nível técnico. Número-índice de matrículas iniciais na educação profissional de nível tecnológico.
Unidade administrativa responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC
Público-alvo	Jovens e adultos que buscam melhores oportunidades de formação profissional técnica, e superior tecnológica, alunos de pós-graduação, professores e pesquisadores.

Tabela 3.1: Dotação e execução orçamentária do Programa 1062 - 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	2.167,13	1.909,75
2005	1.235,39	1.024,70
2006	1.302,67	1.242,85
2007	1.530,70	1.471,60
Total	6.235,89	5.648,90

Fonte: Setec/MEC

Gráfico 3.1: Dotação e execução orçamentária anual, em R\$ milhões - 2004 a 2007



3.1 1062.0A13 - Concessão de bolsa-auxílio para pré-formação profissional

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Ampliar as possibilidades de formação profissional e propiciar a elevação da escolaridade de jovens de baixa renda com idade entre 16 e 24 anos.
Descrição	Oferta de cursos de formação profissional inicial, ministrados em espaços educativos instalados no ambiente produtivo, preparando o jovem para ingresso no mundo do trabalho, de modo a promover a sua inclusão social pela concessão de certificados de formação profissional inicial, estimulando a posterior obtenção de diploma de técnico de nível médio. A permanência do jovem no processo de formação será assegurada pela concessão de bolsa-auxílio.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/MEC Coordenador da ação ✓ Lizete Marques Kagami

Avaliação da execução da ação

Quadro 3.1.1 - Ação 0A13: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
8.000	4.130	51,62	8.400.000,00	7.728.000,00	92,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produto: bolsa concedida Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / Setec / FNDE									

Programa/Projeto: Programa Escola de Fábrica

A ação 0A13 financia a concessão de bolsas, no âmbito do Programa Escola de Fábrica, que é uma iniciativa do governo federal, executado por meio do MEC e do FNDE e tem como objetivos incluir jovens de baixa renda no mercado de trabalho mediante cursos de iniciação profissional em unidades formadoras no próprio ambiente das empresas, gerando renda e inclusão social.

As finalidades e metas do Escola de Fábrica são:

a) finalidades:

- promover a inclusão social de jovens de baixa renda, por intermédio da iniciação profissional;
- fortalecer a descentralização da execução de políticas públicas através de atores sociais público-privados;
- apoiar ações de responsabilidade social dos setores produtivos;
- sintonizar a iniciação profissional (como itinerário formativo) aos arranjos produtivos locais, em consonância política com as diretrizes de um desenvolvimento sustentável;

b) metas:

- empregabilidade dos egressos superior a 50%, em torno de seis meses da conclusão;
- certificar 8.000 jovens até dezembro de 2007.

Podem participar da ação empresas estatais, sociedades de economia mista, administração direta, autárquica e fundacional em todas as esferas de governo, instituições privadas sem fins lucrativos, empresas privadas, instituições educacionais certificadoras e estudantes de 16 a 24 anos.

Observa-se, em relação à Tabela 3.1.1, que o Programa Escola de Fábrica empenhou 92% da dotação estimada, e com esses recursos atendeu por volta de 51% da meta física estabelecida, mediante a concessão de 4.130 bolsas. Das bolsas concedidas, 66,58% são referentes a projetos da administração direta, representada por estados (36,32%) e municípios (30,26%), e 33,41% são relativas ao terceiro setor, representado por organizações não-governamentais sem fins lucrativos (ONG's).

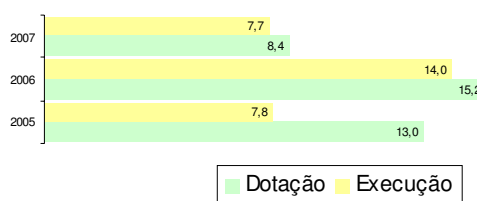
Não obstante ao desempenho do programa, em 2007, é importante se destacar a relevância da concessão de 4.130 bolsas-auxílio a jovens de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social, que possuem com este investimento, a oportunidade de elevar sua escolaridade e inclusão social. São, portanto, mais de 4 mil alunos, de várias regiões do país, beneficiados pelo Programa Escola de Fábrica durante os 6 meses de execução do curso com o pagamento de R\$ 150,00/mês e com a possibilidade de empregabilidade ao seu final.

Tabela 3.1.1: Dotação e execução orçamentária da ação 0A13 2005 a 2007 em milhões

Ano	Dotação	Execução
2005	13,00	7,84
2006	15,15	14,00
2007	8,40	7,72
Total	36,55	29,56

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 3.1.1: Dotação e execução orçamentária da ação 0A13 2005 a 2007 em R\$ milhões



3.2 1062.3676 – Capacitação dos profissionais da educação profissional - Proep

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Proporcionar, aos profissionais de educação profissional (gestores, docentes e pessoal técnico-administrativo), oportunidade de capacitação, visando o aprofundamento teórico do campo da educação profissional, discernimento crítico das políticas educacionais e a eficiência no uso de recursos tecnológicos necessários à sua atuação.
Descrição	Elaboração de projetos de capacitação, programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, tele-conferências etc., elaboração de materiais de capacitação e definição de linha de funcionamento para aquisição de acervo bibliográfico básico e equipamento de informática para docentes da educação profissional.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec/MEC Coordenador da ação ✓ Getulio Marques Ferreira

Avaliação da execução da ação

Quadro 3.2.1 - Ação 3676: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
5.000	3.220	64,4	13.000.000,00	9.751.190,53	75,01	3.253.254,80	33,35	3.000.000,00	92,22
Produto: profissional capacitado Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi gerencial / Setec / FNDE									

A ação objetiva proporcionar aos profissionais de educação profissional (gestores, docentes e pessoal técnico-administrativo), oportunidade de capacitação, visando o aprofundamento teórico do campo da educação profissional, discernimento crítico das políticas educacionais e a eficiência no uso de recursos tecnológicos necessários à sua atuação.

Durante o período de 2007, os recursos de capacitação de profissionais da educação profissional foram utilizados em seminários e encontros de formação de gestores e docentes sobre as políticas de educação profissional, formação continuada de docentes em nível de pós-graduação *lato sensu*, qualificação de docentes em nível de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, formação para pesquisa sobre educação de jovens e adultos profissionalizante, cursos de formação continuada para gestores, docentes e técnicos administrativos.

Nos encontros para disseminação das políticas de educação profissional e tecnológica foram capacitados gestores e docentes da rede federal de educação profissional e tecnológica e demais sistemas e redes públicas de ensino em seminários com cargas-horárias entre 16h e 24h.

Os temas abordados nesses seminários e encontros foram:

- políticas para formação humana na área de pesca continental e marítima e aquicultura familiar; políticas de formação docente para a educação profissional;
- políticas de democratização do acesso e garantia de permanência nas instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica;

- capacitação para novo modelo de gestão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
- capacitação de sistemas e redes públicas de ensino para educação profissional integrada à educação básica na modalidade educação de jovens e adultos (EJA);
- educação profissional inclusiva;
- disseminação da produção científica em educação profissional e tecnológica;
- novas propostas para educação agrícola;
- avaliação de programas de qualificação de docentes; e
- educação profissional técnica na modalidade de educação a distância.

Além dos seminários, foram realizados encontros de capacitação para produção de material teórico de referência para a educação profissional integrada ao ensino médio regular, na modalidade EJA e na educação profissional integrada à educação escolar indígena. Como resultado desses diversos encontros e seminários, foram produzidos documentos de orientação, além de expressiva transformação nas práticas de gestão e docência dos profissionais da educação profissional.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* qualificaram, em 2007, cerca de 2.700 docentes e gestores dos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino. Foram concedidas 120 bolsas de doutorado e 60 de mestrado, além de 80 a gestores em curso de mestrado, por tutoria a distância, para políticas e gestão da educação profissional e 60 a docentes e gestores em mestrado de educação agrícola.

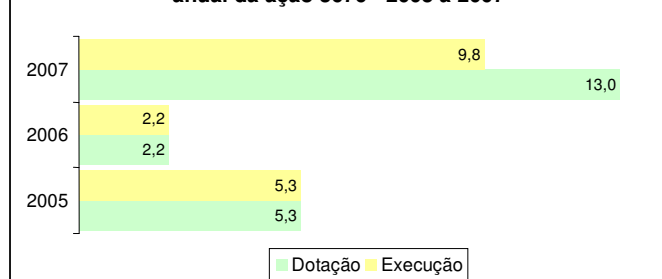
Durante o exercício de 2007, foram executados cerca de 75% da dotação estimada e capacitados 64,4% da meta física programada, conforme demonstrado no Quadro 3.2.1.

Tabela 3.2.1: Dotação e execução orçamentária anual da ação 3676 - 2005 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2005	5,34	5,34
2006	2,17	2,17
2007	13,00	9,75
Total	20,51	17,26

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 3.2.1: Dotação e execução orçamentária anual da ação 3676 - 2005 a 2007



3.3 1062.3685 – Implementação da expansão profissional de educação profissional – Proep

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Apoiar a implementação da reforma da educação profissional, por meio do fortalecimento da rede federal, do reordenamento das redes estaduais e da expansão das escolas do segmento comunitário, investindo na construção de novas escolas, na melhoria e ampliação da infra-estrutura de escolas já existentes, na modernização de laboratórios, na capacitação de recursos humanos e no desenvolvimento técnico-pedagógico e de modelos de gestão.
Descrição	Implantação de um programa de educação profissional aberto às mudanças tecnológicas impostas pelo processo de globalização da economia, que contribua para o processo de desenvolvimento econômico e social do país e sua inserção, em condições mais favoráveis, no mercado internacional. O programa de educação profissional a ser implantado com o apoio do projeto deve estar, ainda, ajustado às demandas do mercado de trabalho, garantindo condições de empregabilidade aos jovens egressos deste sistema. Criação de condições para o estabelecimento e a manutenção de uma estrutura operacional que proporcione a infra-estrutura física e a alocação dos recursos humanos necessários ao apoio à implementação da reforma da educação profissional, garantindo, conseqüentemente, a expansão da oferta de matrículas dos níveis básico, técnico e tecnológico.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Diretoria de Programas – Dipro/FNDE Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE Unidade regimental responsável ✓ Programa de Expansão da Educação Profissional - Proep/Dipro/FNDE Coordenador da ação ✓ Carlos Robério Garay Corrêa

Avaliação da execução da ação

Quadro 3.3.1 - Ação 3685: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
20	04	20,00	18.950.000,00	18.140.311,41	95,73	6.876.264,65	37,91	6.876.264,65	100,00
Produto: programa implementado Unidade de medida: % de execução física Fonte: Siafi gerencial / Dipro / FNDE									

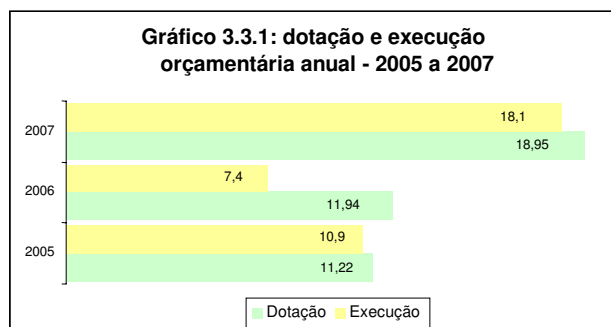
Com a ação busca-se apoiar a implementação da reforma da educação profissional, por meio do fortalecimento da rede federal, do reordenamento das redes estaduais e da expansão das escolas do segmento comunitário, investindo na construção de novos estabelecimentos de ensino, na melhoria e ampliação da infra-estrutura de unidades educacionais existentes, na modernização de laboratórios, na capacitação de recursos humanos e no desenvolvimento técnico-pedagógico e de modelos de gestão.

Durante o exercício de 2007, com a dotação estimada da ação foram implementados quatro programas, correspondendo a 20% da meta física programada, conforme o Quadro 3.3.1.

Tabela 3.3.1: Dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões – 2005 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2005	11,22	10,86
2006	11,94	7,37
2007	18,95	18,14

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE



3.4 1062.7109 – Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – Proep

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Expandir e melhorar os subsistemas públicos federal e estadual de educação profissional e redefinir a linha de incentivos à oferta de educação profissional pelo segmento comunitário.
Descrição	Construção de novas escolas, melhoria e ampliação de escolas já existentes, revitalização de laboratórios, capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de projetos técnico-pedagógicos a fim de garantir a expansão da oferta de matrículas dos níveis básico, técnico e tecnológico.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Diretoria de Programas – Dipro/FNDE Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE Unidade regimental responsável ✓ Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep/Dipro/FNDE Coordenador da ação ✓ Carlos Robério Garay Corrêa

Avaliação da execução da ação

Quadro 3.4.1 - Ação 7109: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
30	111 ²⁸	370,00	26.900.000,00	22.190.932,19	82,49	3.061.745,73	13,77	161.089,95	5,26
Produto: centro implantado Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / Dipro / FNDE									

O programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) teve seu início em 24 de novembro de 1997. Visa à implantação da reforma da educação profissional, especialmente no que diz respeito às inovações introduzidas pela legislação. Abrange aspectos técnico-pedagógicos, como flexibilização curricular, gestão escolar que contemple a autonomia, flexibilidade, captação de recursos e parcerias, garantindo a expansão da rede de educação profissional.

Inicialmente, o Proep assinou 343 convênios e, a partir do financiamento BID e da contrapartida local, foram destinados recursos para construção, reforma ou ampliação de escolas de educação profissional, bem como para aquisição de equipamentos e contratação de serviços de consultoria, capacitação e serviços, permitindo o fortalecimento da gestão da educação profissional.

Do total de convênios, 33 referem-se a pré-investimentos e financiaram a elaboração de projetos escolares, e os 310 restantes corresponderam a um segundo convênio de um mesmo projeto.

Dos 310 convênios firmados pelo Proep, 275 são de investimentos, com a finalidade de implementação dos 261 projetos escolares, 27 são relativos a Planos Estaduais (PEPs) e 8 foram projetos cancelados, conforme demonstrado no Quadro 3.4.2.

²⁸ Em função da característica da ação de passar de um ano para o outro, a meta física mostrou-se inapropriada.

Quadro 3.4.2: status dos convênios celebrados em 2007							
Obras e/ou Equipamentos	Ampliação	Construção Nova	Reforma	Equipamentos	Só Custeio	PEP	Subtotal
Concluídos até Dezembro/2006	34	25	14	6	1		80
Concluídos em 2007	32	52	12	12	1	23	132
A serem concluídos até Junho/2008	21	47	16	1	0	4	89
Convênios Cancelados			8				8
Convênios Paralisados			1				1
TOTAL	87	124	51	19	2	27	310
Fonte: Dipro/FNDE							

Por meio da ação 7109, é viabilizada a implantação, reforma e recuperação dos centros de educação profissional, dos convênios do segmento federal, estadual e comunitário. Os recursos da ação 7109 - implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional - destinam-se à construção, reforma e ampliação das escolas, à aquisição de equipamentos para laboratórios, bem como ao atendimento das despesas de consultoria, capacitação e serviços de terceiros.

Além disso, os recursos desta ação, na modalidade de custeio, também se destinam ao Projeto Escola de Fábrica, que tem a finalidade de ampliar as possibilidades de formação profissional básica, favorecendo o ingresso de estudantes de baixa renda no mercado de trabalho. Através de cursos de iniciação profissional, em unidades formadoras, os alunos aprendem no próprio ambiente das empresas, o que gera renda e inclusão social. O projeto também garante ao estudante alimentação, transporte, material didático, além do pagamento de bolsa auxílio.

O Orçamento da ação 7109, relativo ao exercício de 2007, foi estimado em R\$ 26,9 milhões, conforme demonstrado no Quadro, tendo como objetivos a conclusão do Proep e o financiamento do Projeto Escola de Fábrica.

O Orçamento de 2007, por ser o último previsto ao Programa, tem por objetivo concluí-lo de forma plena, contribuindo para a execução de todas as ações previstas.

Inicialmente, foi previsto no Orçamento 2007, para a ação 7109, o valor de **R\$ 12.600.000,00 em despesas de custeio**. Além disso, foi solicitado remanejamento de **R\$ 8.000.000,00** para despesas de capital, a fim de garantir a conclusão das obras e aquisição de equipamentos.

Posteriormente, foi aprovada a suplementação de recursos orçamentários no valor de **R\$ 10.000.000,00** em despesas de custeio e de **R\$ 3.500.000,00** em despesas de capital, tendo em vista que os recursos inicialmente disponibilizados não foram suficientes para executar todas as ações do Programa, sobretudo às do Projeto Escola de Fábrica.

A Tabela abaixo apresenta a distribuição orçamentária de 2007 dos convênios do Proep, distribuída regionalmente:

	Seg	N.º	UF	Nome Fantasia	Orçamento de 2007		
		Convênio			Capital	Custeio	TOTAL
1	F	906/06	SP	Campos do Jordão	1.460.204,67	0,00	1.460.204,67
2	F	299/00	MA	CEFET MA - São Luís	709.599,00	550.000,00	1.259.599,00
3	F	081/01	MA	CEFET MA - Açailândia	1.659.000,00	49.300,00	1.708.300,00
4	F	905/05	PB	EAF Sousa	140.798,60	0,00	140.798,60
5	F	903/05	PI	Colégio Agrícola Bom Jesus	148.222,00	0,00	148.222,00
6	F	901/06	GO	UNED Morrinhos	398.318,41	0,00	398.318,41
7	F	901/07	ES	UNED Cachoeiro do Itapemirim	760.000,00	0,00	760.000,00
8	F	902/07	GO	CEFET GO	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
9	E	852001/2007	GO	Basileu França	3.265.795,99	0,00	3.265.795,99
10	E	852002/2007	PA	CEP Antonieta de Lourdes	924.400,00	0,00	924.400,00
TOTAL EFETIVADO					11.466.338,67	599.300,00	12.065.638,67

Conforme visto acima, a dotação orçamentária na ação 7109 em 2007 para os **convênios** do Proep foi de R\$ 12.065.638,67. O saldo restante, de R\$ 14.834.361,33, refere-se à Escola de Fábrica.

Da dotação estimada, foram executados 22,2 milhões, equivalentes a 82,49%. Com tais recursos foram contemplados o Proep, com R\$ 11,9 milhões, de acordo com o apresentado na Tabela, e o projeto Escola de Fábrica, com R\$ 10,3 milhões.

Com relação ao valor empenhado, do total de R\$ 22,2 milhões, referente a toda a ação 7109, R\$ 11,8 milhões referem-se aos convênios do Proep. O saldo restante aplica-se ao Projeto Escola de Fábrica.

Tabela 3.4.1: Detalhamento da execução orçamentária da ação 7109 – em 2007			
N.º Convênio	UF	Instituição	Empenhado
906/06	SP	CEFET Campos do Jordão	1.452.317,12
299/00	MA	CEFET MA – São Luís	1.259.599,00
081/01	MA	CEFET MA-Açailândia	1.708.300,00
905/05	PB	EAF Sousa	99.045,00
903/05	PI	FUFPI	116.453,50
901/06	GO	UNED Morrinhos	303.663,32
901/07	ES	UNED Cachoeiro do Itapemirim	760.000,00
902/07	GO	CEFET GO	2.000.000,00
852001/07	GO	CEP Basileu França	3.265.795,99
852002/07	PA	CEP Antonieta de Lourdes	924.400,00
Total			11.889.573,93
Fonte: Dipro/FNDE			

Em relação à execução orçamentário-financeira, enquanto que em 2006 as principais metas foram a garantia da execução orçamentária e da execução física, em 2007, o foco do trabalho foi

direcionado para a finalização de convênios, comprovação de gastos e prestação de contas, razão pela qual a avaliação de desempenho da meta física programada (centro implantado) não seria adequada.

Cabe destacar, ainda, como alcance de resultado no exercício de 2007, a execução dos restos a pagar relativos a 2005 e 2006. Do total de R\$ 74,8 milhões inscritos em RAP, foram repassados R\$ 66,4 milhões para as instituições convenientes, atingindo um percentual de 89% do total.

Cabe ressaltar ainda que o Proep foi prorrogado até 24 de novembro de 2008, para a realização da avaliação do Programa, visando oferecer subsídios para a continuidade e o aprimoramento da implementação da política de educação profissional no país, e viabilizando, também, a conclusão dos 89 convênios em execução, com obras em processo de finalização, ou ainda, em fase de aquisição de equipamentos. A prorrogação também viabilizará a conclusão dos convênios em execução (89 no total) com obras em processo de finalização, ou ainda em fase de aquisição de equipamentos, de modo que todas as ações idealizadas pelo Proep sejam finalizadas, com plena utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Até dezembro de 2007, foram os seguintes os resultados obtidos com o Proep no que concerne à ação 7109:

- construção de 132 novos centros de educação profissional e ampliação, reforma e modernização de outros 129 já existentes;
- finalização de 206 convênios;
- 89 convênios em execução, a serem concluídos até junho de 2008;
- 18 escolas foram transferidas do segmento comunitário para o segmento federal;
- 02 escolas foram transferidas do segmento comunitário para o segmento estadual;
- incremento de, no mínimo, 40% na quantidade do total de vagas em todo o país, em educação profissional nos níveis de educação inicial e continuada, ensino técnico e tecnológico.

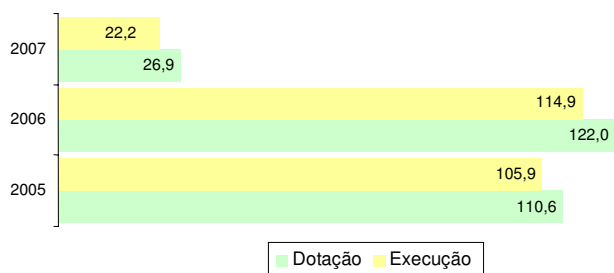
A Tabela 3.4.2 apresenta o número total de vagas, por região e tipo de curso, demonstrando a capacidade dos centros de educação profissional e tecnológica do país, em 2007.

Tabela 3.4.2: Total de vagas, por região e tipo de curso				
Regiões	Básico	Técnico	Tecnológico	Total
Norte	77.899	16.566	1.080	95.545
Nordeste	203.233	38.533	15.380	257.146
Sudeste	344.146	66.718	10.125	420.989
Sul	176.524	42.318	4.092	222.934
Centro-Oeste	125.192	22.027	760	147.979
BRASIL	926.994	186.162	31.437	1.144.593
Fonte: Dipro/FNDE				

Tabela 3.4.3: Dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões – 2005 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2005	110,60	105,88
2006	121,96	114,88
2007	26,90	22,20
Total	259,46	242,96
Fonte: Relatório de Gestão do FNDE		

Gráfico 3.4.1: Dotação e execução orçamentária 2005 a 2007



4. 1065 - Desenvolvimento da Educação Infantil

Atributos	Detalhamento
Objetivo	Ampliar o atendimento de crianças até 6 anos de idade na educação infantil com qualidade.
Gestão do Programa	Gerente ✓ Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva Gerente executivo ✓ Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores / parâmetros utilizados	Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos, taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos.
Unidade administrativa responsável	Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC
Público-alvo	Crianças de até 6 anos de idade.

Desempenho

Convém destacar que no Brasil, até o advento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), predominou uma visão fragmentada da educação, desconsiderando-se que níveis, etapas e modalidades são parte de um todo orgânico. Esta afirmação pode ser fundamentada pela atenção quase exclusiva que as políticas públicas atribuíram ao ensino fundamental, resultando descaso para as demais etapas da educação básica.

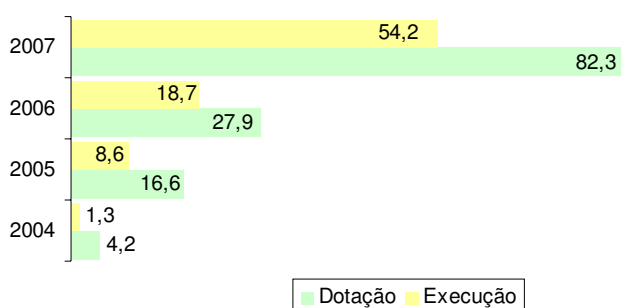
Nesse contexto, e considerando que estudos sobre “educação demonstram inequivocamente que a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos no ensino fundamental, principalmente dos filhos de pais menos escolarizados, dependem do acesso à educação infantil”, o Ministério da Educação implantou o Proinfância com o objetivo de apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual, distrital e municipal com recursos financeiros para a renovação da rede física de ensino destas esferas de governo, bem como de contemplá-las com meios que lhes possibilitem, inclusive, a aquisição de equipamentos para espaços educacionais de educação infantil novos ou reformados, no âmbito do programa 1065 – Desenvolvimento da Educação Infantil.

Tabela 4.1: Dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões – 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	4,24	1,25
2005	16,63	8,60
2006	27,94	18,67
2007	82,27	54,17
Total	131,08	82,69

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 4.1: Dotação e execução orçamentária em R\$ milhões - 2004 a 2007



4.1 1065.09HI – Apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal com recursos financeiros para a renovação da rede física de ensino destas esferas de governo, contemplando a aquisição de equipamentos para espaços educacionais de educação infantil novos ou reformados.
Descrição	Esta ação apoiará com recursos financeiros a aquisição de equipamentos para estabelecimentos públicos de educação infantil.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Coordenação-Geral de Análise de Projetos – CGAAP/Dirpe Coordenador da ação ✓ Maria Fernanda Nogueira Bittencourt

Avaliação da execução da ação

Quadro 4.1.1 - Ação 09HI: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
60	40	66,67	3.000.000,00	2.800.000,00	93,33	2.800.000,00	100,00	0,00	0,00
Produto: escola equipada Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / Dirpe / FNDE									

A ação integra o Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo como finalidade dotar as creches e pré-escolas reformadas ou construídas por meio desse programa de infra-estrutura favorável à construção de um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades escolares.

A ação consiste na assistência financeira de natureza suplementar destinada aos entes federados, definidos como prioritários pelo Proinfância, com base em critérios populacionais, educacionais e de vulnerabilidade social para aquisição de equipamentos e mobiliários, seguindo as especificações técnicas e os quantitativos definidos pelo FNDE, conforme as necessidades das escolas reformadas e do projeto padrão de construção de Escola de Educação Infantil do Programa.

Com o objetivo de apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal com recursos financeiros para a renovação de suas redes físicas de ensino de equipamentos para espaços educacionais de educação infantil, novos ou reformados, foram alocados nesta ação R\$ 3,0 milhões e executados cerca de 93%, mediante financiamento de 70% da meta física programada.

Além dos recursos da ação 0509, o Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil contou com R\$ 140,0 mil da ação de apoio à educação básica (0509). A dotação total, portanto, alcançou 2,94 milhões, cuja distribuição

geográfica dos recursos, a quantidade de escolas contempladas e o número de alunos beneficiados demonstra-se na Tabela 4.1.1.

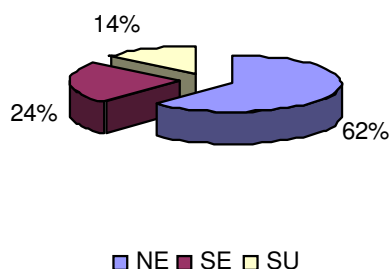
Tabela 4.1.1: Execução físico-financeira

Região/ UF	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Escolas	
BR	7.980	42	2.940.000,00
NO	4.940	26	1.820.000,00
MA	190	1	70.000,00
CE	1.330	7	490.000,00
RN	1.520	8	560.000,00
PB	190	1	70.000,00
PE	1.140	6	420.000,00
AL	190	1	70.000,00
SE	380	2	140.000,00
SE	1.900	10	700.000,00
MG	1.140	6	420.000,00
SP	760	4	280.000,00
Sul	1.140	6	420.000,00
PR	570	3	210.000,00
SC	190	1	70.000,00
RS	380	2	140.000,00

Fonte:
Dirpe/FNDE

Nota: Aporte de recursos no valor de R\$ 140.000,00, da ação 0509, beneficiando duas escolas

Gráfico 4.1.1: Distribuição relativa dos recursos,
segundo as regiões - em 2007



É importante frisar que no primeiro exercício do Plano Plurianual 2004-2007 não houve disponibilização de recursos financeiros para a ação. Em 2005, não houve execução desta, uma vez que as iniciativas destinadas à aquisição de equipamentos tiveram que aguardar a definição dos projetos referentes às ações de construções e ampliações de escolas, que demandou mais tempo para análise e deferimento.

Nos exercícios de 2006 e 2007, a utilização dos recursos financeiros destinados à ação foi praticamente integral, sendo que, no primeiro exercício, a meta física foi atendida totalmente e, no ano seguinte, 70% da meta prevista foi cumprida. Neste último ano, como foi visto, o Proinfância beneficiou 42 escolas de municípios de 12 estados. O critério de atendimento foi o da precedência da entrega e a aprovação dos projetos.

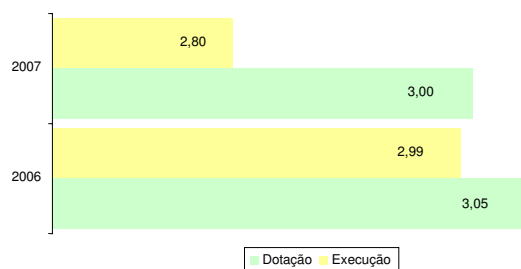
Não foi possível atender a quantidade de escolas previstas, uma vez que o conjunto dos itens que compõem os mobiliários e equipamentos necessários por unidade escolar, no âmbito do Proinfância, e que guarda coerência com o projeto padrão de construção de escola de educação infantil, é posterior à definição da disponibilidade orçamentária para a ação.

Tabela 4.1.2: Dotação e execução orçamentária da ação 09HI - 2006 e 2007, em milhões

Ano	Dotação	Execução
2006	3,05	2,99
2007	3,00	2,80
Total	6,05	5,79

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 4.1.2: Dotação e execução orçamentária de 2006 e 2007



4.2 1065.09HJ – Apoio à reestruturação da rede física pública da educação infantil

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal com recursos financeiros para a reestruturação da rede física de ensino destas esferas de governo, contemplando construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de espaços escolares de educação infantil. Dotar a rede de escolas de educação infantil de condições adequadas de funcionamento no que tange à quantidade e à qualidade da infra-estrutura física dos estabelecimentos.
Descrição	Esta ação apoiará com recursos financeiros construções, recuperações (reformas), ampliações, adaptações e adequações para estabelecimentos públicos de educação infantil.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Coordenação-Geral de Análise de Projetos - CGAAP/Dirpe/FNDE Coordenador da ação ✓ Maria Fernanda Nogueira Bittencourt

Avaliação da execução da ação

Quadro 4.2.1 - Ação 09HJ: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007 ²⁹									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
1.105	98	8,87	78.070.000,00	51.171.397,46	65,55	44.126.457,46	86,23	421.286,94	0,95
Produto: escola apoiada Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / Dirpe / FNDE									

O Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) foi instituído pela Resolução/CD/FNDE/N.º 006, de 24 de abril de 2007, e é parte integrante do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) da Presidência da República, visando cumprir os preceitos constitucionais constantes nos artigos 208, no seu inciso IV, e 227, tendo por objetivo desenvolver progressivamente ações focadas na melhoria e expansão da infra-estrutura da rede pública de creches e pré-escolas, coadunada com a preocupação, por um lado, de viabilizar o acesso de um número cada vez maior de crianças de 0 a 6 anos à educação infantil, consolidando a universalização do acesso à educação básica e, por outro lado, de contribuir para a elevação do padrão de qualidade do ensino, de acordo com as diretrizes definidas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O Proinfância tem como propósitos a aquisição de equipamentos (objeto financiado pela ação orçamentária 09HI), reformas e construções de escolas de educação infantil. Estas duas últimas iniciativas consistem no apoio à reestruturação da rede física e são objeto de financiamento da ação orçamentária 09HJ.

A ação de reestruturação da rede física da educação infantil consiste em prestar assistência financeira, de forma supletiva, aos entes federados, que declararam interesse em participar do Proinfância, e definidos como prioritários conforme os critérios:

²⁹ Deve ser ressaltado que as metas física e financeira estimadas da ação 09HJ, em 2007, foram constituídas da seguinte forma: 850 escolas apoiadas pela ação nacional e 255 por meio de emendas parlamentares, correspondendo, respectivamente, a R\$ 42,4 milhões e 35,6 milhões. Na execução contemplaram-se 61 escolas da ação nacional e 37 relativas às emendas.

- ✓ populacional - municípios populosos, com concentração populacional na área urbana, associada ao alto índice de crescimento na faixa etária relativa ao nível da educação infantil;
- ✓ educacional - municípios com menores taxas de defasagem idade-série no ensino fundamental e com maiores percentuais de professores com formação em nível superior; e
- ✓ de vulnerabilidade social - municípios com maiores percentuais de mulheres chefes de família, de jovens em situação de pobreza e com menores disponibilidades de recursos para financiamento da educação infantil.

Em 2007, a ação teve por objeto conceder assistência financeira para a construção de unidades escolares de educação infantil conforme projeto executivo disponibilizado pelo FNDE e diretrizes de implantação definidas, também, pela Autarquia.

Com os recursos da ação, foi possível atender 98 prefeituras, sendo uma escola construída por município, atendendo, assim, cerca de 8,87% da meta prevista. Com o aporte da ação de apoio ao desenvolvimento da educação básica (0509), foram beneficiadas 409 outras prefeituras, com a construção de uma escola de educação infantil por municipalidade. Neste sentido, ao todo, foram financiadas as construções de 507 estabelecimentos de educação infantil, conforme demonstrado na Tabela 4.2.1.

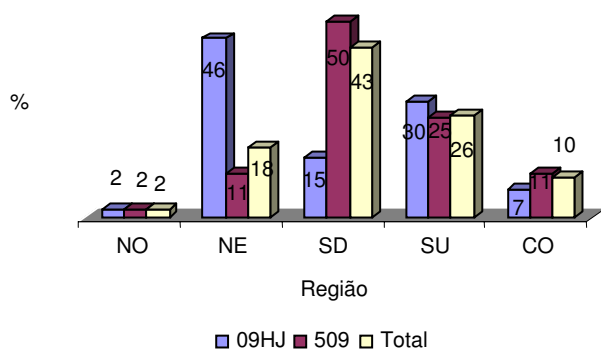
O não atendimento da quantidade de escolas previstas na meta da ação 09HJ se deve ao fato de que o programa, em 2007, teve como objeto apenas a construção de novas escolas, adotando-se modelo de projeto executivo padronizado e preestabelecido pelos normativos do Proinfância. O valor financiado por escola foi de R\$ 700.000,00.

Tabela 4.2.1: Detalhamento da execução do Proinfância - reestruturação física - alunos beneficiados, escolas atendidas e valor do financiamento por UF

Região/ UF	Ação 09HJ (a)			Ação 0509 (b)			(a + b)		
	Beneficiários		R\$	Beneficiários		R\$	Beneficiários		R\$
	Alunos	Escolas		Alunos	Escolas		Alunos	Escolas	
BR	17.176	98	51.171.397,46	81.320	409	286.300.000,00	98.496	507	337.471.397,46
NO	390	2	900.000,00	1.710	9	6.300.000,00	2.100	11	7.200.000,00
RO	0	0	0,00	380	2	1.400.000,00	380	2	1.400.000,00
AM	200	1	200.000,00	0	0	0,00	200	1	200.000,00
TO	190	1	700.000,00	1.330	7	4.900.000,00	1.520	8	5.600.000,00
NE	7.854	45	26.840.000,00	12.350	46	32.200.000,00	20.204	91	59.040.000,00
MA	1.064	8	4.200.000,00	570	3	2.100.000,00	1.634	11	6.300.000,00
PI	190	1	700.000,00	1.140	6	4.200.000,00	1.330	7	4.900.000,00
CE	2.680	16	9.050.000,00	7.220	19	13.300.000,00	9.900	35	22.350.000,00
RN	2.210	11	6.590.000,00	1.140	6	4.200.000,00	3.350	17	10.790.000,00
PB	190	1	700.000,00	570	3	2.100.000,00	760	4	2.800.000,00
PE	950	5	3.500.000,00	570	3	2.100.000,00	1.520	8	5.600.000,00
AL	190	1	700.000,00	0	0	0,00	190	1	700.000,00
SE	190	1	700.000,00	760	4	2.800.000,00	950	5	3.500.000,00
BA	190	1	700.000,00	380	2	1.400.000,00	570	3	2.100.000,00
SE	2.893	15	8.766.464,65	38.950	205	143.500.000,00	41.843	220	152.266.464,65
MG	1.570	9	5.670.000,00	20.520	108	75.600.000,00	22.090	117	81.270.000,00
ES	0	0	0,00	570	3	2.100.000,00	570	3	2.100.000,00
RJ	453	2	646.464,65	1.330	7	4.900.000,00	1.783	9	5.546.464,65
SP	870	4	2.450.000,00	16.530	87	60.900.000,00	17.400	91	63.350.000,00
SU	4.049	29	9.969.992,81	19.760	104	72.800.000,00	23.809	133	82.769.992,81
PR	900	6	2.050.000,00	7.600	40	28.000.000,00	8.500	46	30.050.000,00
SC	0	0	0,00	4.370	23	16.100.000,00	4.370	23	16.100.000,00
RS	3.149	23	7.919.992,81	7.790	41	28.700.000,00	10.939	64	36.619.992,81
CO	1.990	7	4.694.940,00	8.550	45	31.500.000,00	10.540	52	36.194.940,00
MS	950	5	3.500.000,00	2.470	13	9.100.000,00	3.420	18	12.600.000,00
MT	190	1	700.000,00	1.520	8	5.600.000,00	1.710	9	6.300.000,00
GO	850	1	494.940,00	4.560	24	16.800.000,00	5.410	25	17.294.940,00

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico 4.2.1: Avaliação proporcional do número de escolas financiadas pelo Proinfância, por região segundo a ação orçamentária - em 2007



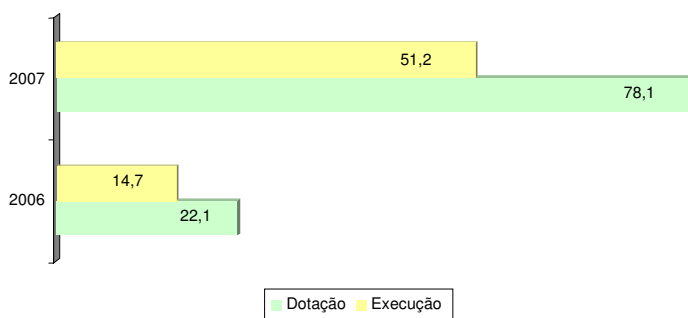
No período do PPA Brasil de Todos, apenas nos dois últimos anos foi registrada a execução da ação, conforme apresenta a Tabela 4.2.2. É importante ressaltar que, no primeiro exercício do Plano Plurianual 2004-2007, não houve disponibilização de recursos financeiros para a ação.

Tabela 4.2.2: Dotação e execução orçamentária - em 2006 e 2007

Ano	Dotação	Execução
2006	22,09	14,71
2007	78,07	51,17
Total	100,16	65,88

Fonte: Relatório de Gestão FNDE

Gráfico 4.2.2 - Dotação e execução orçamentária - 2006 e 2007



5. 1067 – Gestão da Política de Educação

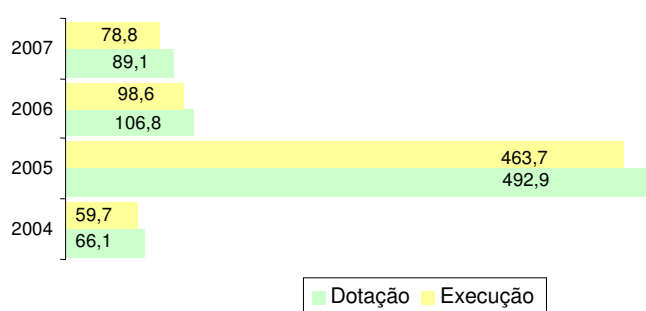
Atributos	Detalhamento
Objetivo	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.
Gestão do Programa	Gerente ✓ Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha Gerente executivo ✓ Leo Kessel
Indicadores / parâmetros utilizados	
Unidade administrativa responsável	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO / MEC
Público-alvo	Governo

Tabela 5.1: Dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões – 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	66,12	59,69
2005	492,94	463,65
2006	106,81	98,55
2007	89,12	78,75
Total	754,99	700,64

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 5.1 - dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



5.1 1067.4572 – Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria de Administração Tecnológica – Dirat/FNDE Coordenador da ação ✓ Maria Goretti da Cunha Araújo

Avaliação da execução da ação

Quadro 5.1.1 - Ação 4572: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
1.500	605	40,34	1.500.000,00	1.326.967,84	88,46	665.102,06	50,12	563.117,06	84,67
Produto: servidor capacitado Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / Dirat / FNDE									

Com vistas a atender ao Decreto n.º 5.707, de 23/02/2006, que institui a Gestão por Competências em toda a administração pública federal, o FNDE elaborou o **Plano Anual de Capacitação – PAC/2007** com o propósito de adequar as ações de capacitação ao modelo de gestão por competências, com base no Decreto ora referenciado e na Lei n.º 11.357, de 19/10/2006, e alterações posteriores, que cria as Carreiras e o Plano Especial de Cargos do FNDE.

O Plano Anual de Capacitação é um instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal e tem como objetivo definir as diretrizes para o desenvolvimento de pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

No contexto atual, visando dotar o quadro de pessoal de servidores integrados, motivados e satisfeitos, a Autarquia deve estar atenta às necessidades de aperfeiçoamento e de conhecimento, aos sentimentos e aos valores que vão interferir no campo das interações humanas para construir e manter redes de relacionamentos sinérgicos, pró-ativos e permanentes. Assim, a instituição poderá se caracterizar pela tomada de decisões de forma rápida e pertinente, com respostas alternativas e criativas a antigos problemas, objetivando o alcance de resultados que venham agregar valor à missão do órgão.

Desta forma, o FNDE buscou proporcionar aos servidores do FNDE, em 2007, ações que permitissem o desenvolvimento de habilidades, atitudes e conhecimentos pela implementação de competências básicas, gerenciais e específicas; projetos e iniciativas voltados ao incentivo educacional, aprendizagem de idiomas estrangeiros; cursos de pós-graduação; bem como ações especializadas voltadas à gestão de pessoas.

Quadro 5.1.2: investimentos financeiros realizados na gestão do conhecimento		
TIPOS DE COMPETÊNCIAS	CURSOS	VALOR (R\$)
BÁSICAS	Língua Portuguesa e Redação Oficial	20.000,00
	Curso de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores - DGOS	54.400,00
	<i>Coaching</i> - Capacitação que propicia aos servidores e respectivas equipes a adequada elaboração de metas focadas nos objetivos organizacionais e pessoais, bem como o desenvolvimento de competências para lidar com obstáculos e conquistas referentes às metas estabelecidas.	148.000,00
	SUB-TOTAL	222.400,00
GERENCIAIS	2 (dois) Encontros Gerenciais	44.044,91
	Capacitações que abordaram os seguintes temas:	
	• Administrar conflitos	
	• Liderança	
	• Negociação e Processo Decisório	
	• Planejamento Estratégico	
	• Visão Sistêmica.	
	Metodologias específicas para a área operacional e média gerência - Capacitação voltada para inovações radicais em gestão, onde são abordados temas, tais como: a complexidade do sistema; o modelo mental; o compartilhamento de conhecimentos; a construção coletiva e, sobretudo, a humanização no ambiente de trabalho.	155.840,00
	SUB-TOTAL	199.884,91
ESPECÍFICAS	Cursos diversos, congressos, seminários e fóruns voltados às especificidades das áreas do FNDE.	134.549,00
PROJETOS		
	Incentivo Educacional	131.077,80
	Incentivo ao Estudo de Idiomas Estrangeiros	8.629,80
	SUB-TOTAL	139.707,60
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO		
	Área Temática de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais	342.000,07
	Gestão de Serviços e Atendimento a Clientes	13.500,00
	Gerenciamento de Projetos	5.292,00
	Educação a Distância	3.380,00
	Gestão de Pessoas	37.800,00
	SUB-TOTAL	401.972,00
AÇÕES ESPECIALIZADAS		
	Mapeamento de Competências: Avaliação de Perfis Profissionais	228.454,33
	VALOR TOTAL	1.326.967,84
Fonte: Dirat/FNDE		

Ainda no campo de atuação da gestão do conhecimento, priorizou-se a execução do Curso de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores – DGOS, competência básica, que foi redesenhado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, para o exercício de 2007, quando foi oferecida uma turma piloto, que serviu para consolidar o conteúdo programático. O curso para uma segunda turma apresentou formato testado e focado no entrosamento dos alunos com os objetivos da capacitação.

O curso de pós-graduação na área temática de “Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais”, ministrado pela Universidade de Brasília/UnB, é uma ação de caráter continuado, visto que no biênio 2004/2005 foi oferecido, pela primeira vez, para uma turma fechada

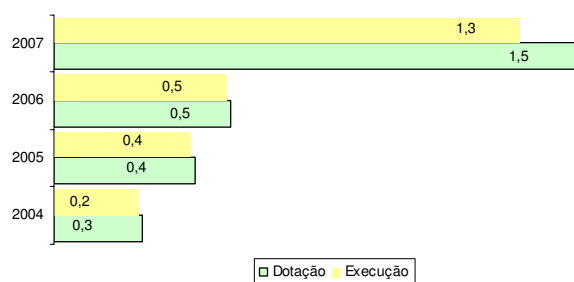
de 30 servidores, cuja produção científica resultou em monografias sobre os programas e projetos educacionais desenvolvidos pelo FNDE.

Tabela 5.1.1: Quantidade de servidores capacitados por unidades									
Mês	Audit	Difin	Dipro	Dirae	Dirat	Dirpe	Gabin	Profe	Total
Janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Março	0	0	1	0	5	0	0	0	6
Abril	0	4	0	1	12	0	0	1	18
Mai	1	66	6	6	10	22	2	5	118
Junho	0	3	0	6	19	3	1	3	35
Julho	0	0	0	0	8	0	0	1	9
Agosto	1	38	1	4	9	3	1	14	71
Setembro	0	3	0	0	8	0	0	2	13
Outubro	3	177	4	8	39	9	2	3	245
Novembro	0	7	1	0	2	0	0	1	11
Dezembro	2	21	10	10	19	9	3	5	79
Total	07	319	23	35	131	46	9	35	605
Fonte: Dirat/FNDE									

Tabela 5.1.2: Dotação e execução orçamentária da ação 4572 - de 2004 a 2007, em milhões

Ano	Dotação	Execução
2004	0,25	0,24
2005	0,40	0,39
2006	0,50	0,49
2007	1,50	1,32
Total	2,65	2,44
Fonte: Relatório de Gestão do FNDE		

Gráfico nº 5.1.1: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



6. 1072 - Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica

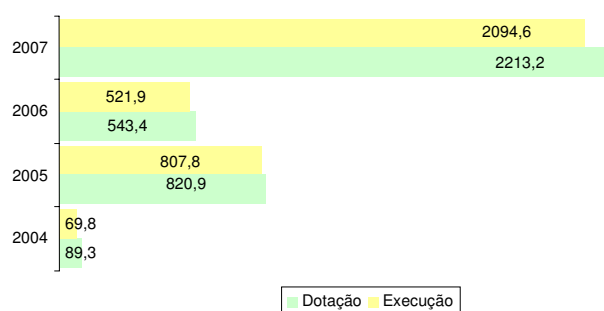
Atributos	Detalhamento
Objetivo	Oferecer oportunidades de capacitação e formação inicial e continuada aos professores e trabalhadores da educação básica, associadas a planos de carreira, cargos e salários, e promover acesso a bens culturais e a meios de trabalho.
Gestão do Programa	Gerente ✓ Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva Gerente executivo ✓ Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores / parâmetros utilizados	Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando na Pré-Escola, Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando no Ensino Médio, Taxa de Docentes com Nível Superior Atuando em Creche.
Unidade administrativa responsável	Secretaria de Educação Básica – SEB / MEC
Público-alvo	Professores de todos os níveis de ensino da educação básica e pessoal de apoio das escolas.

Tabela 6.1: Dotação e execução orçamentária do programa 1072 – 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	89,30	69,78
2005	820,89	807,84
2006	543,38	521,92
2007	2.213,18	2.094,55
Total	3.666,75	3.494,09

Fonte: Setec/MEC

Gráfico 6.1: Dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



6.1 1072.0304 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Garantir aplicação mínima de recursos por aluno do ensino fundamental das escolas públicas nos estados que não conseguirem atingir o mínimo nacional fixado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.
Descrição	Repasse de recursos financeiros para complementação ao Fundef daqueles estados que não alcançam a aplicação do valor aluno/ano definido anualmente como mínimo nacional, com base no número de alunos matriculados, conforme Censo Escolar do ano anterior. O objetivo do Fundef consiste, primordialmente, em melhorar a qualidade do ensino, beneficiando maior quantidade de alunos em todo o território nacional por meio da redistribuição de recursos previstos constitucionalmente para a educação, e da aplicação de pelo menos 60% destes recursos, para valorização e remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Coordenação-geral de operacionalização do Fundeb e de distribuição e acompanhamento da arrecadação do salário-educação – CGFSE/Difin Coordenador da ação ✓ Karla Cristina Leão Nunes

Avaliação da execução da ação

Quadro 6.1.1 - Ação 0304: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
-	-	-	6.899.257,00	6.899.257,00	100,00	6.899.257,00	100,00	2.168.280,94	31,43
Produto: Unidade de medida: Fonte: Siasi gerencial / FNDE									

Esta ação teve por finalidade garantir aplicação mínima de recursos por aluno do ensino fundamental das escolas públicas nos estados que não alcançaram o mínimo nacional fixado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.

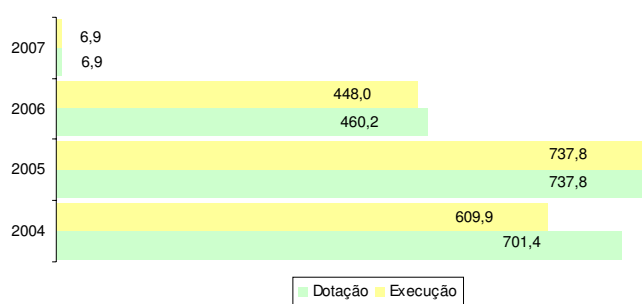
Devido ao término da vigência do Fundef em dezembro de 2006, não houve programação orçamentária para o Fundo em 2007. Entretanto, ao longo deste exercício, decisões judiciais concederam a diversos municípios o direito ao recebimento do valor descontado em dezembro de 2004, referente a ajustes do repasse da complementação da União à época, o que gerou o pagamento, em 2007, do total de R\$ 6.899.257,00 empenhados e liquidados, distribuídos entre os Estados da Bahia, Maranhão e Pará.

Tabela 6.1.1: Dotação e execução orçamentária da ação 0304 - de 2004 a 2007, em milhões

Ano	Dotação	Execução
2004	701,38	609,85
2005	737,80	737,80
2006	460,20	447,97
2007	6,89	6,89
Total	1.906,27	1.802,51

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico nº 6.1.1: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



6.2 1072.0A30: Concessão de bolsa de incentivo à formação de professores para a educação básica

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Estimular a formação de professores para atuação na educação básica.
Descrição	Concessão de bolsa a professores cursistas matriculados em cursos de formação inicial ou continuada, professores formadores com formação superior, professores tutores com formação mínima de nível médio e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais, visando à qualificação de recursos humanos para a educação.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Coordenação-geral de Programas de Concessão de Auxílios – Dirpe/FNDE Coordenador da ação ✓ Maristela Debenest

Avaliação da execução da ação

Quadro 6.2.1 - Ação 0A30: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
32.117	14.199	44,21	46.763.000,00	19.965.200,00	42,69	19.952.600,00	99,94	18.125.500,00	90,84
Produto: bolsa concedida Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / FNDE									

As estatísticas brasileiras a respeito da educação de jovens e adultos (EJA) deixam claro a necessidade do poder público adotar políticas públicas capazes de reduzir o quadro, marcado por um cenário que apresenta indicadores, no mínimo preocupante, em matéria de analfabetismo de idosos, apesar do que dispõe o artigo 20 da Lei n.º 10.741/2003, que assegura o direito do idoso à *“educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”*.

Não obstante ao que assegura o referido dispositivo legal, o Brasil convive com índices da ordem de 32,5% de analfabetismo entre os idosos, destacando-se que de acordo com o Censo IBGE de 2000, 1.103 municípios apresentavam taxas superiores a 35% da população com 15 anos ou mais.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estende aos cidadãos de todas as faixas etárias o direito ao ensino fundamental, e a Lei n.º 10.172/2001, que institui o Plano Nacional de Educação, determina a erradicação do analfabetismo e o progressivo atendimento a jovens e adultos no primeiro segmento EJA. Foi para tornar efetiva a garantia do direito à educação a este segmento da população brasileira, que, por razões diversas, não teve acesso ou permaneceu no contexto educacional público que o Estado instituiu o programa Brasil Alfabetizado, com o intuito de garantir o acesso e a permanência de jovens e adultos a programas educacionais que visam atender as suas necessidades específicas de aprendizagem e formação.

Portanto, a necessidade, de um lado, de ampliar as oportunidades educacionais para jovens e adultos com 15 anos ou mais que não tiveram acesso ou permanência na educação básica e, de outro lado, de melhorar a formação inicial e continuada dos alfabetizadores de jovens,

adultos e idosos fundamenta as iniciativas financiadas pela ação 0A30 de conceder bolsas a professores cursistas matriculados em cursos de formação inicial ou continuada, professores formadores com formação superior, professores tutores com formação mínima em nível médio e participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias educacionais, como forma de estimular a formação de professores para atuação na educação básica.

Os critérios de atendimento da ação são definidos por normas definidas em resolução específica do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE) e sua operacionalização transcorre por meio do Sistema de Pagamento de Bolsas (Sispab), que atua no gerenciamento e acompanhamento dos cursos, bolsistas, frequência e autorizações de pagamentos, bem como importação de arquivos com dados sobre as turmas.

A dotação alocada nesta ação financia diversas modalidades de bolsas, no âmbito da Universidade Aberta (UAB) e dos programas Proinfantil, Proformação, Pró-Licenciatura, Pró-Letramento, Escola de Gestores e Mídias na Educação. A seguir, estas iniciativas serão examinadas.

O Sistema Universidade Aberta (UAB) é um programa criado, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação e possui como prioridade a capacitação de professores da educação básica. Seu objetivo é estimular a articulação e a integração de um sistema nacional de educação superior.

Este sistema é formado por instituições públicas de ensino superior, as quais se comprometem a levar esse nível de ensino com qualidade aos municípios brasileiros.

Apesar de a prioridade do programa ser a capacitação de professores da educação básica, com a oferta de cursos de licenciatura e de formação continuada, o Sistema Universidade Aberta do Brasil também disponibiliza vários outros cursos superiores nas mais diversas áreas do saber.

Perfis de bolsistas da Universidade Aberta e valor da bolsa

- Professor Pesquisador: R\$ 1.200,00 = R\$ 109.200,00
- Coordenador de Pólo: R\$ 900,00 = R\$ 240.300,00

O Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil) visa oferecer um curso em nível médio a distância, na modalidade Normal, com duração de 2 anos e carga horária de 3.200 horas. O público-alvo do programa são os professores da educação infantil em exercício nas creches e pré-escolas das redes públicas municipais e estaduais e da rede privada sem fins lucrativos – comunitárias, filantrópicas ou confessionais – conveniadas ou não.

Perfis de bolsistas do Proformação

- Supervisor de Curso: R\$ 450,00
- Professor Formador: R\$ 350,00
- Tutor: R\$ 250,00.

O Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação) é um curso a distância, em nível médio, com habilitação para o magistério na modalidade Normal, realizado pelo MEC em parceria com os estados e municípios. Destina-se aos professores que, sem formação específica, encontram-se lecionando nas quatro séries iniciais, classes de alfabetização, ou EJA, nas redes públicas de ensino do país.

Perfis de bolsistas do Proformação

- Supervisor de Curso: R\$ 450,00
- Professor Formador: R\$ 350,00
- Tutor: R\$ 250,00

O **“Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Pró-Licenciatura)”** é um programa de formação inicial, desenvolvido em parceria com as Secretarias de Educação Básica, de Educação a Distância e de Educação Superior do MEC, implementado junto às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, comunitárias e confessionais, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica, por meio da formação inicial do professor da rede pública de ensino que não tem a habilitação legal exigida em sua área de atuação.

O **Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação** - é um programa de formação continuada de professores, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. O Programa é realizado pelo MEC, em parceria com Universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas.

O Pró-Letramento funciona na modalidade a distância. Para isso, utiliza material impresso e vídeos e conta com atividades presenciais, que são acompanhadas por professores orientadores, também chamados tutores.

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica insere-se num conjunto de políticas que vêm sendo implementadas em regime de colaboração pelos sistemas de ensino, e que expressam o esforço de governos e da sociedade em garantir o direito da população brasileira à educação escolar com qualidade social.

O Programa tem como objetivo formar gestores escolares das escolas públicas da educação básica em cursos de especialização e de atualização em gestão escolar, na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social.

Mídias na Educação

O Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação (Mídias na Educação) é desenvolvido a distância, com estrutura modular, com o objetivo de proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação - TV e vídeo, informática, rádio e impressos - de forma integrada ao processo de ensino e aprendizagem, aos profissionais de educação, contribuindo para a formação de um leitor crítico e criativo, capaz de produzir e estimular a produção nas diversas mídias.

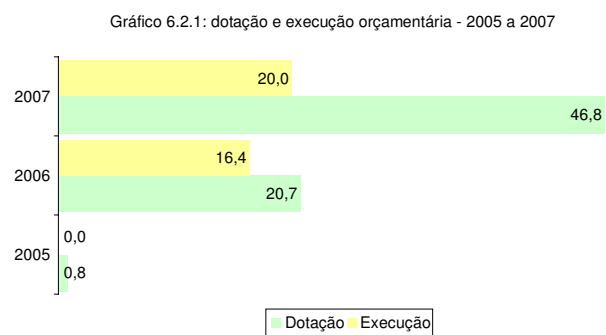
O programa possibilita diferentes percursos de aprendizagem e certificação. Estão previstos três níveis de certificação constituindo ciclos de estudo: o Ciclo Básico, de Extensão, com 120 horas de duração; o Intermediário, de Aperfeiçoamento, com 180 horas, e o Avançado, de Especialização, com 360 horas.

Para o exercício de 2007, a ação 0A30 contou com dotação de R\$ 46,8 milhões, dos quais executou cerca de R\$ 20,0 milhões, mediante pagamento de bolsas, no âmbito dos programas supramencionados, o que equivale à execução de aproximadamente 43% da meta financeira estimada, com a qual contemplaram-se 42,69% da meta física. Comparando-a à execução das metas físico-financeira, observa-se que houve compatibilidade entre elas, apesar da baixa performance, que decorreu, basicamente, por força de necessidade de cancelamento de empenhos, motivado por contingenciamento orçamentário.

Tabela 6.2.2: Dotação e execução orçamentária da ação 0A30 de 2005 a 2007 em milhões

Ano	Dotação	Execução
2005	0,80	0,00
2006	20,70	16,40
2007	46,76	19,96
Total	68,26	36,36

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE



6.3 1072.0E36 – Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do magistério (Fundeb)

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Assegurar a participação da União, a título de complementação, na composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Fundeb, de forma a garantir, no âmbito dos estados onde o valor <i>per capita</i> do Fundo encontrar-se abaixo do valor mínimo nacional por aluno/ano, o alcance desse valor mínimo nacional.
Descrição	Repasse de recursos financeiros para complementação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, daqueles estados onde os recursos locais forem insuficientes ao alcance do valor aluno/ano definido anualmente como mínimo nacional, com base no número de alunos matriculados na educação básica, conforme Censo Escolar do ano anterior. O objetivo do Fundo consiste, primordialmente, em melhorar a qualidade do ensino, beneficiando maior quantidade de alunos em todo o território nacional, por meio da redistribuição de recursos previstos constitucionalmente para a educação e da destinação de pelo menos 60% destes recursos, para a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades na educação básica.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria Financeira - Dfin Coordenador da ação ✓ Karla Cristina Leão Nunes

Avaliação da execução da ação

Quadro 6.3.1 - Ação 0E36: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
			2.012.400.000,00	2.012.400.000,00	100,00	2.012.400.000,00	100,00	2.012.400.000,00	100,00
Produto: Unidade de medida: Fonte: Siasi gerencial / FNDE									

A ação correspondente ao repasse de recursos da União com vistas à complementação do Fundeb não apresenta meta física. Dos recursos orçados, foram executados 100,0% da meta financeira, conforme Quadro 6.3.1.

Em razão da natureza da ação, a meta física pode ser compreendida como a quantidade de entes federados que não atingiram o valor mínimo por aluno, conforme estabelecem os preceitos legais. A tais entes é assegurada a complementação financeira, de modo que, tanto física como financeiramente, as metas, via de regra, alcançaram desempenho com eficiência e eficácia, a exemplo do que ocorreu neste exercício, cujo percentual dos repasses ultrapassou a dotação programada.

O Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, e regulamentado inicialmente pela MP 339/2006, convertida na Lei n.º 11.494/2007, e pelo Decreto n.º 6.253/2007³⁰, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006. Trata-se de fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado por parte dos recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal, além de parcela financeira de recursos federais. Independentemente da fonte de origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, a implantação do Fundeb teve início em 1.º de janeiro de 2007, devendo até o terceiro ano de sua vigência, por um lado, considerar o total de alunos matriculados na rede pública na distribuição dos recursos e, por outro lado, o percentual de contribuição dos entes federados, à formação do Fundo, ter atingido o patamar de 20%, calculado sobre as seguintes fontes de impostos e transferências constitucionais:

- Fundo de Participação dos Estados – **FPE**;
- Fundo de Participação dos Municípios – **FPM**;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços – **ICMS**;
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – **IPlexp**;
- Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doações de quaisquer bens ou direitos – **ITCMD**;
- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – **IPVA**;
- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (quota-parte dos municípios) - **ITRm**;
- Recursos relativos à desoneração de exportações, de que trata a **LC n.º 87/96**;
- Arrecadação de imposto que a União eventualmente instituir no exercício de sua competência (quotas-partes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios);
- Receita da dívida ativa tributária, juros e multas, relativas aos impostos acima relacionados.

Além desses recursos, originários dos entes estaduais e municipais, integram a composição do Fundeb, a título de complementação financeira, recursos federais, com o objetivo de assegurar um valor mínimo nacional por aluno/ano, no âmbito de cada Fundo, no estado/DF onde este limite mínimo não for alcançado, com os recursos dos próprios governos sub-nacionais.

³⁰ Com as alterações do Dec. n.º 6.278, de 29.11.2007.

Quadro 6.3.2 - escala de implantação financeira do Fundeb					
UFs	Origem dos recursos	Contribuição à formação do Fundo			
		2007	2008	2009	2010 a 2020
Estados, Distrito Federal e Municípios	FPE, FPM, ICMS, LC 87/96 e IPlexp ⁽¹⁾	16,66%	18,33%	20%	20%
	ITCMD, IPVA, ITRm e outros eventualmente instituídos ⁽¹⁾	6,66%	13,33%	20%	20%
União	Complementação federal ⁽²⁾	R\$ 2,0 bilhões	R\$ 3,0 bilhões	R\$ 4,5 bilhões	10% da contribuição total de Estados, DF e Municípios

(1) Inclusive receitas correspondentes à dívida ativa, juros e multas relacionadas aos respectivos impostos.

(2) Valores originais, a serem atualizados com base no INPC/IBGE.

É importante destacar que os recursos de complementação da União, que entram na composição do Fundo, são distribuídos e repassados aos estados e municípios beneficiários da seguinte forma:

- o mínimo de 90% do valor anual, mediante distribuição com base no número de alunos, na perspectiva da garantia do valor mínimo nacional por aluno/ano; e
- até 10% do valor anual poderá ser distribuído por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica, de acordo com decisão e critérios definidos pela Comissão Intergovernamental de Financiamento para Educação Básica de Qualidade³¹. Entretanto, caso a Comissão delibere não distribuir essa parcela de recursos desta maneira especial, 100% dos recursos da complementação da União serão distribuídos de acordo com o critério referido do item anterior.

Para a definição de quais estados seriam contemplados com recursos da complementação da União ao Fundeb e o valor a ser distribuído a cada unidade da federação, foi necessário calcular, inicialmente, os valores por aluno/ano de cada ente da federação, baseados nas seguintes informações:

- ✓ número de matrículas da educação básica apuradas pelo Censo Escolar do Inep/MEC mais atualizado, observando escala de inclusão de matrículas, Quadro 6.3.3;

³¹ Essa Comissão é composta por onze membros, sendo cinco representantes dos estados (indicados pelo Conselho de Secretários Estaduais de Educação – Consed), cinco representantes dos municípios (indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime) e um representante do MEC. Suas atribuições são: i) definir os fatores de ponderação aplicáveis entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino (item 2.2 do presente manual); ii) fixar anualmente o limite de apropriação de recursos pelas etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino (item 2.5 do presente manual); e iii) fixar a parcela de Complementação da União a ser distribuída por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica.

Quadro 6.3.3: escala de consideração dos alunos na distribuição dos recursos do Fundeb

Esfera	Etapa/modalidade da educação básica	Fração de matrículas considerada		
		2007	2008	A partir de 2009
Escolas públicas (estaduais, distritais e municipais)	Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	1/3	2/3	3/3
	Ensino Fundamental (Regular e Especial)	3/3	3/3	3/3
	Ensino Fundamental (EJA)	1/3	2/3	3/3
	Ensino Médio (Regular, profissional integrado e EJA)	1/3	2/3	3/3
Escolas conveniadas	Educação Infantil (Creche)	-	2/3	3/3
	Educação Infantil (Pré-Escola)	-	2/3	3/3 (*)
	Educação Especial	-	2/3	3/3

(*) Até 2011. Para o período 2008 a 2011 serão considerados os dados de matrículas do Censo Escolar de 2006.

- ✓ estimativa de receita dos estados, elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional e publicada no Anexo do Dec. 6.091 de 24/07/2007; e
- ✓ fatores de ponderação de cada etapa, modalidade e tipo de estabelecimento de ensino da educação básica pública, definidos pela Resolução/MEC n.º 01, de 15/02/2007, reafirmando a decisão da Comissão Intergovernamental de Financiamento para Educação Básica de Qualidade, Quadro 6.3.4.

Quadro 6.3.4: fatores de ponderação entre as etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica – em 2007

Segmentos da Educação Básica considerados	Fator de ponderação fixados para 2007
1. Creche pública em tempo parcial	0,80
2. Pré-Escola em tempo parcial	0,90
3. Anos iniciais do Ensino Fundamental urbano	1,00
4. Anos iniciais do Ensino Fundamental no campo	1,05
5. Anos finais do Ensino Fundamental urbano	1,10
6. Anos finais do Ensino Fundamental no campo	1,15
7. Ensino Fundamental em tempo integral	1,25
8. Ensino Médio urbano	1,20
9. Ensino Médio no campo	1,25
10. Ensino Médio em tempo integral	1,30
11. Ensino Médio integrado à educação profissional	1,30
12. Educação Especial	1,20
13. Educação indígena e quilombola	1,20
14. Educação de Jovens e Adultos com avaliação no processo	0,70
15. Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo	0,70

O valor mínimo nacional por aluno/ano, cuja fixação dá-se em relação ao segmento das séries iniciais do ensino fundamental urbano (segmento com fator “1,00”, por se constituir base para definição dos fatores dos demais segmentos), foi definido, para 2007, pela Portaria Interministerial (MEC/MF) n.º 1.030, de 06.11.2007, em R\$ 947,24.

Em função desses parâmetros, os repasses dos recursos da complementação da União ao Fundo se processam de sorte a assegurar, pelo menos, o valor mínimo nacional fixado para o exercício, observando-se, entre os diversos segmentos em que a educação básica é subdividida para efeito de operacionalização do Fundo, as diferenciações de valor por aluno/ano, definidas em função dos fatores de diferenciação fixados.

Inicialmente, foram alocados no orçamento do FNDE R\$ 2,0 bilhões de reais para fins de atendimento ao disposto na Constituição Federal, art. 60, inciso VII, do ADCT, que trata da complementação da União ao Fundeb. Além disso, considerando a conversão da MP 339/2006 na Lei n.º 11.494, em 20/06/2007, foi necessária a atualização do valor da complementação da União a ser distribuída em 2007, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado em dezembro de 2006, conforme demonstrado na Tabela 6.3.1, de acordo com o que disciplinou o § 5.º, art. 31, da referida Lei. Para tanto, foi solicitado crédito adicional.

Tabela 6.3.1.: Complementação da União ao Fundeb - em 2007			
Complementação da União			
UF	Dec. 6.091/2007 (a)	Atualizada pelo INPC (b)*	(b - a)
AL	96.335.575	97.085.215	749.640
BA	391.978.846	395.146.130	3.167.284
CE	280.785.279	282.559.749	1.774.470
MA	575.437.633	577.097.504	1.659.871
PA	491.910.080	493.689.602	1.779.522
PB	26.967.657	27.786.187	818.530
PE	36.640.132	38.356.520	1.716.388
PI	99.944.798	100.679.093	734.294
Total	2.000.000.000	2.012.400.000	12.400.000
Fonte: Dfin/FNDE			
INPC de dezembro de 2006 (0,62%)			

Conforme demonstrado na Tabela 6.3.1 e no Gráfico 6.3.1, os recursos do Fundeb foram repassados automaticamente aos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, para contas únicas e específicas dos governos dos entes federados vinculadas ao Fundo, abertas para esse fim e mantidas junto ao Banco do Brasil, conforme previsto no art. 17 da Lei n.º 11.494/2007.

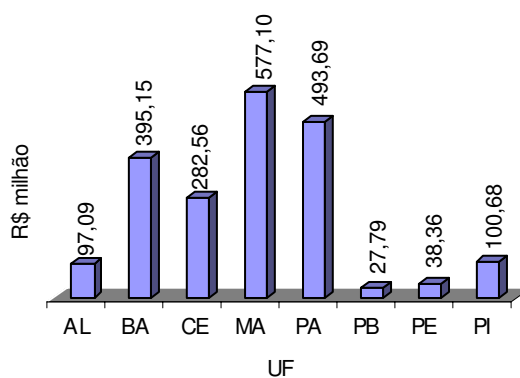
A distribuição dos recursos baseou-se nos coeficientes de distribuição calculados por meio dos valores aluno/ano de cada estado e das matrículas da educação básica consideradas, na forma da Tabela n.º 6.3.2:

Tabela 6.3.2: Coeficientes estaduais de distribuição dos recursos da complementação da União ao Fundeb – em 2007

UF	Coeficiente Fundeb – em 2007	
	Est	Mun
AL	0,277	0,723
BA	0,273	0,727
CE	0,202	0,798
MA	0,221	0,779
PA	0,278	0,722
PB	0,393	0,607
PE	0,373	0,627
PI	0,290	0,710

Embora houvesse previsão orçamentária para os demais estados, estes não tiveram o direito à complementação da União, pois a estimativa de valor aluno/ano destas unidades da federação estava acima do valor mínimo nacional.

Gráfico 6.3.1: Complementação da União ao Fundeb, por UF - em 2007



6.4 1072.2C62 – Formação em serviço e certificação em nível superior de professores não-titulados do ensino fundamental e médio - Pró-Licenciatura

Atributos	Detalhamento
Finalidade	Oferecer, por meio do Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Pró-Licenciatura), cursos de licenciatura, na modalidade de ensino a distância, formação inicial em nível superior a professores já atuantes nas redes públicas nos anos/séries finais do ensino fundamental e/ou no ensino médio, sem licenciatura na disciplina em que estejam exercendo a docência, como forma de elevar a qualidade da educação básica com a profissionalização dos professores.
Descrição	A implantação, a execução e o desenvolvimento dos cursos de licenciatura dar-se-ão por meio de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, comunitárias ou confessionais, que utilizarão materiais auto-instrucionais impressos e vídeos, atividades coletivas e individuais e um serviço de apoio à aprendizagem realizado por meio de serviço de tutoria e comunicação. Tem por base o Proformação, bem sucedido curso de formação de professores do ensino fundamental. As atividades básicas para a sua execução são: i) seleção de projetos de cursos de licenciatura apresentados pela IES de abrangência nacional e atuação nas diversas áreas do conhecimento; ii) implantação dos projetos aprovados na seleção por meio de transferência voluntária de recursos financeiros ou de descentralização de créditos orçamentários às Instituições de Ensino Superior (IES); iii) acompanhamento, monitoramento (sistema de informações) do Programa; e iv) avaliação do Programa.
Gestão da ação	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC Coordenador da ação ✓ Maria Suely Carvalho Berto

Avaliação da execução da ação

Quadro 6.4.1 - Ação 2C62: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
20.000	9.144	45,72	13.260.667,00	13.015.249,37	98,15	4.549.955,05	34,96	4.262.205,59	93,68
Produto: professor matriculado Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / SEB									

A ação 2C62 financia o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Pró-Licenciatura), com o intuito de impulsionar mudanças efetivas à melhoria da educação básica, combatendo diretamente a deficiência de qualidade da escolarização, detectada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), como parte da política do MEC de fomentar diversos programas de formação inicial e continuada para professores, em parcerias com os sistemas estaduais, distrital e municipais de ensino e instituições de ensino superior.

O Pró-Licenciatura é um programa de formação inicial desenvolvido em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), públicas, comunitárias ou confessionais – que tenham notória e comprovada competência instalada para tal – objetivando atender professores dos anos/séries finais do ensino fundamental e/ou do ensino médio de sistemas públicos de ensino que não tenham a habilitação legalmente exigida para a função, tendo como cerne a oferta de cursos de licenciatura a serem realizados na modalidade de educação a distância (EAD), criados pelas

mencionadas IES, organizadas em parcerias, em estreita cooperação com a coordenação do Pró-Licenciatura.

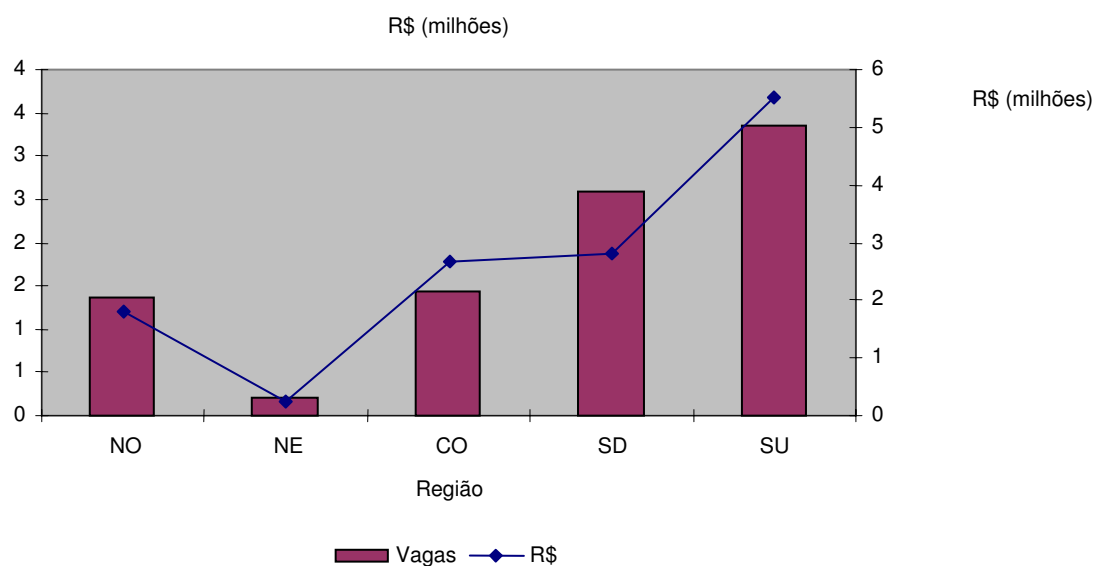
O Pró-Licenciatura apresenta característica de programa de referência, com estrutura e concepção básica flexível a fim de possibilitar seu aproveitamento tanto nas diversas regiões geográficas como em outras áreas do conhecimento, destacando-se que, além das IES – conforme mencionado anteriormente – a secretaria de educação dos entes federados, ou órgão equivalente, é parceira e atua não só na operacionalização dos cursos, mas também terá responsabilidade sobre aspectos administrativos do Programa.

Em 2007, com os recursos da ação 2C62, foram oferecidos cursos em 13 áreas de formação, conforme demonstrado na Tabela 6.4.1, num total aproximado de 9 mil vagas. Este valor corresponde a aproximadamente 45% da meta física estimada, e para seu financiamento, empregaram-se em torno de 98% da dotação estimada. Dos 13 cursos, as maiores demandas foram, em ordem decrescente, para educação física, história, matemática, música e artes visuais com 14,9%, 11,4%, 10,5%, 8,25% e 7,7%, respectivamente.

Tabela 6.4.1: Oferta de curso por tipo de licenciatura, segundo a instituição e a unidade da federação - em 2007																
UF / Região	Instituição	vagas por curso / instituição													Total	
		a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	vagas	R\$
BR		1.336	225	690	125	2.075	938	300	440	330	740	400	1.020	350	8.969	13.015.249,37
NO		170	-	70	-	1.050	-	-	80	-	-	-	-	-	1.370	1.794.516,00
RO	UNIR	100		70		150			80						400	1.004.321,59
AM	UFAM					300									300	267.099,00
PA	UFPA					300									300	262.145,00
AP	UNIFAP	70													70	63.784,00
TO	UFTO					300									300	162.318,00
NE		0	0	145	0	0	0	0	70	0	0	0	0	0	215	233.514,00
MA	UFMA			145					70						215	233.514,00
SE		926	0	0	0	250	0	0	0	0	0	400	1.020	0	2.596	2.816.868,22
MG	UFMG					250						300			550	1.233.287,00
ES	UFES	926										100			1.026	396.940,00
RJ	PUC RJ												1.020		1.020	1.186.641,22
SU		0	225	200	125	475	938	300	0	0	740	0	0	350	3.353	5.527.832,56
SC	UFSC						396								396	694.780,00
	CEFET*		75		50										125	87.306,00
	UFRGS		75	50		175	100	150			740				1.290	2.291.513,00
	UFSC		75	150		200	100	150							675	1.051.254,00
	FURG					100	100								200	158.530,00
	UFPEL				75		242								317	440.961,00
RS	UEPG													350	350	803.488,56
CO		240	0	275	0	300	0	0	290	330	0	0	0	0	1.435	2.677.367,00
GO	UFG			70					145	330					545	576.084,00
DF	UnB	240		205		300			145						890	2.101.283,00
(*) Pelotas / RS																
Fonte:																

Avaliando-se a execução pela oferta de vagas e recursos repassados, por região, o destaque fica para o Sul e o Sudeste, destacando-se que, na Região Sul foram repassados numa proporção superior ao número de vagas, situação contrária ao que ocorreu na Região Sudeste, conforme demonstrado no Gráfico 6.4.1.

Gráfico 6.4.1: Pró-Licenciatura - quantidade de vagas oferecidas x recursos repassados, por região - em 2007



Quadro 6.4.2: legenda das licenciaturas

Licenciaturas em:		
a) Educação física	b) Geografia	c) Artes visuais
d) Letras - língua espanhola	e) Biologia	f) Matemática
g) Letras - língua inglesa	h) Teatro	i) Física
j) Música	k) Química	l) História
m) Letras português / espanhol		

6.5 1072.6369 - Capacitação de recursos humanos para o uso de tecnologias na educação pública

Atributos	Descrição
Finalidade	Disseminar o uso pedagógico das tecnologias de informática e telecomunicações nas escolas públicas de ensino fundamental e ensino médio pertencentes às redes estadual e municipal, visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, educando alunos, professores e técnicos para atuarem numa sociedade tecnologicamente desenvolvida.
Descrição	Oferta de cursos, oficinas, seminários e outras ações que capacitem professores, gestores tutores e técnicos de suporte no domínio da linguagem e tecnologia de informática e redes, reconhecendo sua especificidade e promovendo a inserção das tecnologias da informação e comunicação no projeto pedagógico das escolas.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação a Distância – Seed/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação a Distância – Seed/MEC Coordenador da ação ✓ Viviane de Paula Viana

Avaliação da execução da ação

Quadro 6.5.1 - Ação 6369: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
12.000	17.613	146,77	4.500.000,00	4.369.446,55	97,10	1.293.610,35	29,61	940.393,14	72,70
Produto: profissional capacitado Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi gerencial / Seed / FNDE									

A capacitação de recursos humanos para o uso de tecnologias na educação pública (ação 6369) financia o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação, implementado nos moldes da educação a distância, com estrutura modular, com o objetivo de proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação - TV e vídeo, informática, rádio e impressos -, de forma integrada ao processo de ensino e aprendizagem, aos profissionais de educação, contribuindo para a formação de um leitor crítico e criativo, capaz de produzir e estimular a produção nas diversas mídias.

O programa possibilita diferentes percursos de aprendizagem e certificação. Estão previstos três níveis de certificação constituindo ciclos de estudo: o Ciclo Básico, de Extensão, com 120 horas de duração; o Intermediário, de Aperfeiçoamento, com 180 horas, e o Avançado, de Especialização, com 360 horas.

Em 2005, foi implementada versão piloto, *on-line*, no ambiente e-ProInfo, para 1.200 potenciais multiplicadores e tutores de todos os estados brasileiros. Em 2006, foi ofertada versão *on-line* do Ciclo Básico, com certificação em extensão, para dez mil profissionais de educação básica do sistema público em todo o país.

O programa está sendo desenvolvido pela Seed/MEC em parceria com secretarias de educação e Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) - estas responsáveis pela produção, oferta e certificação dos módulos, assim como pela seleção e capacitação de tutores. Com foco na pedagogia da co-autoria, na integração de tecnologias, na democratização e flexibilização do acesso à formação e no trabalho colaborativo, o programa pretende ser uma

referência para cursos *on-line*. Mídias na Educação: a co-autoria como estratégia de aprendizagem.

O Mídias na Educação vem contribuindo para a formação continuada de profissionais em educação, em especial professores da educação básica, inclusive os que trabalham nas escolas que possuem laboratórios do ProInfo e os multiplicadores dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs), incluindo aqueles de educação de jovens e adultos, de educação especial, e de educação profissional, tornando-os capazes, por um lado, de produzir e estimular a produção dos alunos nas diferentes mídias, de forma articulada à proposta pedagógica da escola e a uma concepção interacionista de aprendizagem e, por outro lado, tematizar e refletir criticamente a respeito da própria prática e do papel desempenhado pela tecnologia na criação de um novo ambiente educacional.

Quadro 6.5.2 : quantitativo de capacitações do Formação continuada em mídias na educação, por instituição - em 2007			
UF	Descentralização de recursos por Instituição	Professores capacitados	Valor total
AL	UFAL (Básico e Intermediário)	600	123.087,30
MA	UFMA (Básico e Intermediário)	617	134.956,60
PB	UFPB (Básico)	250	57.627,73
PE	UFPE/UFRPE (Básico e Intermediário)	2.142	296.503,80
PI	UFPI (Básico e Intermediário)	328	35.226,60
SE	UFSE (Básico e Intermediário)	240	58.934,00
AM	UFAM (Básico e Intermediário)	563	117.114,13
PA	UFPA (Básico e Intermediário)	340	76.779,70
RO	Fundação - UNIR (Básico e Intermediário)	418	39.773,85
RR	UFRR (Básico e Intermediário)	248	65.879,80
TO	UFT (Básico e Intermediário)	297	22.740,13
PR	UFPR (Básico e Intermediário)	1.000	205.737,50
RS	FURG/CEFET- Pelotas/UFRGS (Básico e Intermediário)	1575	331.401,82
DF	UnB (Básico e Intermediário)	800	134.107,20
GO	UFG (Básico e Intermediário)	434	95.943,90
MT	UFMT (Básico e Intermediário)	539	117.166,90
RJ	UFRRJ/UFRJ (Básico e Intermediário)	1.816	387.932,30
MS	UFMS/UFOP (Básico e Intermediário)	1547	252.162,00
RS	UFSM (Básico e Intermediário)	202	79.771,20
AC	UFAC (Básico e Intermediário)	150	38.587,50
RN	UFRN (Básico)/Convênio UERN (Básico e Intermediário)	435	64.187,00
SP	Convênio-FUSP (Básico)	2.630	578.733,91
MG	Convênio-UNIMONTES - MG (Básico e Intermediário)	442	44.669,49
Subtotal		17.613	3.359.024,36
CE	Produção de material, coordenação e capacitação de gestores, professores e alunos – ProInfo – UFC	180 h	430.774,50
DF	Coordenação e avaliação do Programa - UnB	1 avaliação	19.677,24
Total Geral			4.369.446,55
Fonte: Seed/MEC			

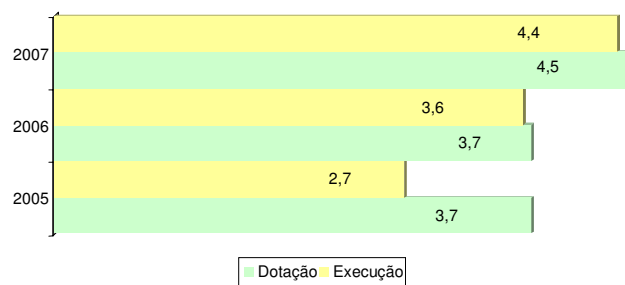
Durante o exercício de 2007, a ação 6369 contribuiu para a formação de 17.613 profissionais da educação básica, cuja distribuição por unidade da federação pode ser vista no Quadro 6.5.2. Cabe considerar que a meta física foi superada em cerca de 43,1%, empregando-se 97,1% da dotação. A razão da superação deveu-se ao aumento da demanda das secretarias estaduais e municipais de educação. Essa taxa incremental foi apoiada pelo aumento de tutores de parte das IFES e fez cair o custo médio por aluno.

Tabela 6.5.1: Dotação e execução orçamentária anual da ação 6369 - 2005 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2005	3,70	2,72
2006	3,70	3,64
2007	4,50	4,37
Total	11,90	10,73

Fonte: Seed/MEC

Gráfico 6.5.1: dotação e execução orçamentária - 2005 a 2007



7. 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial

Atributos	Descrição
Objetivo	Assegurar, aos alunos com necessidades educacionais especiais, as condições de acesso e permanência com qualidade na educação brasileira, na perspectiva de impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns da rede regular de ensino e de garantir a eles o atendimento educacional especializado.
Gestão	Gerente ✓ Claudia Pereira Dutra Gerente Executivo ✓ Claudia Maffini Griboski
Indicadores / parâmetros utilizados	Índice de acesso à educação básica, índice de atendimento educacional especializado, índice de matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino, taxa de escolas públicas da educação básica com acessibilidade física, taxa de matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns de escolas regulares na educação básica, taxa de municípios com matrícula na educação especial, taxa de prevalência da educação inclusiva nos municípios brasileiros, taxa de prevalência da educação Inclusiva nos municípios brasileiros, taxa de qualificação docente para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais na educação básica.
Unidade administrativa responsável	Ministério da Educação
Público-alvo	Alunos com necessidades educacionais especiais

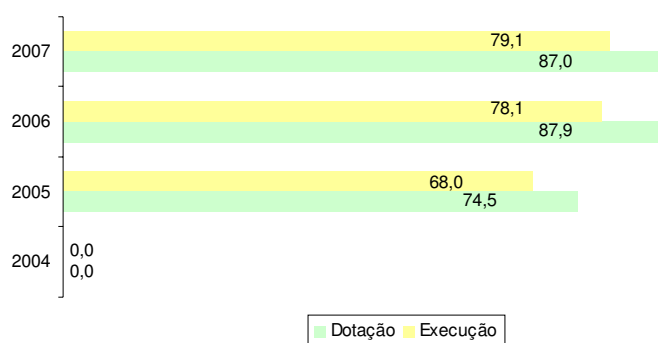
Avaliação da execução do programa

Tabela 7.1: Dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões – 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	0,00	0,00
2005	74,51	68,03
2006	87,92	78,12
2007	87,04	79,10
Total	249,47	225,25

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico nº 7.1 - dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



7.1 1374.0977 – Apoio à formação de professores e profissionais para a educação

Atributos	Descrição
Finalidade	Promover a formação continuada de professores e profissionais da escola e dos sistemas de ensino com vistas à melhoria do atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.
Descrição	Formação de professores e de profissionais da comunidade escolar de forma continuada, em cursos de qualificação nas modalidades presencial e a distância, mediante a atuação de multiplicadores e a utilização de materiais instrucionais concernentes às necessidades educacionais especiais dos alunos.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação Especial – Seesp/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação Especial – Seesp/MEC Coordenador da ação ✓ Lonita Teresa Ziani Gonçalves

Avaliação da execução da ação

Quadro 7.1.1 - Ação 0977: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
5.262	32.106	610,14	8.200.000,00	8.039.475,74	98,04	5.852.579,31	72,80	1.073.558,59	18,34
Produto: profissional formado Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / Seesp / FNDE									

No exercício de 2007, a Seesp promoveu cursos de formação de professores em parcerias estabelecidas com universidades, instituições privadas sem fins lucrativos de educação especial, secretarias estaduais e municipais de educação. Destaca-se o apoio aos cursos de formação docente para a realização do atendimento educacional especializado, que formou 21.604 docentes nas diferentes áreas de atuação da educação especial, dentre elas: surdocegueira, deficiência auditiva e visual, deficiência mental, altas habilidades/superdotação, tecnologia assistiva e estimulação precoce. Os projetos são apresentados pelas secretarias de educação que, após análise técnica da Seesp, são conveniadas com o FNDE. Os projetos apoiados em 2007 são apresentados na Tabela 7.1.1.

Tabela 7.1.1: Projetos apoiados em 2007

Demonstrativo da execução da ação por UF				
Convênios - 2007				
UF	N.º de projetos	N.º de escolas	N.º de prof.	Valor (R\$)
BR	302	5.178	21.604	8.039.475,74
NO	27	807	2.166	1.051.599,54
RO	3	43	250	94.566,78
AC	2	111	76	30.610,80
AM	1	-	145	208.345,70
RR	1	26	136	28.314,00
PA	14	456	1.112	500.445,57
AP	2	74	155	57.250,71
TO	4	97	292	132.065,98
NE	95	1.402	6.830	2.110.651,84
MA	14	222	1.293	289.343,74
PI	2	49	135	85.046,94
CE	21	444	1.415	416.112,79
RN	9	105	750	222.028,49
PB	6	46	420	108.249,47
PE	3	40	330	82.682,72
AL	4	37	410	252.369,56
SE	10	166	619	182.688,16
BA	26	293	1.458	472.129,97
SE	68	1.158	4.987	2.392.514,17
MG	28	279	2.006	608.214,04
ES	4	151	249	131.466,06
RJ	7	55	660	355.283,27
SP	29	673	2.072	1.297.550,80
SU	57	658	3.657	1.167.343,96
PR	22	72	1.060	310.937,61
SC	8	140	657	100.765,07
RS	27	446	1.940	755.641,28
CO	55	1.153	3.964	1.317.366,23
MS	9	48	1.247	139.869,50
MT	12	183	892	288.469,53
GO	30	605	1.425	539.062,20
DF	4	317	400	349.965,00
Fonte: Seesp / MEC				

Nota: Acrescentar na tabela acima o montante de professores conforme enunciado no texto abaixo (10.502)

Além disso, foi criado e implementado o Programa Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Especial, que constituiu uma rede de 14 instituições públicas de ensino superior para a oferta de cursos de extensão aos sistemas de ensino, nas áreas da deficiência física, mental e sensorial e das altas habilidades/superdotação, na modalidade educação a distância, conforme demonstrado no Quadro 7.1.2. Iniciou em 2007 a formação para 8.500 professores em efetivo exercício nos sistemas de ensino de 379 municípios. Também foi firmado o Convênio para a realização do Curso de Formação de Professores para a utilização do laboratório de informática na melhoria do processo educacional e qualidade na aprendizagem dos alunos da educação especial, formação em andamento para 1.252 professores, e do Curso de Formação e Atendimento em Salas de Recursos para 750 professores.

Quadro 7.1.2: instituições componentes da rede para oferta de cursos de extensão aos sistemas de ensino – em 2007

UF	Interessado
AL	Universidade Federal de Alagoas - UFAL
AM	Universidade Federal do Amazonas - UFAM
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
MG	Universidade Federal de Uberlândia - UFU
MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
PA	Centro de Formação Tecnológica - CEFET - PA
RS	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
SP	Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
BA	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
GO	Universidade Estadual de Goiás - UEG
PA	Universidade do Estado do Pará - UEPA
PR	Universidade Estadual de Maringá - UEM
SP	Universidade Estadual Paulista - Unesp (Bauru, Marília e Pres. Prudente)

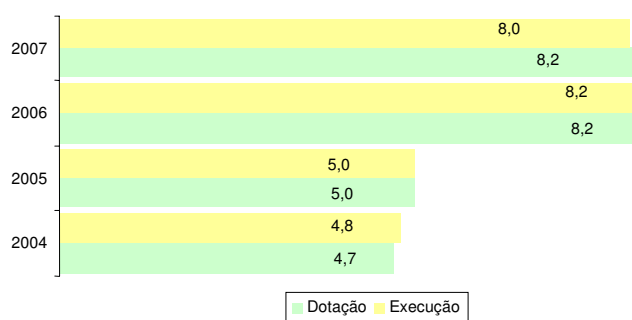
Observa-se no Quadro 7.1.1 que houve superação da meta física estimada. Este fato ocorreu por força da implementação da modalidade educação a distância nos cursos, que possibilitou o alcance de um maior número de professores participantes nos cursos de formação, além de a meta física publicada na LDO/2007 ter sido reduzida e não ter acompanhado a meta de formação que vinha sendo realizada pela Seesp nos anos anteriores, com um recurso que foi equivalente.

Tabela 7.1.2: Dotação e execução orçamentária anual - 2004 a 2007 – em milhões

Ano	Dotação	Execução
2004	4,71	4,82
2005	5,00	5,00
2006	8,20	8,19
2007	8,20	8,04
Total	26,11	26,05

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 7.1.1: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



7.2 1374.09DK – Complementação ao atendimento especializado às pessoas com deficiência - Paed

Atributos	Descrição
Finalidade	Garantir apoio financeiro às escolas privadas de educação especial, mantidas por organizações não-governamentais, ou entidades similares filantrópicas, sem fins lucrativos, para alcançar os objetivos de propiciar meios que possibilitem a implementação de projeto pedagógico que ofereça ambiente escolar adequado, salutar e agradável, visando à promoção da progressiva inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns de ensino regular, além de garantir-lhes o direito à educação com qualidade.
Descrição	A ação denominada como Programa de Complementação ao Atendimento Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (Paed) beneficia escolas privadas que oferecem educação especial, mantidas por organizações não-governamentais sem fins lucrativos, cujo valor do apoio financeiro baseia-se no número de alunos matriculados no estabelecimento de ensino, apurado no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação (MEC) do ano anterior ao do repasse dos recursos. O Paed compõe a política de descentralização de recursos do FNDE, incorporando a possibilidade de a comunidade participar da gestão das políticas públicas. O atendimento se concretiza mediante repasse financeiro realizado pela Autarquia diretamente para as unidades mantenedoras (EM) das escolas, sem a formalização de convênio.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escolar CGAME/Dirae/FNDE Coordenador da ação ✓ Joaquim Rodrigues de Oliveira

Avaliação da execução da ação

Quadro 7.2.1 - Ação 09DK: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
3.487	1.662	47,66	8.145.123,00	6.668.017,00	81,86	6.663.887,00	99,94	6.472.669,00	97,13
Produto: escola beneficiada Unidade de medida: unidade Obs.: por ocasião da realização da proposta orçamentária, a meta física foi elaborada acima do número real de escolas passíveis de atendimento pelo Paed, que é da ordem de 2.303 estabelecimentos de ensino. Fonte: Siafi gerencial / FNDE									

A ação 09DK recebe a denominação na estrutura do FNDE de Programa de Complementação ao Atendimento Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (Paed). Ele foi criado por meio da Lei n.º 10.845, de 05/03/04, sendo seus critérios de execução regulamentados tempestivamente por resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE. Em 2007, execução do Programa foi regulada pela Resolução CD/FNDE n.º 11, de 24 de abril de 2007.

Os recursos financeiros, liberados exclusivamente na categoria econômica de custeio, são destinados às seguintes finalidades:

- remuneração do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- manutenção e conservação de equipamentos e instalações vinculados ao ensino especial;
- aquisição de material didático-escolar;

- e) realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento das atividades de ensino especial;
- f) remuneração do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- g) aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- h) manutenção e conservação de equipamentos e instalações vinculados ao ensino especial;
- i) aquisição de material didático-escolar; e
- j) realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento das atividades de ensino especial.

O Paed, em seu quarto ano de execução, dispôs de um orçamento de R\$ 8,1 milhões, para atender 2.303³² escolas. A partir desse valor e da quantidade de alunos matriculados, de acordo com o Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento, foi fixado o valor *per capita* anual de R\$ 33,50, repassado em parcela única, sem celebração de convênio.

Conforme demonstrado na Tabela 7.2.1 da dotação de 2007, foi repassado às entidades de educação especial beneficiárias do Programa o montante de R\$ 6.663.887,00, atendendo 1.662 escolas e beneficiando 198.922 alunos.

Tabela 7.2.1: Execução do Paed por região, escola atendida e aluno beneficiado – em 2007

Região	PREVISTO			EXECUTADO		
	Escola	Aluno	Entidade	Escola	Aluno	Valor(**)
NO	64	9.320	32	36	6.257	209.609,50
NE	317	36.955	173	174	26.770	896.795,00
SE	974	108.862	719	721	92.054	3.083.809,00
SU	762	70.796	588	598	60.436	2.024.506,00
CO	186	17.205	132	133	13.405	449.067,50
Total (*)	2.303	243.138	1.644	1.662	198.922	*6.663.887,00

(*) No total está incluído o valor de R\$ 9.179,00 inscrito em restos a pagar, o qual corresponde ao atendimento de 1 escola de 1 entidade e 274 alunos. (Posição em 28/02/08).

Fonte:Dirae/FNDE

A execução anual do Paed depende, por força regulamentar, dos processos de adesão e habilitação, do exame e aprovação dos processos de prestações de contas relativos à aplicação dos recursos repassados nos anos anteriores. Em 2007, de acordo com a Tabela 7.2.2, 641 escolas com 44.216 alunos deixaram de ser atendidas, das quais, 608 por falta de adesão das entidades mantenedoras e 33 em função de inadimplência com prestação de contas de exercícios anteriores, razões pelas quais são justificados os saldos orçamentários da ação.

Tabela 7.2.2: Quantificação do não atendimento – em 2007

Região	Inadimplência PC		Não adesão		Total	
	Escola	Aluno	Escola	Aluno	Escola	Aluno
Brasil	33	2.807	608	41.409	641	44.216
NO	1	132	27	2.931	28	3.063
NE	2	140	141	10.045	143	10.185
SE	17	1.653	236	15.155	253	16.808
SU	12	816	152	9.544	164	10.360
CO	1	66	52	3.734	53	3.800

Fonte:Dirae/FNDE

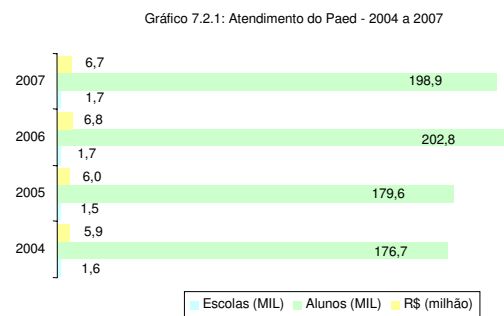
³² Para fins de cálculo da execução física do programa, considerou-se a meta ajustada ao valor real de escolas passíveis de atendimento.

Ao serem analisados os dados do Paed, relativos ao exercício de 2004 a 2007, na Tabela 7.2.3, e tomando-se como referência o primeiro ano da série, constata-se que houve uma queda nos índices de atendimento de 2004 para 2005. Essa tendência reverteu-se nos anos seguintes, apesar da pequena queda entre 2006 para 2007. Essas inflexões nas curvas apresentadas no Gráfico n.º 5 se devem a problemas de inadimplência com prestação e contas de entidades mantenedoras das escolas beneficiárias, bem como a não adesão de parte delas nos prazos estabelecidos pelos normativos do Programa no decorrer dos anos examinados.

Tabela 7.2.3: Atendimento do Paed – 2004 a 2007

Ano	Escola (mil)	Aluno (mil)	R\$ (milhão)
2004	1,55	176,72	5,91
2005	1,47	179,60	6,01
2006	1,67	202,78	6,79
2007	1,66	198,92	6,66

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE



7.3 1374.09GL – Formação de gestores para a educação especial

Atributos	Descrição
Finalidade	Disseminar, apoiar e subsidiar filosófica e tecnicamente o processo de implementação das políticas da educação inclusiva nos municípios brasileiros.
Descrição	Desenvolvimento de ações de formação para gestores visando o fortalecimento da gestão dos sistemas educacionais.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação Especial – Seesp/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação Especial – Seesp/MEC Coordenador da ação ✓ Lonita Teresa Ziani Gonçalves

Avaliação da execução da ação

Quadro 7.3.1 - Ação 09GL: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
7.466	3.968	53,14	5.452.666,00	4.834.650,82	88,67	4.254.920,09	88,01	942.020,67	22,14
Produto: município atendido Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / Seesp / MEC									

Avaliação da execução da ação

Esta ação dá suporte à implementação do **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade**, tendo como objetivo apoiar, técnica e financeiramente, a formação de gestores e educadores para efetivar a implementação de políticas de educação inclusiva em todos os municípios brasileiros, por meio de 147 municípios-pólos, que receberam formação nacional.

Para regulamentar a assistência financeira, foi publicada a Resolução FNDE/CD N.º 27/2007, a qual possibilitou que 140 municípios-pólos do Programa desenvolvessem a ação de formação para 14.695 gestores de 3.968 municípios. Além do recurso de R\$ 4,0 milhões, inicialmente previsto, a ação recebeu aporte financeiro de R\$ 652,7 mil da ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – e R\$ 800,0 mil da ação 8371 – Educação Especial como Fator de Inclusão –, totalizando um recurso de R\$ 5,45 milhões, que possibilitou conveniar com 95,2% dos municípios-pólos.

A não efetivação do convênio com sete municípios deve-se à falta de habilitação por parte destes municípios, que não apresentaram a documentação necessária, resultando também na não utilização de toda a dotação disponibilizada para financiar o Programa.

Importante observar que há um erro na meta prevista para a ação publicada na LDO/2007, pois o número de municípios ultrapassa àqueles constantes do Censo do IBGE que é de 5.564 municípios brasileiros, o que, conseqüentemente, faz cair o percentual da meta física para 53,14%, quando seria de 71,31%, caso fosse calculada sobre o número de municípios existentes.

Nesse contexto, a realização física foi da ordem de 53,14% dos municípios, mediante a utilização de 88,01% da dotação estimada, conforme demonstrado na Tabela 7.3.1.

Tabela 7.3.1: Municípios e abrangências

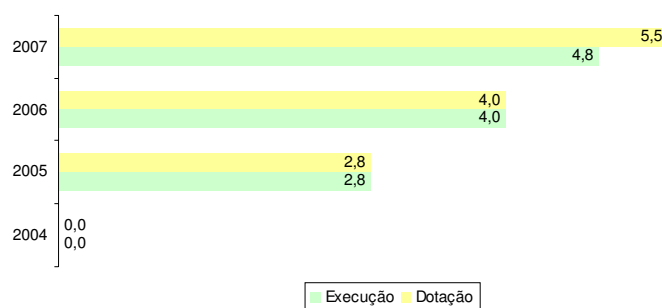
Tabela 10.11 Municípios e abrangências					
UF	Total	Municípios		Apoio Financeiro (R\$)	
		Pólo	Abrangências		
			Atendidos	Não atendidos	
BR	5.564	141	3.968	198	4.834.650,82
NO	449	24	325	-	527.678,49
RO	52	3	49	-	66.184,60
AC	22	4	18	-	31.479,34
AM	62	4	58	-	99.271,02
RR	15	3	12	-	35.734,84
PA	143	4	89	-	140.731,89
AP	16	2	14	-	21.465,98
TO	139	4	85	-	132.810,82
NE	1.793	39	1.216	161	1.452.813,54
MA	217	2	175	40	154.238,46
PI	223	5	141	-	189.348,93
CE	184	4	130	-	147.244,59
RN	167	4	79	34	127.627,72
PB	223	6	137	30	177.117,02
PE	185	4	131	-	180.790,92
AL	102	3	99	-	89.367,57
SE	75	2	46	27	44.163,90
BA	417	9	278	30	342.914,43
SE	1.668	36	1.243	-	1.374.780,69
MG	853	15	605	-	682.375,18
ES	78	4	74	-	75.019,28
RJ	92	5	87	-	74.330,68
SP	645	12	477	-	543.055,55
SU	1.188	24	864	37	1.031.520,84
PR	399	7	292	-	365.775,26
SC	293	7	186	37	226.987,40
RS	496	10	386	-	438.758,18
CO*	466	18	320	-	447.857,26
DF	1	1	0	-	0
GO	246	7	149	-	228.868,00
MS	78	5	73	-	77.467,09
MT	141	5	98	-	141.522,17

Fonte: Seesp / MEC

Tabela 7.3.2: Dotação e execução orçamentária anual da ação - 2004 a 2007, em milhões

Ano	Dotação	Execução
2004	0	0
2005	2,79	2,79
2006	4,00	4,00
2007	5,45	4,83
Total	12,24	11,62
Fonte: Relatório de Gestão do FNDE		

Gráfico nº 7.3.1: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



7.4 1374.6310 – Distribuição de equipamento para a educação especial

Atributos	Descrição
Finalidade	Assegurar, em caráter suplementar, as condições básicas de acesso e permanência com qualidade dos alunos com necessidades educacionais especiais à educação escolar, bem como fomentar a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como ferramenta de construção de conhecimento.
Descrição	Aquisição e distribuição de equipamentos específicos para viabilizar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos e acesso ao currículo desenvolvido nas escolas e sistemas de ensino.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria de Educação Especial – Seesp/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE Unidade regimental responsável ✓ Secretaria de Educação Especial – Seesp/MEC Coordenador da ação ✓ Lonita Teresa Ziani Gonçalves

Avaliação da execução da ação

Quadro 7.4.1 - Ação 6310: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
273	2.029	743,22	10.800.000,00	10.740.266,56	99,45	5.221.686,98	48,62	589.131,52	11,28
Produto: escola atendida Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi gerencial / Seesp / MEC									

Esta ação destina-se à aquisição de equipamentos especializados para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos em sala de aula, salas de recursos e centros especializados. Com recursos da ação no valor de R\$ 5.725.354,06,73 milhões, foram realizados 209 convênios com estados, municípios e instituições privadas sem fins lucrativos de educação especial, que contemplaram 1.404 escolas, conforme demonstrado na Tabela 7.4.1.

O Programa de implantação das salas de recursos multifuncionais aprovou projetos de 402 municípios, contemplando 625 escolas com equipamentos (computadores, *scanner*, impressora *laser*, TV 29' com legenda, DVD, fone de ouvido, teclado adaptado, impressora Braille e máquina de escrever Braille); jogos pedagógicos e brinquedos; e mobiliários para a organização de salas de recursos multifuncionais como espaços para atendimento educacional especializado aos alunos da educação especial, matriculados na rede pública de ensino para promoção da acessibilidade e desenvolvimento do processo educacional.

Na aquisição de equipamentos e material pedagógico para a implantação de salas de recursos, foram executados R\$ 5.014.912,50. Devido à eficiência do processo executado na modalidade pregão, a aquisição dos equipamentos com um valor bem menor do que o previsto inicialmente, cerca de R\$ 10.000,00 por sala de recursos, possibilitou a aditivção em 25% dos contratos para atender, além das 500 salas, mais 125, contemplando um maior número de escolas que, após o pregão eletrônico, fechou o valor unitário de cada sala de recursos em R\$ 8.000,00, em média.

Vale ressaltar que as salas de recursos são divididas em **Tipo 1 e Tipo 2**, e que estas, além dos recursos disponibilizados na Sala Tipo 1, têm recursos específicos para o atendimento a alunos com deficiência visual. A previsão inicial era adquirir 400 salas de recursos Tipo 1, e 100 Tipo 2. Os valores que tiveram maior diferenciação com os inicialmente cotados foram exatamente os direcionados para o atendimento aos alunos com deficiência visual, como é o caso da

impressora Braille, que em anos anteriores custava em média entre R\$ 18.000,00 e R\$ 25.000,00, e que nesse Pregão foi adquirida por R\$ 7.850,00.

Para o ano de 2008, a meta física dessa ação foi adequada para se aproximar da execução das ações.

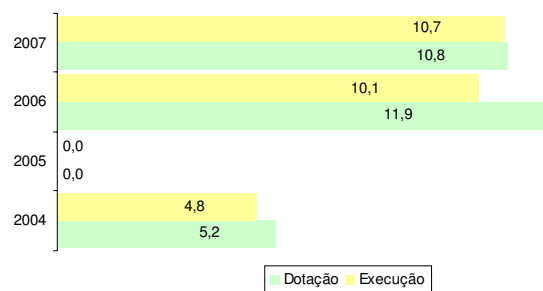
Tabela 7.4.1: Demonstrativo da execução da ação 6310, salas de recursos, por UF – em 2007						
UF	Convênios - PTA		N.º de escolas	Salas de Recursos		Valor (R\$)
	N.º de projetos	N.º de alunos		Tipo 1	Tipo 2 Recursos para DV	
BR	208	33.426	1.404	500	125	5.725.354,06
NO	17	6.457	197	67	11	508.767,73
RO	3	1.215	39	7	0	155.641,24
AC	2	785	18	2	1	37.565,55
AM	1	2.193	89	17	1	65.131,53
RR	1	160	1	2	1	57.103,20
PA	4	1.548	10	7	4	115.612,20
AP	3	445	27	9	0	30.882,06
TO	3	111	13	23	4	46.831,95
NE	53	9.312	336	158	43	2.005.357,99
MA	5	296	14	16	3	124.462,80
PI	1	130	9	3	3	207.935,64
CE	17	1.373	87	38	9	479.584,85
RN	5	2.578	79	21	7	451.314,22
PB	6	135	15	23	4	121.806,63
PE	1	29	1	20	3	10.812,78
AL	2	654	28	7	2	50.648,40
SE	1	766	28	6	1	61.677,00
BA	15	3.351	75	24	12	497.115,67
SE	32	7.487	279	59	30	781.075,19
MG	21	3.446	89	20	6	298.998,25
ES	3	632	33	14	2	229.554,27
RJ	8	1.180	30	25	6	252.522,67
SP	22	2.226	127	46	16	488.862,12
SU	61	6.689	484	98	29	1.542.032,00
PR	27	1.848	64	28	11	390.443,14
SC	8	816	103	12	6	357.644,89
RS	26	4.025	317	58	12	793.943,81
CO	23	3.484	108	53	6	5.259.158,79
DF	1	477	18	6	1	73.854,42
GO	12	1.575	38	27	3	130.141,44
MS	3	268	21	20	2	40.250,43
MT	7	1.164	31	19	5	155.012,90
Fonte: Seesp/MEC						

Tabela 7.4.2: Dotação e execução
orçamentária, em R\$ milhões
- 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	5,22	4,78
2005	0	0
2006	11,89	10,12
2007	10,80	10,74
Total	27,91	25,64

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico nº 7.4.1: dotação e execução orçamentária - 2007 a 2007



8. 1376 – Desenvolvimento do Ensino Fundamental

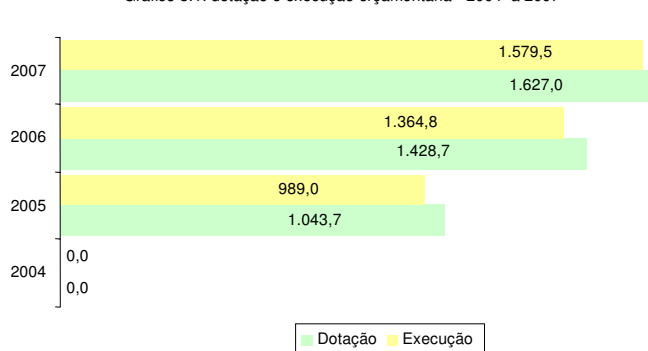
Atributos	Descrição
Objetivo	Assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no ensino fundamental, com melhoria de qualidade.
Gestão	Gerente ✓ Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva Gerente Executivo ✓ Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores / parâmetros utilizados	Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental, taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 7 a 14 anos.
Unidade administrativa responsável	Secretaria de Educação Básica – SEB / MEC
Público-alvo	Crianças e adolescentes do ensino fundamental

Tabela 8.1: Dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões - 2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	0	0
2005	1.043,72	989,04
2006	1.428,65	1.364,78
2007	1.627,03	1.579,45
Total	4.099,40	3.933,27

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 8.1: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



8.1 1376.0515 – Dinheiro direto na escola para o ensino fundamental

Atributos	Descrição
Finalidade	Prover as escolas com recursos financeiros, de forma suplementar, visando à melhoria da infra-estrutura física e pedagógica, à autonomia gerencial dos recursos e à participação coletiva na gestão e no controle social, com vista ao funcionamento das unidades educacionais condizente com projeto pedagógico que propicie ao aluno ambiente escolar adequado, salutar e agradável de modo a contribuir para a permanência do discente na escola e a elevação da qualidade e dos índices de desempenho do ensino fundamental.
Descrição	A ação conhecida como Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) beneficia escolas públicas estaduais, distritais e municipais que oferecem o ensino fundamental, nas modalidades regular, especial e indígena, bem como às escolas de educação especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos. O atendimento é dimensionado de acordo com o número de alunos matriculados, conforme o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação do ano anterior ao do repasse dos recursos. O PDDE consubstancia a política de descentralização de recursos, incorporando a possibilidade de a comunidade tomar parte na gestão das políticas públicas. O atendimento se concretiza mediante repasse financeiro realizado pelo FNDE diretamente às unidades executoras das escolas, às prefeituras e secretarias estaduais de educação. O valor repassado observa o princípio redistributivo, adotando o critério da redução das desigualdades sócio-educacionais existentes entre as regiões brasileiras.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Coordenação-geral de Apoio à Manutenção Escolar – CGAME/Dirae /FNDE Coordenador da ação ✓ Joaquim Rodrigues de Oliveira

Avaliação da execução da ação

Quadro 8.1.1 - Ação 0A13: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
146.247	126.163	86,26	529.629.778,00	498.391.850,93	94,10	496.427.916,28	95,45	485.801.164,24	97,86
Produto: Escola atendida. Unidade de medida: Escola Obs.: por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, a estimativa da meta física foi informada acima do número real de escolas passíveis de atendimento pelo PDDE, que é da ordem de 142.514 estabelecimentos de ensino. Fonte: Siafi gerencial / Dirae/FNDE									

A ação 0515 financia uma cesta de diferentes atividades complementares voltadas ao apoio direto às escolas beneficiárias. Tais atividades dão origem ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ao Programa Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana (FEFS), ao Projeto de Melhoria da Escola (PME) e ao Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola).

Tais atividades estão articuladas e, com elas, deliberadamente, o governo tem a intenção de contribuir para a efetivação da universalização do ensino, a elevação de sua qualidade e o fortalecimento do processo de gestão escolar nas suas dimensões administrativa, financeira e pedagógica e, desta forma, concorrer para a promoção da equidade de oportunidades educacionais como meio de redução das desigualdades sociais e de consolidação da cidadania.

A concepção de uma escola que ofereça ensino de qualidade é responsabilidade de todos — governos e sociedade. É neste contexto que se inserem as atividades articuladas de apoio direto à escola financiadas pela ação 0515, seja provendo supletivamente recursos financeiros,

seja tornando o espaço escolar uma alternativa a soluções de conflitos sociais, bem como promovendo o processo de planejamento escolar, com o qual as unidades educacionais passam a dispor de instrumento fundamental à tomada de decisões racionais que torna efetiva sua autogestão e a participação social para que realizem bem o seu papel de formar indivíduos autônomos e capazes de assumir postura crítica e criativa frente ao mundo.

Com base nesses princípios, o PDDE tem por objetivo assegurar às escolas melhores condições físicas e pedagógicas, de modo a:

- contribuir para a elevação da qualidade do ensino fundamental, tornando sua oferta equitativa;
- reforçar a autonomia gerencial e a participação nas unidades de ensino de alunos, pais de alunos, professores, diretores e demais profissionais da educação, colaboradores, voluntários e todos aqueles irmanados pelo propósito comum de tornar a escola uma organização que propicie ensino de qualidade.

Para a consecução de tal objetivo, o FNDE destina recursos, em caráter supletivo, aos estabelecimentos de ensino das redes estaduais, distrital e municipais, bem como às escolas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

Os recursos podem ser empregados:

- na aquisição de material permanente;
- na manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;
- na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;
- na avaliação da aprendizagem;
- na implementação de projeto pedagógico; e
- no desenvolvimento de atividades educacionais.

O PDDE foi institucionalizado pela Medida Provisória n.º 1.784/98, que em sua última reedição recebeu o n.º 2.178-36, de 24/08/2001. Em 2007, o programa foi regulamentado pelas Resoluções n.º 9, de 24 de abril de 2007, e n.º 55, de 03 de dezembro de 2007, ambas do Conselho Deliberativo do FNDE.

O programa é executado em parceria com os entes federados e as organizações sociais e, para que as escolas sejam atendidas, as prefeituras, secretarias estaduais e distrital de educação e entidades mantenedoras, de acordo com a vinculação do estabelecimento de ensino, devem formalizar os processos de adesão e habilitação de suas unidades educacionais.

O valor devido a cada escola beneficiária é calculado, conforme apresentado nos Quadros 8.1.2 e 8.1.3, tendo como referência os quantitativos de alunos matriculados no ensino fundamental e na educação especial, dados obtidos no Censo Escolar do exercício anterior ao do repasse. No caso das unidades educacionais públicas, o cálculo da parcela a ser transferida baseia-se, também, no princípio redistributivo, visando concorrer para a redução das desigualdades sócio-educacionais existentes nas regiões brasileiras. Desse modo, os valores destinados às escolas situadas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, excluindo o Distrito Federal, são superiores às demais regiões.

No que concerne à operacionalização, os recursos são repassados, por um lado, diretamente às escolas, creditando-os nas contas bancárias das unidades executoras das escolas públicas (UEX) e das entidades mantenedoras (EM) das escolas privadas de educação especial; e, por outro lado, indiretamente por meio de créditos nas contas bancárias das entidades executoras

(EEx), nos casos em que as unidades educacionais com até 50 alunos não possuam UEx, observando-se a vinculação do estabelecimento de ensino.

Esse mecanismo é utilizado em razão do fato de que as escolas públicas beneficiárias do PDDE não são entidades com personalidade jurídica capaz de reunir os elementos exigidos pelo Banco Central para possuir, em nome próprio, a conta corrente onde serão depositados os recursos. Por isso, o FNDE encontrou como alternativa técnica criar a figura da unidade executora.

Em seu conceito genérico, **unidades executoras** são entidades, instituições ou órgãos responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos transferidos pelo FNDE e em nome das quais a Autarquia abre a conta bancária para repassar o dinheiro. Neste sentido, elas assumem três tipos distintos:

- ✓ **Unidade Executora (UEx)** – entidade sem fins lucrativos, representativa dos estabelecimentos de ensino público, constituída e integrada por membros das comunidades escolar e local, de que são exemplos: caixas escolares, associações de pais e mestres ou similares.
- ✓ **Entidade Executora (EEx)** – prefeituras municipais e secretarias estaduais e distrital de educação, responsáveis pelas escolas que não instituam UEx.
- ✓ **Entidade Mantenedora (EM)** – entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

Com o advento do Plano de Desenvolvimento da Educação o PDDE passou a conceder parcela extra de 50% às escolas públicas rurais, a partir deste exercício e nos dois subseqüentes, a título de incentivo como parte do plano de metas Compromisso Todos pela Educação, sem quaisquer condições. Esta concessão é extensiva às escolas públicas urbanas, no biênio 2008/2009, que cumprirem as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estipuladas para o ano de 2007 pelo MEC.

No exercício de 2007, como resultado das constantes preocupações do FNDE em elevar a qualidade da gestão de seus programas, foram introduzidas, entre tantas outras, as seguintes inovações no PDDE:

- estipuladas exigências para as secretarias distrital e estaduais de educação e as prefeituras assegurarem às escolas, que não possuem UEx a prerrogativa de indicarem as necessidades a serem supridas com os recursos do programa, elaborarem e manterem em arquivo demonstrativo que evidencie os bens e materiais fornecidos e serviços contratados em favor das referidas escolas e disponibilizarem às comunidades escolar e local toda e qualquer informação referente à aplicação dos recursos do programa; e
- estabelecidas exigências para as Unidades Executoras Próprias (UEx) e Entidades Mantenedoras (EM) afixarem, nas sedes das escolas que representam, em local de fácil acesso e visibilidade, a relação dos seus membros e demonstrativo evidenciando os bens e materiais adquiridos e serviços que àquelas forem fornecidos e prestados e disponibilizarem toda e qualquer informação referente à aplicação dos recursos do programa.

Quadro 8.1.2: forma de cálculo dos valores das escolas

públicas do ensino fundamental – em 2007

Intervalo de classe de número de alunos	Valor base segundo a região ⁽¹⁾		Fator de Correção ⁽²⁾	Valor total ⁽³⁾
	NO/NE/CO ^(*)	SU/SE/DF		
21 a 50	600	500	$(X - 21) \times K$	$VB + (X - 21) \times 4.20$
51 a 99	1.300,00	1.100,00	$(X - 51) \times K$	$VB + (X - 51) \times 4.20$
100 a 250	2.700,00	1.800,00	$(X - 100) \times K$	$VB + (X - 100) \times 4.20$
251 a 500	3.900,00	2.700,00	$(X - 251) \times K$	$VB + (X - 251) \times 4.20$
501 a 750	6.300,00	4.500,00	$(X - 501) \times K$	$VB + (X - 501) \times 4.20$
751 a 1.000	8.900,00	6.200,00	$(X - 751) \times K$	$VB + (X - 751) \times 4.20$
1.001 a 1.500	10.300,00	8.200,00	$(X - 1.001) \times K$	$VB + (X - 1.001) \times 4.20$
1.501 a 2.000	14.400,00	11.000,00	$(X - 1.501) \times K$	$VB + (X - 1.501) \times 4.20$
Acima de 2.000	19.000,00	14.500,00	$(X - 2.000) \times K$	$VB + (X - 2.000) \times 4.20$

• (*) Exceto Distrito Federal

• VB = Valor Base

• K = R\$ 4.20

• X = Quantidade de alunos no início de cada classe

⁽¹⁾ Valor Base: parcela mínima a ser destinada à instituição de ensino que apresentar quantidade de alunos matriculados, segundo o Censo Escolar, igual ao limite inferior de cada intervalo de classe de número de alunos, no qual o estabelecimento de ensino esteja situado.

⁽²⁾ Fator de Correção: resultado da multiplicação da constante K pela diferença entre o número de alunos matriculados na escola e o limite inferior de cada intervalo de classe de número de alunos, no qual o estabelecimento de ensino esteja situado - $(X - \text{Limite Inferior}) \times K$ – representando X o número de alunos da escola, segundo o Censo Escolar, e K o valor adicional por aluno acima do limite inferior de cada intervalo de classe de número de alunos.

⁽³⁾ Valor Total: resultado, em cada intervalo de classe, da soma horizontal do Valor Base mais o Fator de Correção

Fonte:Dirae/FNDE

Quadro 8.1.3: forma de cálculo dos valores das escolas

privadas de educação especial – em 2007

Intervalo de classe de número de alunos	Valor base ⁽¹⁾ (R\$ 1,00)	Fator de correção ⁽²⁾	Valor total ⁽³⁾ (R\$ 1,00)
06 a 25	1.050	$(X - 06) \times 18,00$	$1.050 + (X - 06) \times 18,00$
26 a 45	1.800	$(X - 26) \times 18,00$	$1.800 + (X - 26) \times 18,00$
46 a 65	2.700	$(X - 46) \times 18,00$	$2.700 + (X - 46) \times 18,00$
66 a 85	3.600	$(X - 66) \times 18,00$	$3.600 + (X - 66) \times 18,00$
86 a 125	4.800	$(X - 86) \times 18,00$	$4.800 + (X - 86) \times 18,00$
126 a 200	5.700	$(X - 126) \times 18,00$	$5.700 + (X - 126) \times 18,00$
201 a 300	7.100	$(X - 201) \times 18,00$	$7.100 + (X - 201) \times 18,00$
Acima de 300	9.000	$(X - 301) \times 18,00$	$9.000 + (X - 301) \times 18,00$

⁽¹⁾ Valor Base: parcela mínima a ser destinada à instituição de ensino que apresentar quantidade de alunos matriculados, segundo o Censo Escolar, igual ao limite inferior de cada intervalo de classe de número de alunos, no qual o estabelecimento de ensino esteja situado.

⁽²⁾ Fator de Correção: resultado da multiplicação da constante E pela diferença entre o número de alunos matriculados na escola e o limite inferior de cada intervalo de classe de número de alunos, no qual o estabelecimento de ensino esteja situado - $(X - \text{Limite Inferior}) \times E$ – representando X o número de alunos da escola, segundo o Censo Escolar, e o valor adicional por aluno acima do limite inferior de cada intervalo de classe de número de alunos.

⁽³⁾ Valor Total: resultado, em cada intervalo de classe, da soma horizontal do Valor Base mais o Fator de Correção

As escolas privadas de educação especial, com até 05 (cinco) alunos, são contempladas com a importância de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por aluno, na categoria econômica de custeio.

Fonte: Dirae/FNDE

Os recursos financeiros referentes à implementação do Projeto de Melhoria da Escola (PME) foram transferidos exclusivamente a escolas públicas de ensino fundamental regular com, no mínimo, 50 alunos dos municípios localizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste,

integrantes da matriz 2 de atendimento definido pelo Fundescola e que tenham elaborado seu Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE).

Os recursos destinados à implementação do PME foram repassados, de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental regular, conforme Censo Escolar do ano anterior ao do repasse, tomando como parâmetros os intervalos de classe de alunos e os correspondentes valores, cabendo aos respectivos entes federados a oferta de contrapartida, conforme a Quadro 8.1.4.

Na implementação do PME, 60% dos recursos foram destinados a despesas de custeio e 40% a despesas de capital, obedecida essa proporção tanto no repasse quanto na contrapartida, que deve ser depositada na conta específica desta ação, em até 60 dias, contados da data da ordem bancária pertinente ao repasse.

Quadro 8.1.4: forma de cálculo dos valores destinados às escolas participantes da ação do PME – em 2007

Intervalo de classe de número de alunos	Valor da Assistência Financeira (R\$)		
	Repassse (70%)	Contrapartida 30%	Total (100%)
100 a 199	3.080,00	1.320,00	4.400,00
200 a 500	4.340,00	1.860,00	6.200,00
501 a 1.000	7.000,00	3.000,00	10.000,00
1.001 a 1.500	8.400,00	3.600,00	12.000,00
Acima de 1.500	10.500,00	4.500,00	15.000,00

Fonte: Dirae/FNDE

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) e parte do conjunto de estratégias previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) tem o propósito de concorrer para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em escolas do ensino fundamental regular nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, atendidas pelo Fundescola, nos anos 2005 e 2006, com o Projeto de Melhoria da Escola (PME).

Os recursos destinados às escolas serão repassados, em parcela única, de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental regular, apurado pelo Censo Escolar do ano anterior ao do repasse, tomando como parâmetros o intervalo de classe de número de alunos e os correspondentes valores, conforme o Quadro 8.1.5.

Quadro 8.1.5: forma de cálculo dos valores destinados às escolas participantes da ação do PDE escola – em 2007

Intervalo de classe de número de alunos	Valor do Repasse (R\$)		
	Custeio (60%)	Capital (40%)	Total (100%)
Até 99	6.000,00	4.000,00	10.000,00
100 a 499	9.600,00	6.400,00	16.000,00
500 a 999	18.800,00	12.400,00	31.000,00
1.000 a 1.999	25.800,00	17.200,00	43.000,00
2.000 a 2.999	31.800,00	21.200,00	53.000,00
3.000 a 3.999	39.000,00	26.000,00	65.000,00
Acima de 4.000	45.000,00	30.000,00	75.000,00

Fonte: Dirae/FNDE

A atividade Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana (FEFS) é destinada às escolas públicas das redes municipais, estaduais e do Distrital Federal, que possuam alunos matriculados no ensino fundamental, nas modalidades regular e especial, localizadas em regiões

metropolitanas com alto índice de vulnerabilidade social e selecionadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (Secad/MEC).

Os recursos se destinam à aquisição de material permanente e de consumo, com vistas a assegurar o seu funcionamento nos finais de semana, para viabilizar a realização de atividades educativas que vão além da carga horária prevista para a educação formal.

As UEx, representativas das escolas, para serem contempladas com recursos destinados ao funcionamento nos finais de semana, dos estabelecimentos de ensino que representam, devem encaminhar ao FNDE o Termo de Compromisso (Anexo II-B) e devem preencher mensalmente o formulário de monitoramento.

Os recursos financeiros são repassados em parcela única anual, por intermédio da Unidade Executora Própria (UEx), ou de consórcio; deverão ser executados de tal forma a garantir o seu funcionamento nos finais de semana, pelo período de dez meses, a contar da data do recebimento do repasse; têm como parâmetros o número de alunos matriculados no ensino fundamental, nas modalidades regular e especial e são calculados de acordo com o Quadro 8.1.6.

Do montante recebido, as escolas devem destinar R\$ 1.500,00 para a aquisição de material permanente, R\$ 2.700,00 com o fim exclusivo de ressarcimento de despesas na organização das atividades realizadas nos finais de semana ao servidor responsável, R\$ 2.700,00 com o fim exclusivo de ressarcimento de despesas das atividades realizadas na escola nos finais de semana ao coordenador responsável. Do restante dos recursos, 40% destinam-se à aquisição de material de consumo e 60% destinam-se a contratação de serviços necessários ao oferecimento das oficinas.

As atividades desenvolvidas pelo servidor responsável pela organização e pelo coordenador das atividades realizadas nas escolas nos finais de semana, bem como os serviços necessários ao oferecimento das oficinas, são consideradas de natureza voluntária, na forma definida no art. 1.º da Lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Foi realizado ainda o repasse de recursos as Unidades Executoras Próprias (UEx) Centrais de cada rede de ensino, indicadas pelas prefeituras municipais e secretarias distritais e estaduais de educação para representar grupo de até 5 (cinco) escolas, selecionadas entre aquelas que funcionem nos finais de semana. Estes recursos devem ser utilizados com as despesas comprovadamente realizadas como trabalho voluntário de supervisão e monitoramento das atividades educativas e recreativas desenvolvidas até junho de 2008.

O valor deste repasse observou os seguintes parâmetros: até R\$ 17,00 diários para as despesas com transporte, conforme estabelecido pelo Decreto n.º 3.184, de 27 de setembro de 1999, e até R\$ 7,00 diários para dispêndios com alimentação, nos termos da média extraída dos valores fixados pela Portaria n.º 71, de 15 de abril de 2004, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, limitado o ressarcimento ao máximo de R\$ 270,00 mensais, para cada voluntário.

Quadro 8.1.6: forma de cálculo dos valores destinados às escolas participantes da ação funcionamento das escolas nos finais de semana – em 2007				
Valor do Repasse (R\$)				
Intervalo de classe de número de alunos	Valor base ⁽¹⁾ (R\$)	Fator de correção ⁽²⁾	Valor parcial (VP) ⁽³⁾ (R\$)	Valor total ⁽⁴⁾ (VP + 1.500,00)
até 500	17.500,00	Grau 1: P= 0,9	Grau 1: 15.750,00	Grau 1: 17.250,00
		Grau 2: P= 1	Grau 2: 17.500,00	Grau 2: 19.000,00
		Grau 3: P= 1,1	Grau 3: 19.250,00	Grau 3: 20.750,00
501 a 1.500	17.900,00	Grau 1: P= 0,9	Grau 1: 16.110,00	Grau 1: 17.610,00
		Grau 2: P= 1	Grau 2: 17.900,00	Grau 2: 19.400,00
		Grau 3: P= 1,1	Grau 3: 19.690,00	Grau 3: 21.190,00
Acima de 1.500	18.300,00	Grau 1: P= 0,9	Grau 1: 16.470,00	Grau 1: 17.970,00
		Grau 2: P= 1	Grau 2: 18.300,00	Grau 2: 19.800,00
		Grau 3: P= 1,1	Grau 3: 20.130,00	Grau 3: 21.630,00

(1) Valor Base: valor de referência para cálculo do recurso a ser destinado à instituição de ensino, tendo por base a quantidade de alunos matriculados, segundo o Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento.

(2) Fator de Correção P: indica o grau de participação da comunidade aos finais de semana, sendo obtido a partir do seguinte cálculo:

- Grau 1 – participação baixa: público, aos finais de semana, em número igual ou inferior a 50% do número de alunos matriculados no estabelecimento de ensino; P = 0,9
- Grau 2 – participação média: público, aos finais de semana, em número entre 50% e 75% do número de alunos matriculados no estabelecimento de ensino; P = 1
- Grau 3 – participação alta: público, aos finais de semana, em número superior a 75% do número de alunos matriculados no estabelecimento de ensino. P=1,1

(3) Valor Parcial: resultado, em cada intervalo de classe, do produto do Valor Base pelo Fator de Correção.

(4) Valor Total: Valor Parcial acrescido da parcela de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos e reais), destinada à aquisição de material permanente.

Fonte: Dirae/FNDE

Finalmente, por meio da ação 0515, o FNDE destinou às escolas públicas urbanas municipais e estaduais da 5ª à 8ª série, no ensino fundamental de 8 anos, e do 6.º ao 9.º ano, no ensino fundamental de 9 anos, com mais de 50 alunos, selecionadas por meio do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) do Ministério da Educação, para receberem laboratório de informática, composto de microcomputadores com estabilizador e impressora, uma parcela suplementar de R\$ 2.500,00, sendo R\$ 1.500,00 em recursos de custeio e R\$ 1.000,00 em recursos de capital, a fim de garantir estrutura adequada à instalação e operação dos referidos laboratórios nas respectivas unidades escolares.

A parcela suplementar pode ser utilizada, em conformidade com a necessidade de cada estabelecimento de ensino, em ampliação e adequação física do prédio escolar e em aquisição de mobiliário indispensáveis à consecução do objetivo ao qual se destina.

Na hipótese do valor da parcela suplementar vir a ser inferior ou superior ao montante necessário à adequação de estrutura para o laboratório de informática, a UEx da escola beneficiada, respeitadas as respectivas categorias econômicas, poderá complementar a diferença ou empregar o saldo dos recursos nas finalidades do PDDE.

Neste exercício, do orçamento inicialmente autorizado, de R\$ 390 milhões, necessários para o atendimento ao PDDE ao PME e ao FEFS já previstos, a ação foi acrescida de R\$ 139.629.778,00 para atender ao PDE Escola, a parcela extra de 50% para as escolas rurais e para a adequação de espaço físico para instalação de laboratório de informática (ProInfo). Desta forma, a dotação final ficou em R\$ 529.629.778,00.

De acordo com a Tabela 8.1.1, pode-se verificar que, nacionalmente, o programa alcançou índices positivos no ano de 2007, visto que 93,73% dos recursos estimados foram executados. No que se refere à meta física, o percentual das escolas atendidas foi de 88,52%, contemplando 94,69% dos alunos potencialmente beneficiários do programa. Isso equivale a 28.527.046 alunos atendidos em 126.163 mil escolas distribuídas em todo o território brasileiro.

Tabela 8.1.1: Avaliação de desempenho da execução – em 2007					
Posição em 15/02/2008					
Variáveis observadas		Metas			(D) = (B/A) (%)
		Previstas (A)	Executadas (B)	C = (A-B)	
Rede pública municipal (1)					
Município		5.470	5.297	173	96,83
Escola		111.056	96.235	14.821	86,65
Aluno		18.015.291	16.684.630	1.330.661	92,61
Valor		345.064.542,13	319.085.988,15	25.978.553,98	92,47
Rede pública estadual (2)					
Sec. Estado de Educação		27	27	0	100
Escola		29.155	28.273	882	96,97
Aluno		11.865.682	11.644.990	220.692	98,14
Valor		175.012.524,87	169.419.544,13	5.592.980,74	96,8
Rede pública (3=1+2)					
Sec. Estado Educ / Município		5.497	5.324	173	96,85
Escola		140.211	124.508	15.703	88,8
Aluno		29.880.973	28.329.620	1.551.353	94,8
Valor		520.077.067,00	488.505.532,28	31.571.534,71	93,92
Rede privada (4)					
Escola		2.303	1.655	648	71,86
Aluno		243.138	197.426	45.712	81,19
Valor		9.552.711,00	7.922.384,00	1.630.327,00	82,93
Seduc / Pref. / EM (5=3+4) (*)					
Escola		142.514	126.163	16.351	88,52
Aluno		30.124.111	28.527.046	1.597.065	94,69
Valor	PDDE		359.870.467,28		
	FEFS		44.790.769,00		
	PDE Escola	529.629.778,00	49.519.000,00	33.201.861,72	93,73
	PME		30.962.680,00		
	ProInfo		11.285.000,00		
	Adic 50%		37.490.320,69		
Total		529.629.778,00	496.427.916,28(*)	33.201.861,72	93,73
Fonte:Dirae/FNDE					

A execução anual do PDDE depende, por força regulamentar, dos processos de adesão e habilitação, do exame e da aprovação dos processos de prestações de contas relativos à aplicação dos recursos repassados nos anos anteriores.

Em 2007, de acordo com a Tabela 8.1.2, 14.821 escolas municipais deixaram de ser beneficiadas com o programa, por falta de ação das prefeituras municipais, por não terem atendido ao quesito adesão, por inadimplência com a prestação de contas e outros motivos, tais como documentação de habilitação incompleta, escolas extintas/paralisadas e por não terem atendido à exigência de criação de Unidade Executora Própria (UEX).

No caso das redes estaduais, 882 estabelecimentos de ensino deixaram de ser contemplados com o PDDE, devido a ocorrências de escolas extintas/paralisadas, não criação de UEx, ou UEx inadimplentes com a prestação de contas.

No tocante à rede privada, 648 escolas de educação especial deixaram de ser beneficiadas, por não adesão ou habilitação ao programa, como também por inadimplência da entidade mantenedora com a prestação de contas.

A inexecução de parte do programa, ocasionada pelos fatores citados, representou o não atendimento de 1,5 milhão de alunos e de 16.351 unidades de ensino, deixando de ser repassados R\$ 33.201.861,72 ou seja, 6,26% da meta prevista, incluindo todas as subações.

Tabela 8.1.2: Detalhamento do número de escolas, alunos não atendidos e valores não liberados por fator impeditivo – em 2007

Quantidade		Rede			
		Municipal	Estadual	Privada	Brasil
Inadimplência	Escola	5.919	0	44	5.963
PC	Aluno	519.761	0	4.604	524.365
	Valor	10.887.696,77	0	198.730,00	10.505.880,31
Não adesão/	Escola	3.355	0	614	4.008
habilitação	Aluno	238.309	0	41.788	284.404
	Valor	4.783.706,90	0	1.429.689,00	6.213.395,90
	Escola	5.547	882	10	6.380
	Aluno	572.591	220.692	680	788.296
Outros (*)	Valor	10.887.696,77	5.592.980,74	1.908,00	16.482.585,51
	Escola	14.821	882	648	16.351
	Aluno	1.330.661	220.692	45.712	1.597.065
Total	Valor	25.978.553,98	5.592.980,74	1.630.327,00	33.201.861,72

(*) Entidades com documentação incompleta, escolas inativas, escolas sem UEx própria e escolas de UEx inadimplente.

Fonte: Dirae/FNDE

A Tabela 8.1.3 e o Gráfico 8.1.1 apresentam a execução do PDDE, considerando as escolas públicas com e sem UEx, por região. Do exame da tabela, observa-se que foram destinados R\$ 496,4 milhões para o atendimento de 126,1 mil escolas. Deste total, 94,07% (R\$ 466,9 milhões) foram destinados às UEx, o que representa 68,19% (86 mil) das escolas e 96,92% (27,6 milhões) de alunos, enquanto que 5,93% (R\$ 29,4 milhões) dos recursos foram destinados a escolas sem UEx, isto é, creditados nas contas das secretarias estaduais de educação ou prefeituras municipais, de acordo com as respectivas esferas administrativas, o que representa 31,81% (40,1 mil) das escolas e 3,08% (879,4 mil) de alunos.

Tabela 8.1.3: Demonstrativo da execução das escolas públicas com e sem UEx, por região – em 2007

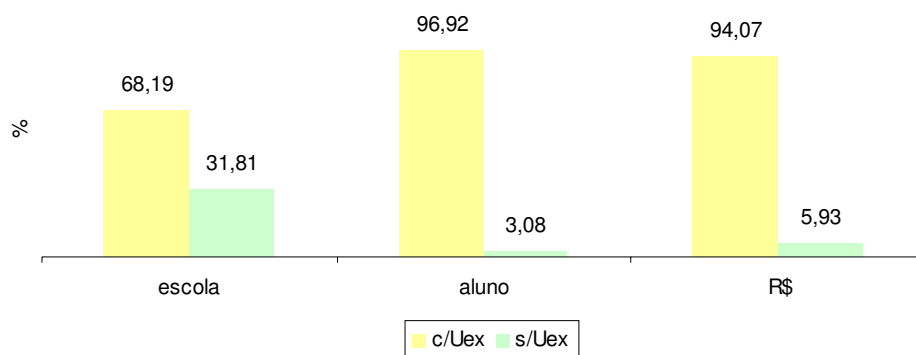
Reg	c/UEx (a)			Atendimento s/UEx (b)			Total (A + B)		
	Esc	Aluno	R\$	Esc	Aluno	R\$	Esc	Aluno	R\$
BR	86.034	27.647.643	466.970.103	40.129	879.403	29.457.813,30	126.163	28.527.046	496.427.916,28
NO	8.352	2.502.772	43.694.335,61	8.531	201.128	6.837.387,40	16.883	2.703.900	50.531.723,01
NE	35.729	8.642.196	225.917.748,75	23.044	513.721	17.724.872,90	58.773	9.155.917	243.642.621,65
SE	23.293	10.551.570	114.719.706,37	5.090	103.872	2.991.245,80	28.383	10.655.442	117.710.952,17
SU	13.387	3.873.332	48.628.441,40	2.674	46.360	1.391.437,30	16.061	3.919.692	50.019.878,70
CO	5.273	2.077.773	34.009.870,85	790	14.322	512.869,90	6.063	2.092.095	34.522.740,75

Fonte:

Dirae/FNDE

Estes números comprovam que, a cada edição do programa, vem sendo ampliada a descentralização de recursos, reforçando cada vez mais a autonomia financeira e administrativa, que contribui para reforçar também a autonomia pedagógica das escolas.

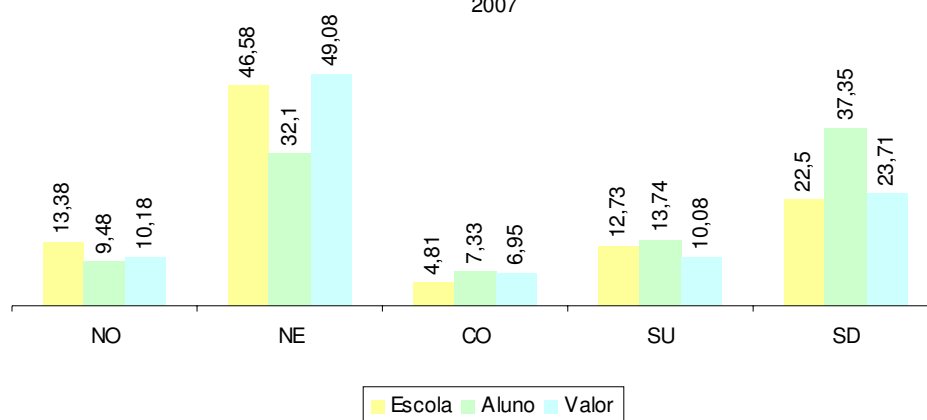
Gráfico 8.1.1: percentuais de escolas, alunos e valor repassado, na comparação escola com e sem Uex - em 2007



Esses dados demonstram que, apesar de somente 68,19% de escolas possuírem UEx, a quase totalidade dos recursos, cerca de 94,07%, foi destinada às unidades educacionais beneficiárias do programa, sem trânsito pelos governos distrital, estaduais e municipais. Esses números indicam que próximo da totalidade dos recursos recebem o efetivo controle social e que, a cada dia, vem sendo consubstanciada a política de descentralização.

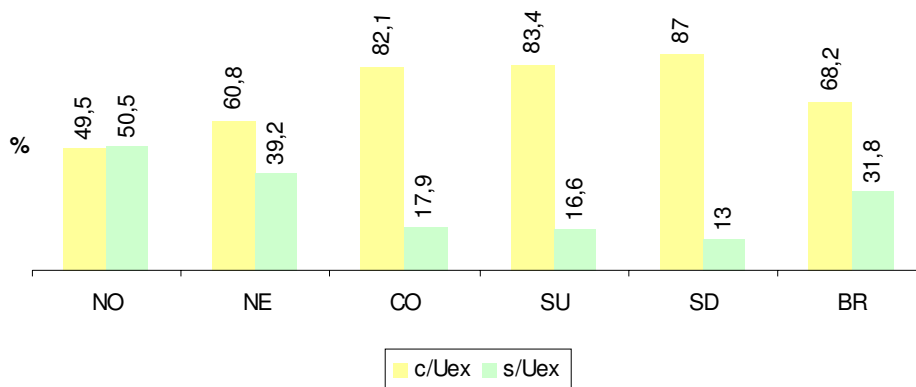
Segundo o Gráfico 8.1.2, as regiões que mais receberam recursos do programa foram a Nordeste e a Sudeste. Observa-se que, no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, a proporção de recursos em relação à quantidade de alunos é superior às Regiões Sul e Sudeste, confirmando a política redistributiva e de equalização das desigualdades existentes entre os espaços geográficos brasileiros. O maior número de repasse de recursos para a Região Nordeste deve-se principalmente à implementação do PME e do PDE.

Gráfico 8.1.2: percentuais de escolas, alunos e valor repassado por região - em 2007



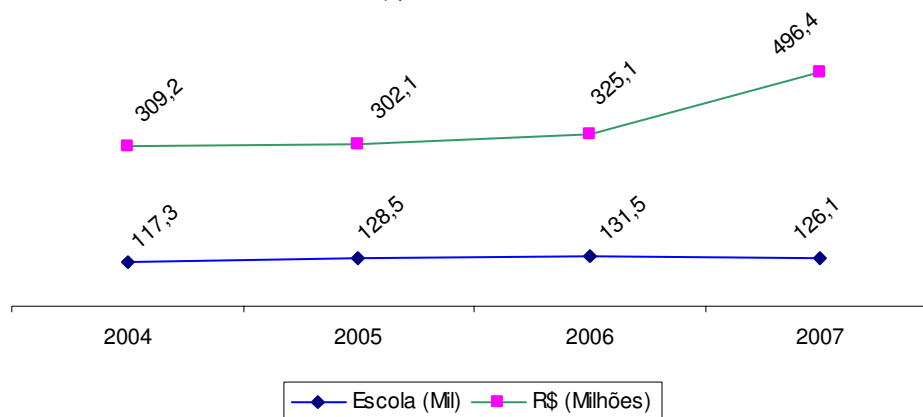
De acordo com o Gráfico 8.1.3, as regiões com maiores proporções de escolas sem UEx são, em primeiro lugar, a Norte, seguida da Nordeste. A Região Sudeste apresenta o maior índice de escolas com UEx. Já as Regiões Sul e Centro-Oeste apresentam índices muito próximos.

Gráfico 8.1.3: proporção de escolas com e sem Uex, por região e Brasil - em 2007



Ao serem avaliados os dados relativos aos exercícios de 2006 e 2007, conforme demonstrado no Gráfico 8.1.4, observa-se que houve um significativo aumento dos recursos repassados. Esse fato ocorreu tendo em vista o repasse para as escolas contempladas com o ProInfo e o acréscimo de 50% para as escolas rurais, bem como das subações PME, PDE e FEFS.

Gráfico 8.1.4: quantidade de escolas (mil) atendidas e valor repassado (R\$ milhões) pelo PDDE - 2004 a 2007



No tocante às escolas de educação especial privadas, mantidas por entidades filantrópicas, de acordo com a Tabela 8.1.4, a Região Sudeste recebeu R\$ 3,5 milhões para atender 723 estabelecimentos de ensino. Para a Região Sul, foram repassados 2,5 milhões destinados a 600 unidades educacionais. Nessas duas regiões estão situadas cerca de 79,93% das escolas beneficiárias, que receberam em torno de 77,91% dos recursos do programa, voltados a esta modalidade de ensino.

Tabela 8.1.4: Educação especial – em 2007

Região	Escola	Alunos	R\$
BR	1.655	197.426	7.922.384,00
NO	36	6.288	226.086,00
NE	170	26.020	972.820,00
SE	723	91.948	3.579.716,00
SU	600	60.308	2.593.224,00
CO	126	12.862	550.538,00

Fonte: Dirae/FNDE

Ao avaliarmos os dados relativos à execução neste exercício, constata-se que houve um significativo aumento dos recursos repassados às escolas públicas. Esse fato ocorreu tendo em vista o repasse para as escolas contempladas com o ProInfo, o acréscimo de 50% para as escolas rurais bem como das subações PME, PDE e FEFS. No entanto, com relação às escolas privadas de educação especial, houve uma pequena redução nos valores repassados e nas escolas atendidas, devido principalmente ao aumento de inadimplência na prestação de contas das entidades referentes a recursos de exercícios anteriores.

Dois aspectos precisam ser ressaltados: o primeiro refere-se à meta física. Na LOA, tal meta é de 146.247 escolas beneficiadas. Este valor está além do quantitativo de escolas passíveis de atendimento pela ação, que tem como referência o Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento. O segundo diz respeito à quantidade de escolas que foram efetivamente atendidas pela ação.

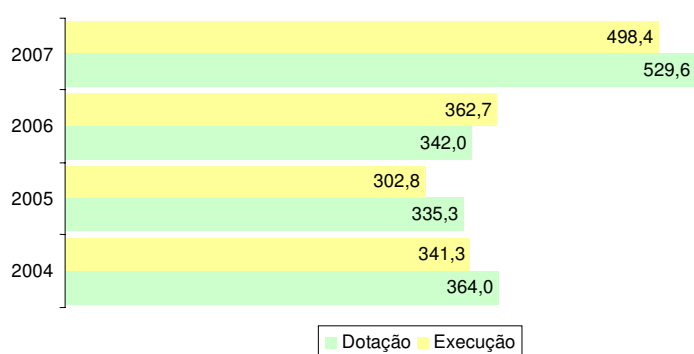
Em 2007 foram contempladas 126.163 estabelecimentos de ensino, apesar do registro de 131.289. Como foi visto no início do relato sobre esta ação, a 0515 financia diferentes atividades complementares voltadas ao apoio direto à escola. Portanto, essa diferença justifica-se pelo fato de algumas unidades educacionais terem sido contempladas com mais de uma dessas atividades.

Tabela 8.1.5: Dotação e execução orçamentária da ação 0515 - de 2004 a 2007, em milhões

Ano	Dotação	Execução
2004	364,00	341,33
2005	335,25	302,76
2006	342,00	362,68
2007	529,62	498,39
Total	1.570,87	1.505,16

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 8.1.5 :dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



8.2 1376.0969 - Apoio ao transporte escolar no ensino fundamental

Atributos	Descrição
Finalidade	Garantir a oferta de transporte escolar aos alunos do ensino público, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola.
Descrição	Consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal ou estadual e para a contratação de serviços terceirizados de transporte, tendo como base o quantitativo de alunos transportados e informados no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep).
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Coordenação Geral de Apoio à Manutenção Escolar – CGAME/Dirae/FNDE Coordenador da ação ✓ José Maria Rodrigues de Souza

Avaliação da execução da ação

Quadro 8.2.1 - Ação 0969: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
2.847.656	3.487.890	122,48	292.000.000,00	291.999.984,60	99,99	291.994.969,03	99,99	291.994.969,03	100,00
Produto: aluno apoiado Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi Gerencial / Dirae / FNDE									

Até o advento do Plano Brasil de Todos, a contribuição do governo federal destinada ao transporte do escolar para as unidades da federação, municípios e ONGs dava-se por meio de transferência voluntária. A cada convênio celebrado, a União repassa um limite de R\$ 50,0 ao ente público e R\$ 25,0 para entidades privadas mantenedoras de escolas que atendem alunos portadores de necessidades especiais. Os recursos eram transferidos na categoria econômica de capital e visavam ao financiamento de veículos.

No período de 9 anos (95 a 2003), foram investidos 343 milhões no então Programa Nacional de Transporte de Escolar (PNTE). Porém, a partir de 2004, atendendo a demanda dos gestores municipais e estaduais, a União mudou o paradigma de financiamento do transporte escolar, instituindo o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate), mediante a Lei n.º 10.880/2004.

Com o novo modelo, o FNDE repassa recursos financeiros, em caráter suplementar, de forma automática, ao DF e a todos os municípios e estados que tenham alunos do ensino fundamental declarados no Censo Escolar e que residam na área rural, visando auxiliar as redes de ensino públicas nas despesas com transporte.

Nos dois primeiros anos do PPA Brasil de Todos, o valor *per capita* era único. Mas, a partir de 2006, considerando as diferentes realidades brasileiras quanto aos aspectos de vias, distâncias percorridas, tipos de veículos (rodoviário e hidroviário) que impactam no custo do serviço, além do fator socioeconômico local, o FNDE instituiu o Fator de Necessidade de Recursos dos Municípios (FNR-M), possibilitando calcular os valores *per capita*s a serem repassados de forma diferenciada considerando:

- extensão do município;
- população rural do município; e
- população abaixo da linha de pobreza do município.

Os municípios de cada estado foram ordenados segundo o valor de seu FNR-M (ordem crescente) e classificados em quatro faixas conforme demonstra o Quadro 8.2.2, destacando-se que, dependendo do FNR-M, houve uma variação de até 30,6% no valor *per capita* repassado.

Quadro 8.2.2: classificação dos municípios por faixa

Faixas de Municípios	Necessidade de Recursos
Faixa 1	Muito Baixa (MB)
Faixa 2	Baixa (B)
Faixa 3	Média (M)
Faixa 4	Alta (A)

Fonte: Dirae/FNDE

A partir das faixas apresentadas no Quadro 8.2.2, foram obtidos os valores a serem repassados aos entes federados, conforme demonstrado no Quadro 8.2.3.

Quadro 8.2.3: distribuição de recurso – Pnate

Faixa						Faixa					
UF	1(MB)	2(B)	3(M)	4 (A)	% (4/1)	UF	1(MB)	2(B)	3(M)	4 (A)	% (4/1)
DF	84,54					TO	85,28	90,55	95,83	101,1	18,60%
RJ	81,89	83,79	85,68	87,58	6,90%	MS	85,06	90,11	95,17	100,2	17,80%
SC	81,71	83,42	85,13	86,84	6,30%	RO	85,24	90,48	95,71	101	18,40%
RS	81,63	83,27	84,9	86,53	6,00%	MT	84,97	89,93	94,9	99,87	17,50%
PR	81,56	83,13	84,69	86,26	5,80%	MA	85,01	90,01	95,02	100	17,70%
SP	81,72	83,43	85,15	86,87	6,30%	PI	85,43	90,86	96,29	101,7	19,10%
SE	82,91	85,82	88,73	91,64	10,50%	CE	84,78	89,56	94,34	99,11	16,90%
ES	83,02	86,05	89,07	92,09	10,90%	BA	85,02	90,05	95,07	100,1	17,70%
RN	83,1	86,19	89,29	92,38	11,20%	RR	86,44	92,88	99,33	105,8	22,40%
GO	83,19	86,38	89,58	92,77	11,50%	AP	89,09	98,18	107,3	116,4	30,60%
AL	83,14	86,28	89,42	92,56	11,30%	AC	86,96	93,91	100,9	107,8	24,00%
PB	83,34	86,67	90,01	93,35	12,00%	AM	88,75	97,49	106,2	115	29,60%
PE	83,23	86,45	89,68	92,91	11,60%	PA	86,54	93,09	99,63	106,2	22,70%
MG	83,26	86,53	89,79	93,06	11,80%						

Fonte: Dirae/FNDE

A partir de 2004, com esta nova sistemática adotada pela política de financiamento do transporte do escolar, a evolução dos recursos transferidos pelo governo federal registrou incrementos substanciais e, no período do Programa Brasil de Todos, que se encerra neste exercício, o Pnate repassou aos estados, DF e municípios cerca de R\$ 1,13 bilhão. Neste sentido, a média anual de investimentos do governo federal no segmento de transporte do escolar aumentou de R\$ 38,0 milhões para 281 milhões anuais.

Em 2007, a ação contou com recursos no valor de R\$ 292 milhões, dos quais foram executados a quase totalidade (99,99%), contemplando 3,5 milhões de alunos, cerca de 22% além da meta física

estimada. Este aspecto pode estar associado ao fato de que a estimativa do programa é realizada com base no censo do ano que antecede a elaboração da proposta orçamentária. A execução por UF e esfera administrativa (estadual e municipal) pode ser vista no Quadro 8.2.3.

Tabela 8.2.1: Repasses dos recursos do Pnate por rede de ensino - em 2007						
UF	REPASSE 2007					
	CLIENTELA MUNICIPAL		CLIENTELA ESTADUAL		TOTAL GERAL	
	ALUNOS	VALORES	ALUNOS	VALORES	ALUNOS	VALORES
AC	8.967	807.088,04	5.262	267.614,85	14.229	1.074.702,89
AL	85.855	7.411.473,61	0	0,00	85.855	7.411.473,61
AM	64.336	5.253.678,58	7.127	692.246,31	71.463	5.945.924,89
AP	2.510	267.705,88	8.029	828.134,63	10.539	1.095.840,51
BA	491.431	43.633.053,08			491.431	43.633.053,08
CE	229.727	21.162.241,64	14.530	1.293.690,73	244.257	22.455.932,37
DF			23.721	1.613.140,18	23.721	1.613.140,18
ES	69.724	5.482.334,40	26.172	48.839,69	95.896	5.531.174,09
GO	50.585	3.889.393,00	25.682	3.032.333,50	76.267	6.921.726,50
MA	100.764	7.435.023,95			100.764	7.435.023,95
MG	229.550	17.960.132,97	140.081	17.750.381,54	369.631	35.710.514,51
MS	58.245	5.077.089,25	18.514	8.672,70	76.759	5.085.761,95
MT	60.515	5.299.108,19	19.958	1.351.036,68	80.473	6.650.144,87
PA	160.103	14.242.616,22	20.627	1.833.571,82	180.730	16.076.188,04
PB	84.658	6.993.986,31	36.041	3.738.689,98	120.699	10.732.676,29
PE	204.814	17.191.960,78	0	0,00	204.814	17.191.960,78
PI	91.735	8.115.067,20	5.679	644.788,34	97.414	8.759.855,54
PR	106.388	8.250.423,02	107.855	10.831.444,21	214.243	19.081.867,23
RJ	81.960	5.490.366,43	0	0,00	81.960	5.490.366,43
RN	66.438	5.351.073,85	21.683	898.641,98	88.121	6.249.715,83
RO	59.662	5.017.070,90	0	0,00	59.662	5.017.070,90
RR	1.181	64.179,74	0	0,00	1.181	64.179,74
RS	229.801	17.796.990,02	0	0,00	229.801	17.796.990,02
SC	150.706	11.637.581,60	0	0,00	150.706	11.637.581,60
SE	53.730	4.288.511,07	0	0,00	53.730	4.288.511,07
SP	217.429	16.566.682,17	0	0,00	217.429	16.566.682,17
TO	31.585	2.476.909,99	0	0,00	31.585	2.476.909,99
TOTAL	2.992.399	247.161.741,89	480.961	44.833.227,14	3.473.360	291.994.969,03
Fonte: Dirae/FNDE						

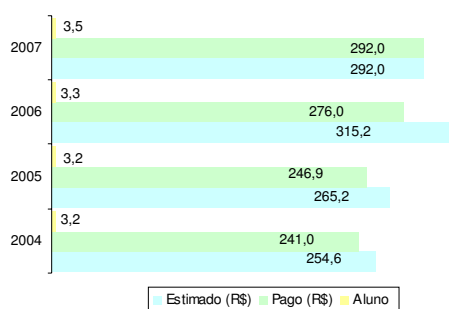
Considerando o período de 2004 a 2007, de acordo com o Gráfico 8.2.1 e a Tabela 8.2.2, observa-se uma pequena redução do alunado atendido, de 2004 a 2005, tendência esta alterada nos dois anos seguintes. No que concerne à execução financeira, percebe-se uma tendência de redução do hiato (estimativa x execução) no último ano da série. Este indicador demonstra os resultados do esforço do FNDE no sentido de melhorar a gestão de suas ações, destacando-se, em especial, mediante difusão de informação e capacitação, a volta aos gestores do programa. Estas medidas diminuem a incidência de inadimplência de prestação de contas, bem como reduzem a incidência, também, de saldos, os quais, a depender do valor, são descontados nos repasses do anos seguinte.

Tabela 8.2.2: Evolução da execução da ação 0969 - 2004 a 2007

Ano	Estimado (R\$)	Pago (R\$)	Aluno
2004	254,55	241,00	3,22
2005	265,19	246,93	3,21
2006	315,23	276,00	3,31
2007	292,00	291,99	3,49
Total	1.126,97	1.055,92	13,23

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico nº 8.2.1: Evolução da execução da ação - 2004 a 2007



Em pesquisa realizada pelo FNDE/Ceftru-UnB, confirmou-se a situação caótica em que o transporte escolar é realizado no Brasil. A idade média dos veículos chega a 16 anos e 6 meses, enquanto que 27% dos veículos utilizados são inadequados para o transporte escolar, pois foram construídos para o transporte de cargas e não de passageiros. No Nordeste os veículos inadequados chegam a 60% da frota utilizada para o transporte de alunos. Soma-se a esta realidade o tempo que os alunos “gastam” dentro dos veículos, que, em muitos casos, chega a ser o dobro do tempo em que eles permanecem na escola.

Dados estatísticos do MEC registram que a falta de transporte escolar tem contribuído sobremaneira para a evasão escolar. A inexistência de transporte suficiente para a demanda; as dificuldades das prefeituras de municípios mais carentes para a aquisição, não só pelas questões relativas a licitações, mas também pelos poucos recursos disponíveis; o sabido mau estado de conservação dos poucos veículos existentes; e a utilização de veículos inadequados ao transporte de alunos tornaram imperativo o estabelecimento de medidas que possibilitassem um maior equilíbrio entre a demanda e os meios necessários para supri-la.

Para tanto, além do Pnate, o governo federal criou o Programa Caminho da Escola com o objetivo de renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica da zona rural dos sistemas estadual e municipal, por meio de concessão de operações de crédito ao Distrito Federal, aos estados e municípios brasileiros para aquisição, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), ou ainda com recursos próprios quando disponíveis, de ônibus de transporte escolar, zero quilômetro, bem como de embarcações novas.

Poderão ser beneficiados com o apoio financeiro do Caminho da Escola, o Distrito Federal e os estados e municípios que transportam alunos da educação básica da zona rural.

Em face da gravidade do problema, o poder público uniu forças e envolveu o BNDES e os agentes financeiros por ele credenciados, o Ministério da Fazenda, o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), conseguindo com isto a liberação de uma linha de crédito no valor de R\$ 300, milhões, redução a zero das alíquotas de ICMS, PIS e Cofins e a rigorosa padronização dos ônibus e embarcações, o que culminou numa substancial economia de recursos e garantia de maior segurança no transporte dos alunos beneficiados.

O FNDE atua no Programa através da elaboração de suas resoluções disciplinadoras, da construção das especificações e termos de referência e com a realização dos pregões eletrônicos para registro de preços em nível nacional, aos quais os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão aderir, garantindo com isto uma rigorosa padronização dos ônibus e embarcações, uma redução substancial dos custos em consequência do ganho de escala e da desoneração tributária, além de agilidade e transparência nas aquisições, com a entrega do bem diretamente ao ente estadual ou municipal beneficiário, sem o tradicional repasse de recursos.

No âmbito do programa são financiados ônibus escolares, zero quilômetro, de 44, 31 e 23 passageiros, assim como embarcações novas de 20 e 35 lugares. Esta iniciativa, somada ao novo desenho de transporte financiado pela ação 0969, é prova da determinação do governo federal em buscar soluções com vistas a enfrentar o problema crônico dos sistemas de ensino público e a assegurar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes à educação básica.

8.3 1376.4046 - Distribuição de materiais e livros didáticos para o ensino fundamental

Atributos	Descrição
Finalidade	Prover de livros e materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente, as escolas públicas do ensino fundamental das redes federal, estadual, municipal e distrital, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira prioritariamente nos Países do Mercosul.
Descrição	As obras didáticas que comporão o Programa são inscritas pelos detentores de direitos autorais e, após triagem, são enviadas à secretaria finalística do MEC, responsável pelo nível/modalidade de ensino, para avaliação pedagógica. Uma vez avaliadas, as obras comporão o Guia do Livro Didático (instrumento contendo resenha detalhada de cada obra), que é encaminhado aos professores para ajudá-los na escolha do livro mais adequado à sua realidade. Após o envio do formulário de escolha pelas escolas, o que pode ocorrer também via Internet, o FNDE processa os dados, gerando subsídios à negociação e aquisição dos livros didáticos. Compõe o processo de implementação do Programa a participação do FNDE em feiras e eventos relacionados ao assunto, visando sua melhoria qualitativa. Integram a operacionalização do programa, entre outras, as etapas de controle de qualidade física, a triagem e avaliação de obras, bem como a operacionalização da logística compreendida entre o recebimento e a distribuição, que é realizada mediante a contratação de empresa especializada.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Coordenação-Geral dos Programas do Livro –CGPLI/Dirae/FNDE Coordenador da ação ✓ Sonia Schwartz Coelho

Avaliação da execução da ação

Quadro 8.3.1 - Ação 4046: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
99.715	99.715	100,00	639.948.005,00	639.862.219,96	99,99	486.388.263,28	76,01	350.777.298,74	72,12
Produto: exemplar distribuído Unidade de medida: milhar Fonte: Siafi gerencial / FNDE									

A distribuição de livros didáticos a alunos e professores do ensino fundamental da rede pública consubstanciou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que, no âmbito programático do orçamento, corresponde à ação distribuição de livro didático para o ensino fundamental (Código 4046). Ao longo dos anos, o PNLD se consolidou por meio da ampliação de títulos e disciplinas, da universalização do direito ao livro e da expansão de público-alvo. Além de livros didáticos, a ação contempla também a aquisição e distribuição de dicionários da língua portuguesa, além de periódicos destinados às escolas do ensino fundamental.

Ainda por intermédio do PNLD, o FNDE:

- adquiriu os periódicos Ciência Hoje das Crianças, Nova Escola, Pátio Infantil, Pátio Pedagógico e Gestão em Rede, para serem distribuídos no âmbito do programa, conforme Quadro 8.3.2;
- adquiriu material para alunos com surdez e cegueira severa ou profunda, em Libras e Braille, buscando garantir a inclusão de discentes com estas necessidades especiais nas escolas, conforme Quadro 8.3.2;
- desenvolveu atividades de suporte ao programa, para garantir sua execução, como: triagem e avaliação de títulos do PNLD/2008, controle de qualidade, monitoramento do programa, realização de encontros de técnicos operacionais do programa, produção e distribuição do guia para escolha do livro didático, transcrição e impressão de livros em Braille e distribuição de materiais didáticos diversos. As informações quantitativas encontram-se detalhadas no Quadro 8.3.2.

Dentre as várias características importantes do programa, merece ser destacada a sua forma de atendimento, que segue uma sistemática programação de alternância entre entregar todos os livros a todos os alunos em um ano e complementar, nos dois anos seguintes. Essa forma de atendimento, associada à aquisição de livros em grande quantidade, responde, em boa parte, pela eficiência do programa.

No PNLD/2008, a distribuição ocorreu a partir de setembro de 2007 e avançará, segundo a programação, até fevereiro do ano subsequente, sendo que as escolas de 1ª e de 5ª a 8ª séries receberam livros para todos os alunos matriculados, e as escolas de 2ª a 4ª série receberam os livros de complementação, para serem utilizados no ano letivo de 2008. Nesse sentido, foram adquiridos 110,2 milhões de livros didáticos, por R\$ 559,7 milhões. Este valor, acrescido da parcela correspondente ao custo de distribuição de R\$ 91,4 milhões, totalizou R\$ 651,1 milhões, conforme demonstrado na Tabela 8.3.1.

UF	Físico			Financeiro		
	Alunos beneficiados	Escolas atendidas	Livro	Aquisição	Distribuição	Aquisição + Distribuição
BR	31.140.144	139.839	110.241.724	559.752.767,00	91.417.075,33	651.169.842,33
NO	3.424.615	21.830	12.542.926	62.698.278,26	10.634.564,15	73.332.842,41
RO	305.569	1.593	1.091.880	5.567.935,58	970.853,80	6.538.789,38
AC	168.897	1.561	633.835	3.080.455,48	588.332,01	3.668.787,49
AM	812.508	4.849	3.026.014	15.061.046,97	2.582.387,22	17.643.434,19
RR	89.820	645	325.117	1.625.799,59	299.180,56	1.924.980,15
PA	1.638.124	10.819	5.999.335	29.858.439,34	4.897.568,69	34.756.008,03
AP	143.329	622	519.375	2.668.312,10	413.320,67	3.081.632,77
TO	266.368	1.741	947.370	4.836.289,20	882.921,20	5.719.210,40
NE	9.959.973	65.969	35.716.552	179.242.489,36	32.072.067,65	211.314.557,01
MA	1.461.652	11.717	5.104.262	25.352.311,03	4.977.591,85	30.329.902,88
PI	611.977	6.196	2.165.316	10.745.075,18	2.278.615,29	13.023.690,47
CE	1.466.695	7.790	5.288.862	26.761.322,47	4.791.225,67	31.552.548,14
RN	505.348	2.996	1.715.639	8.801.588,55	1.528.574,18	10.330.162,73
PB	675.441	5.433	2.314.721	11.673.117,70	2.183.290,06	13.856.407,76
PE	1.491.642	8.236	5.345.198	26.970.688,12	4.690.552,58	31.661.240,70
AL	686.442	2.909	2.372.317	12.019.880,20	1.915.702,32	13.935.582,52
SE	370.320	1.940	1.273.237	6.501.159,61	1.087.383,22	7.588.542,83
BA	2.690.456	18.752	10.137.000	50.417.346,50	8.619.132,48	59.036.478,98
SE	11.268.506	29.498	38.767.614	198.147.619,42	29.424.787,07	227.572.406,49

MG	3.034.562	11.399	10.769.897	55.475.229,14	8.856.363,25	64.331.592,39
ES	537.214	2.623	1.867.911	9.305.645,14	1.637.441,33	10.943.086,47
RJ	1.944.812	5.034	6.441.458	32.285.189,83	4.917.199,98	37.202.389,81
SP	5.751.918	10.442	19.688.348	101.081.555,31	14.013.782,51	115.095.337,82
SU	4.271.168	16.150	15.223.589	78.734.336,61	12.932.795,75	91.667.132,36
PR	1.688.134	5.538	5.982.353	31.007.830,37	4.765.946,92	35.773.777,29
SC	964.651	3.593	3.369.067	17.337.077,99	2.891.514,50	20.228.592,49
RS	1.618.383	7.019	5.872.169	30.389.428,25	5.275.334,33	35.664.762,58
CO	2.215.882	6.392	7.991.043	40.930.043,35	6.352.860,71	47.282.904,06
MS	444.105	845	1.620.473	8.099.225,03	1.224.397,79	9.323.622,82
MT	538.395	2.102	1.855.371	9.553.310,88	1.635.486,44	11.188.797,32
GO	875.432	2.948	3.238.933	16.696.046,16	2.613.837,73	19.309.883,89
DF	357.950	497	1.276.266	6.581.461,28	879.138,75	7.460.600,03

Fonte: Dirae/FNDE

As metas física e financeira superaram a estimada, cujas razões foram anteriormente apresentadas. O financiamento do excedente de livros em relação à programação transcorreu por meio da ação 0509 – desenvolvimento da educação básica –, conforme demonstrado no Quadro 8.3.2.

Quadro 8.3.2: valores* totais gastos com a ação distribuição de livros didáticos para o ensino fundamental – em 2007				
AÇÃO - 4046.0001	Aquisição	Distribuição	Outros	Total
Aquisição e distribuição de livros didáticos – PNLD 2008	559.752.767,00	56.495.724,82		616.248.491,82
Mixagem			651.736,94	651.736,94
Aquisição de cartilhas para alunos com surdez severa ou profunda	435.155,00			435.155,00
Aquisição e distribuição de periódicos	9.483.961,04			9.483.961,04
Controle de qualidade			756.259,12	756.259,12
Triagem			1.296.000,00	1.296.000,00
Encontro Nacional dos Programas do Livro			242.100,00	242.100,00
Aquisição de guias			628.775,28	628.775,28
Transcrição e impressão de livros em Braille			2.910.868,60	2.910.868,60
Aquisição livros didáticos - complementação PNLD 2007	7.208.872,16			7.208.872,16
TOTAL - 4046.0001	576.880.755,20	56.495.724,82	6.485.739,94	639.862.219,96
AÇÃO - 0509.0105	AQUISIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	OUTROS	TOTAL
Distribuição de livros didáticos - PNLD 2008		21.549.700,91		21.549.700,91
TOTAL - 0509.0105	0	21.549.700,91	0	21.549.700,91
TOTAL PNLD 2008	576.880.755,20	78.045.425,73	6.485.739,94	661.411.920,87

Fonte: Dirae/FNDE

Na Tabela 8.3.2, apresentou-se da evolução a execução do programa, no decorrer dos exercícios de 2003 a 2007.

Tabela 8.3.2: Execução físico-financeiro no período de 2003 a 2007

Ano de aquisição	Ano do PNLD (Ano letivo)	Alunos Beneficiados	Escolas Beneficiadas	Físico		Financeiro
				Livros	Dicionários	
2003	2004	31.911.098	149.968	116.030.521	3.349.920	600.074.313,00
2004	2005	30.837.947	149.968	111.189.126		619.247.203,00
2005	*2006	29.864.445	147.407	44.245.296	6.403.759	352.797.577,00
2006	2007	28.591.571	144.943	102.521.965		563.725.709,98
2007	2008	31.140.144	139.839	110.241.724		651.169.842,33

Fonte: Dirae/FNDE

* a despesa com aquisição de livros em 2006 foi inferior, tendo em vista que foram adquiridos livros exclusivamente para reposição/complementação de 2ª a 8ª série.

Para uniformizar as negociações dos livros didáticos foi convencionada a negociação com as editoras com o valor de um caderno tipográfico composto de 16 páginas.

O valor do caderno tipográfico varia inversamente com a quantidade de exemplares adquirida e diretamente ao valor do dólar e da inflação.

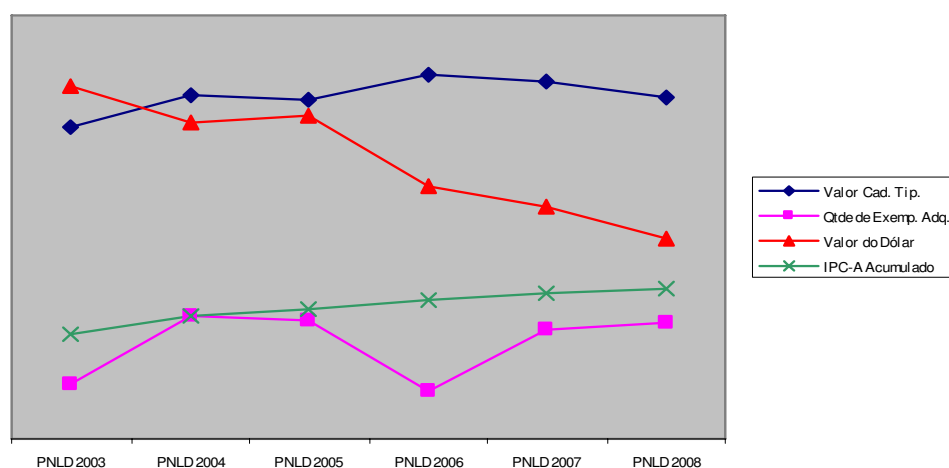
A variação anual na quantidade de livros didáticos distribuídos, observada na Tabela 8.3.2 e refletida no Gráfico 8.3.1, se dá em função da distribuição trienal de livros para todos os alunos matriculados na rede pública. Os livros adquiridos para a distribuição inicial, no primeiro ano, são utilizados, por três anos, e os livros enviados a título de reposição ou complementação, no segundo e no terceiro anos, são utilizados por dois anos e um ano, respectivamente, à exceção dos livros de 1ª série cuja distribuição é anual, visto que são consumíveis.

Em 2004, foram distribuídos livros didáticos para todos os alunos de 1ª e de 5ª a 8ª série, relativos ao PNLD/2005 e complementados os livros de 2ª a 4ª série, utilizados no exercício. Em 2005, para utilização em 2006, foram distribuídos livros, a título de complementação anual, para o alunado de 2ª a 8ª série, para cobrir eventuais acréscimos de matrícula, bem como livros de 1ª série para todos os alunos. Já em 2006, para utilização em 2007, foram distribuídos livros de 1ª a 4ª série para todos os alunos. Para os alunos de 5ª a 8ª série a distribuição foi parcial - foi encaminhado às escolas um percentual de livros, a título de complementação anual, visando substituir aqueles porventura danificados ou não devolvidos ao final do período letivo e para cobrir eventuais acréscimos de matrícula.

No exercício correspondente ao deste relatório, foram complementados os livros de 2ª a 4ª série e distribuídos livros para todos os alunos de 1ª e de 5ª a 8ª séries, para utilização em 2008.

Alguns fatores corroboram para a variação do preço unitário dos livros didáticos. A tiragem, bem como as séries a serem adquiridas são fatores determinantes da elevação ou redução do preço unitário. O valor dos livros de 1ª a 4ª série é inferior ao valor dos livros de 5ª a 8ª série.

Gráfico 8.3.1: VALOR DO CADERNO TIPOGRÁFICO EM COMPARAÇÃO AO DÓLAR, INFLAÇÃO (IPC-A) E A QUANTIDADE ADQUIRIDA



	PNLD 2003	PNLD 2004	PNLD 2005	PNLD 2006	PNLD 2007	PNLD 2008
Valor do Caderno Tipográfico	0,2954	0,3256	0,3202	0,3433	0,338	0,3219
Quantidade de Exemplares Adquiridos	52.496.832	116.030.521	111.189.126	44.245.296	102.521.965	110.241.724
Cotação do Dólar *	3,3267	2,9998	3,0458	2,3777	2,1897	1,884
IPC-A Acumulado **	-	15,43%	23,29%	31,39%	36,80%	41,87%

Fonte: Dirae/FNDE

(*) - Cotação do Dólar em 1.º de agosto do ano anterior ao ano do PNLD, data prevista para o início da negociação.

(**) – IPC-A acumulado anualmente em relação a 01/08/2002, início das negociações do PNLD 2003.

O Quadro 8.3.3 apresenta a relação das editoras, com as respectivas quantidades de livros adquiridas pelo FNDE e valores pagos, referente ao exercício de 2007.

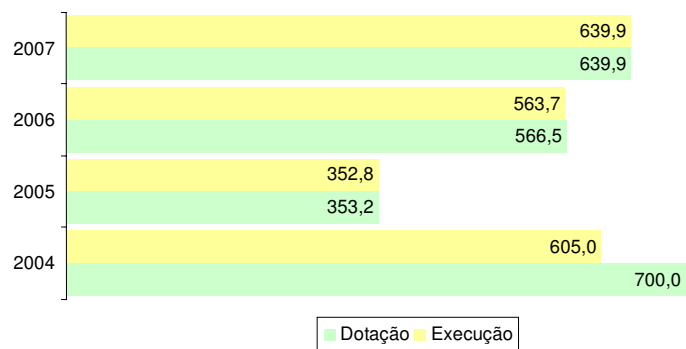
Quadro 8.3.3: quantidade e valores de aquisição por editora - em 2007		
Editora	PNLD	
	Quantidade	Valor de aquisição
Editora Educarte Ltda	1.901	35.759,19
Casa Publicadora Brasileira	88.798	1.015.654,42
Editora Sarandi Ltda	536.312	3.368.289,36
Base Editora e Gerenciamento Pedagógico Ltda	609.831	4.100.193,44
Editora Dimensão Ltda	425.381	3.411.842,89
Editora Nova Geração Ltda	250.552	1.417.978,44
Ibep Inst. Brasileiro de Edições Pedagógicas Ltda	2.294.468	12.752.748,72
Editora do Brasil S/A	3.538.648	20.650.604,34
Edições Escala Educacional S/A	3.579.987	17.837.644,53
Editora Positivo Ltda	5.186.321	27.624.343,28
Editora Scipione S/A	6.091.137	33.175.765,19
Saraiva Livresiros Editores	12.602.527	67.427.203,83
Editora Ática S/A	17.353.460	97.527.973,57
Editora FTD S/A	21.575.189	107.936.653,30
Editora Moderna Ltda	36.107.212	161.470.112,50
Total	110.241.724	559.752.767,00
Fonte: Dirae/FNDE		

Tabela 8.3.3: Dotação e execução orçamentária da ação 4046 - de 2004 a 2007, em milhões

Ano	Dotação	Execução
2004	700,00	604,97
2005	353,17	352,79
2006	566,54	563,72
2007	639,94	639,86
Total	1.559,65	1.556,37

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 8.3.2: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



8.4. 1376.5079 - Fortalecimento da escola - Fundescola III

Atributos	Descrição
Finalidade	Promover a melhoria do desempenho dos sistemas de ensino fundamental público nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em parceria com as secretarias municipais e estaduais de educação, visando melhorar os indicadores educacionais das crianças localizadas nestas regiões.
Descrição	Promoção da adequação das escolas participantes e financiamento da construção de novas escolas, utilizando projetos arquitetônicos desenvolvidos em parceria com as secretarias de educação dos estados, e fornecimento de móveis e equipamentos básicos indispensáveis ao padrão mínimo de funcionamento; promoção da capacitação das equipes das secretarias e escolas envolvidas na execução do projeto, com vistas a garantir a execução das ações de melhoria da escola e de formação continuada dos profissionais em função docente, por meio de estratégias de adoção e incorporação de novas metodologias de gestão escolar e institucional e de novas metodologias pedagógicas.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria de Assistência a Programas Especiais – Dipro/FNDE Coordenador da ação ✓ Maria Izabel Brunaccil Ferreira dos Santos

Avaliação da execução da ação

Quadro 8.4.1 - Ação 5079: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
2.440	7.130	292,22	46.425.800,00	38.081.299,84	82,03	37.638.213,84	98,84	37.638.213,84	100,00
Produto: escola beneficiada Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi gerencial / Dipro / FNDE									

O Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) é um programa realizado pelo FNDE, em conjunto com os estados, os municípios e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que busca dar efetividade às políticas educacionais, tomando como eixo a gestão educacional de qualidade, enfocando o fortalecimento das escolas e das instituições responsáveis, conforme demonstrado no Quadro 8.4.2.

Foi desenvolvido tendo por missão melhorar o desempenho dos alunos no ensino fundamental das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aumentando a eficácia e a equidade das escolas e dos sistemas educacionais, oferecendo serviços e produtos educacionais de qualidade, além de assistência técnica e financeira para o fortalecimento das escolas públicas de ensino fundamental e das secretarias de educação.

Quadro 8.4.2: atividades da ação 5079, no âmbito do Fundescola III	
1. Planejamento Estratégico da Secretaria de Educação (PES) Consiste no processo gerencial desenvolvido para a secretaria de educação, visando o alcance de uma situação desejada, de maneira efetiva, com a melhor concentração de esforços e recursos.	7. Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas (PMFE) São as condições básicas e o conjunto de insumos necessários para a realização dos serviços escolares essenciais e para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma adequada.
2. Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) É um processo gerencial de planejamento estratégico desenvolvido para a escola, implantado de modo participativo com a comunidade escolar (equipe escolar e pais de alunos), que pretende contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da escola pública e para melhorar a qualidade do ensino.	8. Microplanejamento Educacional É uma proposta metodológica de planejamento educacional capaz de apresentar as necessidades de ajustes na criação, ampliação ou reorganização da rede física, orientação do transporte escolar, distribuição do material de ensino-aprendizagem, e da contratação e capacitação de recursos humanos, a partir dos balanços entre <i>déficit e superávit</i> de salas de aula, material didático, professores, secretárias, diretores, entre outros profissionais necessários ao funcionamento de cada unidade escolar.
3. Projeto de Melhoria da Escola (PME) É o conjunto de metas e ações selecionadas pela escola, a partir do PDE-Escola. O projeto viabiliza o repasse de recursos diretamente para a escola, tendo como foco a melhoria da aprendizagem dos alunos.	9. Levantamento da Situação Escolar (LSE) É um instrumento de coleta de informações sobre a situação das escolas de ensino fundamental regular, objetivando o planejamento da educação nos estados e municípios atendidos pelo Fundescola.
4. Escola Ativa É uma estratégia metodológica do Programa para as escolas rurais, com classes multisseriadas (de 1ª a 4ª série) para combater a reprovação e o abandono.	10. Projeto de Adequação do Prédio Escolar (Pape) É um projeto que visa estabelecer, nas edificações escolares, condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade.
5. Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar) É um programa de formação continuada, nas modalidades semipresencial e presencial, destinado à capacitação de professores, em exercício de 1ª a 4ª série (Gestar I) e de 5ª a 8ª série (Gestar II), em Matemática e Língua Portuguesa.	11. Espaço Educativo Construção de Escolas É a ação pela qual os estados e municípios têm a possibilidade de viabilizar novas vagas para sua rede escolar, por meio de construção de novas escolas conforme demandas detectadas pelo Microplanejamento. Os Projetos arquitetônicos são disponibilizados pelo Fundescola e atendem às peculiaridades físicas e culturais de cada região, e são divididos em: • Espaço Educativo Urbano I - 08 a 12 salas de aula; • Espaço Educativo Urbano II - 04 e 06 salas de aula; • Espaço Educativo Rural - 01 e 02 salas de aula; • Espaço Educativo Indígena - 02 salas de aula.
6. Programa de Apoio à Leitura e Escrita (Praler) É um programa de formação continuada, nas modalidades semipresencial e presencial, destinado à capacitação de professores em exercício, das séries iniciais da educação básica.	12. Programa de Melhoria da Qualidade do Mobiliário e Equipamento Escolar (PMQE) É a ação pela qual as escolas beneficiadas pelo Projeto de Adequação do Prédio Escolar recebem, para cada sala de aula adequada: armário de aço, mesa e cadeira para o professor, conjunto-aluno e ventiladores. Para as escolas construídas, são financiados todo o mobiliário e o equipamento necessário ao funcionamento das mesmas. O mobiliário e os equipamentos fornecidos são regulamentados pela NBR 14006/97 e, especificamente, o conjunto-aluno, pelo Regulamento de Avaliação da Conformidade - Inmetro.
Fonte: Dipro/FNDE	

O Fundo foi estruturado – como estratégia para a distribuição dos recursos e a definição do programa de trabalho – nas etapas: Fundescola I, no valor de US\$ 125 milhões (de junho de 1998 a junho de 2001), Fundescola II, no valor de US\$ 402 milhões (de dezembro de 1999 a dezembro de 2005) e o Fundescola III-A, no valor de US\$ 320 milhões (que vem sendo executado desde junho de 2002).

Fundescola III-A está estruturado em componentes e subcomponentes, de acordo com especificidades das áreas de atuação, os resultados esperados e as estratégias de implementação das ações, conforme demonstrado no Quadro 8.4.3.

Quadro 8.4.3: componentes e subcomponentes do Fundescola III-A, financiados pela ação 5079 – em 2007	
1) COMPONENTE - A Elevação das Escolas aos Padrões Mínimos de Funcionamento. ✓ Este componente fornece insumos e serviços para auxiliar as secretarias de educação a elevar suas escolas aos Padrões Mínimos de Funcionamento.	SUBCOMPONENTE - A.1 Adequação física gerenciada pela escola ✓ Provê financiamento e assistência técnica para as escolas que necessitem de adequação visando alcançar os Padrões Mínimos de Funcionamento.
	SUBCOMPONENTE - A.2 Provisão de equipamento e mobiliário ✓ Promove a aquisição de móveis e equipamentos básicos, incluindo carteiras e cadeiras de estudantes, mesas e cadeiras de professores, ventiladores e armários.
	SUBCOMPONENTE - A.3 Provisão de livros de leitura suplementar ✓ Este componente provê um kit de livros de leitura suplementar para as escolas que adotaram os modelos pedagógicos do Programa Fundescola, com prioridade para as escolas com a proposta Escola Ativa e agregando, para as escolas indígenas, um módulo que busque promover a cultura, história e linguagem indígena.
	SUBCOMPONENTE A.4 – Construção de novas escolas e ampliação de escolas existentes. Este subcomponente provê auxílio aos estados e municípios a fim de racionalizar a alocação dos alunos na rede pública, por meio de construção ou ampliação de escola.
2) COMPONENTE – B Estabelecimento de um processo de desenvolvimento baseado na escola. Promove o desenvolvimento do planejamento centrado na escola, com foco no êxito do aluno. Tem como instrumento e procedimento básico a elaboração do PDE-Escola.	SUBCOMPONENTE - B.1 Apoio ao processo de desenvolvimento da escola. Promove o planejamento, a execução e o monitoramento da implementação e avaliação do PDE . Provê capacitação para funcionários das secretarias estaduais e municipais de educação, assim como para diretores e professores das escolas que implementarão o Plano.
	SUBCOMPONENTE - B.2 Financiamento dos projetos de melhoria da escola. Provê o financiamento de ações do PDE-Escola por meio do PME, transferindo recursos financeiros diretamente às escolas estaduais e municipais.
	SUBCOMPONENTE - B.3 Desenvolvimento, teste e implementação de modelos de gestão da aprendizagem. Promove, estimula e financia a implementação de programas a serem desenvolvidos na escola, que busquem a melhoria da aprendizagem e, conseqüentemente, a elevação dos níveis de rendimento e de promoção dos alunos.
3) COMPONENTE – C Fortalecimento do sistema educacional Este componente busca o fortalecimento do sistema educacional por meio do apoio direto às suas unidades administrativas e operacionais (secretarias de educação e escolas) em processos que contribuam para uma maior participação da comunidade e promovam a responsabilização social.	SUBCOMPONENTE - C.1 Apoio ao desenvolvimento organizacional das secretarias de educação. Provê apoio técnico aos dirigentes e corpo técnico dos sistemas – secretarias de educação - para a produção, o monitoramento e a avaliação do processo de implementação de planos, programas e projetos educacionais que busquem o melhor desempenho educacional;
	SUBCOMPONENTE - C.2 Financiamento direto à escola para apoiar suas necessidades básicas. Promove maior autonomia da escola fornecendo um pequeno orçamento, com base no número de matrículas na escola, para todas as escolas com mais de 20 alunos, por meio de transferência direta do governo federal (FNDE). Este procedimento é regulado pela legislação federal que estabelece os critérios, as condições e os processos para financiamento direto às escolas.
	SUBCOMPONENTE - C.3 Administração, monitoramento e pesquisas do projeto. Este componente visa garantir a coordenação geral do Projeto Fundescola III-A por meio de sua estrutura gerencial e viabilizar sua execução.
Fonte: Dipro/FNDE	

Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Recursos vinculados ao financiamento externo – Programa Fundescola III-A.

Código do Projeto: Acordo de Empréstimo n.º 7122-BR – Terceiro Projeto de Fortalecimento da Escola (Fundescola III).

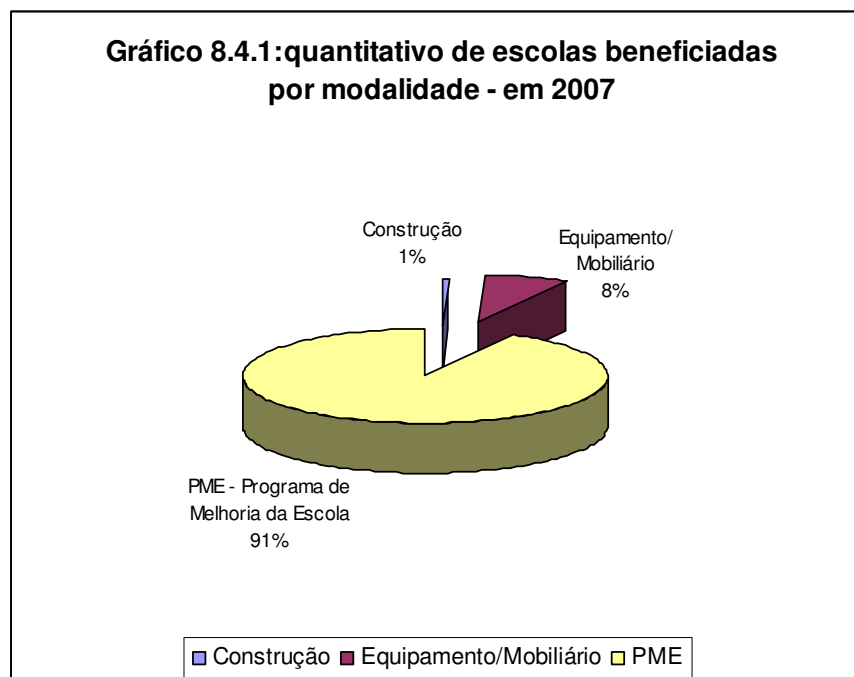
Descrição: promoção da autonomia da escola, formação e titulação de professores, mobilização social, provisão de mobiliário e equipamento básico para a escola, adequação física de prédios escolares, construção de escolas, implementação de planos de desenvolvimento da escola, financiamento de projetos de melhoria da escola, desenvolvimento, certificação e implementação de modelos pedagógicos, melhoria da avaliação e da disseminação das informações educacionais e fortalecimento da colaboração do estado e do município.

Finalidade: propiciar a melhoria do desempenho dos sistemas de ensino público nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio do fortalecimento das escolas de ensino fundamental e das instituições públicas responsáveis por estas instituições de ensino, em estrutura coordenada de gerenciamento. O Fundescola III visa melhorar os resultados educacionais dos alunos matriculados, garantir o acesso e ampliar o número de vagas em escolas públicas localizadas nas regiões de sua abrangência.

Organismo financiador: BIRD.

Tabela 8.4.1: Recursos vinculados ao financiamento externo – Programa Fundescola III – em 2007								
Valor em EUR\$ 1,000								
Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)		Contrapartida Nacional	Valores das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
	Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano 2007	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
365.600	182.800	167.588	182.800	Despesas realizadas	66.276	342.441		
				BIRD	33.276	167.588		
				Contrapartida	30.000	174.853		
				Juros	6.230	12.385		
				Comissão	103	1.890		
				Amortização	11.171	11.171		
Fonte: Sistema <i>Client Connection</i> (BIRD), Dipro/FNDE								

Tabela 8.4.2: Quantidade de escolas por tipo de atendimento realizado pela ação 5079 - em 2007	
Tipo de atendimento	Quantidade de escolas
Construção	40
Equipamento/Mobiliário	544
PME	6.546
Total Geral	7.130



Conforme demonstrado na Tabela 8.4.2, o Fundescola III-A beneficiou 7.130 escolas, mediante construções, equipamento/mobiliário e repasse de recursos no âmbito do PME.

Nesse contexto, foram construídas 40 escolas utilizando-se o projeto padrão Espaço Educativo Urbano II, nos Estados da Bahia, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe, incluindo-se aí a construção de escolas em comunidades indígenas – utilizando-se o projeto padrão Espaço Educativo Indígena, nos Estados do Maranhão e da Paraíba.

Além das construções mencionadas, ocorreram investimentos por meio de 26 convênios, objetivando equipar e mobiliar 544 escolas nos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Sergipe e Tocantins, abrangendo-se, nesse total, escolas adequadas por meio do Pape nos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Tocantins.

Finalmente, esta ação (5079) também beneficiou 6.546 escolas com seus planos de aplicação do PME e estas implementações de componentes financiáveis, propostas no PDE - Escola, visando à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

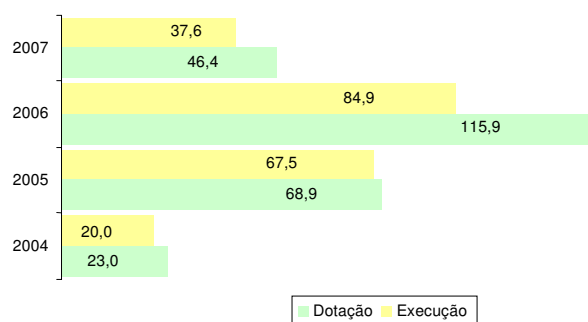
Cabe ressaltar que, em função de problemas na formalização dos processos e liberação dos recursos, no exercício 2007, para a execução dos últimos projetos do Acordo de Empréstimo, foi solicitada, com anuência do Bird, a prorrogação do desembolso e conclusão do Fundescola III-A para 30/06/2008. Essa prorrogação visa tão somente concluir as atividades em execução sem a necessidade de reprogramar e repassar novos recursos no próximo exercício. É importante ressaltar que o percentual total de execução do Acordo de Empréstimo do Programa (empréstimo e contrapartida) é de 94%. Portanto, até o final do novo prazo pretende-se alcançar o valor integral de desembolso.

A Tabela 8.4.3, apresenta informações orçamentário-financeiras, correspondentes ao período do PPA 2004-2007.

Tabela 8.4.3: Dotação e execução orçamentária anual da ação 5079 - 2004 a 2007		
Ano	Dotação	Execução
2004	23,0	20,0
2005	68,9	67,5
2006	115,9	84,9
2007	46,4	37,6
Total	254,2	210,0

Fonte: FNDE

Gráfico 8.4.1: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



9. 1378 – Desenvolvimento do ensino médio

Atributos	Descrição
Objetivo	Garantir o acesso e a permanência no ensino médio a todos os adolescentes e jovens, com melhoria de qualidade.
Gestão	Gerente ✓ Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva Gerente Executivo ✓ Godiva de Vasconcelos Pinto
Indicadores / parâmetros utilizados	Número médio de séries concluídas da população na faixa etária de 15 a 17 anos, taxa de distorção idade-série no ensino médio, taxa de frequência bruta no ensino médio, taxa de frequência líquida no ensino médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos.
Unidade administrativa responsável	Secretaria de Educação Básica – SEB / MEC
Público-alvo	Adolescentes e jovens e adultos do ensino médio regular.

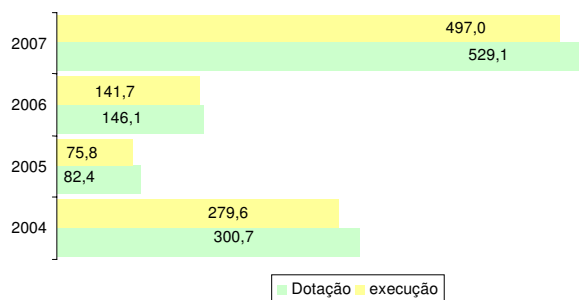
Avaliação da execução do programa

Tabela 9.1: Dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões
2004 a 2007

Ano	Dotação	Execução
2004	300,69	279,60
2005	82,37	75,75
2006	146,07	141,65
2007	529,13	497,01
Total	1.058,26	994,01

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico 9.1: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



9.1 1378.6322 – Distribuição de livros didáticos para o ensino médio

Atributos	Descrição
Finalidade	Prover de livros e materiais didáticos e de referência de qualidade, prioritariamente as escolas públicas do ensino médio das redes federal, estadual, municipal e distrital, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e professores de escolas na modalidade plurilíngüe, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira prioritariamente nos Países do Mercosul.
Descrição	As obras didáticas que comporão o Programa são inscritas pelos detentores de direitos autorais, e, após triagem, são enviadas à secretaria finalística do MEC, responsável pelo nível/modalidade de ensino, para avaliação pedagógica. Uma vez avaliadas, as obras comporão o Guia do Livro Didático (instrumento contendo resenha detalhada de cada obra), que é encaminhado aos professores para ajudá-los na escolha do livro mais adequado à sua realidade. Após o envio do formulário de escolha pelas escolas, o que pode ocorrer também via Internet, o FNDE processa os dados, gerando subsídios à negociação e aquisição dos livros didáticos. No caso de outros materiais didáticos e materiais de referência, após parecer da secretaria finalística, é providenciada a pretendida aquisição e distribuição. Compõe o processo de implementação do Programa a participação do FNDE em feiras e eventos relacionados ao assunto, visando sua melhoria qualitativa. Integram a operacionalização do Programa, entre outras, as etapas de controle de qualidade física, triagem e avaliação de obras, bem como a operacionalização da logística compreendida entre o recebimento e a distribuição, que é realizada mediante a contratação de empresa especializada.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC Unidade regimental responsável ✓ Diretoria de Ações Educacionais / Coordenação-Geral dos Programas do Livro – Dirae / CGPLI Coordenador da ação ✓ Sonia Schwartz Coelho

Avaliação da execução da ação

Quadro 9.1.1 - Ação 6322: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
5.470	18.248	336,60	110.000.000,00	108.668.577,82	98,79	88.697.140,10	81,62	60.708.342,18	68,44
Produto: exemplar distribuído Unidade de medida: milhar Fonte: Siafi gerencial / Dirae / FNDE									

A distribuição de livros didáticos a alunos e professores do ensino médio da rede pública consubstanciou o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (Pnlem) que, no âmbito programático do orçamento, corresponde à ação distribuição de livro didático para o ensino médio (Código 6322). A partir de 2004, ano da primeira distribuição, o Pnlem se consolidou por meio da ampliação de títulos e disciplinas, universalização do direito ao livro e expansão de público-alvo. Além de livros didáticos, a ação contempla, também, a aquisição e distribuição de periódicos e a transcrição e impressão de livros em Braille.

O Pnlem foi projetado para distribuir livros didáticos para os alunos do ensino médio, de forma progressiva, por componente curricular e série. Em 2005, foram contemplados com os componentes curriculares de Português e Matemática, os alunos do primeiro ano, das Regiões

Norte e Nordeste. A partir de 2006, o benefício foi estendido a todas as séries do ensino médio, em âmbito nacional, sendo os componentes curriculares acrescidos progressivamente. Além dos livros de Língua Portuguesa e Matemática, em 2006, foram distribuídos, para uso dos professores do ensino médio, material didático de Língua Espanhola, composto por dicionário bilíngüe, dicionário monolíngüe, livro para o professor e gramática.

Em 2007, foram distribuídos os livros didáticos relativos aos componentes curriculares de Química e História, bem como a reposição/complementação dos livros de Língua Portuguesa, Matemática e Biologia para todos os alunos das escolas públicas, matriculados na 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio. A distribuição dos componentes curriculares de Química e História estava, inicialmente, prevista para o período de 2009 a 2011. Entretanto, a implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) viabilizou a antecipação dessa distribuição.

Ainda por intermédio do Pnlem, o FNDE adquiriu o periódico Gestão em Rede para ser distribuído no âmbito do Programa. Desenvolveu atividades de suporte ao programa, para garantir sua execução, como: triagem e avaliação de títulos do Pnlem/2008, controle de qualidade, monitoramento do Programa, realização de encontros técnicos operacionais do Programa, produção do guia para escolha do livro didático e distribuição de materiais didáticos diversos.

No total, foram adquiridos e distribuídos, por unidade de federação, escolas atendidas e alunos beneficiados conforme demonstrado no Quadro 9.1.2, 18,2 milhões de exemplares. Este valor supera em aproximadamente 236% a meta física estimada (Quadro 9.1.1), pelas razões anteriormente expostas. Dos recursos da ação 6322, foram executados 98,79%, conforme demonstrado, também, no referido Quadro (9.1.1).

Quadro 9.1.2: quantidade e valores de aquisição e distribuição de livros didáticos do Pnlem – em 2008

UF	Pnlem / 2008					
	Alunos beneficiados	Físico Escolas atendidas	Exemplares	Aquisição	Financeiro Distribuição	Aquisição + Distribuição
BR	7.132.477	15.216	18.248.846	186.733.493,13	24.618.716,22	211.352.209,35
NO	745.691	1.385	2.099.896	21.074.550,18	2.813.461,21	23.888.011,39
RO	57.732	164	165.243	1.736.484,69	226.932,02	1.963.416,71
AC	31.793	56	91.539	786.402,86	111.241,48	897.644,34
AM	159.141	305	422.072	3.853.094,30	545.848,73	4.398.943,03
RR	17.092	99	49.865	482.558,91	68.278,84	550.837,75
PA	371.137	452	1.075.402	11.540.933,91	1.488.952,08	13.029.885,99
AP	37.800	69	105.389	920.559,83	128.610,79	1.049.170,62
TO	70.996	240	190.386	1.754.515,68	243.597,27	1.998.112,95
NE	2.417.973	4.570	6.409.149	61.524.754,85	8.421.448,91	69.946.203,76
MA	310.016	626	844.296	7.413.010,66	1.057.925,05	8.470.935,71
PI	179.250	440	497.317	4.508.811,18	654.843,21	5.163.654,39
CE	373.666	548	973.129	8.815.187,40	1.247.916,39	10.063.103,79
RN	153.575	304	408.634	4.157.981,25	558.828,90	4.716.810,15
PB	150.448	386	410.617	3.642.575,34	546.006,02	4.188.581,36
PE	413.695	815	1.133.335	12.408.339,75	1.584.606,87	13.992.946,62
AL	132.709	187	377.793	3.948.841,28	507.447,50	4.456.288,78
SE	71.944	151	179.746	1.996.203,64	262.427,13	2.258.630,77
BA	632.670	1.113	1.584.282	14.633.804,35	2.001.447,84	16.635.252,19
SE	2.322.095	5.127	5.787.424	62.696.852,63	7.962.888,64	70.659.741,27
MG	38.564	106	93.035	1.202.510,78	140.415,03	1.342.925,81
ES	117.422	266	289.765	2.878.464,48	389.524,94	3.267.989,42
RJ	573.836	1.096	1.332.322	13.830.455,49	1.806.543,06	15.636.998,55
SP	1.592.273	3.659	4.072.302	44.785.421,88	5.626.405,61	50.411.827,49
SU	1.071.421	2.783	2.452.918	24.715.664,52	3.286.140,13	28.001.804,65
PR	450.646	1.194	1.017.948	10.247.661,14	1.338.762,60	11.586.423,74
SC	223.449	625	519.177	5.024.694,09	682.368,96	5.707.063,05
RS	397.326	964	915.793	9.443.309,29	1.265.008,57	10.708.317,86
CO	575.297	1.351	1.499.459	16.721.670,95	2.134.777,33	18.856.448,28
MS	88.115	296	226.549	2.112.595,62	304.475,99	2.417.071,61
MT	146.182	395	380.267	3.855.529,29	520.262,89	4.375.792,18
GO	256.964	583	686.654	7.526.280,63	970.314,52	8.496.595,15
DF	84.036	77	205.989	3.227.265,41	339.723,93	3.566.989,34

Fonte: Dirae/FNDE

O financiamento do excedente da meta física demonstrado anteriormente transcorreu mediante dotação da ação 6322 – desenvolvimento da educação básica. No total, foram investidos R\$ 211,35 milhões, sendo R\$ 108,37 milhões da ação 0509 e R\$ 106,15 da ação 0509, conforme apresentado no Quadro 9.1.3.

Quadro 9.1.3: valores totais gastos com a ação distribuição de livros didáticos para o ensino médio – em 2007

Ação - 6322.0001	Aquisição	Distribuição	Outros	Total
Aquisição e distribuição de livros didáticos - Pnlem 2008	89.569.957,70	18.804.592,12		108.374.549,82
Aquisição de periódicos	184.000,00			184.000,00
Controle de qualidade			110.028,00	110.028,00
Total - 6322.0001	89.753.957,70	18.804.592,12	110.028,00	108.668.577,82

Ação - 0509.0001	Aquisição	Distribuição	Outros	Total
Aquisição de acervos de manuais de professores - Geografia e Física	6.510.842,61			6.510.842,61
Despesas com depósito			213.247,95	213.247,95
Total 0509.0001			213.247,95	6.724.090,56

Ação - 0509.0105	Aquisição	Distribuição	Outros	Total
Aquisição e distribuição de livros didáticos - Pnlem 2008	97.163.535,43	8.137.462,42		105.300.997,85
Transcrição e impressão de livros em Braille			847.183,18	847.183,18
Total 0509.0105	97.163.535,43	8.137.462,42	847.183,18	106.148.181,03

Total Pnlem 2008	186.917.493,13	26.942.054,54	1.170.459,13	221.540.849,41
Fonte:Dirae/FNDE				

Ao longo dos anos, avanços vêm sendo registrados no programa, dentre os quais se destacam os seguintes:

- extensão do atendimento aos alunos das três séries do ensino médio;
- antecipação do cronograma de distribuição do Pnlem, visto que foram distribuídos em 2007/2008 os componentes curriculares de química e história previstos para o triênio de 2009 a 2011;
- distribuição dos manuais didáticos para o professor relativos às disciplinas de Física e geografia; e
- inclusão de livros dos componentes curriculares de língua portuguesa, biologia e matemática em Braille.

A trajetória de execução no período de 2004 a 2007, do Pnlem, pode se vista na Tabela 9.1.1.

Tabela 9.1.1: Execução físico-financeira dos últimos 5 anos

Ano de aquisição	Ano do Pnlem (Ano letivo)	Alunos Beneficiados	Escolas Beneficiadas	Livros	Financeiro
2004	2005	1.304.477	5.392	2.705.048	47.273.737,00
2005	2006	7.012.619	13.253	12.581.620	143.834.244,00
2006	2007	6.896.659	15.570	9.175.439	124.275.397,18
2007	2008	7.132.477	15.216	18.248.846	221.540.849,41

Fonte: Dirae/FNDE

Para uniformizar as negociações dos livros didáticos convencionou-se que o FNDE negocia com as editoras o valor de um caderno tipográfico composto de 16 páginas. O valor do caderno tipográfico varia inversamente com a quantidade de exemplares adquirida e diretamente com o valor do dólar e da inflação. O Gráfico 9.1.1 e a Tabela 9.1.2 ilustram estas informações, referente ao PNLEN 2005 a 2008³³.

Gráfico 9.1.1: VALOR DO CADERNO TIPOGRÁFICO EM COMPARAÇÃO AO DÓLAR, INFLAÇÃO (IPC-A) E A QUANTIDADE ADQUIRIDA

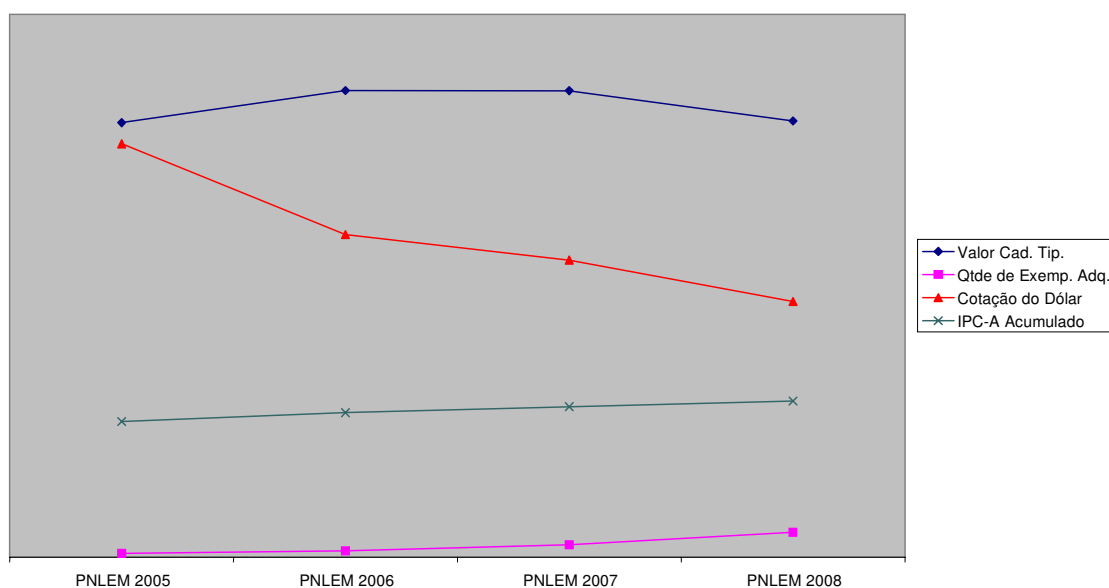


Tabela 9.1.2: Informações Pnlem – 2005 a 2008

	Pnlem 2005	Pnlem 2006	Pnlem 2007	Pnlem 2008
Valor do caderno tipográfico	0,3202	0,3439	0,3437	0,3214
Quantidade de exemplares adquiridos	2.705.048	4.700.268	9.175.439	18.248.846
Cotação do dólar *	3,0458	2,3777	2,1897	1,884
IPC-A acumulado **	-	6,57%	10,96%	15,07%

Fonte: Dirae/FNDE

(*) - Cotação do dólar em 1.º de agosto do ano anterior ao ano do Pnlem, data prevista para o início da negociação.

(**) – IPC-A acumulado anualmente em relação a 01/08/2004, início das negociações do Pnlem 2005.

O Quadro 9.1.4 apresenta a relação de editoras, com as quantidades de livros adquiridos e o valor da aquisição.

³³ Deve ser observado neste caso que se está falando do programa no exercício, mas que a aquisição transcorreu no ano anterior. Por exemplo, no PNLEM de 2008, a aquisição ocorre em 2007, e a distribuição no ano de 2008.

Quadro 9.1.4: quantidade e valores de aquisição por editora - Pnlem – em 2007

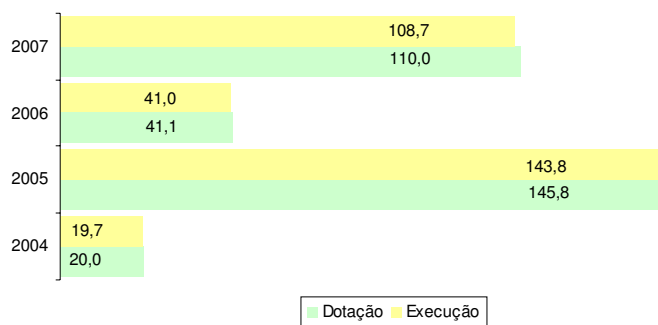
Editora	Pnlem	
	Quantidade	Valor de aquisição
Editora CDE Comércio de Materiais Didáticos Ltda	289.394	5.499.433,06
Base Editora e Gerenciamento Pedagógico Ltda	139.999	1.774.268,53
Editora Nova Geração Ltda	1.318.362	25.723.246,15
Ibep Inst. Brasileiro de Edições Pedagógicas Ltda	311.227	3.627.063,29
Editora do Brasil S/A	135.660	1.934.949,70
Edições Escala Educacional S/A	777.960	12.389.541,36
Editora Positivo Ltda	435.001	2.483.545,82
Editora Scipione S/A	634.943	6.678.671,37
Saraiva S/A Livreiros Editores	2.555.915	31.083.572,74
Editora Ática S/A	2.610.470	28.483.585,63
Editora FTD S/A	1.421.335	16.653.149,84
Editora Moderna Ltda	7.618.580	50.402.465,64
Fonte: Dirae/FNDE		

Tabela 9.1.3: Dotação e execução orçamentária da ação 6322 - de 2004 a 2007, em milhões

Ano	Dotação	Execução
2004	20,00	19,67
2005	145,83	143,83
2006	41,07	40,99
2007	110,00	108,66
Total	316,90	313,15

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico nº 9.1.2: dotação e execução orçamentária - 2004 a 2007



10. 8034 – Nacional de inclusão de jovens - ProJovem

Atributos	Descrição
Objetivo	Reintegrar o jovem ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e ação comunitária.
Gestão	Gerente ✓ Luiz Roberto de Souza Cury Gerente Executivo
Indicadores / parâmetros utilizados	Taxa de certificação dos alunos matriculados no ProJovem por capital, taxa de cobertura da população atendida no ProJovem por capital.
Unidade administrativa responsável	Gabinete da Presidência da República
Público-alvo	Jovens que possuam entre 18 e 24 anos, que tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental, mas que não tenham finalizado a 8ª, e que não tenham vínculo formal de emprego na data da inscrição a uma das vagas disponibilizadas pelo Programa.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) foi instituído pela Medida Provisória nº 238-b/2005, transformada na Lei 11.129/2005 e regulamentada pelo Decreto nº 5.557/2005, tendo como público-alvo jovens entre 18 e 24 anos de idade que concluíram a quarta série e que não concluíram a oitava série do ensino fundamental, sem vínculo empregatício.

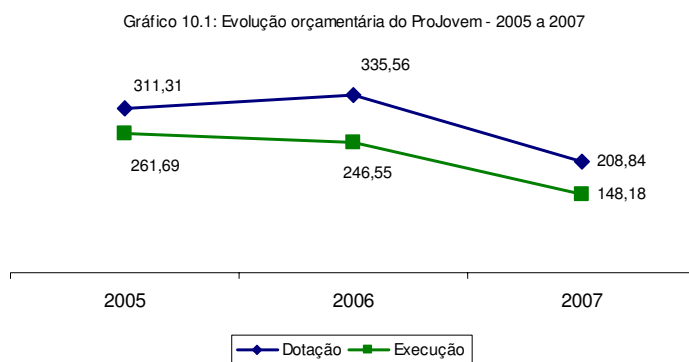
A organização da gestão do ProJovem conta com um comitê gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) e integrado pelos ministérios co-gestores do programa: MEC, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Como suporte operacional, o comitê conta com uma comissão técnica também composta por representantes da Secretaria-Geral e dos três ministérios parceiros.

Os jovens que participam do Programa apresentam alguns traços marcantes que foram considerados em todos os momentos da implementação do ProJovem. São jovens que:

- moram nas periferias das grandes cidades, encontram-se excluídos da escola e do trabalho e marcados por diversos e profundos processos de discriminação: étnico-racial, de gênero, geracional, de religião, entre outros;
- vivenciam uma experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e, ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de exclusão;
- apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida e, ainda, em relação ao trabalho, à escola, saúde, religião, violência, questão sexual etc.;
- revelam trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas pelos ditames da sociedade de consumo, por experiências de risco e por situações de violência, mas também por novas formas de engajamento social geradoras de autovalorização e construtoras de identidades coletivas.

A meta do ProJovem incluiu a atuação em todas as 27 capitais brasileiras, estendendo-se, a partir de 2006, para as cidades com número igual ou superior a 200.000 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico (IBGE) 2000. Em 2007, novos convênios firmados com 16 municípios possibilitaram o atendimento de jovens que compõem o público-alvo do Programa em capitais que já haviam cumprido metas firmadas em convênios de 2005.

Tabela 10.1.1: Dotação e execução orçamentária, em R\$ milhões - 2005 a 2007		
Ano	Dotação	Execução
2005	311,31	261,69
2006	335,56	246,55
2007	208,84	148,18
Total	855,71	656,42
Fonte: Relatório de Gestão do FNDE		



Analisando-se a Tabela 10.1, verifica-se que foram alocadas dotações no Programa nos três anos no valor total aproximado de R\$ 856 milhões, dos quais foram executados em torno de R\$ 656 milhões, correspondendo a 76,6%. Da observação de uma perspectiva de tempo, de acordo com o demonstrado no Gráfico 10.1, as variáveis dotação e execução orçamentária cresceram de 2005 para 2006 e caíram deste último ano para o exercício de 2007.

10.1 8034.2A95 – Elevação da escolaridade de beneficiários do ProJovem

Atributos	Descrição
Finalidade	Promover a elevação da escolaridade dos beneficiários do ProJovem, resgatando para a escola esta clientela excluída, involuntariamente, da educação fundamental. Contribuir para a melhoria da capacidade de aprendizagem e a redução da evasão escolar por meio da oferta de lanche aos beneficiários do ProJovem (ao público-alvo do Programa).
Descrição	A promoção da elevação da escolaridade dos jovens demanda a criação de espaços próprios de referência denominados Estações Juventude; profissionais especializados e contratados especialmente para o Programa; locais para realização das atividades curriculares; aquisição de material de consumo; desenvolvimento de atividades extracurriculares; e fornecimento de lanche aos alunos matriculados. A Estação Juventude funcionará como espaço de referência para os jovens. Será um local de encontro, busca de informação e orientação, estudo, servindo, ainda, para o desenvolvimento de atividades em grupo, realização de eventos culturais, entre outras ações que favoreçam seu processo formativo, expressão cultural e participação cidadã. A gestão do ProJovem no município é intersetorial, envolvendo as áreas responsáveis por juventude, educação, trabalho e assistência social. Deverá ser instalado comitê gestor envolvendo representantes das quatro áreas citadas. Junto a esse comitê de nível superior, será organizada uma estrutura responsável pela coordenação da implantação e implementação do programa no município.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Secretaria-Geral da Presidência da República Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Unidade regimental responsável ✓ Secretaria Nacional de Juventude Coordenador da ação ✓ André Nunes Barcelo Ferreira

Avaliação da execução da ação

Quadro 10.1.1 - Ação 2A95: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
150.000	295.101	196,74	37.951.109,19	37.951.109,19	100,00	34.376.776,15	90,58	31.190.346,50	90,73
Produto: jovem beneficiado Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi gerencial / Presidência da República									

O princípio fundamental do ProJovem é o da integração entre formação básica, qualificação profissional e ação comunitária, tendo em vista a promoção da equidade e, assim, considerando as especificidades de seu público: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram os jovens no que se refere aos direitos à educação e ao trabalho.

O ProJovem propõe aliar teoria e prática, formação e ação, explorando a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. E para que a educação básica, a qualificação para o trabalho e a ação comunitária possam se fortalecer mutuamente, cada uma delas deve desenvolver-se plenamente e em consonância com os requerimentos para uma inserção plena, criativa e produtiva na sociedade contemporânea.

O Programa deve oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, re-elaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionem quanto à sua inserção social e profissional.

O ProJovem é desenvolvido em núcleos, compostos de 5 turmas com quantidade de 20 a 30 jovens, que funcionam, diariamente, em locais onde haja espaços adequados disponíveis e, se possível, próximos aos domicílios dos estudantes. Estes jovens recebem, diariamente, lanche ao custo de R\$ 0,50/dia, justificado em razão de muitos desses alunos não possuírem condições econômicas suficientes para se alimentarem de forma adequada. Sem a atuação do Programa nessa vertente a aprendizagem dos jovens ficaria prejudicada.

Deve ser registrado que:

- ✓ dada a intersetorialidade do Programa (juventude, educação, trabalho e assistência social), os núcleos não necessariamente precisam ser criados em escolas públicas;
- ✓ por força de exigências metodológicas do Programa, que se fundamentam no trabalho coletivo dos docentes, não é possível separar fisicamente as cinco turmas de um núcleo;
- ✓ os núcleos, por sua vez, vinculam-se a uma Estação Juventude;
- ✓ Estação Juventude é compreendida como local para onde os jovens e os educadores, que atuam nos núcleos, possam se deslocar com alguma frequência, cujas principais características são as seguintes:
 - funciona como espaço de referência para os jovens. É um local de encontro, busca de informação e orientação, estudo, servindo, ainda, para o desenvolvimento de atividades em grupo, realização de eventos culturais, entre outras ações que favoreçam seu processo formativo, expressão cultural e participação cidadã;
 - cada Estação Juventude conta com um educador da área de qualificação profissional e um de assistência social, que serão os responsáveis pelo desenvolvimento das ações dessas áreas nos núcleos;
 - nas Estações Juventude há, ainda, um coordenador pedagógico, responsável pelo desenvolvimento das ações curriculares dos núcleos, um coordenador administrativo, que deverá articular e realizar as ações administrativas, no âmbito dos 8 núcleos, bem como um profissional de apoio administrativo;
 - os acervos multimídia, equipamentos e instalações que complementam o trabalho realizado em sala de aula ficam nas estações, à disposição dos alunos, educadores e demais profissionais vinculados ao ProJovem; e
 - esses espaços servem também como ambiente de reunião e formação dos gestores e docentes e avaliação do Programa.

De modo geral, o projeto pedagógico do ProJovem demanda dos municípios parceiros a contratação de pessoal específico para o Programa (professores de ensino fundamental, educadores de assistência social, de qualificação profissional³⁴, coordenadores de estações juventude municipais e pessoal de apoio administrativo para as estações e municípios), além de garantia de lanche diário para os alunos matriculados.

Por meio ação 2A95, o FNDE firmou convênios, no ano de 2007, com os municípios capitais e com aqueles com número igual ou superior a 200 mil habitantes das regiões metropolitanas das capitais para viabilização da contratação de pessoal descrito, assim como aquisição de gênero alimentício, ambas atividades que seguramente contribuem para a elevação da escolaridade dos alunos matriculados.

No que concerne à avaliação da execução da ação e com base nos acompanhamentos, prestações de contas e auditorias realizadas, observa-se que:

³⁴ O pagamento de educadores de qualificação profissional é feito utilizando-se recursos da ação 86AC – Qualificação de Jovens.

- ✓ os municípios parceiros (convenientes) vêm alcançando satisfatoriamente os resultados esperados;
- ✓ a contratação de pessoal e a aquisição de gêneros estão atreladas ao quantitativo de alunos que efetivamente freqüentam o curso do Programa e que isso, tomando por base a realidade de seu público-alvo, não é tarefa fácil.

Ao apresentarem seus Planos de Trabalho, os municípios estipulam uma meta de atendimento que, para ser cumprida, passa pelos processos de chamada dos jovens passíveis de atendimento, inscrição, matrícula e permanência no Programa.

Ao longo da execução do convênio, a Coordenação Nacional do ProJovem, por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) e do sistema informatizado (SISLAME), controla a freqüência, entrega de trabalhos (requisitos básicos para recebimento do auxílio-financeiro disponibilizado pelo MDS) e inserção de dados de avaliação dos alunos mensalmente. Essas informações são inseridas pelos municípios parceiros e averiguadas por instituições federais de ensino participantes do referido Sistema. São dados que contribuem para corrigir as possíveis distorções existentes.

Com base nas informações prestadas, a Coordenação Nacional solicita aos municípios que aglutinem aqueles núcleos e estações juventude que tenham se tornado ociosos, em razão de término de curso, ou mesmo por motivo de evasão de alunos, permitindo com isso que os gastos nos municípios venham sendo ajustados conforme a realidade, assim como as metas acordadas.

De modo geral, portanto, a ação gerou os efeitos necessários à implementação do Programa, cujos dados relativos ao quantitativo de trabalhadores contratados para o ProJovem nos municípios parceiros e o número de jovens beneficiados estão apresentados na Tabela e Gráfico 10.1.1.

Tabela 10.1.1: Execução da ação por atividade – em 2007

UF	Alunos	%	Profissionais Contratados
BR	295.101	100,00	11.866
NO	30.070	10,19	1.196
AC	1.520		65
AM	6.900		276
AP	2.750		113
PA	11.400		459
RO	3.900		131
RR	2.100		88
TO	1.500		64
NE	99.981	33,88	3.987
AL	8.500		339
BA	10.881		432
CE	24.300		962
MA	8.100		322
PB	7.500		299
PE	20.400		820
PI	7.100		284
RN	7.500		300
SE	5.700		229
CO	22.600	7,66	914
DF	10.000		398
GO	4.100		171
MS	4.950		200
MT	3.550		145
SE	124.500	42,19	5.023
ES	5.550		237
MG	13.200		540
RJ	55.350		2.212
SP	50.400		2.034
SU	17.950	6,08	746
PR	5.350		221
RS	12.000		496
SC	600		29

Fonte: Presidência da República

Gráfico 10.1.1: Profissionais contratados e jovens beneficiados, por região - em 2007

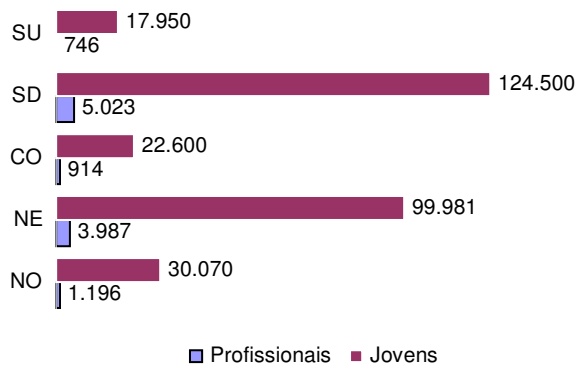
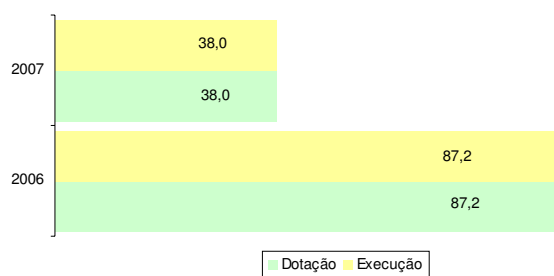


Tabela 10.1.2: Dotação e execução orçamentária da ação 2A95 - de 2006 e 2007, em milhões

Ano	Dotação	Execução
2006	87,15	87,15
2007	37,95	37,95
Total	125,10	125,10

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico nº 10.1.1: dotação e execução orçamentária - 2006 e 2007



10.2 8034.86AC – Qualificação de jovens

Atributos	Descrição
Finalidade	Desenvolver a qualificação social, profissional e ocupacional para jovens de 18 a 24 anos, que tenham concluído a quarta série e não tenham concluído a oitava série do ensino fundamental.
Descrição	A qualificação profissional compreende atividades dedicadas ao desenvolvimento de competências para o mundo do trabalho. Para tanto, o projeto político-pedagógico do Programa prevê a contratação de profissionais de qualificação profissional, bem como de instituições especializadas, para implementação de arcos de profissão definidos pelos municípios parceiros, tanto para o desenvolvimento das atividades curriculares teóricas, como para a formação prática prevista.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Gabinete da Presidência da República. Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Unidade regimental responsável ✓ Gabinete da Presidência da República Coordenador da ação ✓ André Nunes Barcelo Ferreira

Avaliação da execução da ação

Quadro 10.2.1 - Ação 86AC: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada (a)	Realizada (b)	% (b/a)	Dotação (c)	Empenhado (d)	% (d/c)	Liquidado (e)	% (e/d)	Pago (f)	% (f/e)
150.000	234.569	156,38	9.349.569,91	9.349.569,91	100,00	8.137.280,96	87,03	7.454.835,68	91,61
Produto: jovem qualificado Unidade de medida: unidade Fonte: Siasi gerencial / Presidência da República									

Esta ação, no âmbito de execução do FNDE, pode ser considerada como sendo complementar à ação 2A95 – Elevação da Escolaridade de Beneficiários do ProJovem, pois refere-se exclusivamente ao pagamento de educadores de qualificação profissional.

Entretanto, para efeito de apresentação do desenho pedagógico previsto para o ProJovem, descreve-se abaixo o que sejam os arcos profissionais apontados na descrição da ação do PPA, cuja responsabilidade pela elaboração de material didático específico e pelo repasse de recursos aos municípios parceiros do Programa é do Ministério do Trabalho, co-gestor do ProJovem.

Arcos de profissão são conjuntos de ocupações relacionadas, ou seja, que possuem base técnica comum, que podem abranger as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio, prestação de serviços), garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional do/a jovem trabalhador/a (assalariamento, auto-emprego e economia solidária). Embora um arco possa apresentar um número maior de ocupações, a presente proposta trabalha com no mínimo 4 (quatro) e no máximo 5 (cinco) ocupações por arco, limitação imposta pela carga horária disponível.

As ocupações de um arco estão descritas individualmente na Classificação Brasileira de Ocupações, mas não necessariamente estão contidas na mesma família ocupacional.

As ocupações individuais propostas estão sendo cotejadas com as ocupações de jovens no Caged, por capital/região metropolitana, de modo a orientar a escolha dos arcos.

Para efeito de ilustração, o Quadro 10.2.2 apresenta os arcos profissionais por ocupações:

Quadro 10.2.2: relação dos arcos com respectivas ocupações

ARCOS	OCUPAÇÕES
1. Administração	a) Arquivador b) Almoxarife c) Contínuo (Office-Boy/Office-Girl) c) Auxiliar Administrativo
2. Agro-Extrativismo	a) Trabalhador em Cultivo Regional b) Extrativista Florestal de Produtos Regionais c) Criador de Pequenos Animais d) Artesão Regional
3. Alimentação	a) Chapista b) Cozinheiro Auxiliar c) Repositor de Mercadorias d) Vendedor Ambulante (Alimentação)
4. Arte e Cultura I	a) Auxiliar de Produção Cultural b) Auxiliar de Cenotecnia c) Auxiliar de Figurino d) DJ/MC
5. Arte e Cultura II	a) Revelador de Filmes Fotográficos b) Fotógrafo Social c) Operador de Câmera de Vídeo (<i>Cameraman</i>) d) Finalizador de Vídeo
6. Construção e Reparos I (Revestimentos)	a) Ladrilheiro b) Gesseiro c) Pintor d) Reparador (Revestimento)
7. Construção e Reparos II (Instalações)	a) Eletricista de Instalações (Edifícios) b) Trabalhador da Manutenção de Edificações c) Instalador-Reparador de Linhas e Aparelhos de Telecomunicações d) Instalador de Sistemas Eletrônicos de Segurança
8. Educação	a) Auxiliar de Administração (Escolar) b) Contador de Histórias c) Inspetor de Alunos d) Recreador
9. Esporte e Lazer	a) Recreador b) Agente Comunitário de Esporte e Lazer c) Monitor de Esporte e Lazer d) Animador de Eventos
10. Gestão Pública e Terceiro Setor	a) Agente Comunitário b) Agente de Projetos Sociais c) Coletor de Dados de Pesquisas e Informações Locais d) Auxiliar Administrativo
11. Gráfica	a) Guilhotineiro (Indústria Gráfica) b) Encadernador c) Impressor (Serigrafia) d) Operador de Acabamento (Indústria Gráfica)
12. Joalheria	a) Joalheiro na Confecção de Bijuterias e Jóias de Fantasia b) Joalheiro (Reparações) c) Gravador (Joalheria e Ourivesaria) d) Vendedor de Comércio (Varejista)
13. Madeira e Móveis	a) Marceneiro b) Reformador de Móveis c) Auxiliar de Desenhista de Móveis

	d) Vendedor de Móveis
14. Metalmecânica	a) Serralheiro b) Funileiro Industrial c) Auxiliar de Promoção de Vendas d) Assistente de Vendas (Automóveis e Autopeças)
15. Pesca/Piscicultura	a) Pescador Artesanal b) Auxiliar de Piscicultor c) Trabalhador no Beneficiamento do Pescado d) Vendedor de Pescado - Peixeiro (Comércio Varejista)
16. Saúde	a) Auxiliar de Administração em Hospitais e Clínicas b) Recepcionista de Consultório Médico e Dentário c) Atendente de Laboratório de Análises Clínicas d) Atendente de Farmácia (Balconista)
17. Serviços Domésticos I	a) Faxineira b) Porteiro c) Cozinheira no Serviço Doméstico d) Caseiro
18. Serviços Domésticos II	a) Cuidador de Idosos b) Passador de Roupas c) Cuidador de Crianças (Babá) d) Lavadeiro
19. Serviços Pessoais	a) Manicura/Pedicura b) Depilador c) Cabeleireiro d) Maquiador
20. Telemática	a) Operador de Microcomputador b) <i>Helpdesk</i> c) <i>Telemarketing</i> (Vendas) d) Assistente de Vendas (Informática e Celulares)
21. Transporte	a) Cobrador de Transportes Coletivos b) Despachante de Tráfego c) Assistente Administrativo d) Ajudante Geral em Transportes
22. Turismo e Hospitalidade	a) Organizador de Eventos b) Cumim (Auxiliar de Garçom) c) Recepcionista de Hotéis d) Guia de Turismo Local
23. Vestuário	a) Costureiro b) Montador de Artefatos de Couro c) Costureira de Reparação de Roupas d) Vendedor de Comércio Varejista
Fonte: MTE	

A Tabela 10.2.1 apresenta a relação de profissionais contratados pelos municípios no convênio firmado pelo FNDE. Com atuação dos profissionais contratados, foi possível atender cerca de 235 mil beneficiários da ação.

Tabela 10.2.1: Execução da ação por atividade - em 2007	
UF	Profissionais contratados
BR	3805
NO	392
AC	20
AM	92
AP	37
PA	152
RO	43
RR	28
TO	20
NE	1243
AL	113
BA	145
CE	234
MA	108
PB	100
PE	272
PI	95
RN	100
SE	76
CO	271
DF	113
GO	45
MS	66
MT	47
SE	1660
ES	74
MG	176
RJ	738
SP	672
SU	239
PR	71
RS	160
SC	8
Fonte: Presidência da República	

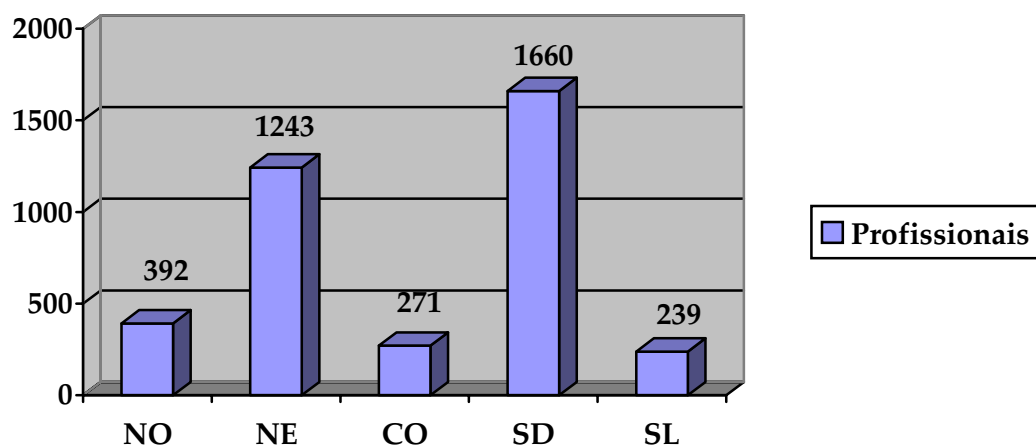
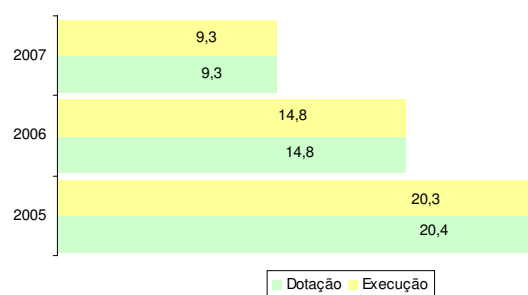


Tabela 10.2.3: Dotação e execução orçamentária da ação 86AC - de 2005 a 2007, em milhões

Ano	Dotação	Execução
2005	20,39	20,29
2006	14,80	14,80
2007	9,34	9,34
Total	44,53	44,43

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE

Gráfico nº 10.2.1: dotação e execução orçamentária - 2005 a 2007



10.3 8034.86AD – Capacitação de profissionais do ProJovem

Atributos	Descrição
Finalidade	Proporcionar, aos profissionais da educação de jovens, oportunidades de capacitação com conteúdos inovadores, visando à melhoria da qualidade do ensino de jovens.
Descrição	Implementação de projetos de capacitação, programação de cursos, seminários e oficinas, produção de material didático-pedagógico específico voltado à disseminação de metodologias inovadoras na educação de jovens. Os profissionais que atuarão no ProJovem terão uma formação específica de 160 horas, antes do início das aulas. Durante os doze meses de duração do curso será desenvolvida a formação continuada dos profissionais, com uma carga horária de 12 horas mensais.
Gestão	Unidade administrativa responsável ✓ Gabinete da Presidência da República Unidade executora ✓ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) Unidade regimental responsável ✓ Gabinete da Presidência da República Coordenador da ação ✓ André Nunes Barcelo Ferreira

Avaliação da execução da ação

Quadro 10.3.1 - Ação 86AD: avaliação da execução física e orçamentário-financeira - em 2007									
Física			Orçamentário-financeira						
Estimada	Realizada	%	Dotação (c)	Empenhado (d)	%	Liquidado (e)	%	Pago (f)	%
(a)	(b)	(b/a)			(d/c)		(e/d)		(f/e)
6.530	15.777	241,60	2.846.172,51	2.846.172,51	100,00	2.356.026,67	82,78	2.335.566,91	99,13
Produto: profissional capacitado Unidade de medida: unidade Fonte: Siafi gerencial / Presidência da República									

O ProJovem tem uma proposta pedagógica inédita fundamentada em novos paradigmas educacionais que articulam uma ação curricular entre as áreas do conhecimento próprias do ensino fundamental, a formação inicial da qualificação profissional e a ação comunitária de interesse público.

Trata-se de um curso que considera as especificidades dos jovens que saíram da escola sem concluir o ensino fundamental, sem formação profissional e que possibilita esse segmento juvenil a ter acesso ao mercado de trabalho formal, exercer a sua cidadania e prosseguir nos estudos.

Para tanto, o programa deve trabalhar a aprendizagem em moldes completamente diferentes do que se trabalha nas escolas regulares e também nos conhecidos cursos de qualificação profissional, utilizando material próprio concebido especialmente para atender os alunos e professores do ProJovem.

Intrinsecamente interligada, a ação curricular pressupõe uma formação de formadores e de professores preparados para romper com práticas pedagógicas que fragmentam o currículo e que não consideram o perfil dos alunos.

No caso específico da formação dos educadores e coordenadores locais do ProJovem, a formação desses profissionais para atuar no ProJovem - antes do curso e ao longo dele – é da responsabilidade de uma instituição formadora competente. Essa formação focaliza o processo do Programa e todas as ações curriculares tratadas nas unidades formativas, cuja tônica é a

construção do conhecimento teórico-prático, integrando conteúdos do ensino fundamental, temas de qualificação para o trabalho e ação comunitária.

Essa formação é desenvolvida em 160 horas (formação inicial), antes do início do curso, continuando ao longo das unidades formativas, num total de 144 horas de formação continuada. Os conteúdos e atividades de formação continuada dão seqüência à formação anterior ao curso ou são ditados por questões de prática surgidas durante a implementação do Programa.

A implementação desta ação, no que concerne ao FNDE, ocorre por meio da celebração de convênios com os municípios parceiros e com o Distrito Federal. Neste sentido, os recursos são descentralizados da Presidência da República para o orçamento da Autarquia.

Tabela 10.3.1: Execução da ação por atividade - em 2007		
UF	Profissionais capacitados	
	Inicial	Continuado
BR	16625	15777
NO	1785	1587
AC	90	85
AM	375	368
AP	295	149
PA	630	611
RO	185	174
RR	120	116
TO	90	84
NE	5558	5320
AL	460	452
BA	590	577
CE	1424	1286
MA	435	430
PB	410	399
PE	1122	1092
PI	385	379
RN	412	400
SE	320	305
CO	1263	1214
DF	550	531
GO	235	225
MS	270	266
MT	208	192
SE	6974	6671
ES	337	311
MG	817	716
RJ	3014	2947
SP	2806	2697
SU	1045	985
PR	304	292
RS	696	656
SC	45	37
Fonte: Presidência da República		

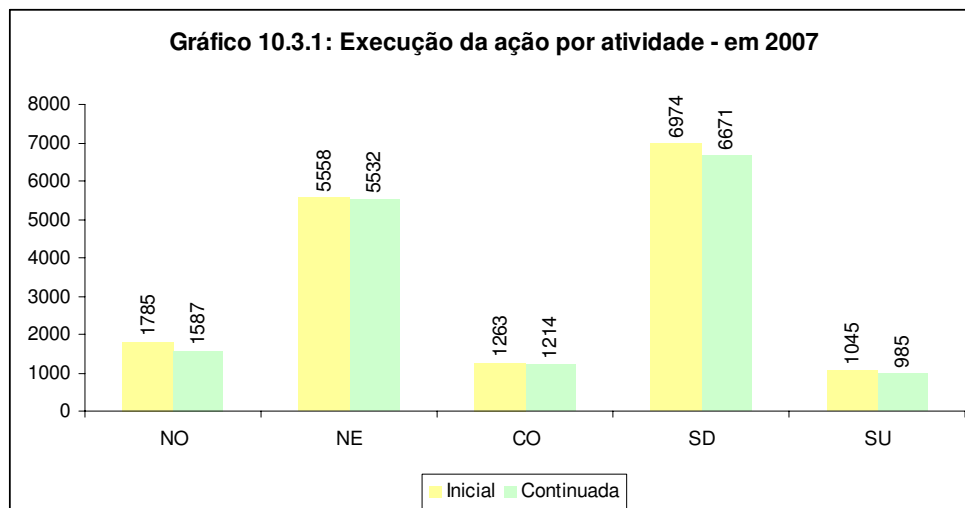
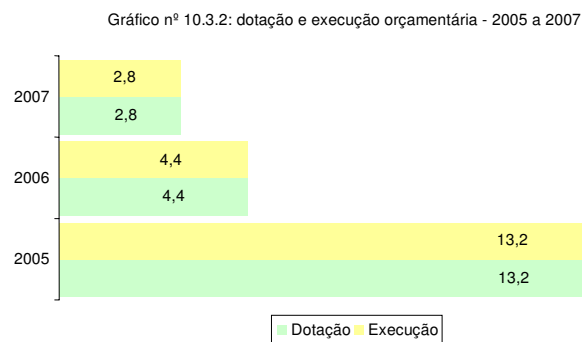


Tabela 10.3.2: Dotação e execução orçamentária da ação 86AD - de 2005 a 2007, em milhões

Ano	Dotação	Execução
2005	13,20	13,20
2006	4,43	4,43
2007	2,84	2,84
Total	20,47	20,47

Fonte: Relatório de Gestão do FNDE



SEÇÃO

“B”

O Quadro-Resumo III B.1 agrega um conjunto de ações alocadas no orçamento do FNDE, cujos critérios de reunião adotados foram:

- materialidade da ação – dotação inferior a 4,5 milhões;
- cancelamento total ou parcial da dotação da ação;
- não compuseram o elenco de ações do Balanço Geral da União ou a Mensagem Presidencial;
- ação padronizada (GAP).

No total, o FNDE contabilizou em seu orçamento 103 ações. Nesta seção são tratadas de forma agregativa 55 ações (51 finalísticas e 4 GAP). Apesar de juntas, elas correspondem a mais de 53% do total das ações, coube-lhes tão-somente próximo de 1% da dotação orçamentária do FNDE.

Cabe ressaltar que, com o elenco de ações componentes do Quadro-Resumo I, relativas àquelas padronizadas conhecidas por GAP, foram financiadas despesas voltadas ao apoio administrativo dos respectivos Programas, entre as quais:

- contratação de serviços administrativos, empregados no apoio à execução de ações finalísticas;
- contratação de serviços técnico-especializado para apoiar o gerenciamento dos trabalhos correlatos à infra-estrutura operacional de tecnologia da informação, imprescindível ao desempenho das ações e programas educacionais;
- pagamento de servidores do quadro de Temporários da União;
- aquisição e distribuição de kits de metodologia para escolas, visando à disseminação do PDE-Escola; e
- despesas com a central de atendimento e telefonia, com a finalidade de propiciar apoio ao ProJovem.

Quadro III B.1: resumo de ações finalísticas considerando dotação inferior a R\$ 4,5 milhões, GAP, cancelamentos e exclusão do BGU e mensagem presidencial - 2007									
Ordem	Código	Programas e ações educacionais	Execução orçamentário-financeira						%
			Dotação final	Valores empenhados	%	Valores liquidados	%	Valores pagos	%
I	0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	A	B	B/A	C	C/B	D	D/C
1	0948	Apoio ao Ensino Fundamental Escolar Indígena	4.100.000,00			4.087.440,00			
2	09DX	Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena	0,00			4.087.440,00	99,68	1.260.000,00	30,83
II	0461	Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.708.460,12			0,00			
3	2095	Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infra-Estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)	3.708.460,12	3.708.460,12	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	2B08	Realização de Olimpíadas em Ciências	0,00						
III	0999	Reserva de Contingência	719.764,00	0,00		0,00		0,00	
5	0998	Reserva de Contingência	719.764,00	0,00		0,00		0,00	
IV	1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	1.300.000,00	0,00		0,00		0,00	
6	09EP	Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos	300.000,00						
7	2E12	Brasil Alfabetizado	1.000.000,00	0,00		0,00		0,00	
V	1061	Brasil Escolarizado	24.921.526,00	18.490.993,16	74,20%	15.260.651,38	82,53%	14.819.759,38	97,11%
8	0915	Poupança-Escola	2.900.000,00	0,00		0,00		0,00	
9	2272	Gestão e Administração do Programa	22.000.000,00	18.490.993,16	84,05%	15.260.651,38	82,53%	14.819.759,38	97,11%
10	2C96	Fomento à Implantação de Centros de Leitura Multimídia	21.526,00						
11	4641	Publicidade de Utilidade Pública							
VI	1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	5.490.000,00	1.466.850,00	26,72%	1.200.000,00	81,81%	1.200.000,00	100,00 %
12	3681	Desenvolvimento de Modelos de Gestão Escolar para a Educação Profissional - Proep	290.000,00	0,00		0,00		0,00	
13	3687	Implementação do Sistema de Informações da Educação Profissional - Proep	3.000.000,00	266.850,00	8,90%	0,00		0,00	
14	7365	Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Tecnológico - Proep	2.000.000,00	1.000.000,00	50,00%	1.000.000,00	100,00 %	1.000.000,00	100,00 %
15	7742	Implantação do Sistema Nacional de Certificação Profissional - Proep	200.000,00	200.000,00	100,00 %	200.000,00	100,00 %	200.000,00	100,00 %

VII	1065	Desenvolvimento da Educação Infantil	1.200.000,00	199.026,74	16,59%	0,00	0,00	
16	0A24	Apoio ao Atendimento Educacional de Crianças até Seis Anos de Idade						ação cancelada
17	0E04	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil	200.000,00	199.026,74	99,51%	0,00	0,00	
18	6351	Distribuição de Periódicos para a Educação Infantil	1.000.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	
VIII	1067	Gestão da Política de Educação	141.450,00	141.450,00	100,00%	0,00	0,00	
19	8241	Gerenciamento das Políticas de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade	141.450,00	141.450,00	100,00%	0,00	0,00	
20	4029	Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação e sua Regular Aplicação						ação cancelada
IX	1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	5.411.038,67	4.887.925,49	90,33%	1.129.028,98	23,10%	80,09%
21	0914	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio	2.651.010,67	2.415.078,26	91,10%	857.319,24	35,50%	74,35%
22	0966	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental	260.000,00					ação cancelada parcial
23	0968	Apoio à Capacitação de Recursos Humanos no Ensino Médio - Promed						ação cancelada
24	0973	Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil						ação cancelada
25	09EB	Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação						ação cancelada
26	2C95	Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio Técnico-Profissional de Funcionários da Educação Básica – Pró-Funcionário	28,00					ação cancelada parcial
27	6377	Capacitação de Recursos Humanos para a Educação a Distância e para o Programa TV Escola	2.500.000,00	2.472.847,23	98,91%	271.709,74	10,99%	266.798,24 98,19%
X	1122	Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima	3.353.100,00	3.353.100,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00
28	2223	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro)	3.353.100,00	3.353.100,00	100,00%	0,00	0,00%	0,00
XI	1336	Brasil Quilombola	197.200,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
29	0974	Apoio à Formação de Professores da Educação Básica para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	197.200,00					ação com cancelamento parcial
30	09CG	Apoio à Distribuição de Material Didático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de						ação cancelada

		Políticas para o Ensino Médio - Promed							
48	3682	Expansão e Melhoria da Rede Escolar - Promed							ação cancelada
49	3686	Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - Promed	30.000,00						ação com cancelamento parcial
XVI	1388	Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	2.872.899,98	2.872.899,98	2.872.899,98	100,00 %	0,00	0,00	
50	2119	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral)	1.281.100,00	1.281.100,00	1.281.100,00	100,00 %	0,00	0,00	
51	2997	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde)	399.399,98	399.399,98	399.399,98	100,00 %	0,00	0,00	
52	4043	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio (CT-Agronegócio)	492.400,00	492.400,00	492.400,00	100,00 %	0,00	0,00	
53	4185	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info)	700.000,00	700.000,00	700.000,00	100,00 %	0,00	0,00	
XVII	8034	Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	11.486.809,57	11.486.809,57	11.486.809,57	100,00 %	8.923.581,48	8.830.890,55	98,96%
54	2272	Gestão e Administração do Programa	10.974.661,22	10.974.661,22	10.974.661,22	100,00 %	8.906.544,13	8.813.853,20	98,96%
55	86AB	Produção, Aquisição e Distribuição de Material Pedagógico para a Escolarização de Jovens	512.148,35	512.148,35	512.148,35	100,00 %	17.037,35	17.037,35	100,00 %
		TOTAL GERAL	112.333.187,16	79.641.385,35	79.641.385,35	70,90%	49.169.070,42	38.729.760,95	78,77%

ARQUIVOS ANEXOS

ANEXO I - LICITAÇÕES REALIZADAS PELA COMPC NO EXERCÍCIO DE 2007						
MODALIDADE	N.º LICITAÇÃO	N.º PROCESSO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR ESTIMADO	VALOR LICITADO	FASE
PREGÃO ELETRÔNICO	001/2007	23034.040205/2006-30	Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral durante o exercício de 2007.	72.576,00	16.800,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	002/2007	23034.040152/2006-27	Aquisição de chá, leite, açúcar, adoçante para o exercício de 2007.	128.036,20	62.805,90	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	004/2007	23034.040871/2006-78	Reforma do galpão 01 do DEBRA.	124.791,54	80.300,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	005/2007	23034.038555/2006-36	Aquisição de 774 notebooks.	1.791.763,56	1.412.550,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	006/2007	23034.000009/2007-11	Contratação de serviços de empresa especializada para impressão e montagem de kits de material didático para o PDE.	2.399.280,00	1.454.000,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	007/2007	23034.041137/2006-26	Processo de desenvolvimento de equipe (treinamento) COACHING.	26.833,33	25.500,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	008/2007	23034.000003/2007-36	Serviço telefônico fixo comutado modalidade LND e LDI do serviço móvel pessoal.	69.721,86	62.993,50	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	009/2007	23034.002350/2007-01	Aquisição de memória primária.	11.871,00	5.098,80	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	010/2007	23034.048873/2006-13	Aquisição de componentes de computadores.	54.100,20	38.458,80	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	011/2007	23034.002290/2007-19	Contratação de serviços gráficos para impressão do guia PNLD/2008.	1.334.632,32	628.775,28	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	012/2007	23034.002536/2007-52	11.º Encontro técnico nacional dos programas do livro.	250.000,00	242.100,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	013/2007	23034.040955/2006-10	Solicitação de compra de material de expediente.	343.049,95	190.833,49	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	014/2007	23034.002312/2007-41	Impressão do jornal Correiho do FNDE.	12.855,00	9.689,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	015/2007	23034.002304/2007-02	STFC - longa distância nacional e internacional: chamadas central telefônica.	207.988,98	171.500,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	016/2007	23034.002534/2007-63	Contratação de empresa para prestação de serviços de imunização preventiva à gripe.	14.455,00	12.803,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	17/2007	23034.040988/2006-51	Impressão gráfica de material didático e reprodução de CD-ROM, para atender ao Programa Ética e Cidadania.	2.602.866,67	1.195.000,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	18/2007	23034.002619/2007-41	Prestação de serviços de impressão e/ou cópias.	2.719.004,82	1.599.996,17	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	19/2007	23034.002687/2007-19	Aquisição de materiais para as copas.	20.570,30	10.821,26	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	21/2007	23034.002830/2007-64	Contratação de Agência de viagem.	2.500.000,00	2.277.846,70	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	22/2007	23034.002324/2007-75	contratação de serviços gráficos para o Pró-letramento.	11.288.900,00	3.999.800,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	23/2007	23034.002628/2007-32	Serviços de reimpressão da publicação ensino de nove anos.	1.000.000,00	793.000,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	24/2007	23034.002949/2007-37	Aquisição de distribuição de mobiliários para implantação de salas de recursos multifuncionais.	3.436.908,00	760.260,00	HOMOLOGADO

ANEXO I - LICITAÇÕES REALIZADAS PELA COMPC NO EXERCÍCIO DE 2007						
PREGÃO ELETRÔNICO	25/2007	23034.002991/2007-58	Aquisição e distribuição de equipamentos de informática para 500 salas de recursos multifuncionais.	1.934.000,00	1.992.000,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	26/2007	23034.040969/2006-25	Produção de materiais de apoio a professores - impressão e reprodução - livro e CD-ROM sobre Orientações Curriculares para o Ensino Médio.	3.966.000,00	2.369.640,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	27/2007	23034.002997/2007-25	Termo de referência - curso de português e redação oficial.	100.000,00	36.836,80	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	28 E 32/2007	23034.002989/2007-89	Aquisição e distribuição de equipamentos eletroeletrônicos para implantação de salas de recursos multifuncionais.	495.000,00	411.690,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	29/2007	23034.017738/2007-07	Aquisição de 96.000 envelopes para envio de cartilhas do Pnate.	11.520,00	5.710,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	30/2007	23034.002999/2007-14	Termo de referência - VI feira de qualidade de vida do FNDE.	40.000,00	28.790,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	31/2007	23034.017715/2007-94	Aquisição de obras jurídicas.	22.451,29	19.239,83	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	33/2007	23034.017624/2007-59	Adequação das plataformas de cache, WEB para Forward Proxy com filtro de conteúdo WEB, cache WEB para reverse Proxy, e Filtro de Conteúdo SMTP (Antispam).	1.185.000,00	426.020,50	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	34/2007	23034.002857/2007-57	Contratação de empresa para execução de serviços de carregadores no FNDE.	100.800,00	91.283,52	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	35/2007	23034.017627/2007-92	Aquisição de headset, travas para notebook, microfone para skype e pen drive.	19.225,28	12.128,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	36/2007	23034.017625/2007-01	Aquisição de unidade de disco rígido para equipamento central de armazenamento de dados e execução de serviços correlacionados.	1.245.574,63	681.902,69	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	37/2007	23034.040426/2007-99	Minuta de pregão eletrônico para contratação de serviços de impressão gráfica para o ProJovem.	1.377.157,53	495.111,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	38/2007	23034.023838/2007-64	Serviço telefônico – ProJovem.	438.766,12	123.900,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	39/2007	23034.017922/2007-49	Aquisição de microcomputadores e travas de segurança mecânica para os mesmos.	363.000,00	224.499,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	40/2007	23034.002988/2007-34	Aquisição e distribuição de equipamentos e material didático para implantação de salas de recursos multifuncionais.	1.611.666,00	992.640,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	41/2007	23034.023810/2007-27	Material didático baixa visão.	910.000,00	648.900,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	42/2007	23034.040003/2007-79	Impressão gráfica e distribuição de publicações.	684.100,00	141.450,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	43/2007	23034.039958/2007-83	Reprodução de CD.	364.397,50	156.020,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	44/2007	23034.039967/2007-74	Circuito de comunicação de dados com o depósito (Debra).	39.500,00	32.500,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	45/2007	23034.040575/2007-58	Laboratórios de informática - ProInfo Urbano.	88.715.351,67	28.898.988,17	HOMOLOGADO

ANEXO I - LICITAÇÕES REALIZADAS PELA COMPC NO EXERCÍCIO DE 2007						
PREGÃO ELETRÔNICO	46/2007	23034.040609/2007-12	Contratação de empresa especializada em recarga e instalação de extintores no FNDE; Debra, Pavilhão das Metas.	11.114,96	7.636,80	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	47/2007	23034.023824/2007-41	Contratação de empresa especializada para realização da mixagem e postagem do PNBE E Pnbem/2008.	4.295.049,88	985.374,40	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	48/2007	23034.002990/2007-11	Aquisição e distribuição de material didático pedagógico para implantação de salas de recursos multifuncionais.	465.466,67	252.690,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	50/2007	23034.040878/2007-71	Sistema de energia essencial para o ambiente de T.I. do FNDE.	1.544.852,38	987.408,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	51/2007	23034.003003/2007-98	Laboratórios de informática para a ProInfo Rural.	16.575.000,00	12.700.000,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	52/2007	23034.040915/2007-41	Serviço de coleta, remessa de encomendas de carga, via aérea, porta-a-porta.	50.536,20	27.779,74	HOMOLOGADO
REGISTRO DE PREÇOS	53/2007	23034.002657/2007-02	Projeto Caminho da Escola.	2.162.598,28	0,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	55/2007	23034.040636/2007-87	Aquisição de solução de rede local sem fio.	306.653,14	219.000,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	56/2007	23034.040605/2007-26	Contratação de empresa para fornecimento de veículos para o FNDE.	213.943,17	159.900,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	58/2007	23034.017911/2007-69	Mapeamento de competências do FNDE.	911.545,67	740.000,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	61/2006	23034.004153/2006-38	Locação de equipamentos de segurança.	834.276,00	670.512,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	61/2007	23034.041113/2007-58	Cartaz para o Dia Mundial da Alimentação.	220.000,00	149.995,72	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	62/2007	23034.049795/2007-47	Impressão do material Proinfantil.	545.472,73	308.999,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	63/2007	23034.048865/2007-40	Mobiliário para laboratórios de informática - ProInfo Rural.	4.335.000,00	3.405.870,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	64/2007	23034.049792/2007-11	Impressão de material gráfico do projeto saúde e prevenção nas escolas.	2.713.368,01	2.199.998,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	65/2007	23034.040826/2007-02	Implementação de maior controle de acesso lógico aos dispositivos da rede do FNDE.	1.374.214,67	1.350.000,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	66/2007	23034.041305/2007-64	Coaching para sessenta servidores.	145.288,00	148.000,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	67/2007	23034.040526/2007-15	Aquisição e montagem de estrutura metálica (empilhadeira e outros).	210.389,83	70.300,00	HOMOLOGADO
PREGÃO ELETRÔNICO	68/2007	23000.023376/2007-72	Aquisição de equipamento de segurança de rede.	859.665,47	875.000,00	HOMOLOGADO
VALOR TOTAL				171.808.149,81	78.098.645,07	
Fonte: Dirat/FNDE						

ANEXO II - CONTRATOS 2007 - FNDE				
Pregão	CONTRATADA	CONTRATO N.º	OBJETO	VALOR R\$
57/2006	VIVO	001/2007	Prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), na modalidade pós-pago, com fornecimento de 38 aparelhos digitais sob a forma de comodato, incluindo a facilidade de roaming nacional e internacional.	57.999,99
001/2007	BONJOUR	002/2007	Fornecimento de água mineral, acondicionada em garrações de 20 litros.	16.800,00
002/2007	UEDAMA	003/2007	Aquisição de chá, para o abastecimento das copas.	10.152,00
002/2007	PC COMÉRCIO	004/2007	Aquisição de açúcar cristal e de leite UTH, para o abastecimento das copas.	16.160,00
002/2007	ODEBRECHT	005/2007	Aquisição de 6.060 kg de café torrado e moído, empacotado a vácuo, para o abastecimento das copas.	34.481,40
002/2007	DAGEAL	006/2007	Aquisição de 1.600 caixas de chá em caixa com 10 saquinhos sabor maçã com canela, para o abastecimento das copas.	1.648,00
004/2007	MOURA CONSTRUTORA	007/2007	Prestação de serviços de engenharia, para execução dos serviços de adequação do Galpão 01/Debra.	80.300,00
008/2007	EMBRATEL	009/2007	Prestação de Serviços Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Serviço de Longa Distância Nacional (LDN) e Serviço de Longa Distância Internacional (LDI), para ligações originadas nos terminais de Serviço Móvel Pessoal (SMP), composto de 38 (trinta e oito) linhas digitais pós-pago.	62.993,50
011/2007	ESDEVA INDÚSTRIA GRÁFICA S.A	14/2007	Prestação de serviços de impressão gráfica de 49.716 encomendas, no total de 639.731 volumes do Guia do PNLD/2008 e de 15.442 encomendas, no total de 49.418 volumes do Catálogo do Phlem/2008, bem como de formulários, e ainda, dos serviços de embalagem, paletização e postagem do material.	628.775,28
14/2007	SUPREMA GRÁFICA E EDITORA LTDA	16/2007	Prestação de serviços de diagramação, arte final, confecção e impressão, com frequência bimestral, de 1.500 (um mil e quinhentos) exemplares do "CORREIO DO FNDE".	9.689,00
007/2007	FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON	17/2007	Prestação de serviços de processo de desenvolvimento de equipe de aproximadamente 30 (trinta) pessoas.	25.500,00
006/2007	ESDEVA (PDE)	20/2007	Prestação de serviços de impressão e montagem de 118.000 kits de materiais didáticos do PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola, visando à disseminação do PDE.	1.455.670,00
0030/2006	TRUE ACCESS (ATA REGISTRO PREÇO)	22/2007	Fornecimento de Solução de Antivírus com prestação de assistência técnica de garantia.	102.000,00
18/2007	TYPE	24/2007	Prestação de serviços de impressão e/ou cópias incluindo insumos, equipamentos, suprimentos, componentes necessários, assistência técnica, manutenção corretiva e preventiva com fornecimento de mão-de-obra, e material necessário, bem como software de gerenciamento e bilhetagem de impressão e de cópias.	933.331,07
15/2007	GVT	27/2007	Prestação de serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades: Serviço de Longa Distância Nacional (LDN) e Serviço de Longa Distância Internacional (LDI), das chamadas de fixo para fixo e de fixo para móvel originadas de telefones fixos (Sistema de Discagem Direta a Ramal) das centrais telefônicas.	171.500,00
61/2006	DATA GRAPHICS	29/2007	Prestação de serviços de locação, incluindo a instalação e a manutenção de equipamentos de segurança patrimonial eletrônica de controle de acesso integrado com CFTV.	670.512,00
21/2007	AIRES TURISMO LTDA	32/2007	Prestação de serviços de agenciamento de viagem, compreendendo reserva, emissão, marcação, remarcação, desdobramento e substituição de passagens aéreas nacionais e internacionais, em tarifas promocionais econômicas e normais, e outros serviços congêneres.	2.277.846,71
01/2005	POLIEDRO INF. CONS. E SERV. LTDA	23/2006	Prestação de Serviços p/suporte na área tecn. informação.	12.256.831,41

ANEXO II - CONTRATOS 2007 - FNDE					OBJETO	VALOR R\$
Pregão	CONTRATADA	CONTRATO N.º				
27/2007	MÉTODO CONSULTORIA LTDA	34/2007	Prestação de serviços de Curso de Português e Redação Oficial no biênio 2007/2008, para aproximadamente 315 (trezentos e quinze) servidores efetivos e em exercício no FNDE.			36.836,80
34/2007	AMANDA, CONST. ADM. E SERV. LTDA	67/2007	Prestação de serviços de carregadores para o FNDE.			70.491,16
Registro de Preços	REDISUL	74/2007	Fornecimento de unidades de switches departamentais, incluindo a instalação, configuração, treinamento e garantia.			84.581,53
38/2007	BRASIL TELECOM S.A.	75/2007	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado, na modalidade Serviço de Longa Distância Nacional (LDN) das chamadas de fixo para fixo e de fixo para móvel originadas de telefones fixos (Sistema de Discagem Direta a Ramal) para o ProJovem..			90.925,00
36/2007	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S/A	79/2007	Fornecimento de unidades de disco rígido para equipamento central de armazenamento de dados.			681.902,69
33/2007	TRUE ACCESS LTDA	80/2007	Fornecimento de produtos (hardware e software) de Cache WEB para Forward Proxy com Filtro de Conteúdo WEB, de Cache WEB para Reverse Proxy			337.337,44
33/2007	MAHVLA TELECOM LTDA	81/2007	Fornecimento de produtos (hardware e software) de Filtro de Conteúdo SMTP (Antispam), incluindo a prestação de serviços de instalação, configuração, homologação, testes e transferência de tecnologia destes produtos, bem como manutenção e suporte técnico.			70.680,00
39/2007	TELETRÔNIC	84/2007	Aquisição de 375 travas de segurança mecânica para monitores de vídeo e de 125 placas de aço para passagem da trava de segurança.			17.497,50
39/2007	CENTERDATA	86/2007	Aquisição de 150 microcomputadores.			224.499,00
44/2007	EMBRATEL DEPÓSITO	88/2007	Prestação de serviços de comunicação de dados ponto a ponto, dedicado, entre o FNDE e o Debra.			32.500,00
47/2007	VIP	90/2007	Prestação de serviços de recebimento, armazenagem, mixagem, embalagem, paletização e postagem na ECT de aproximadamente 7.069.340 exemplares de livros, referentes ao Programa Nacional Biblioteca da Escola - "PNBE/2008".			985.374,40
50/2007	DELTA ENGENHARIA	143/2007	Aquisição de sistema de energia essencial para o ambiente de TI do FNDE, compreendendo: projeto executivo, fornecimento de infra-estrutura necessária, instalação, montagem e configuração, transferência de conhecimentos, manutenção e suporte técnico.			987.408,00
52/2007	TB ENCOMENDAS	146/2007	Prestação de serviços de coleta, remessa de encomendas e cargas (material didático, material institucional, bens patrimoniais, equipamentos de informática e outros afins), por via aérea ou terrestre, quando a localidade não for servida por linha aérea, no sistema porta-a-porta, em âmbito nacional.			50.536,20
55/2007	WORK LINK L	147/2007	Fornecimento de Solução de Rede Local Sem Fio (Wireless LAN), contemplando produtos de hardware e software e incluindo a prestação de serviços de entrega, instalação, configuração, homologação, testes e transferência de conhecimentos destes produtos, bem como garantia.			219.000,00
66/2007	PASQUALI & BÁRBARA LTDA	155/2007	Prestação de serviços de desenvolvimento de pessoas e equipes por meio do processo de coaching para até 60 (sessenta) servidores.			148.000,00
67/2007	MULTIWORKS COM. PROD. PROFISSIONAIS	201/2007	Aquisição de etiquetas magnéticas.			11.300,00

ANEXO II - CONTRATOS 2007 - FNDE				
Pregão	CONTRATADA	CONTRATO N.º	OBJETO	VALOR R\$
67/2007	EMPILHADEIRAS SUL AMERICANAS LTDA	202/2007	Aquisição de empilhadeira elétrica tracionária (com operador a pé).	45.700,00
58/2007	QUÂNTICA EMP. CONS. E SERV. LTDA	203/2007	Prestação de serviços de consultoria para levantamento, organização e disponibilização, em ferramenta computadorizada, das competências do FNDE, com foco nos processos já mapeados, e dos perfis profissionais dos servidores integrantes do PEC/FNDE.	740.000,00
65/2007	TRUE ACCESS	204/2007	Prestação de serviços de implementação de maior controle de acesso lógico aos dispositivos da rede do FNDE por meio da reestruturação da segmentação atual de rede.	1.350.000,00
Técnica e Preço n.º 01/2005	POLIEDRO INF. CONS. E SERV. LTDA	23/2006	Prestação de Serviços p/suporte na área tecn. informação.	12.256.831,41
Dispensa de licitação n.º 55/2007	VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA	21/2007	Prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas em âmbito nacional e internacional, em caráter emergencial.	800.000,00
Inexigibilidade de licitação n.º 18/2007	ECT	33/2007	Prestação de serviços de produtos postais, de serviços postais, telemáticos e adicionais.	3.360.000,00
Dispensa de licitação n.º 84/2007	FGV	45/2007	Prestação de serviços para a realização de concurso público para o FNDE. (Recursos oriundos da arrecadação da taxa de inscrição do concurso).	
Inexigibilidade de licitação n.º 38/2007.	SERPRO - INFOVIA	47/2007	Prestação de serviços de acesso dedicado à rede Infóvia Brasília no edifício sede do FNDE e no prédio do Pavilhão das Metas, incluindo manutenção e suporte técnico.	167.400,00
Inexigibilidade de licitação n.º 22/2007	UnB	76/2007	Contratação de instituição de ensino para ministrar o curso de especialização, <i>lato sensu</i> , em Gestão de Programas e Projetos Educacionais, conforme especificações constantes do projeto básico e proposta apresentada pela contratada.	342.000,00
Dispensa de licitação n.º 135/2007	POLIEDRO ADM. EMERGENCIAL	82/2007	Prestação de serviços de Suporte Operacional e Apoio Administrativo nas diversas atividades e funções, consideradas essenciais para o suporte técnico-administrativo, necessários ao funcionamento dos diferentes segmentos organizacionais do CONTRATANTE.	4.709.226,60
Dispensa de licitação n.º 145/2007	EMIBM ENGENHARIA	93/2007	Prestação de serviços nas instalações elétricas da sede do FNDE (Rede 115/127V Fase Neutra) rede estabilizada para os equipamentos de informática, 220V (Fase Neutra)/380V (Fase-Fase) e demais equipamentos do prédio, com sistema de aterramento e equipotencialização entre os quadros de distribuição até a subestação de energia /alimentação geral.	121.162,38
Inexigibilidade n.º 58/2007	ORACLE	145/2007	Prestação de serviços de atualização de licenças de <i>software</i> e de suporte técnico à plataforma de produtos ORACLE® de propriedade e em operação no ambiente computacional de Banco de Dados do FNDE.	804.123,55
TOTAL				47.557.504,02
Fonte: Dirat/FNDE				

ANEXO III - CONTRATOS - 2007 - MEC

PREGÃO	CONTRATADA	CONTRATO N.º	OBJETO	VALOR R\$
005/2007	POSITIVO	15/2007	Aquisição de 774 notebooks para alunos deficientes visuais, compreendendo a entrega dos equipamentos nas escolas e instituições indicadas.	1.412.550,00
17/2007	PALLOTTI	25/2007	Prestação de serviços de impressão gráfica de material didático e reprodução do CD-ROM, para atender ao Programa Ética e Cidadania – construindo valores na escola e na sociedade da SEB.	1.195.000,00
22/2007	POSIGRAF	30/2007	Prestação de serviços gráficos para o fornecimento de kits de materiais didático-pedagógicos em atendimento ao Programa Pró-Leitramento.	3.999.800,00
23/2007	LEOGRAF	31/2007	Prestação de serviços de reimpressão do documento Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos, composto de 1(um) volume.	793.000,00
26/2007	ESDEVA	37/2007	Prestação de serviços de impressão e reprodução de material gráfico e de gravação de CD-ROM das Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio – lote n.º 01, e de impressão e reprodução de material gráfico e de gravação de DVDs para o Curso de Formação em Prevenção do Uso Indevido de Drogas – lote n.º 02.	2.369.640,00
25/2007	POSITIVO	40/2007	Aquisição e distribuição de equipamentos de informática para 500 Salas de Recursos Multifuncionais visando o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais, que serão compostas de: dois microcomputadores, uma impressora laser, um switch, um scanner e um fone de ouvido.	1.939.980,00
24/2007	DENAL MAX COM. PROD. LTDA	41/2007	Prestação de serviços para fornecimento e distribuição de mobiliários para implantação de salas de recursos multifuncionais visando o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.	760.260,00
32/2007	KADOCHÉ	52/2007	Aquisição e distribuição de equipamentos eletroeletrônicos, para implantação de salas de recursos multifuncionais, visando o atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.	411.690,00
37/2007	SOCIEDADE VICENTE PALLOTTI	73/2007	Prestação de serviços de impressão gráfica de materiais pedagógicos, para atender ao ProJovem, bem como serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas, paletização, armazenagem e entrega dos serviços/materiais.	495.111,00
43/2007	PAILAZUL MULTIMÍDIA	77/2007	Prestação de serviços de reprodução de CD-ROM, sendo 134.500 reproduções, confecção de capas (envelopes), encartes e rótulos internos dos CD-ROM, plastificados (<i>shrinkkados</i>).	156.020,00
42/2007	TOTAL EDITORA LTDA	85/2007	Execução de serviços de impressão gráfica de publicações da Coleção Educação para Todos, bem como dos serviços de embalagem, manuseio e entrega do material produzido para o atendimento aos Programas de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.	141.450,00

ANEXO III - CONTRATOS - 2007 - MEC

PREGÃO	CONTRATADA	CONTRATO N.º	OBJETO	VALOR R\$
41/2007	GIRO	87/2007	Aquisição de materiais didáticos específicos para alunos com baixa visão, objetivando garantir o acesso ao currículo e a plena participação em todas as atividades escolares.	648.900,00
45/2007	POSITIVO	89/2007	Aquisição de 9.000 soluções integradas de laboratórios de informática, para o atendimento de escolas públicas urbanas pelo ProInfo.	103.992.938,22
40/2007	TECASSISTIVA	91/2007	Aquisição e distribuição de equipamentos para implantação de salas de recursos multifuncionais visando o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência visual.	900.000,00
40/2007	BENGALA BRANCA	92/2007	Aquisição e distribuição de materiais didático-pedagógicos para implantação de salas de recursos multifuncionais visando o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência visual.	92.640,00
48/2007	BRINK MOBIL	121/2007	Aquisição e distribuição de materiais didático-pedagógicos para implantação de 500 salas de recursos multifuncionais, com sete itens de brinquedos instrutivos	157.690,00
48/2007	CLICK TECNOLOGIA ASSISTIVA	122/2007	Aquisição e distribuição de materiais didático-pedagógicos para implantação de 500 salas de recursos multifuncionais de dois itens de informática.	95.000,00
51/2007	DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A	126/2007	Aquisição de 3.000 soluções integradas de laboratórios de informática, para o Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo, em seu atendimento às escolas rurais.	12.700.000,00
63/2007	GOMES KOUZAK	205/2007	Aquisição de mobiliários para o ProInfo em atendimento às escolas rurais, contemplando 3.000 conjuntos, composto de 5 mesas para computador e 5 cadeiras multiuso, e 3.000 mesas para impressora, a serem entregues e montados.	3.405.870,00
64/2007	TOTAL	207/2007	Prestação de serviços de impressão de material gráfico para o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, bem como serviços de embalagem, rotulagem, formação de encomendas e entrega/postagem do material produzido.	2.198.998,00
62/2007	DIGITAL	208/2007	Prestação de serviços gráficos para impressão de livros de estudo, cadernos de aprendizagem, blocos de formulários de acompanhamento do desempenho do cursista e manuais do Proinfantil.	308.999,00
TOTAL				135.805.896,22
Fonte: Dirat/FNDE				

Anexo IV - Aquisições através de dispensa e inexigibilidade de licitação no exercício de 2007					
Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado	
Contratação de empresa especializada para execução de substituição do forro e luminária no hall de entrada / elevadores do andar térreo do edifício sede do FNDE, incluindo o fornecimento de forro em PVC e luminárias.	7.848,24	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda CPF:181727926-20	ACS Engenharia LTDA. CNPJ:04.724.870/0001-64	
Mestragem de fechadura, modelagem de chave de veículo, modelagem de chave simples para portas e móveis, modelagem de chave para cofres, modelagem de chave tetra, cópia de chaves simples, cópia de chave tetra, cópia de chave de veículo, consertos de fechaduras de portas e móveis, troca de segredo fechadura de portas e móveis, abertura de fechaduras de portas e móveis, abertura de cofre, troca de segredo de cofre, troca de comando de fechadura, fornecimento e instalação de fechadura para móveis, fornecimento e instalação de fechaduras para portas, fornecimento e instalação de fechadura tetra.	7.984,65	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Fumanchu Chaves e Trancas LTDA. CNPJ:37.104.635/0001-49	
Assinatura anual do Diário Oficial da União.	1.622,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Imprensa Nacional. CNPJ:04.196.645/0001-00	
Contratação de empresa especializada para retirada de piso.	6.392,40	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Melhores Marcas Comércio e Representações LTDA CNPJ:04.789.609/0001-42	
Envelope em papel <i>kraft</i> natural 80 g, medindo 260 X 360mm, cor parda, cintado em 100 unidades, timbrado 1/1 cor.	2.200,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Indústria de Artefatos de Papel Anhanguera LTDA. CNPJ:48.254.833/0001-05	
Carimbo com borracha de polímero, com base e cabo de madeira medindo até 20 cm ² , excedente de carimbo com borracha de polímero, com base e cabo de madeira medindo acima de 20 cm ² , carimbo redondo com borracha de polímero, com base e cabo de madeira medindo até 05 cm de diâmetro, carimbo tipo cancela, carimbo automático modelo 4911 (13 X 37 mm de área de impressão), confecção de borracha de polímero para carimbo automático modelo 4911 (13 X 37 mm de área de impressão).	4.490,40	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Piloto Carimbos Comércio e Indústria. CNPJ:01.669.892/0001-80	
Assinatura do Diário Oficial, seções I, II e III.	4.050,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Netquality Tecnologia em Sistema Digital. CNPJ:04.011.996/0001-91	
Placa controladora para relógio de ponto, marca Henry, modelo Card II, conversor TCP - IP para relógio Henry modelo Card II, revisão geral com reconfiguração e ajustes de relógio de ponto marca Henry, modelo Card II.	1.690,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Digicard Relógios Ponto LTDA - ME. CNPJ:03.034.405/0001-39	

Anexo IV - Aquisições através de dispensa e inexigibilidade de licitação no exercício de 2007				
Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado
Serviços de desinsetização e desratização com aplicação, pelo sistema spray e gel ou similar, de produtos incoloros, inodores, inofensivos à saúde humana e eficazes no combate e exterminio de ratos, baratas, escorpiões e insetos.	1.700,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Pontual Dedetizadora LTDA. CNPJ:06.266.234/0001-61
Adoçante dietético (sacarina sódica ciclâmato de sódio), embalagem com 100 ml.	98,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Alcir Silva Nascimento - ME. CNPJ:05.202.702/0001-71
Chá de maçã com canela, caixa C/10 saquinhos.	1.648,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Dageal Comércio de Material de Escritório LTDA. CNPJ:07.245.458/0001-50
Adoçante dietético (sacarina sódica ciclâmato de sódio), embalagem com 100 ml.	49,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Alcir Silva Nascimento - ME. CNPJ:05.202.702/0001-71
Adoçante dietético com aspartame, embalagem com 100 ml	533,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Uedama Comércio de Produtos Alimentícios LTDA. CNPJ:00.543.061/0001-03
Adoçante dietético com aspartame, embalagem com 100 ml	266,50	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Uedama Comércio de Produtos Alimentícios LTDA. CNPJ:00.543.061/0001-03
Contratação de empresa especializada, para a oferta de <i>coffee break</i> com vistas à realização do Seminário Metodologia dos Centros Colaboradores, para aproximadamente 50 pessoas, realizado nos dias 05 e 06 de março de 2007.	2.550,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Cristina Roberto Buffet e Produtos Culturais LTDA EPP. CNPJ:38.066.296/0001-16
Serviços de revisão gramatical e ortográfica de texto do relatório de gestão do FNDE de 2006.	4.000,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Elizabeth Maria Speller Trajano. CPF:120.559.561-91
Botijão gás liquefeito de petróleo material chapa aço capacidade 13 kg.	3.066,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Coplagas Comercial Planalto de Gases LTDA. CNPJ:72.588.825/0001-80
Placa controladora para relógio de ponto, modelo Card II, conversor TCP - IP para relógio modelo Card II.	1.410,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Digicard Relógios Ponto LTDA - ME. CNPJ:03.034.405/0001-39
Carimbo numerador automático com placa de texto medindo 31 X 19, rasgo central 24 X 11, altura do caracter 4 mm, no mínimo com 03 dígitos, com regulagem de repetição e possibilidade de supressão de carimbagem de dígitos (modelo FNDE 000014).	870,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Oliveira Carimbos Gráficas e Papelaria LTDA. CNPJ:03.229.207/0001-20
Reforma de sofá de três assentos com almofadas fixas e complemento de espuma de três em e tecido shiniil.	650,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Waldemar Costa Junior EEP. CNPJ:01.752.543/0001-28
Fragmentadora secreta 1500 X 110V para corte em partículas de até 15 folhas por vez com sensor, rodinhas (para locomoção), lixeira de 34 litros, marca Beneton.	2.500,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	M Costa & Menezes LTDA. CNPJ:07.208.086/0001-91

Anexo IV - Aquisições através de dispensa e inexigibilidade de licitação no exercício de 2007				
Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado
Transporte interestadual com desmontagem e montagem de móveis, embalagem e montagem de móveis, embalagem e desmontagem de louças, roupas, livros, utensílios domésticos, aparelhos de imagem e som e outros objetos.	3.396,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Cosmopolitan Transportes LTDA. CNPJ:01.989.087/0001-34
Contratação de empresa especializada para o fornecimento de <i>coffee break</i> , para reunião técnica de discussão sobre livros e materiais didático-pedagógicos necessários à implantação/implementação de ensino fundamental de 9 anos.	1.496,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Juliana Festa e Buffet CNPJ: 26.490.680/0001-62
Assinatura Anual do ILC. Publicação especializada Internet, consultoria por escritório e telefone.	14.732,16	Inexigibilidade	Luiz Augusto Lucinda	Zênite Informação e Consultoria em Adm. Pública CNPJ: 86.781.069/0001-15
Camiseta gola pólo, malha pique, na cor laranja e camiseta malha PV4K (malha fria), na cor azul royal, com logomarcas e impressão quatro cores em todas elas e com arte finalizada pelo FNDE.	950,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Indústria Confecções Guará Ltda. (Stillo) CNPJ: 05.290.836/0001-91
Pasta em couro sintético, com alça de mão, gravação em baixo relevo, fechada em zíper. Parte interna com bolso, porta caneta e porta celular; <i>banners</i> em lona vinílica, com impressão em policromia 4/0 cores e acabamento em ilhós nas extremidades e canetas esferográficas com carga e <i>clip</i> , escrita azul, <i>clíc</i> corpo metalizado, com borracha colorida na cor azul e laranja, com logomarca e nome do evento em policromia na cor azul, com adicionador de mola e bico em metal.	6.842,50	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Comercial Terra Ltda CNPJ: 03.188.693/0001-86
Porta-crachá em PVC cristal flexível medindo 13cm de altura X 10cm de largura, com 2 furos, cordão em <i>nylon</i> com ponta de metal.	200,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Stiloplast Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 00.455.659/0001-32
Filme fotografia e revelação de fotos.	7.197,10	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Foto Pró-Imagem CNPJ: 06.137.527/0001-49
Aquisição de duas assinaturas do periódico "Mídia Impressa" - Radiobrás, que consiste em uma compilação detalhada dos mais importantes jornais do país, onde são reproduzidas, na íntegra, várias colunas, editoriais, notícias nacionais e internacionais e a primeira página dos principais jornais, por um período de sete meses.	22.800,00	Art. 24 Inciso VIII	Luiz Augusto Lucinda	RADIOBRÁS - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S/A. CNPJ: 00.464.073/0001-34
Remanejamento de tubulação de água fria, esgoto e energia elétrica; fornecimento e colocação de forro em PVC; limpeza final e remoção de entulhos.	4.498,70	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Construtora Moura Ltda. CNPJ: 00.817.127/0001-06
Gerenciador Eletrônico Programável de Atendimentos CDS/RT Milenium.	2.700,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Spider Tecnologia Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 68.432.764/0001-90
Fornecimento e instalação de espelho no hall de elevadores do 3.º andar do edifício sede do FNDE, com acabamento em bague de alumínio e aplicação de silicone.	994,95	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Embramar Empresa Brasileira de Materiais de Construção LTDA. CNPJ: 08.362.811/0001-44

Anexo IV - Aquisições através de dispensa e inexigibilidade de licitação no exercício de 2007

Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado
Disco colador, transferidor, destacadador, roldana tracionadora, manta do bloco de retardo para e serrilha para autoenvelopadora.	4.136,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Multh-Tec - Assistência e Comércio de Máquinas LTDA. CNPJ: 01.920.996/0001-09
Assinatura Revista Fórum, Fórum Administrativo e Revista Brasileira de Direito Público e Direito Administrativo.	11.490,00	Inexigibilidade	Luiz Augusto Lucinda	Editora Fórum Ltda. CNPJ: 41.769.803/0001-92
Renovação das assinaturas dos boletins BLC e BDA.	9.860,00	Inexigibilidade	Luiz Augusto Lucinda	Editora NDJ LTDA. CNPJ: 54.102.785/0001-32
Hardware (placa) com capacidade para (15) quinze troncos digitais em feixe de 2mbps e 01 cabo coaxial.	4.650,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Siemens Enterprise Communications Tecnologia da Informação e Comunicações Corporativas Ltda. CNPJ: 167.071.001/0001-06
Organização de eventos para a realização do "I Encontro de Desenvolvimento de Gestores do FNDE".	763,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Instituto do Desenvolvimento da Inteligência Aplicada CNPJ: 02.052.402/0001-65
Aquisição de dispositivo de Armazenamento <i>pen drives</i>	1.499,70	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Prudensupri Com. De Papéis e Informática Ltda. - ME CNPJ: 05.577.066/0001-62
Instalações elétricas no debra, mediante a substituição do cabeamento de entrada e serviços correlatos, incluindo o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços.	2.590,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	LGP - Construções e Projetos Ltda. CNPJ: 00.661.892/0001-71
Aquisição de assinaturas do periódico "Mídia Impressa" - Radiobrás, por um período de sete meses.	22.800,00	Inexigibilidade	Luiz Augusto Lucinda	Radiobrás - Empresa Brasileira de Comunicação S/A. CNPJ: 00.464.073/0001-34
Instalação de dutos de condicionamento central de ar, para reconectar o duto que passa na sala do antigo CPD com o duto que passa na sala da operação.	2.836,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Ener Power Engenharia Ltda CNPJ: 08.278.827/0001-73
Bottom em metal niquelado com o logo FNDE, bottom em metal niquelado com o logo do Programa de Qualidade de Vida, Caneta estereográfica com corpo plástico na cor azul, chaveiro metal niquelado.	3.625,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Adriana Pereira de Jesus ME - Atuale CNPJ: 03.837.138/0001-38
Serviços de produção de legenda no idioma inglês, sendo: transcrição de depoimentos, tradução para o idioma inglês e ilha de edição para inserção de legendas de vídeos do Pnae e Pnae 2 FAO.	7.200,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	BSB Serviços Cine Vídeo Ltda. CNPJ: 06.900.652/0001-69
Fornecimento e instalação de uma porta de vidro temperado fumê e uma bandeja de vidro temperado fumê, instalação de duas portas de vidro fumê com ferramentas e vidros já existentes no local.	1.020,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Embramar Empresa Brasileira de Materiais de Construção LTDA. CNPJ: 08.362.811/0001-44
Disco compacto CDR.	625,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Adriano José de Moura Sousa - ME. CNPJ: 01.979.369/0001-50
Bobina eletrostática para <i>fac-símile</i> .	450,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Golden Distribuidora Ltda. CNPJ: 04.196.935/0002-27

Anexo IV - Aquisições através de dispensa e inexigibilidade de licitação no exercício de 2007				
Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado
Almofada para carimbo, apontador de lápis em metal, capa para encadernação, cola plástica.	830,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Infopaper Comercial de Fitas e Papéis LTDA. CNPJ: 02.866.437/0001-38
Pára-choque hidráulico, aquisição e substituição de amortecedor hidráulico do contrapeso no elevador social do FNDE.	3.322,10	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Thyssenkrupp Elevadores. CNPJ: 90.347.840/0006-22
Serviços de desinsetização e desratização.	5.100,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Pontual Dedetizadora LTDA. CNPJ:06.266.234/0001-61
Fornecimento de 1 bateria, 12 volts, 110 ampères.	270,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Alinhar Auto Centro Ltda. CNPJ: 02.105.000/0001-81
Fornecimento de 1 bateria, 12 volts, 60 ampères	134,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Atrios Comercial Ltda. CNPJ: 02.806.920/0001-27
Fornecimento de 4 pneus 195/60 R 15, bem como balanceamento e alinhamento de direção de veículo.	704,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	HC Pneus S/A. CNPJ: 38.046.843/0001-00
Contratação de empresa especializada visando a manutenção de 4 equipamentos.	2.350,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Idealine Informática Ltda. CNPJ: 01.215.897/0001-33
Fornecimento e instalação de chave seccionadora com cabos conectores para a subestação de energia elétrica.	4.714,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Edmar Luiz Vieira. CNPJ: 05.417.174/0001-78
Aquisição de porta-crachá retrátil.	2.200,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Brasília Brindes Comércio e Serviços Ltda. CNPJ: 08.489.321/0001-03
Fornecimento e instalação de aparelho de ar condicionado.	1.648,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Temperclima Comércio e Serviços em Equipamentos de Refrigeração e Ar condicionado Ltda. CNPJ: 03.602.174/0001-12
Bloco de recado auto-adesivo.	6.300,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Antonio Oliveira dos Santos Papelaria ME. CNPJ: 72.633.753/0001-45
Suporte universal fixação teto para projetores multimídia Girus e tela retrátil.	2.067,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	HD Informática Comércio e Serviços Ltda-ME. CNPJ: 00.650.038/0001-00
Fornecimento de carteiras funcionais plastificadas e protegidas por bolsa plástica.	7.500,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Digital LTDA-ME CNPJ: 03.609.825/0001-04
Sacola em lona na cor crua.	2.700,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Brasília Brindes Comércio e Serviços Ltda. CNPJ: 08.489.321/0001-03
Confecção de pirâmides e papel-cartão.	920,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Formatu's Editora Gráfica LTDA. CNPJ: 02.182.638/0001-16
Prancheta com calculadora, porta-lápis, caneta e kit manicure redondo.	4.287,50	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Sanes Brindes Corporativos. CNPJ: 26.332.395/0001-13
Fornecimento de serviços de hotelaria, almoço, jantar e <i>coffee break</i> , para a realização do "1º Encontro de Nutricionista da Alimentação Escolar da Região do Centro-Oeste".	8.000,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Êxito Promoção de Eventos LTDA. CNPJ: 04.520.734/0001-52
Crachá em PVC flexível em policromia.	7.500,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Digital LTDA. CNPJ: 03.609.825/0001-04

Anexo IV - Aquisições através de dispensa e inexigibilidade de licitação no exercício de 2007

Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado
Envelope em papel <i>kraft</i> natural.	6.710,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Envopel Comércio de Envelopes LTDA. CNPJ: 07.753.542/0001-84
Impressão de <i>folder</i> dos Programas Nacional do livro Didático, Biblioteca da Escola, programação cultural.	7.188,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Fácil Gráfica e Editora LTDA-ME. CNPJ: 08.320.136/0001-90
Confeção de camisetas malha PV4K.	1.036,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Indústria de Confeções Guará LTDA-ME (STILLO). CNPJ: 05.290.836/0001-91
Fornecimento de moldura laqueada branca e painel de fotografias em MDF.	865,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Central Vidros e Molduras LTDA. CNPJ: 00.743.484/0001-89
Fornecimento de moldura em mogno na cor mel.	1.369,50	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Embramar Empresa Brasileira de Mat. de Construção LTDA. CNPJ: 08.362.811/0001-44
Pasta sanfonada, com elástico, pasta tipo catálogo.	6.750,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Adriano José de Moura Sousa - ME. CNPJ: 01.979.369/0001-50
Inseticida aerossol, tipo mata tudo.	192,50	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Alcir Silva Nascimento - ME. CNPJ: 05.202.702/0001-71
Grampo para grampeador.	117,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	J A Pereira Comércio de Metais de Limpeza. CNPJ: 08.229.164/0001-05
Prato fundo de vidro incolor de 25 cm de diâmetro marca Nadir.	1.092,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Comercial Alvorada de Produtos para Limpeza e Descartáveis. CNPJ: 07.888.247/0001-35
Copos americanos simples de vidro incolor, garfo de mesa, colher de mesa em aço inox.	1.152,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Covalpar Comercial e Agropecuária Vale do Paraná. CNPJ: 07.739.688/0001-75
Faca de mesa em aço inox marca Backer.	894,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Empório Leste Comércio de Gêneros Alimentícios Embalagens LTDA. CNPJ: 38.019.360/0001-08
Contratação dos serviços de acesso "on-line" à base de dados, via Internet de sistema informatizado de consultas e informações jurídicas.	7.960,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Directrede Legislação Brasileira Informatizada S/A. CNPJ: 04.257.307/0001-23
Pastas em material de PVC, com lombada.	7.800,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Linha Brasil Plástico LTDA. CNPJ: 03.890.611/0001-40
Fornecimento de filmadora digital marca Sony.	1.829,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Foto Pró-Imagem LTDA-EPP. CNPJ: 06.137.527/0001-49
Conserto de duas balanças portáteis eletrônicas pesadoras da marca Toledo.	1.394,19	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Toledo do Brasil Indústria de Balanças LTDA. CNPJ: 59.704.510/0018-30

Anexo IV - Aquisições através de dispensa e inexigibilidade de licitação no exercício de 2007				
Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado
Contratação de empresa para prestação de serviços de almoço, <i>coffee break</i> e aluguel de auditório realizado no dia 10/10, em Brasília, para a finalização de primeira etapa dos trabalhos de Planejamento Estratégico do Pnae.	2.995,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Inspetoria São João Bosco (SALESIANOS). CNPJ: 33.583.592/0001-70
Reforma de sofá, cadeira, poltrona e capas para poltronas em couro sintético (vinil-curvim), com zíper.	980,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Waldemar Costa Junior EEP. CNPJ:01.752.543/0001-28
Aquisição de 1.000 (um) mil unidades de mídia de DVD - R virgem para gravação de dados ou áudio/vídeo.	1.090,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Beta e Luz Comercial LTDA. CNPJ: 02.503.187/0001-71
Transporte interestadual de bens móveis, utensílios domésticos e pessoais pertencentes à servidora Sisley Cintia Lopes Rocha, origem: rua um, número 400 - Edifício Cláudia, apto 301 - Bairro São Francisco. Destino : Brasília - DF.	2.730,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Quavis Transportes Modernos LTDA. CNPJ: 72.599.137/0001-15
Transporte interestadual de bens móveis, utensílios domésticos e pessoais pertencentes à servidora Viviane Costa Moreira< Origem : 1104 Sul, Almeida 12 Lote 18 - Palmas - Tocantins - TO Destino : EQN 412/413 Bloco A Apartamento 243, Brasília - DF.	2.900,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Novo Lar Mudanças e Transportes LTDA. CNPJ: 38.031.555/0001-73
Alicate tipo universal forjado em aço cromo vanádio, cabo em plástico reforçado, isolado e anti-deslizante, comprimentos de 8" para uso profissional.	87,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Equimaf S/A - Equipamentos, Máquinas e Ferramentas. CNPJ: 38.046.579/0001-04
Chave de fenda com cabo em polipropileno, bastão de cola de silicone (refil) para pistola aplicadora de cola quente, alicate de bico meia cana forjado tipo reto em aço vanádio.	265,30	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Ferragens Candanga LTDA-EPP. CNPJ: 72.636.962/0001-42
Jogo de chave estrela com 14 peças em aço vanário, pistola aplicadora de cola quente com botão de liga/desliga, sugador de solda em plástico reforçado, arco de serra ajustável para lâminas de 10" e 12" com porca borboleta, cabo aberto 3 3/4 serra inclusa.	965,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Ferragens Líder LTDA. CNPJ: 01.649.554/0001-87
Chave de fenda com cabo em polipropileno, alicate de corte em aço cromo vanádio, aerossol limpador seco para contatos eletrônicos não inflamável, 160ml.	646,50	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Reativa Comércio de Material LTDA. CNPJ: 06.273.662/0001-11
Carimbo numerador automático (estrutura metálica cromada), com placa de texto medindo 31 x 19, rasgo central 24 x 11, altura do caracter 4mm, no mínimo com 06 dígitos.	5.992,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	HLB Carimbo e Placas Indústria e Comércio LTDA. CNPJ: 72.649.361/0001-74
Tinta para numerador automático.	156,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	A Oliveira Carimbo Gráfica e Papelaria LTDA. CNPJ: 03.229.207/0001-20
Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva do equipamento NO - BREAK.	5.937,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	CAO Energia e Engenharia Eletrica LTDA. CNPJ: 07.453.964/0001-34

Anexo IV - Aquisições através de dispensa e inexistência de licitação no exercício de 2007				
Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado
Apoio baguete, material aço, aplicação divisória naval, cor branca, comprimento 1,18 m; guia e teto para divisória, material aço, acabamento superficial pintura em epóxi-pó, cor branca, comprimento 3,00 m; travessa para divisória, material aço, acabamento superficial pintura epóxi-pó, cor branca, comprimento 3,00 m.	4.647,48	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Arte Divisórias LTDA. CNPJ: 03.113.261/0001-06
Aquisição de assinatura do Informativo de Direito Administrativo e Responsabilidade Fiscal, compreendendo a publicação (Publicação Especializada + Website + Consultoria por Escrito), por um período de 12 meses (de outubro de 2007 a outubro de 2008).	5.032,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Zênite Informação e Consultoria em Adm. Pública CNPJ: 86.781.069/0001-15
Confecção de 06 banners científicos, impressão digital em policromia formato 0,90 x 1,20 m em lona vinílica, com bastão.	480,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Charbel Gráfica e Editora LTDA. CNPJ: 37.176.799/0001-81
Envelope em papel kraft natural 80 g, medindo 260X360MM, cor parda, timbrado 1/1 cor (FNDE), cinto em 100 unidades.	6.710,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Envopel Comércio de Envelopes LTDA CNPJ: 07.753.542/0001-84
Transporte interestadual de bens móveis, utensílios domésticos pertencentes ao servidor Renato Ferreira Nunes. Origem: rua Alexandre Fleming, 1248, AP. 32/A - Vila Bandeirantes - Campo Grande - MS. Destino: QELC conj E lote 2- bloco B AP. 101 - Lúcio Costa - Guará I - Brasília.	900,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Cosmopolitan Transportes LTDA. CNPJ: 01.989.087/0001-34
Contratação de empresa especializada na organização de eventos para realização do II Encontro de Desenvolvimento de Gestores do FNDE, para aproximadamente 50 ocupantes de cargos comissionados, sendo 41 de nível operacional e 09 convidados, realizado no dia 31 de outubro de 2007.	3.555,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Ideia - Instituto do Desenvolvimento da Inteligência Aplicada S/S LTDA (SPAZEN ARTE E VIVENDA) CNPJ: 02.052.402/0001-65
Serviços de revisão gramatical e ortográfica de texto do relatório de gestão do FNDE de 2006 (acréscimo de 25%).	1.000,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Elizabeth Maria Speller Trajano. CPF: 120.559.561-91
Manutenção corretiva de equipamentos de scanner, marca Kodak, modelo digital Science scanner 3510D.	9.137,20	Inexistência	Luiz Augusto Lucinda	NT Imagem e Serviços LTDA. CNPJ: 03.321.381/0001-07
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte de bens existentes no depósito de Brasília.	7.835,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Mudanças 5 Estrelas LTDA. CNPJ: 03.557.312/0001-99
Mouse USB.	904,80	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Papelaria Lumivale LTDA. CNPJ: 60.356.110/0001-12
Pen drive.	2.699,50	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	A J Paul & CIA LTDA-ME. CNPJ: 05.586.993/0001-49
Teclado e mouse sem fio (wireless).	739,84	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Segmento Digital Comércio LTDA. CNPJ: 05.548.055/0001-54
Fornecimento e instalação de 04 pneus 235/75 R 15 da marca Firestone, com bico do veículo Ford Ranger; alinhamento de direção, caster e cambagem do veículo Ford Ranger; balanceamento das quatro rodas; desmepno das quatro rodas.	2.039,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Minas Escapamentos LTDA-EPP. CNPJ: 02.035.204/0001-93

Anexo IV - Aquisições através de dispensa e inexigibilidade de licitação no exercício de 2007

Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado
Fornecimento de baterias de telefones compatíveis com o modelo CT - 12 da Plantronics.	1.049,94	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Ecotron Componentes Eletrônicos LTDA-EPP. CNPJ: 08.695.023/0001-70
Serviços de desinsetização e desratização com aplicação, pelo sistema spray e gel ou similar, de produtos incoloros, inodores, inofensivos à saúde humana e eficazes no combate e extermínio de ratos, baratas, escorpiões e insetos, em todas as dependências do edifício sede do FNDE, incluindo 16 andares - 2 elevadores, casa de máquinas, toda rede de esgoto pluvial e áreas externas - depósito do FNDE e Pavilhão das Metas.	1.700,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Pontual Dedetizadora LTDA. CNPJ:06.266.234/0001-61
Aquisição de licenças do <i>software</i> E-Views.	2.400,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	STRATUS Comércio de Produtos de Informática LTDA. CNPJ: 04.677.676/0001-75
<i>Pen drive</i> 2 GB, para conexão à porta <i>USB</i> 2.0.	4.458,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	OBDI Comércio e Serviços LTDA-ME. CNPJ: 05.515.258/0001-44
Fornecimento de peças genuínas, de primeiro uso, do veículo VW Parati CLI, placa LGV 8987, ano 1986, pertencente ao FNDE, serviços de manutenção corretiva do veículo VW Parati CLI, placa LGV 8987, ano 1986, pertencente ao FNDE.	1.360,30	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Minas Escapamentos LTDA-EPP. CNPJ: 02.035.204/0001-93
Máquina Fotográfica Digital.	2.180,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Projetar Comércio de Eletroeletrônicos LTDA. CNPJ: 08.263.251/0001-70
Serviços de manutenção preventiva e corretiva na impressora tipo <i>plotter</i> , marca HP, modelo Designjet 1055 CM (G6075A), número de série ESA9417496.	8.000,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Z7 Informática. CNPJ: 05.473.908/0001-36
Assinatura Diário Oficial - Seção I, II, III.	10.824,00	Inexigibilidade	Luiz Augusto Lucinda	Imprensa Nacional. CNPJ:04.196.645/0001-00
Assinatura Diário Oficial - Seção I, II, III.	396,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Imprensa Nacional. CNPJ:04.196.645/0001-00
Fita magnética do tipo LT02 e etiqueta de identificação com código de barras.	8.000,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	VS Data Comercial de Informática LTDA. CNPJ: 07.268.152/0001-19
Touceira de palmeira areca, planta ráfia, comigo-ninguém-pode, pleomeles, árvores de ficus variegata e verde, Dracena yucca.	7.781,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Flores do Cerrado Plantas Ornamentais (REPLANT). CNPJ: 03.624.061/0001-18
Borracha apagadora escrita, caneta esferográfica, lápis preto, ref. 2B, cartucho para impressora HP 3820.	6.500,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Infopaper Comercial de Fitas e Papéis LTDA CNPJ: 02.866.437/0001-38
Cola auto-limpante para envelopadora automática marca DOCFINISH.	1.140,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Multh-Tec - Assistência e Comércio de Máquinas LTDA. CNPJ: 01.920.996/0001-09

Anexo IV - Aquisições através de dispensa e inexigibilidade de licitação no exercício de 2007

Objeto	Valor	Fundamentação	Responsável	Identificação do Contratado
Engrenagem de kit de limpeza para impressora HP.	845,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Antonio Ueleson Madureira Sampaio ME CNPJ: 05.473.908/0001-36
Contratação de empresa especializada em reforma de sofá.	1.189,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Waldemar Costa Junior EEP. CNPJ:01.752.543/0001-28
Certificado digital do tipo "A1" da ICP-Brasil para servidores de rede do FNDE.	7.200,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados. CNPJ: 33.683.111/0001-07
Fornecimento e instalação de fechaduras, prestação de serviços de chaveiro, nas dependências do FNDE.	1.290,44	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	FUMANCHU Chaves e Trancas LTDA. CNPJ: 37.104.635/0001-49
Contratação de empresa especializada para execução do piso de granitina.	13.800,00	Art. 24 Inciso I	Luiz Augusto Lucinda	LGP - Construções e Projetos LTDA. CNPJ: 00.661.892/0001-71
Lâmpada 30 Wts eletrônica, placas cega, conector Sak, chave magnética seletora, disjuntor, anilha média, conector tipo garfo, metros de cabo 120mm Sentenak, ferro de solda de 50A, arame de solda para solda, terminal tipo Olhal de 25mm, cadeado de 30mm pado, rolos de fio 2,5mm flexível, lâmpadas fluorescentes de 20 Watts.	4.253,50	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Edmar Luiz Vieira (SHOKE Materiais Elétricos). CNPJ: 05.417.174/0001-78
Contratação de empresa especializada para oferta de alimentação, com vistas à realização da Oficina de Trabalho "Planejamento Estratégico do Pnae-2008" para aproximadamente 55 pessoas.	4.465,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Cristina Roberto Buffet e Produtos Culturais LTDA-ME. CNPJ: 38.066.296/0001-16
Tinta látex PVA acabamento fosco, cor branco neve, tinta para demarcação emborrachada, cor amarela.	1.433,78	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Eliana Bagno Fonseca ME (Rede Tintas). CNPJ: 04.692.090/0001-80
Tinta esmalte sintético, acabamento acetinado, cor branco neve, tinta esmalte sintético, acabamento brilhante, cor amarelo e preto, solvente.	1.392,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Norte Sul Tintas (Polar Tintas) LTDA-EPP. CNPJ: 01.708.407/0001-30
Tinta acrílica, acabamento acetinado, cor 400 de black, tinta acrílica, acabamento acetinado, cor 580 de black.	2.569,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	PPJ Comércio de Tintas LTDA. CNPJ: 01.648.029/0002-28
Suporte Universal.	690,00	Art. 24 Inciso II	Luiz Augusto Lucinda	Eletrônica Auditel. CNPJ: 00.736.363/0001-90
Assinatura do informativo de licitações e contratos.	14.732,16	Inexigibilidade	Luiz Augusto Lucinda	Zênite Informação e Consultoria em Adm. Pública CNPJ: 86.781.069/0001-15

Fonte: Dirat/FNDE

